



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JUDSON JORGE DA SILVA

**CALDEIRÃO E ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL – PASSADO E
PRESENTE NA LUTA POR TERRA NO CARIRI CEARENSE**

FORTALEZA
2010

JUDSON JORGE DA SILVA

**CALDEIRÃO E ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL – PASSADO E
PRESENTE NA LUTA POR TERRA NO CARIRI CEARENSE**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Área de Concentração:
Dinâmica Ambiental e Territorial

Orientador: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar

FORTALEZA
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências e Tecnologia

-
- S58c Silva, Judson Jorge da.
Caldeirão e Assentamento 10 de Abril : passado e presente na luta por terra no Cariri cearense /
Judson Jorge da Silva. – 2010.
213 f. : il. color., enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Departamento de
Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fortaleza, 2010.
Área de Concentração: Dinâmica Ambiental e Territorial do Nordeste Semiárido.
Orientação: Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar.
1. Assentamentos humanos. 2. Cariri (CE) - História. 3. Reforma agrária. I. Título.

JUDSON JORGE DA SILVA

**CALDEIRÃO E ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL – PASSADO E
PRESENTE NA LUTA POR TERRA NO CARIRI CEARENSE**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia Área de concentração Dinâmica Ambiental e Territorial do Nordeste Semi-Árido.

Aprovada em 23/09/2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar (orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Dr. José Lima Castro Júnior
Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA

Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio
Universidade Federal do Ceará - UFC

Aos camponeses que vivenciaram o sonho do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto e aos que vivenciam a concretização do Assentamento 10 de Abril.

AGRADECIMENTOS

**“Nunca se vence uma guerra lutando sozinho...”
Raul Seixas**

Agradeço pelo amor, dedicação e luta diária dos meus pais, Wilson e Irani, que com muitos sacrifícios me deram a oportunidade de estudar e escolher caminhos. Ao meu irmão Elderson, sempre prestativo e ao meu irmão Hudson, sempre "quebrando galhos" na produção desse trabalho. Sem a ajuda e compreensão de vocês eu jamais teria chegado até aqui.

A Mardineuson, por ter revisado minuciosamente meu projeto de pesquisa antes que fosse submetido à seleção do Mestrado na UFC. Sua ajuda foi significativamente importante.

A Samuel Miranda, que me acolheu em sua casa mesmo sem me conhecer, dividiu comigo a sua família e mostrou que nesse mundo a solidariedade ajuda a construir o futuro e um melhor (con)viver. Tornou-se um grande irmão.

A Dona Rosa, mãe do Samuel, que se tornou a minha mãe de Fortaleza. Agradeço pela acolhida, incentivo, cuidados e enorme carinho. A senhora mora em meu coração.

A Herlele, Sophia e Luis Carlos, pela paciência e o acolhimento.

A Alcides Furtado, pela amizade, partilha de experiências e divisão do apartamento durante a permanência na cidade de Fortaleza.

A Ezequiel Matos, pelo apoio e, em especial, pelo tempo dedicado a leitura e revisão do texto da dissertação. Obrigado pelas sugestões na escrita.

A Elandia, por ter sido a primeira pessoa a ler a dissertação, corrigindo e dando opiniões.

A Cimara, por compreender minha ausência ocasionada pela escrita da dissertação, por incentivar meus estudos e, também, por me proporcionar momentos de descontração e carinho. Sou grato também pela leitura do texto e pelas sugestões.

A Reginaldo Farias, pela ajuda na confecção dos mapas do Caldeirão e 10 de Abril. Mas, sobretudo, por mostrar com exemplos práticos que o nosso papel aqui na terra é o da superação e busca pela felicidade.

A Ticiano, por incentivar a dedicação na escrita e por suas frases de efeito. Principalmente por ensinar que “às vezes é preciso passar mal, para em seguida passar bem”.

A Rafael Laurindo, pela produção do “Abstract” e a Fredson, pela confecção dos gráficos.

A Álisson Michel, por ser um grande incentivador para meu ingresso no Mestrado.

A Lucíola Freitas, por estar sempre disposta a me ajudar. É preciosa a amizade daqueles que nos querem ver progredir com felicidade!

A Cecília Menezes, por torcer pelo meu ingresso no Mestrado e acompanhar parte desse processo. Seu apoio foi muito importante para mim.

A Ythallo Rodrigues, pelo suporte logístico na época da seleção do mestrado.

A Harlon e Luiz André pelos conselhos para o desenvolvimento da dissertação.

A Bilinha e Marcilene, pela prestatividade.

A Professora Roberta Piancó, que tanto contribuiu para a minha formação acadêmica e pelo despertar da minha paixão pela Geografia Agrária.

Aos meus monitores da disciplina de Geografia do Nordeste, Anderson Camargo e Hilda Daniel. Sou grato e tenho grande carinho por vocês, em virtude de toda ajuda prestada durante minha permanência como professor substituto do Departamento de Geociência da URCA.

Aos membros do GEA - Grupo de Estudos em Geografia Agrária da URCA.

Ao Professor Jörn Seemann, pela revisão do projeto de mestrado e por suas sugestões.

A Nininha, CPT - Crato, pelo exemplo de militância em prol da causa camponesa. É possível que você não imagine o quanto é responsável por essa pesquisa. Muito obrigado!

Ao pessoal da Associação Cristã de Base – ACB, em especial a amiga Verônica Isidoro.

Ao Professor Levi Furtado (UFC), um exemplo de pesquisador comprometido com as causas sociais, sem a arrogância, muitas vezes presente, no seio da academia. Agradeço as valiosas sugestões dadas para o desenvolvimento desta pesquisa.

A Professora Zuleide Queiroz, pela participação na qualificação.

Ao Dr. Castro Júnior, pelas valiosas contribuições para o texto da pesquisa.

Ao Professor Amaro Alencar, meu orientador, pela liberdade que me proporcionou no desenvolvimento da pesquisa.

Ao amigos do Mestrado: Fabiano, Francisco Oliveira (Chicão), Ícaro, Luciano Bezerra, Luiz Raphael e Thales. Em especial a Tadeu, pelos inúmeros favores prestados, e a Simone Cristina, pela amizade e companhia que tornou a permanência em Fortaleza mais agradável.

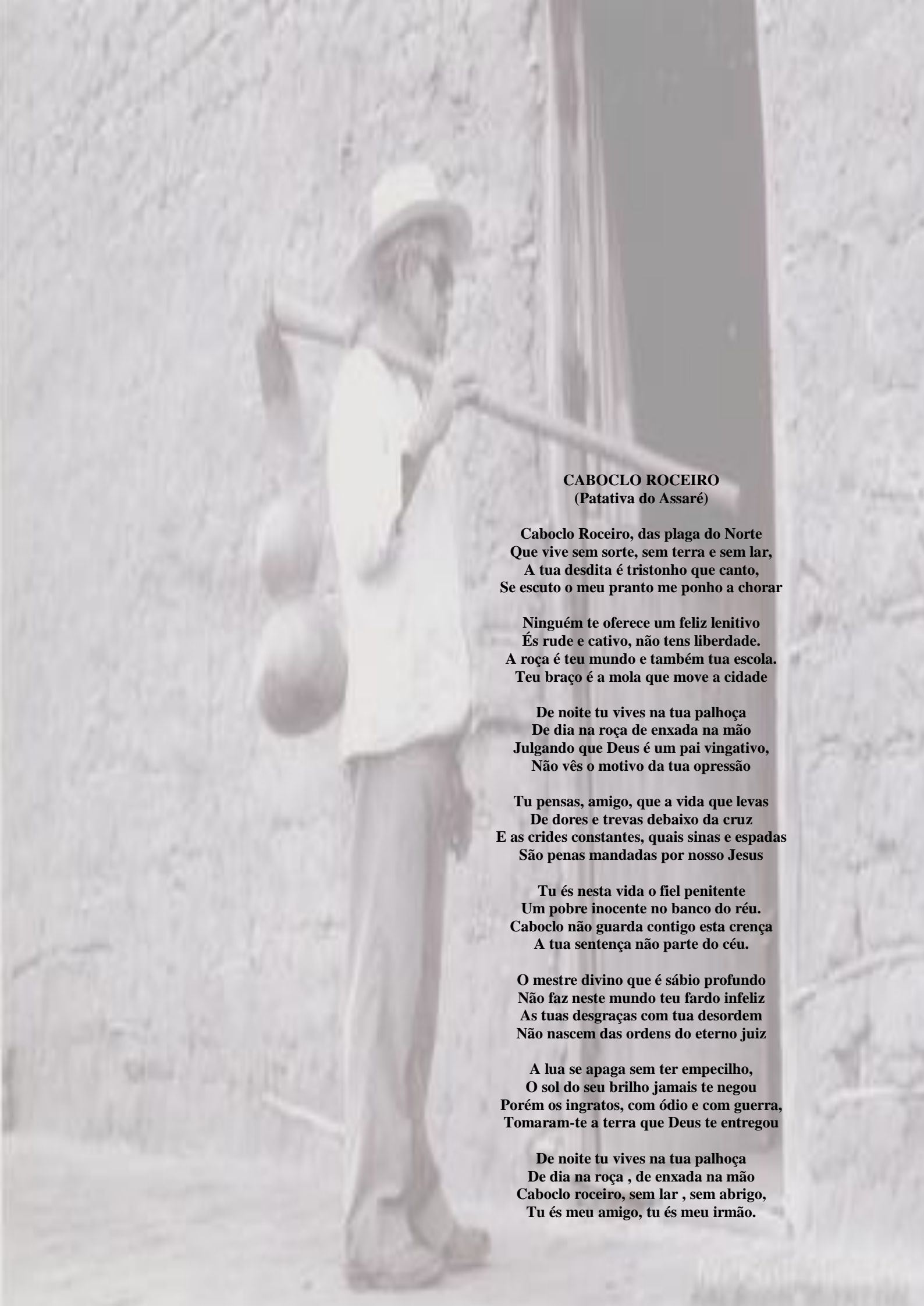
A Ubiratane, Rerison e Sávio.

A Samuel Sousa, pela ajuda na busca por estadia em Fortaleza.

Ao Prof. Christian Dennys, pela ajuda prestada

A FUNCAP, pelo apoio financeiro na forma de bolsa de mestrado, que possibilitou o desenvolvimento da pesquisa.

Aos camponeses do Assentamento 10 de Abril, sempre receptivos, que me possibilitaram desenvolver essa pesquisa. Em especial a Roberto, Aurélio Bispo, D. Zezé, D. Ana, D. Angelina, D. Madalena, Cirlene, Seu Mozinho, Porciano e “Vozinho”, por gentilmente socializarem suas memórias e perspectivas com os leitores desse texto.



CABOCLO ROCEIRO
(Patativa do Assaré)

**Caboclo Roceiro, das plaga do Norte
Que vive sem sorte, sem terra e sem lar,
A tua desdita é tristonho que canto,
Se escuto o meu pranto me ponho a chorar**

**Ninguém te oferece um feliz lenitivo
És rude e cativo, não tens liberdade.
A roça é teu mundo e também tua escola.
Teu braço é a mola que move a cidade**

**De noite tu vives na tua palhoça
De dia na roça de enxada na mão
Julgando que Deus é um pai vingativo,
Não vês o motivo da tua opressão**

**Tu pensas, amigo, que a vida que levas
De dores e trevas debaixo da cruz
E as crides constantes, quais sinas e espadas
São penas mandadas por nosso Jesus**

**Tu és nesta vida o fiel penitente
Um pobre inocente no banco do réu.
Caboclo não guarda contigo esta crença
A tua sentença não parte do céu.**

**O mestre divino que é sábio profundo
Não faz neste mundo teu fardo infeliz
As tuas desgraças com tua desordem
Não nascem das ordens do eterno juiz**

**A lua se apaga sem ter empecilho,
O sol do seu brilho jamais te negou
Porém os ingratos, com ódio e com guerra,
Tomaram-te a terra que Deus te entregou**

**De noite tu vives na tua palhoça
De dia na roça , de enxada na mão
Caboclo roceiro, sem lar , sem abrigo,
Tu és meu amigo, tu és meu irmão.**

RESUMO

O modo como são construídas, organizadas e apropriadas as memórias e identidades dos camponeses que conquistaram o Assentamento 10 de Abril, bem como daqueles que nasceram ou chegaram muito jovens ao local e também participam da construção deste território camponês configura o foco de análise da pesquisa. O assentamento estudado localiza-se no município de Crato, sul do Ceará. Sua conquista ocorreu em 1991, a partir de uma ocupação de terras na área onde no passado existiu a comunidade camponesa do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, destruída por forças militares do Governo do Estado do Ceará em 1936. Trata-se de um assentamento que possui uma conotação simbólica significativa, em razão do local que escolheram para a ocupação, repleto de fatos marcantes e relatos controversos. O assentamento também é referência para a região por ser fruto da primeira ação do Movimento Sem Terra (MST) no Cariri cearense, dando início à luta pela reforma agrária de maneira organizada nessa parte do Estado. Nesse contexto da discussão sobre os problemas no campo, o trabalho apresenta uma análise sobre a formação da estrutura agrária da microrregião homogênea do Cariri, do surgimento de comunidades rurais a partir de influências do Padre Cícero, além da realização de diagnóstico sobre o tamanho e características das propriedades locais, realizadas a partir de dados do INCRA e do IBGE. Aprofundando-se no universo do assentamento, buscou-se refletir: quando antigos moradores “recordam” velhos anseios e quando jovens “(re)conhecem” as suas necessidades, tornando as suas perspectivas conhecidas, fica mais fácil de se organizar e trabalhar a gestão em um assentamento rural? Dos mais antigos, buscou-se saber opiniões a respeito da posse da terra, investigando a relação entre o espaço vivido e o percebido, a partir do modo como estes veem a concretização do projeto de assentamento pelo qual lutaram. Dos jovens buscou-se saber como ocorre a inserção dos mesmos nas atividades da comunidade, bem como quais são os seus interesses profissionais e o local que desejam morar no futuro. Para a execução da pesquisa ouviu-se as memórias e percepções dos camponeses, a partir da metodologia da história oral. No primeiro momento, optou-se pela transcrição literal das histórias de vida dos sujeitos da pesquisa, para que seus relatos e opiniões pudessem ser vistos de modo não fragmentado. Em seguida, respeitando as particularidades do lugar e das pessoas, essas informações foram analisadas, interpretadas e contextualizadas com as discussões a respeito da questão agrária brasileira. Os resultados apontaram que com o passar dos anos vem ocorrendo uma readequação das aspirações camponesas no assentamento, resultado dos diferentes anseios de cada geração. Com isso a juventude tem apresentado uma tendência ao rompimento com os valores dos assentados mais antigos, principalmente em relação à prática do trabalho coletivo, manifestando também o desejo de se assalariar fora do assentamento.

PALAVRAS – CHAVE: Assentamento 10 de Abril, Caldeirão, Cariri, Memória.

ABSTRACT

This research analyzes how the memories and identities of the peasants who conquered the *10 de Abril* settlement are built, organized and appropriated. Other residents, who were born in the community, or have arrived there very young, also taking part in its building process, are the object of this research as well. The settlement is located in Crato, the southern Ceará. The settlement started as a land occupation in 1991 in an area where a peasant community called *Caldeirão da Santa Cruz do Deserto* lived until the area was destroyed by military forces of the State Government of Ceará, in 1936. The land is full of important facts and controversial reports, and the settlement is filled with strong symbolism. It is a reference to its region because it is born from the first action of the Landless Worker's Movement (MST) in the Cariri region of Ceará. This gave a start to the organized struggle for agrarian reform in that area. Within this context of countryside issues, this research analyzes the formation of the agrarian structure of Cariri region and the emergence of rural communities by the influence of Father Cicero. The size and characteristics of the rural properties have also been analyzed, based on the data collected from INCRA and IBGE. Exploring further into the *10 de Abril* settlement, the following question was discussed: is it easier to manage a rural settlement if older residents remember old aspirations and the youngest recognize their needs, therefore acknowledging their perspectives? The opinions of the older residents about the land tenure and the relationship between real space and perceived space were investigated, based on the opinions of those residents about the realization of their original settlement plan. Likewise, the young residents argued about how they are engaged in the activities of their community, as well as what are their professional aspirations and where they would like to live in the future. This research is based on the peasants' memories and perceptions, according to oral history method. Firstly, the life stories of the subjects of this research were literally transcribed, in order to keep its fidelity. After that, this information was analyzed, interpreted and contextualized within discussions about agrarian issues in Brazil. The results indicate that as time goes by, a readjustment of the wishes of the peasants that live in *10 de Abril* settlement is taking place. This is an outcome of the diverse aspirations of each generation. Therefore, the youngest residents exhibit a tendency of breaking the values of the older residents, specially in what concerns the collective work, expressing as well a desire to search for work outside the settlement.

KEYWORDS: Settlement, Caldeirão, Cariri, Memory.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Os caminhos metodológicos da pesquisa.....	19
2	REVENDO O RURAL NO CARIRI CEARENSE.....	24
2.1	Os Cariris no Ceará.....	27
2.2	A formação histórica da estrutura fundiária do Cariri.....	30
2.3	O olhar do Padre Cícero sobre as relações sociedade natureza e sua importância na formação de núcleos rurais no cariri cearense.....	40
2.3.1	A formação religiosa e educacional do Padre Cícero.....	45
2.3.2	Os Preceitos ecológicos do padre Cícero.....	51
2.4	(Re)Vendo a estrutura fundiária.....	57
3	APRENDENDO COM O PASSADO: A EXPERIÊNCIA DO CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ DO DESERTO.....	76
4	ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL: UMA CAMINHADA DE 19 ANOS.....	92
4.1	A Construção de uma nova geografia no assentamento.....	107
5	ENTRANDO NOS TERRITÓRIOS DA MEMÓRIA: O ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL NA VISÃO DOS PRÓPRIOS ASSENTADOS.....	132
5.1	“Vozinho”.....	134
5.1.2	Dona Angelina.....	142
5.1.3	Senhor Mozinho.....	150
5.1.4	Dona Zezé.....	156
5.1.5	Porciano.....	165
5.1.6	Cirlene & Dona Madalena.....	171
5.1.7	Aurélio Bispo – “Beleca”.....	174
5.1.8	Roberto.....	178
6	ENTRE AS MEMÓRIAS DOS PIONEIROS E AS PERSPECTIVAS DOS JOVENS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	183
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	202
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	207
	APÊNDICE.....	214
	ANEXOS.....	219

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa discute as maneiras pelas quais a luta pela terra, pela reforma agrária e as identidades sociais são construídas, vivenciadas e percebidas por camponeses do assentamento 10 de Abril. O Assentamento pesquisado localiza-se no município de Crato, Região do Cariri, sul do Ceará. Sua conquista ocorreu em 1991, a partir de uma ocupação de terras na área onde no passado existiu a Comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, liderada pelo Beato José Lourenço, e que foi destruída em 1936, após o massacre de sua população pelo então Governo do Estado do Ceará, que tinha a sua frente Meneses Pimentel.

Sendo assim, o assentamento, pelo local que escolheram para ocupar, repleto de fatos e de memórias marcantes da história cearense, carrega uma conotação simbólica de resistência e referência para essa região, principalmente por ser fruto da primeira ocupação de terras no Cariri cearense, dando início à luta pela reforma agrária ocorrida de maneira organizada na parte sul do Estado, a partir das ações do Movimento Sem Terra.

O interesse em desenvolver essa pesquisa não se deu por razões aleatórias, partiu de um contato anterior com a comunidade. A escolha pelo tema central da abordagem ocorreu após a realização de um trabalho de campo da pesquisa de iniciação científica desenvolvida durante a graduação em Geografia cursada na Universidade Regional do Cariri - URCA. No citado trabalho buscava-se realizar uma análise comparativa entre as realidades sócio-econômicas e políticas de dois assentamentos rurais da região do Cariri, o 10 de Abril (objeto da presente pesquisa) e o Serra Verde. Naquela ocasião, ao entrevistar uma jovem de 14 anos do assentamento 10 de Abril, tive a curiosidade de perguntar a mesma se ela conhecia a história do assentamento no qual vivia. Ao ser indagada sobre isso, a jovem respondeu que não conhecia. Surpreso, questionei se os seus pais nunca haviam lhe contado nada a respeito. A jovem então respondeu: “Meus pais falaram, mas eu não gosto de ouvir sobre isso. Então não sei.” Intrigado com o que ouvi, resolvi perguntar a uma das assentadas que participou da luta pela terra e que era bastante engajada nas atividades do assentamento sobre o que havia escutado da jovem. Ao ser questionada sobre se os mais velhos da comunidade estariam repassando a história da conquista da terra para os mais novos, a mesma disse que “nas reuniões, quando a gente fala dessas coisas, os mais jovens ficam dizendo que a gente parece papagaio, só vivemos repetindo a mesma coisa. Que nós somos vitrolas enguiçadas.” Percebi nesse instante que conforme o tempo ia passando o assentamento se consolidava, mas em um pleno processo de transformação das identidades. Tratava-se, portanto, de uma situação

importante a ser investigada, para tentar compreender esse processo. Aliás, “transformação” é a chave que permeia todo esse trabalho.

Começando pelo título, busquei refletir sobre o fato de que o Caldeirão sempre esteve envolto em uma metamorfose de significados e sentidos, merecendo um entendimento epistêmico. Isso me levou a pensar que, assim como na devastação das rochas pela força das águas, processo esse que foi capaz de alterar as características do relevo e criar algo novo (mais precisamente uma formação geomorfológica conhecida como “panela de gigante” ou “caldeirão”, sendo esta segunda denominação a que deu nome à fazenda na qual a comunidade liderada pelo beato José Lourenço se estabeleceu), os acontecimentos de fé, trabalho e solidariedade que se deram naquele local também foram capazes de transformar estruturas sociais e produzir algo novo, a partir de uma situação contextual pré-estabelecida no rural da época. Dessa forma, tal qual a transformação realizada pela água na rocha que criou o primeiro significado do nome daquele lugar, do desespero e do desamparo de milhares de romeiros que migraram para Juazeiro do Norte e seus arredores, fugindo da seca e buscando na religiosidade a cura para os males da alma e da vida, se estabelecendo naquele local a partir de conselhos do Padre Cícero; contextos sociais de exploração no campo foram rompidos, criando uma situação nova para camponeses do Cariri e de diversas outras localidades do sertão nordestino. Surge a partir daí um significado novo para a designação Caldeirão, o de feito, preparação, mistura e partilha. Essa nova conotação é comumente reproduzida no Cariri, exemplo disso é o símbolo do Diretório Central dos Estudantes da URCA – DCE Caldeirão, representado por uma grande panela sobre chamas. Ou o símbolo do “Caldeirão das Crianças”, um antigo abrigo para menores abandonados, que tinha sede em Juazeiro do Norte, e ostentava a representação de um grande caldeirão suspenso sobre lenhas.

Como diz Bertolt Brecht *“do rio que tudo arrasta se diz que é violento, mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem.”* Vendo por esse prisma, o Caldeirão geomorfológico seria o resultado da dialética da natureza, do choque de forças com estruturas diferentes. A água, na busca pelo seu objetivo de correr livre até encontrar o mar e seguir o seu ciclo travou embates que foram capazes de mudar o perfil estrutural daquilo que, aparentemente, estava já consolidado. Assim também devem ser entendidas as ações dos movimentos sociais na construção de uma sociedade nova.

No caso dos camponeses do Caldeirão, pode-se dizer que ao se estabelecerem naquela comunidade, vivenciaram o ensejo da liberdade, da não opressão, do trabalho, do provento material e espiritual. Porém, tendo sido incompreendida, cerceada e perseguida pelas

forças do Governo do Estado, o sonho transformou-se em dor, desespero e morte. Como diz a letra da música *Caldeirão*, da banda Dr. Raiz:

O olho da inveja
 A mão da maldade
 Fez perversidade
 Fez destruição
 Gente massacrada
 Gente assassinada
 Gente desterrada
 Do meu caldeirão
 A esperança que eu tive em minha vida
 Eu plantei toda naquela terra
 Esperava colhê-la sem guerra
 Essa era a minha intenção
 Hoje lembro daquela aflição
 Isso tudo virou-se num fato
 Que até hoje eu tenho cantado
 Nesses oito pés ao quadrão
 (Dudé Casado e Hélio Ferraz)

O sonho do caldeirão foi aniquilado, impedido de se perpetuar em si mesmo como ressalta outra letra de música sobre o Caldeirão, cantada pela banda Zabumbeiros Cariris:

O beato zé lourenço
 Seguidor do padre cícero
 Fez seu sonho coletivo
 Com coragem e devoção
 Tudo era de todos
 Na fazenda caldeirão

O beato sofredor
 O beato penitente
 O beato resistente
 O beato acolhedor
 Que acolheu os retirantes
 De terras distantes
 Fugidos da dor

Ê milagre do boi
 E o que aconteceu depois
 Abriu as portas prá perseguição
 Ê do sonho a devastação
 O que era gritos de seca
 Virou canto e louvação

E na poeira da estrada
 Gente assassinada
 Me aperta o coração
 Uma cruel covardia
 Recordo aquele dia
 Foi grande a aflição

Ê milagre do boi
 E o que aconteceu depois
 Abriu as portas prá perseguição
 Ê do sonho a devastação
 Ouve-se um grito de morte
 Acabou-se o Caldeirão
 (Amélia Coelho/Beto Lemos)

Mas ecoando no tempo e no espaço a memória do Caldeirão se fez história e a história foi utilizada para forjar novos sonhos, anseios e luta camponesa no Cariri. A conjuntura da década de 1990, mesmo sendo diferente da qual foi vivenciada pelos moradores do Caldeirão ainda é marcada pela mesma exploração dos povos do campo. No entanto, resistindo à opressão e exploração, esses novos sujeitos fizeram da devastação do Caldeirão o alicerce para se sonhar um novo sonho, fazendo uso do poder simbólico por trás da história do massacre camponês na década de 1930 para denunciar à sociedade a situação do campo e pressionar o Governo no intuito de assentar as famílias sem terra. A partir da conquista desse assentamento rural reconstrói-se outro território camponês no Cariri. Assim, da ocupação das terras da fazenda Caldeirão e da sua ressignificação, nasceu o assentamento 10 de Abril, o primeiro assentamento rural da região sul do Estado do Ceará. Ficam, assim, expostas e explicadas as razões que me levaram a eleger o título desta dissertação.

Participaram da ocupação famílias provenientes de sete municípios da região: Assaré, Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Potengi e Santana do Cariri. Trata-se, portanto, de um caso em que houve um processo de desenraizamento territorial dos diversos sujeitos sociais envolvidos. Por serem de lugares diferentes e em razão da grande quantidade de pessoas envolvidas na ocupação, a construção do assentamento ocorre a partir de histórias e trajetórias pessoais distintas, que extrapolam a dinâmica do novo território que foi criado, configurando a espacialização da luta pela terra.

Conforme Fernandes (1996), a espacialização é um processo de expansão das experiências de luta pela terra. Por sua vez, estas experiências se configuram como a base para o processo de conquista e de construção de um espaço social que será o resultado das relações entre as classes e o lugar. Quando ocorre a conquista de uma fração do território por parte dos trabalhadores rurais, há a criação de um novo espaço social, permeado do sentido da luta travada para se obter a terra. A conquista e a produção desse espaço é que configura a territorialização da luta, ou seja, a materialização dos esforços para consegui-la.

O assentamento é, portanto, um território socialmente produzido. Falar em assentamento rural é falar de um espaço apropriado e transformado por um grupo de pessoas que passa a imprimir ali as suas marcas e construir suas identidades a partir de relações

mediadas pelo trabalho. Essa construção deve ser entendida em sentido amplo, ou seja, desde a construção material desse território até as relações imateriais.

Pelo exposto, além da pesquisa direta sobre o assentamento, faz-se necessário estabelecer também referenciais teóricos que permitam compreender como a experiência específica de um assentamento rural se enquadra em um todo. Alencar nos explica que

O assentamento é um espaço novo, resultante de condições históricas que necessitará de novo sistema produtivo, da incorporação de novas tecnologias, ambos desencadeadores da elaboração das relações sociais de trabalho que serão (re)elaboradas. Será um espaço do trabalho, da produção, da circulação, do consumo. Terá novos fluxos, fará novas redes com outros assentamentos, com outros mercados. É (será) o lugar do uso onde tem início o vivido, o mítico que, em construção incorpora a utopia de viver, de ser cidadão (2000, p.53).

Como se pode notar, além de ser permeado por relações do vivido e do mítico, que são elementos de caráter pessoal e fruto das individualidades do camponês, o assentamento, entendido em seu sentido institucional, se insere em relações de fluxos, de trocas com outros assentamentos e com o restante da sociedade. Por esse motivo, é importante compreender que a experiência específica do assentamento 10 de Abril, apesar de possuir peculiaridades, se enquadra em uma totalidade, que é bastante complexa. Por essa razão, sofre das mesmas influências que a macroestrutura social, econômica, política e cultural exerce ao restante do campo brasileiro, resguardando, é claro, as especificidades regionais. Portanto, penso que para dar conta do local, é necessário compreender também as influências do global, com suas conjunturas e contextos.

Na atualidade, muitos autores que pesquisam a questão agrária brasileira têm elegido o território como conceito central de suas análises, por ser capaz de fornecer subsídios para o entendimento das “realidades” do campo. Entre eles podemos destacar Fernandes (2008), Paulino (2008) e Thomaz Júnior (2008). Optei por também adotar esse referencial teórico-metodológico. Mas, além de ser um território, o assentamento também deve ser entendido como um “*lugar*”. É lugar para os assentados, pois foi organicamente apropriado pelos mesmos, tratando-se, desta maneira, do seu *locus* de reprodução do viver, onde se desenrolam suas relações mais íntimas do cotidiano, gerando o vínculo do pertencimento, do vivenciado.

Dessa forma, entendendo que a estrutura fundiária do país não é homogênea e tendo a compreensão de que conforme o espaço geográfico rural vai sendo (re)produzido, ele vai também se fragmentando, fazendo com que exista, assim, no campo brasileiro, uma disputa por territórios entre o campesinato e o agronegócio, para se realizar uma análise sobre

o assentamento 10 de Abril é preciso, primeiramente, dar-se conta de que o mesmo é reflexo da questão agrária brasileira, com a qual interage, mesmo que o assentamento seja dotado de particularidades. Partindo desse pressuposto, no próximo capítulo debate-se sobre elementos da questão agrária que se desenrolam no Cariri cearense.

Para fins metodológicos, a definição de Cariri adotada na pesquisa é a da microrregião homogênea proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Nessa definição oito municípios compõem a região do Cariri: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras e Santana do Cariri.

A escolha por essa delimitação explica-se pela quantidade de municípios que a integra, o que permitiu realizar uma análise mais elaborada do que se fosse adotada outra. Vale ressaltar também que esses são municípios constantes em todas as outras definições mencionadas, portanto, creio que exista representatividade satisfatória. Outra razão para a escolha encontra-se na necessidade de utilização de muitos dados que tiveram como fonte os resultados de pesquisas desenvolvidas pelo IBGE, em especial os censos agropecuários dos anos 1995-1996 e 2006. No entanto, reconheço que se trata de um recorte político-econômico e entendo ser importante a consideração de outros elementos como a cultura e a identidade, que conferem singularidade ao lugar.

Assim, no capítulo dois, intitulado “(Re)examinando o rural no Cariri Cearense”, ao fazer o resgate histórico do povoamento da parte sul do Estado do Ceará, foi analisado de que maneira as formas pelas quais se processaram a (re)produção do espaço geográfico caririense configurou as características da sua estrutura fundiária que é, concomitantemente, concentrada e fragmentada em decorrência de relações que se processaram no espaço e no tempo e que são contraditórias, porém combinadas. Esse perfil faz com que exista na região, além do latifúndio, uma expressiva presença de minifúndios, que apesar de serem as propriedades mais numerosas ocupam uma área menor do que o total ocupado pelas grandes propriedades. Configura-se, assim, a existência de territórios e territorialidades diferentes: a campesina e a dos grandes proprietários fundiários.

No terceiro capítulo abordo sobre a história e o modo de organização da extinta comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, território camponês de maior repercussão na região sul do Estado do Ceará. O debate demonstra a possibilidade da existência de modelos alternativos de ordenamento territorial, pautados no estímulo da solidariedade, na coesão social e cooperação entre habitantes de uma comunidade.

No capítulo quatro, dou ênfase a luta travada pelos trabalhadores rurais para a conquista e construção do primeiro assentamento rural do sul do Estado do Ceará, ocorrido no ano de 1991, que recorreu à história da extinta comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (1926-1936) como elemento simbólico, exemplo de experiência, resistência e uma possibilidade a ser seguida. Esse capítulo apresenta um perfil do assentamento através da análise de sua estrutura física, seus projetos produtivos e alguns problemas vivenciados pela comunidade.

O capítulo cinco evidencia como foram construídas, organizadas e apropriadas as memórias e identidades dos camponeses que ocuparam o Caldeirão e conquistaram o assentamento 10 de Abril, bem como daqueles que nasceram na terra conquistada e agora também participam da construção daquele território. Para isso foi fundamental ouvir o que pensam os assentados. Dos mais antigos busquei saber suas opiniões a respeito da posse da terra, investigando a relação entre o espaço vivido e o percebido, a partir do modo como estes veem a questão da concretização do projeto de assentamento pelo qual lutaram para conquistar e que em 2010 completou 19 anos. Dos jovens busquei compreender como ocorre a inserção dos mesmos nas atividades da comunidade, bem como quais são as suas perspectivas para o futuro.

Castro Júnior evidencia que o pesquisador

deve sair de suas próprias fronteiras, deixar demarcações, abrir-se ao novo, à possibilidade que se materializa, enfim, ousar. Para realizar essa decisão, para que a pesquisa seja dentro dos tempos e lugares das pessoas, deve o pesquisador *estranhar* o mundo do capital, considerando, porém, que com ele elas conflitam (2005, p. 53).

Nesse sentido, na escrita desse capítulo optei pela transcrição literal da fala dos entrevistados, sem a minha intervenção ao longo do texto. Minha intenção, ao adotar esse modelo de escrita, foi o de expor livremente o ponto de vista dos assentados e deixar que o leitor tire as suas conclusões. No entanto, na sequência do capítulo, os discursos foram minuciosamente analisados. Nessa análise foram levadas em consideração as particularidades da trajetória de vida dos camponeses ouvidos, bem como as do assentamento 10 de Abril. Porém, estes casos foram contextualizados com uma discussão mais ampla, que leva em consideração os debates a respeito da *questão agrária* brasileira.

Na busca desses entendimentos foi necessária a utilização da história oral como metodologia capaz de trazer à tona a visão dos assentados. Assim, entrando nos territórios da

memória e valendo-se das memórias do lugar, analisa-se o discurso dos antigos e jovens camponeses do assentamento 10 de Abril.

A relevância dessa pesquisa está na busca por subsídios teóricos conseguidos a partir do relato de experiências concretas, obtidos através das histórias de vida narradas pelos camponeses. Tratou-se de uma relação de respeito entre o “olhar de dentro” (assentados) e o “olhar de fora” (olhar de pesquisador), no intuito de contribuir com os movimentos de reivindicação que lutam por justiça social no campo. De forma específica, contribuir também com o assentamento estudado ao tentar refletir sobre os seguintes questionamentos: quando antigos moradores “recordam” velhos anseios e quando jovens “(re)conhecem” as suas necessidades e suas perspectivas se tornam conhecidas, fica mais fácil de se organizar e trabalhar a gestão em um assentamento rural?

1.1. Os caminhos metodológicos da pesquisa

Na dissertação de mestrado de Ana Érika Ferreira Lima, a mesma afirma que “o caminho da metodologia de pesquisa se faz ao caminhar”. Ou seja, os métodos e as técnicas de levantamentos dos dados que são necessários para a compreensão do objeto estudado são aprimorados e adaptados ao longo do desenrolar da pesquisa, para melhor atender aos objetivos propostos no projeto. Já para Renato Janine Ribeiro “a ‘questão do método’ só tem sentido ser escrita *por último*. O método é algo que nós vamos constituindo à medida que pesquisamos, [...]. Só ao término do trabalho sabemos como ele funcionou” (RIBEIRO, 1999, pp.190-191). Só assim é que poderão ser explicitados para os leitores e outros pesquisadores os meios pelos quais se fez possível a obtenção dos resultados apontados. Feitos os devidos esclarecimentos, posso apontar como se realizou o desenrolar da pesquisa.

A abordagem do trabalho foi realizada a partir de uma perspectiva *qualitativa*, já que visava se aprofundar no mundo dos significados das ações e das relações humanas ocorridas no Assentamento 10 de Abril, pois a intenção era a de compreender a leitura que os camponeses fazem sobre a luta pela terra, o trabalho, a organização, entre outros elementos constitutivos do assentamento. Segundo Silva & Menezes:

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (2001, p. 2).

Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, a construção do trabalho se deu a partir de uma *pesquisa exploratória*. Esse tipo de pesquisa “envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão” (SILVA & MENEZES, 2001, p. 21).

A pesquisa bibliográfica amparou-se na leitura de teses, dissertações e artigos com assuntos pertinentes à problemática de estudo, tratando, na maior parte dos casos, de textos voltados a compreensão da estrutura agrária brasileira, movimentos sociais no campo, reforma agrária, luta pela terra, assentamentos rurais, formação identitária, memória, juventude rural, território e territorialidades, bem como os que tratassem sobre o Cariri cearense e sobre o

assentamento 10 de Abril, entre outros que podem ser visualizados nas referências bibliográficas.

A Pesquisa documental ocorreu durante a análise dos dados das estatísticas cadastrais do INCRA tendo como referência o ano base de 2007, bem como dos dados fornecidos pelos censos agropecuários do IBGE dos anos de 1995 e 2006. Tais dados, fornecidos na forma de tabelas, foram lidos, interpretados e transformados no texto que compõe o capítulo dois da dissertação.

O levantamento de dados ocorre “quando a pesquisa envolve a interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer” (SILVA & MENEZES, 2001, p. 21). O trabalho de coleta dos dados se apoiou na metodologia da história oral, pois em se tratando de uma pesquisa que debate sobre identidade, território, lugar e memória, essa fonte se mostrou eficientemente capaz de acessar as referências subjetivas necessárias para o entendimento da percepção que os assentados possuem, principalmente a respeito do significado da terra, da sua organização interna e das dificuldades que estão enfrentando nas atividades produtivas individuais e coletivas no presente. Como afirma Barbosa (2006, p. 14) “o tempo da memória não se concretiza a não ser quando encontra a resistência de um espaço que se habitou com a existência sofrida do trabalho”. Tudo isso a partir do ato de “lembrar” da luta pela terra, do trabalho coletivo e da construção de um modo de vida no assentamento feito por pessoas com trajetórias e experiências de vida distintas, mas unidas em torno de uma conquista.

De acordo com Zangelmi,

A História Oral, no seu trabalho de “produção de fontes” parece ser um instrumento capaz de captar a memória em seu dinamismo. Nesse sentido, a História Oral, ao atingir a subjetividade da memória em sua vivacidade e fluidez cotidiana, é a metodologia fundamental para estudar a identidade, [...], (2007, p.8).

Essa etapa foi realizada a partir de entrevistas que ocorreram em duas modalidades: pesquisa individual e pesquisa de grupo. Na primeira, obtive informações a partir do relato das histórias de vida dos moradores do assentamento 10 de Abril. Tratou-se de uma experiência muito proveitosa, pois trouxe à tona diversas nuances que foram fundamentais para preencher as lacunas deixadas pelo que havia sido aprendido nas leituras sobre assentamentos rurais, em especial nas que tratavam sobre o próprio 10 de Abril. Na segunda, foram feitas entrevistas com pequenos grupos de jovens do assentamento. Segundo Neto (1994) a importância da discussão em grupo reside no fato desta complementar às entrevistas realizadas individualmente. Observei que essa metodologia foi eficaz entre os

jovens. Por serem bastante tímidos, em certos momentos uma “conversa coletiva” ao invés da “assustadora entrevista” acabou viabilizando o registro das informações prestadas por membros do grupo de jovens.

Outro recurso utilizado foi a gravação em vídeos e posterior análise de conversas ocorridas entre alunos universitários em aulas de campo e assentados, onde eram realizadas perguntas para os camponeses do assentamento.

Aqui é importante deixar claro que não se trata de uma pesquisa baseada em amostragem. A intenção foi ouvir e dar espaço para o registro das perspectivas dos sujeitos sociais inseridos em um território camponês. A partir do registro de suas falas, foi possível registrar também um pouco sobre o seu modo de vida. Para isso, optei por registrar as histórias de vida de alguns moradores antigos já que, por terem vivenciado várias lutas travadas pela comunidade, se tornaram os “narradores oficiais” da história da comunidade. Mas não me detive a ouvir somente aqueles que estão “na linha de frente” do assentamento, ouvi também os assentados mais “alheios” às discussões políticas que permeiam o lugar.

Embora as mulheres, crianças, homens e idosos ouvidos na pesquisa não se configurem individualmente como classe social, os mesmos estão inseridos na classe social dos trabalhadores camponeses. Eles são variações do interior dessa classe. A compreensão das idéias de Barbosa me deixou mais a vontade para efetuar a escolha dos sujeitos sociais que foram entrevistados. Segundo este autor:

Em nossa sociedade de classes, dilacerada até as raízes pelas cruéis contradições, a mulher, a criança e o velho são, por assim dizer, instâncias privilegiadas daquelas crueldades - traduções do dilaceramento e da culpa.

Mas a mulher, a criança e o velho não são classes: são antes aspectos diversificados e embutidos por entre as classes sociais. Assim como não se pode falar, com propriedade, em classes de artistas ou de cientistas. Estes, como aqueles, pertencem a uma ou outra classe social que os configura e deles exige definição.

Já se sabe: o que define a classe social é a posição ocupada pelo sujeito nas relações objetivas de trabalho (BARBOSA, 2006, p.11).

Os registros obtidos transitam entre as memórias pessoais dos indivíduos até uma memória que é também familiar, grupal e por assim dizer, coletiva. A partir do individual acessamos a memória social do assentamento 10 de Abril. A esse respeito Pollak afirma que:

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 1920-1930, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes (1992,p.2).

As entrevistas que realizei foram *semiestruturadas*, havia um roteiro para que pudesse me basear. Porém isso não impediu que os depoimentos tomassem rumos inesperados, fato que, a meu ver, foi amplamente proveitoso. Um exemplo disso ocorreu na entrevista do assentado conhecido como “Vozinho”, o mais idoso e uma espécie de memória viva do assentamento. A entrevista se transformou em verdadeiro recital poético. Aliás, o depoimento por vezes doce e por vezes dolorido de Dona Angelina também não pode ser assim considerado? E o modo como seu Mozinho e Aurélio descrevem os percalços do assentamento, para logo em seguida defendê-lo e sonhá-lo perante o gravador do pesquisador? Conhecer as histórias de vida e o modo como encaram o assentamento rural em que vivem foi uma experiência enriquecedora.

O objetivo das entrevistas foi o de obter os relatos de vida e as memórias dos camponeses do assentamento 10 de Abril em dois seguimentos: aqueles que definimos como sendo os “pioneiros” e os que chamamos de “jovens”. Definir os primeiros foi tarefa fácil, pois se tratam daqueles que vivenciaram a conquista da terra direta ou indiretamente, ocupando o Caldeirão ou tomando conta da família e de suas roças enquanto algum membro da casa participava da ocupação e acampamento. Porém, definir quem são os jovens do assentamento 10 de Abril não foi tão simples. Percebi que no assentamento existem duas definições para “jovem”.

A primeira delas é algo “burocrático”, ou seja, é jovem todo aquele ou aquela que faz parte do Grupo de jovens do assentamento 10 de Abril. Porém, muitos que são membros do grupo são crianças, de nove até dez anos de idade. A outra definição é uma “convenção”, na fala dos assentados identificamos que é considerado jovem aquele que possui capacidade de labor, isto é, boa parte da população economicamente ativa, que se encontra na casa dos 18 aos 30 anos de idade. Para tentar dar conta desse universo optei por entrevistar coletivamente membros do grupo de jovem e individualmente jovens de maior faixa etária.

É interessante ressaltar que o ato de lembrar o passado é um processo de trabalho do presente. A esse respeito Chauí afirma que “lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reaparição do feito e do ido, não sua mera repetição” (CHAUÍ, 2006, p. 20).

Por essa razão, para colher a memória dos assentados, fiz uso de imagens de satélite obtidas a partir do programa Google Earth que foram impressas em papel fotográfico A4, além de fotos dos primeiros anos do assentamento, buscando através das imagens estimular o trabalho de “reativação” das memórias dos camponeses. Dessa forma tornou-se possível conhecer o assentamento 10 de Abril a partir da óptica dos seus membros, já que

foram trazidas à superfície as trajetórias de vida de diversos assentados, repletas de conflitos, encontros, desencontros, bem como a partir dos seus misticismos, simbolismos e condutas, responsáveis pela construção desse território camponês e de seus referenciais de identidade.

Por fim, ressalto que não foi intenção “auferir” acertos, erros ou lapsos naquilo que foi narrado pelos camponeses. O interesse está no que foi lembrado pelos entrevistados sobre a sua história de vida e compartilhado para que pudesse ser registrado nesse trabalho.

2. (RE)EXAMINANDO O RURAL NO CARIRI CEARENSE

Os desafios para os estudos da geografia agrária brasileira se apresentam hoje de forma cada vez mais complexa, dadas as novas configurações que o campo vem ganhando rapidamente no país, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, impondo modificações drásticas na organização do espaço, nas paisagens rurais e intensificando os conflitos e o modo de disputa por territórios. Por essas razões os estudos do rural ganham força, na atualidade, quando se volta a atenção para a existência de pares dialéticos que permitem entender algumas contradições pelas quais o agrário vem passando. Dessa forma, a compreensão do significado e das influências entre os pares cidade e campo, rural e urbano, contraditório e combinado, moderno e arcaico se apresentam como instrumentos de análise que permitem refletir sobre o campo. Nesse sentido, na primeira parte dessa pesquisa a compreensão das relações entre o moderno e o arcaico, o passado e o presente se fazem essenciais para que seja possível compreender um pouco as particularidades do agrário caririense, oferecendo referenciais capazes de auxiliar na reflexão para um repensar do planejamento do território regional, a partir de estratégias políticas de caráter ambiental, cultural e econômico, no sentido de suprir as necessidades sociais e proporcionar desenvolvimento rural viável para o cariri.

Pode-se dizer que as características do rural da Região do Cariri Cearense são complexas por resultarem de relações que se processaram no passado, mas que se modificam no presente, materializando-se na (re)produção do espaço geográfico local, em uma relação de espaço-tempo. Conforme Santos (1996, p.41), “por tempo, vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por espaço vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos”. Dessa forma, ao mesmo instante em que foi construída historicamente pelo modo como se realizou no passado o seu processo de ocupação, na atualidade sofre influências de fenômenos recentes que são de ordem cada vez mais global, com interesses exteriores a lógica da própria região, imprimindo aí as marcas de um processo de modernização da agricultura amplamente questionável por não atender aos anseios das camadas mais pobres da população do campo, que estão inseridas na terra e ligadas a ela pelo modo de vida que praticam e por retirarem dela o seu sustento. Segundo Zangelmi (2007, p 23), “hoje o tempo e o espaço separam-se de seus antigos referenciais concretos. Nisso, a atividade social se ‘desencaixa’ dos contextos locais de presença e interação, abrindo possibilidades de mudanças liberadas das restrições dos hábitos e práticas locais”.

No Cariri temos como exemplo dessas relações o modelo de agronegócio da cana de açúcar que, modernizado e mecanizado, vem alterando as bases produtivas de uma atividade secular da região. Essas alterações, no entanto, não vieram acompanhadas de uma socialização ou redistribuição da terra com os minifundistas ou com aqueles que, por não possuírem a terra e tampouco os instrumentos de trabalho e investimentos necessários para a produção, foram expropriados do campo.



FIGURA – 01. Produção de rapadura no Sítio Estrela, Barbalha - CE.
Autor: Judson Jorge

Citamos, ainda, como exemplo da modernização agropecuária do Cariri, o crescimento da fruticultura irrigada, com destaque para a produção da banana em alguns municípios do sul cearense, além da pecuária intensiva, que faz uso da biotecnologia. Tais atividades são reflexos de um contexto maior, que é a incorporação do Nordeste na lógica da produção, distribuição e consumo, deixando de ser um espaço de reserva e passando a contar com territórios diretamente ligados ao agronegócio e à nova divisão territorial e social do trabalho em âmbito global.

Por outro lado, concomitantemente, observa-se no Cariri a resistência de comunidades tradicionais com modelos de organização diferenciados, aonde as relações de solidariedade entre seus membros são emblemáticas. Muitas destas comunidades foram formadas há mais de 100 anos, por aconselhamentos do Padre Cícero Romão Batista, a exemplo da comunidade de Cacimbas. Localizada na Chapada do Araripe, no município de Jardim, a comunidade abriga os descendentes dos romeiros que migraram para Juazeiro do Norte e que foram convencidos pelo padre a se instalarem na “Serra do Araripe” e de lá

retirarem o seu sustento a partir da coleta do fruto do pequizeiro. Outras são mais recentes como a das mulheres quebradeiras de coco babaçu, no distrito de Arajara, município de Barbalha.



FIGURA – 02. Cacimbas, comunidade dos catadores de Pequi, Jardim – CE.
Foto: Judson Jorge.

Percebendo a necessidade desse debate, esta parte da pesquisa analisa e reflete a respeito da formação e transformações da estrutura fundiária da região e alguns aspectos do agrário Caririense a partir de duas perspectivas: no primeiro momento foram delimitados os municípios que compõem a região analisada e, a partir de uma análise histórica voltada para a compreensão das relações sociedade-natureza, buscou-se entender como as características geoambientais do local atuaram como agentes condicionadores da ocupação caririense pelos colonizadores, além de influenciar no tipo de atividade econômica desenvolvida no espaço geográfico rural caririense. No segundo momento, não menos importante, foi analisada a influência do Padre Cícero Romão Batista como um grande incentivador da formação de núcleos rurais no Cariri, bem como os seus aconselhamentos para uma convivência harmônica entre sociedade e natureza no semiárido nordestino. Após esmiuçar, de forma crítica, essas duas perspectivas, analisou-se em um terceiro momento a estrutura fundiária da região como se apresenta nos dias atuais. Para isso foram utilizados dados obtidos do Censo agropecuário do IBGE e das estatísticas cadastrais do INCRA.

2.1. Os Cariris no Ceará

O Estado do Ceará possui uma área de 146.817 km² subdivida em diferentes regionalizações propostas por estudos que levaram em consideração suas distintas características geoambientais e em razão das variadas atividades humanas e econômicas desenvolvidas em seu território. Essa regionalização é, portanto, resultado do modo como se deu seu processo de ocupação e a produção de seu espaço geográfico. A Região do Cariri, localizada no extremo sul, é parte integrante desse mosaico e tem em seus processos sociais, ou seja, em sua história e em seu povoamento, no seu quadro natural, caracterizado por sua geografia, hidrologia, tipo de solos, relevo e clima, bem como em sua rede de comunicações e nas relações de trocas de fluxos estabelecidas com áreas de influência hierárquica de suas cidades, as matrizes que explicam sua configuração regional e o seu regionalismo, diferenciando-a do seu entorno.

Apesar das características acima mencionadas, delimitar o Cariri Cearense não é tarefa das mais fáceis, já que não existe consenso homogêneo de opinião sobre os limites precisos do seu contorno político e cultural. Menezes (2007) nos esclarece que diferentes instituições estabelecem e elegem um número variado de municípios para compor o Cariri do Ceará, de acordo com suas intenções. Por essa razão aponta a necessidade de se explicitar sobre qual Cariri se pretende falar. Nesse sentido, indaga-se o que vem a ser, então, a região do Cariri e de qual Cariri será tratado nessa dissertação. Para isso, penso ser importante discorrer sobre algumas diferentes opiniões a respeito da definição de Cariri, para que o leitor, discordando da delimitação que aqui foi adotada, possa nortear-se para avançar nas considerações que apresento ao analisar o agrário da região.

Para Saraine (1972, p.6), a região “abrange não só o vale do mesmo nome, como se estende a toda zona que circunda a serra do Araripe”. Dentro desse critério, o Cariri possuiria uma extensão territorial de 10.543km² e seria composto por 20 municípios: Abaiara, Araripe, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Grangeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Potengi, Porteiras, Penaforte e Santana do Cariri.

Já de acordo com o *Documento Referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado do Cariri Cearense*, produzido pelo Banco do Nordeste do Brasil – BNB em 2001, o Cariri é composto por 11 municípios da região sul: Abaiara, Barbalha, Brejo Santo, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Porteiras e Santana do Cariri.

Tomando como base para sua delimitação a área da Região Metropolitana do Cariri – RMC, criada em 29 de junho de 2009, encontrar-se-á um total de nove municípios: Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Santana do Cariri, Missão Velha, Jardim e Nova Olinda, Caririaçu e Farias Brito.

Já de acordo com o Programa Territórios da Cidadania, que integra ações dos Governos Federal, Estadual e municipal, o Território da Cidadania Cariri - CE abrange uma área de 15.225,60 Km² e é composto por 27 municípios: Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas.

Porém, para alguns, a região coincide com toda a parte sul do Estado, em razão da presença da Chapada do Araripe, que proporciona uma forte identidade regional e se encontra distribuída ao longo de seus limites - Paraíba a leste, Piauí a oeste e Pernambuco ao sul -, além da existência dessa identidade regional, existiria também o fato de que as cidades instaladas nessa área mantêm entre si uma forte relação interna.

Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, em estudo realizado no ano de 2006, propõe uma reformulação da *Regionalização do Estado do Ceará* sugerindo que o Cariri passe a contar com 30 municípios. Caso seja adotado pelo Estado, a região passará a contar com os municípios de Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixio, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririaçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Várzea Alegre.

Conforme Menezes (2007), fica claro que o Cariri se trata de uma região cuja extensão territorial varia segundo os objetivos e critérios de delimitação adotado, sendo, porém,

consenso quase geral considerar como núcleo central da região a área úmida de brejo ao longo do vale que compreende aos municípios de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Santana do Cariri, Nova Olinda, Assaré, Jardim, Milagres, Brejo Santo, Porteiras, Mauriti, Farias Brito, Jati, Penaforte, Araripe, Altaneira e Abaiara, predominando como referência hegemônica o triângulo CRAJUBAR (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha), dada à complementaridade e inter-relação existente entre eles. Este Cariri não coincide com a versão oficial definida pelo IBGE em 1992. Confere, porém, com os municípios constantes da Sub-Bacia Sedimentar do Araripe (p. 350).

Para o IBGE, o Cariri é entendido como sendo uma das microrregiões do Ceará, pertencente à mesorregião Sul Cearense. Possui uma área total de 4.115,828 km² e sua população está estimada em 528.398 habitantes (IBGE, 2009), dividindo-se em oito municípios: Barbalha, Crato, Jardim, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda, Porteiras, Santana do Cariri. Para fins metodológicos será essa a delimitação que adotaremos no decorrer desse trabalho (ver figura 3).



FIGURA 03 – Posição Geográfica do Cariri no mundo.
Fonte: IPECE. Adaptado por Hudson Jorge.

2.2. A formação histórica da estrutura agrária do Cariri

O Brasil com sua área de 8.514.876,60 km², ocupa a quinta posição no ranking dos países de maior extensão no mundo. No entanto, apesar de ser um país de tamanho continental, os conflitos no campo ocorrem em praticamente todo o seu território em virtude de problemas decorrentes da distribuição desigual de sua estrutura fundiária, fruto de mais de 500 anos de apropriação desigual do solo nacional, sempre privilegiando minorias, em detrimento dos interesses públicos da coletividade.

No Cariri essa situação se apresenta, na atualidade, de forma bastante paradoxal, pois ao mesmo instante em que encontramos uma presença numérica significativa de minifúndios, existe na região uma intensa concentração fundiária, em decorrência da acumulação de grandes extensões de terra entre um número reduzido de grandes propriedades. Sendo mais claro, existem no Cariri muitos minifúndios que ocupam pequena porcentagem das terras agricultáveis ao mesmo instante em que poucas grandes propriedades ocupam área maior do que a ocupada por todos os minifúndios juntos, que se apresentam em maior número. Para melhor compreender essa situação penso ser importante traçar um paralelo entre o local e global, já que os fenômenos, respeitadas as singularidades, não se dão de modo desconectados da conjuntura que os envolvem.

Essa concentração teve o seu início possibilitado pela aplicação da Lei das Sesmarias e foi reafirmada pela Lei de Terras de 1850, tendo sido estas medidas governamentais responsáveis pela origem de vários latifúndios espalhados pelo país. Segundo Ramalho (1998), datam também desse período os primeiros casos de violência, expropriação e subjugação realizadas no campo brasileiro “tendo os povos indígenas como as vítimas da ganância pelas terras por parte dos colonizadores que aqui chegaram, escravizando-os e dizimando-os” (1998, p.60).

Com o passar dos séculos, essa estrutura foi sendo alterada em razão de atividades econômicas distintas, do sistema de heranças, dos conflitos pela posse da terra, ora se fragmentando, ora se reconcentrando. A má distribuição fundiária, associada a outros fatores, é causadora de severas desigualdades sociais. O Cariri não foge a essa lógica. Apesar de possuir particularidades, os desdobramentos da questão agrária caririense são forjados e se desenvolvem imersos em um contexto social definido por estruturas dominantes em uma escala geográfica que transita entre o local, o nacional e o global.

Como se pode notar esses são elementos que nos ajudam a compreender a grave tensão social que existe no campo brasileiro nos dias atuais. Ao estabelecermos uma relação de influência entre o modo como às propriedades agrárias da região estão organizadas e a produção do espaço geográfico rural brasileiro, com seus diferentes territórios, torna-se indispensável entender o processo histórico de formação dessa estrutura para que assim seja possível identificar quais as causas dessa concentração e, o mais importante, que consequências ela traz para o desenvolvimento do País. Desenvolvimento entendido aqui como algo que atenda as necessidades elementares do cotidiano das pessoas comuns.

Nesse sentido, Andrade (1995) esclarece que,

Para que se alcance uma objetividade, dentro de uma visão totalizadora, necessária se faz uma reflexão histórica, de vez que o presente é plasmado em um passado que continua presente e se projeta para o futuro; qualquer análise não pode ser feita como uma espécie de instantâneo do que está marcado na paisagem e nas relações sociais, porque a origem da paisagem atual e das relações existentes vem se processando lentamente, através dos tempos, e apresenta as tendências e as indicações das projeções futuras. Assim, a cronologia, com a sucessão do passado, presente e futuro, é apenas formal, estando, dialeticamente, o futuro no passado e o passado sendo preservado no futuro. Daí a necessidade de se analisar a questão agrária no Brasil e a problemática a ser corrigida e modificada, levando-se em conta a formação social que lhe deu origem, sabendo-se que todas as soluções não são definitivas, elas visam a atingir metas que, antes de se efetivarem, já necessitam de reformulação (p. 77-78).

Seguindo o raciocínio de Andrade, voltei-me para o passado em busca de elementos indicativos capazes de possibilitar a compreensão dos problemas que ocorrem atualmente no campo. Levando em conta a formação social e espacial do agrário brasileiro observa-se que o primeiro produto explorado em grande escala no Brasil foi à cana de açúcar, a princípio em praticamente todas as capitanias e, posteriormente, tendo se concentrado em Pernambuco e Bahia. Por ter sido durante muito tempo o principal produto de exportação da colônia, esta atividade favoreceu a formação de uma forte oligarquia agrária e foi a grande responsável pelo povoamento do litoral do nordeste brasileiro. Já o povoamento do interior do território nordestino aconteceu a partir dos núcleos coloniais próximos à costa e ocorreu devido a outros fatores, tais como a caça ao indígena, a procura de minérios e, sobretudo, devido à criação gado, atividade complementar ao cultivo da cana-de-açúcar.

No Nordeste, os entradistas que penetraram para o interior à procura de pastagem para o gado bovino, formaram grandes fazendas e, em um século, se apropriaram praticamente de todo o sertão nordestino [...]. Foram os grandes latifundiários pecuaristas que dominaram na área, latifúndios com centenas de léguas de extensão onde se fazia a pecuária ultra-extensiva em campo aberto para a produção de carne e

de animais de trabalho que eram vendidos inicialmente para as áreas canavieiras de Pernambuco e da Bahia e, a partir do século XVIII, para Minas Gerais (ANDRADE, 2004, p.33).

Conforme Andrade (1994), a conquista e povoamento do Ceará ocorreram também dentro desse contexto. Iniciado a partir do século XVII em virtude da pecuária, destacava-se por fornecer animais para as áreas de exploração do açúcar, bem como pela fabricação do charque, que era destinado à Bahia e Pernambuco, servindo de alimento para os escravos das lavouras de cana. Outra atividade de grande importância para o Estado foi também a implantação de lavouras de cana de açúcar nas áreas de brejo e nas áreas de maior altitude como a serra da Ibiapaba, a serra de Baturité e os brejos do Cariri. (ver figura – 4).

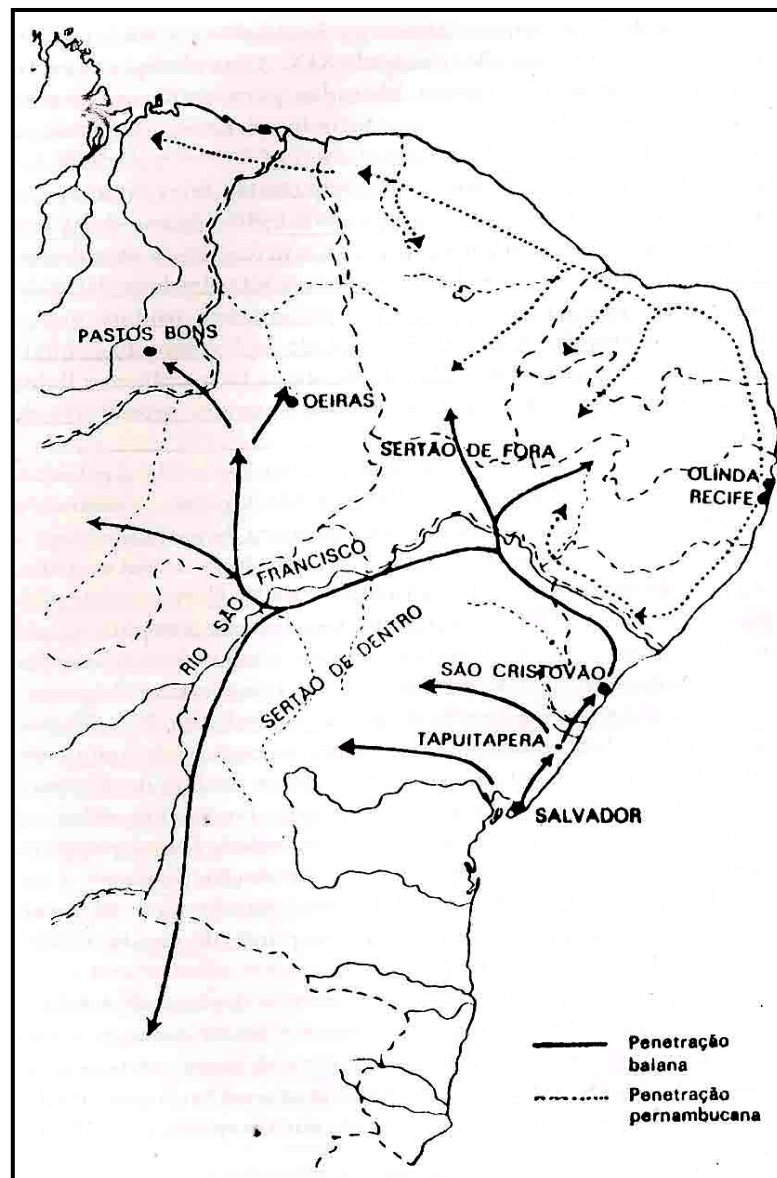


FIGURA – 04. Rota da interiorização do gado pelo Nordeste. Fonte: Andrade, 2004. P 34.

Segundo Brígido (2001), as primeiras concessões de sesmarias no Cariri ocorreram por volta de 1702/1703 e foram dadas pelos senhores da Casa da Torre. Vale lembrar que embora a doação de terras em regime de sesmarias não garantisse a posse das mesmas a quem a administrasse, foi a partir desse regime que se configurou a estrutura latifundiária do campo brasileiro, que implica em graves problemas sociais que imperam até hoje no país. Segundo Andrade,

Apesar do poder real, em alguns períodos, ter limitado a extensão das sesmarias a serem doadas, estas leis foram sempre burladas a ponto de se formarem grandes latifúndios com dezenas de léguas de extensão em terras contínuas. Na área de domínio da pecuária, os grandes senhores das casas da Torre e da Ponte dominaram quase todo o Sertão nordestino e o norte de Minas, com fazendas que eram em parte exploradas diretamente e em parte aforadas a sitiantes, seus agregados, que possuíam currais e pagavam foros anuais (2004, p.54-55).

Datam também do início dos anos de 1700 os primeiros casos de violência e subjugação realizadas contra os nativos dessa região, tendo sido os povos indígenas expropriados de suas terras. Conforme Gonçalves (2006), no ano de 1730, já havia sido iniciada a catequese dos índios pelos Capuchinhos. Três missões foram fundadas inicialmente pelos religiosos e duas delas deram origem a povoados que formaram os mais antigos núcleos urbanos do Cariri: Missão Velha, o mais antigo, e Crato. A presença destas missões de catequização indica que na região habitavam numerosa quantidade dos índios Kariris. Esta tribo, que tinha seu território estendido por boa parte do Sertão nordestino, foi reduzida e depois dispersada territorialmente. Grande quantidade de índios foi morta e, dos que sobreviveram, muitos foram enviados para o norte do Estado, nas proximidades do Litoral. De modo paradoxal a essa situação, apesar do extremo desrespeito e da violência contra os indígenas, é da denominação dada à tribo dos antigos habitantes dessa área que provém o nome da região.

Para os índios que habitavam a região, o vale do Cariri cearense já era ‘território sagrado’, bem antes que os primeiros colonizadores católicos chegassem para a conquista, a posse e o saque. Foi em defesa dessa terra da fertilidade e da fartura, onde se situava também o ‘espaço mítico’, que os índios Cariri fizeram guerras contra os invasores brancos e mestiços colonizadores e, bem antes, contra as tribos dos Sertões que, empurradas pela escassez de viveres e pelas secas periódicas, tentavam se estabelecer na região. Índios, negros e mestiços do Nordeste já conheciam o Cariri cearense como ‘terra da fertilidade’, como ‘chão sagrado’, bem antes das pregações do padre Ibiapina e de Antonio Conselheiro, do milagre da beata Maria de Araújo e da fama do padre Cícero’ (ROSEMBERG CARIRY, 2001, *Apud* GONÇALVES, 2006, p. 93).

Necessário ressaltar que não foram apenas os indígenas que sofreram a violência propiciada pela penetração das relações capitalistas de produção no campo caririense. Escravos e camponeses, estes últimos das mais diversas etnias, também foram explorados. É importante frisar que não é a diferença entre etnias que determinará a subjugação. Trata-se dessa situação, antes de tudo, de relações entre classes sociais distintas, caracterizada por relações entre exploradores e explorados.

A princípio, a ocupação do Cariri ocorreu seguindo a lógica da divisão territorial do trabalho, que destinava as áreas do interior brasileiro para a criação do gado. Porém, formou-se na região uma economia agrícola baseada na monocultura canavieira e na agricultura para o autoconsumo e pequena comercialização. Avançando no tempo, é encontrado o papel significativo da cultura do algodão na economia regional, até as últimas décadas do século XX, quando sofreu o último golpe com a praga do bicudo. Gonçalves (2006, p. 101), a respeito das relações de trabalho envolvidas nesse cultivo, afirma que

A produção algodoeira cearense requeria a incorporação de mais força de trabalho. Para submeter a população cabocla pobre e livre, além do escravo africano, os proprietários utilizaram dois mecanismos: a violência (para obrigá-los ao trabalho regular e disciplinado) e o estabelecimento de regras para ceder terras aos trabalhadores, com base na Lei de Terras de 1850.

Mas, se como foi frisado, as relações de produção, marcadas pela exploração e opressão não se diferenciavam das praticadas no restante da colônia, por que o Cariri, em seu processo de colonização, teve seu espaço geográfico organizado de modo diferenciado do seu entorno? Que diferenciação foi essa e que conseqüências ela trouxe para o seu quadro fundiário? A resposta para esses questionamentos estaria nas características geoambientais do Cariri e na forma como seus elementos naturais atuaram como agentes condicionadores que influenciaram no perfil das relações *sociedade x natureza*.

O Estado do Ceará possui quase a totalidade do seu território (92,1%) inserido na área semiárida do nordeste brasileiro. Com uma área total de 969.589,4 km², a semiaridez caracteriza-se pela irregularidade e insuficiência espacial e temporal de precipitações, que podem variar da casa dos 200mm a aprox. dos 2.000mm extremamente concentradas, gerando períodos de chuva e estiagens, elevadas temperaturas e alto índice de evaporação. Segundo Della Cava, o Vale do Cariri se situa na extremidade sul do Estado do Ceará, tendo sido

povoado no primeiro quartel do século XVIII, por criadores de gado provenientes da Bahia e de Pernambuco, atraídos que eram pelas terras férteis e pelas fontes perenes de água. Graças a esses recursos naturais, constituía o Vale do Cariri um verdadeiro

oásis cercado por todos os lados de infinitas extensões de terras planas, assoladas ciclicamente pelas secas e que quase nada produziam. Devido, ainda, aos recursos do Vale, veio a agricultura, especialmente a da cana-de-açúcar, a predominar sobre as atividades pastoris. Pelo final do século XVIII, grande parte dos rebanhos tinha sido forçada a emigrar em direção ao Norte, para uma zona menos fértil do Vale e, também, rumo ao Leste e ao Sul, além da imponente chapada do Araripe, penetrando nas terras ressecadas, de mato ralo, dos estados vizinhos da Paraíba, de Pernambuco e do Piauí (1976, p.27).

Como se pode perceber na descrição feita por Della Cava, a região do Cariri Cearense, apesar de também estar inserida nessa área, difere significativamente da sua redondeza em razão do seu quadro natural, fortemente influenciado pela presença da Chapada do Araripe, principal relevo da região, que faz divisa com os Estados de Pernambuco e Piauí. Trata-se de um relevo de formação sedimentar que possui um formato tabular plano, sendo a sua camada superior permeável à infiltração da água da chuva. Com uma área de mais de 4.500 km² de extensão e uma altitude média de 800m em relação ao nível do mar, chegando a atingir 1000m em alguns pontos, essa formação geomorfológica é responsável pela interceptação dos ventos alísios provenientes do nordeste do Estado, fato que ocasiona chuvas orográficas do lado cearense, que ao se infiltrarem no topo da chapada ressurgem na forma de fontes naturais que irão compor a sub-bacia hidrográfica do rio Salgado. Devido à existência dessas características ambientais a região se tornou atrativa para o cultivo da terra.



FIGURA – 05. Chapada do Araripe, vista do Pontal de Santana do Cariri. Foto: Jackson Bantim. Disponível em: <http://www.jbantim.blogspot.com>

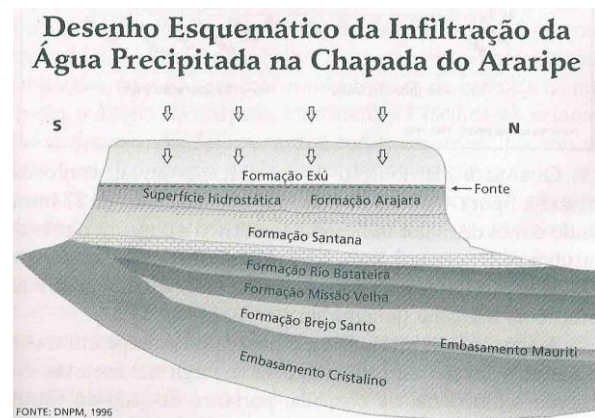


FIGURA – 06. Fonte: Menezes, 2007.

Conforme Andrade (2005, p. 55), a existência de mais de uma centena de fontes, 348 no total segundo dados do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, dá origem a uma série de riachos perenes e à existência de uma área de solos mais produtivos, fazendo com que a sub-região do Cariri cearense seja uma ilha agrícola no meio da caatinga. Havia primitivamente nessa região uma vegetação florestal que, após o século XVIII, foi

sendo derrubada à proporção que o povoamento se adensava e a agricultura se desenvolvia. Culturas adaptadas às regiões úmidas, como a cana-de-açúcar e o café, foram-se desenvolvendo, dando margem ao surgimento de paisagens culturais que constituem verdadeiro contraste no Sertão.

Diferente da baixa densidade presente no sertão semiárido, as encostas do Araripe eram muito povoadas e, segundo Menezes (1918), podia-se dizer que de quilômetro a quilômetro encontrava-se:

um sitio com a sua casinha branca, rodeada de palhoças de agregados, tendo ao lado o engenho de ferro ou fabrica de fazer rapadura e aguardente. (...) Há nesta pequena, porém fertilíssima zona, 84 engenhos que produzem quatro milhões de kilogrammas de assucar, afora a aguardente, que atinge a milhares de canadas. Álcool propriamente não se fabrica e sim aguardente de 18 a 22 grãos. (...) O Crato é a capital moral, intellectual e material do famoso Valle do Cariry (MENEZES, 1918, p.164 *Apud* GONÇALVES, 2006. P. 103).

A atividade monocultorora da cana-de-açúcar atingiu tamanha importância que na década de 1940 o Cariri chegou a possuir 300 engenhos que produziam rapadura e aguardente para o interior do nordeste, tendo sido a paisagem da região dominada durante muito tempo pelas grandes lavouras dos “verdes vales”. Essa atividade foi responsável também pelo surgimento de uma forte oligarquia fundiária no sul do Ceará, que teve tempos áureos na história política e na economia do Estado, mas que, na atualidade, possui menor expressividade.

Como se pode observar, o Cariri possui um ecossistema bastante diferente do encontrado em seu entorno, seja no Estado do Ceará ou nos Estados limítrofes. Tal diversidade de característica está evidenciada por fatores geológicos, geomorfológicos, pedológicos, climáticos, hidrológicos, hidrográficos, faunísticos e de vegetação. Tais características configuraram-se como atrativos que estimularam o povoamento e desenvolvimento de atividades produtivas na região.

Para o entendimento de como se deram os processos de produção e organização do espaço geográfico da região, essa análise das relações de influência dos atributos naturais como sendo um dos condicionantes do processo de construção regional é fundamental, tendo em vista que foi em virtude das características geoambientais do Cariri que ocorreram à escolha dos ciclos econômicos produtivos que se desenvolveram e deram forma ao local. Pode-se citar como exemplo dessa afirmação a introdução do cultivo da cana-de-açúcar nas terras caririenses, uma importante atividade econômica do seu passado de colonização. Desenvolvida como cultura eminentemente comercial, a mesma deixou heranças históricas e

culturais para a região. Além desta, estabeleceu-se também no Cariri uma agricultura camponesa voltada para o autoconsumo e o mercado local. Dessa forma, diferente do modo como se deu à colonização de grande parte do sertão nordestino, no Cariri o cultivo agrícola se desenvolveu em detrimento da pecuária, atividade esta que, no princípio, foi a responsável pela colonização da área e que ainda hoje se faz muito presente em seu entorno, mas que acabou não se firmando como principal atividade produtiva caririense do passado, devido a este possuir uma “vocação” agrícola por tratar-se de uma área úmida em pleno sertão.

No passado, era comum os atributos naturais influenciarem na apropriação de territórios. A esse respeito Brígido afirma que:

As margens dos rios eram, nos primitivos tempos do Brasil, os caminhos, que conduziam às regiões desconhecidas. Os baianos, por exemplo, partindo do rio São Francisco, acompanharam em marcha ascendente o curso de alguns dos seus afluentes e chegaram a avistar a cinta do Araripe; depois, tomando-a por objeto, encontraram o riacho dos Porcos e, por este abaixo, o Salgado. Continuando assim a sua derrota, foram ao Icó, etc. (1888, p. 93).

De acordo com Petrone (1955) fica claro que a referência aos cursos d'água era uma necessidade para o problema da delimitação das primeiras sesmarias do Cariri cearense e que em todas elas a água era de primordial importância para qualquer iniciativa no sentido de utilizar o solo.

A concentração dessas nascentes possibilitou um desenvolvimento econômico regional pautado em diversos ciclos agrícolas, que se intensificaram a partir do século XVIII. Desde então, as águas provenientes das nascentes passaram a ser desviadas de seus cursos naturais para pequenos canais de terra construídos e mantidos por agricultores, para a irrigação de suas lavouras, sendo nos dias atuais resquícios de um arcaico modelo de irrigação, constituído com o auxílio de pouca tecnologia.

O espaço geográfico local passou a ser, portanto, produzido a partir da intencionalidade dos povoadores, materializando-se no fazer cotidiano sobre os atributos naturais do Cariri, ou seja, a partir de suas potencialidades sendo apropriadas e transformadas pelo trabalho aqui desenvolvido.

Como se pode observar, os atributos naturais foram fatores que influenciaram na ocupação e desenvolvimento das atividades econômicas no Cariri cearense, causando uma diferenciação entre a sua paisagem e a de outras áreas de sertanejas. Seguindo uma lógica interna que estava baseada nas características físicas do seu território, houve uma divisão de zonas produtivas distintas, que Barros (1964) subdividiu em: topo da chapada, pé-de-serra,

brejos, arisco e de tabuleiro. O topo da chapada do Araripe foi destinado à criação do gado em sistema extensivo, possuindo, portanto, propriedades de maior tamanho. Nas outras áreas desenvolveram-se as práticas agrícolas adequadas ao tipo de cada solo. A zona do pé-de-serra, onde se encontram as menores propriedades, e os brejos são as áreas mais férteis e, por essa razão, são também os locais onde se encontram as terras mais valorizadas.

Barros, em seu estudo sobre o quadro agrário e a vida urbana no Cariri Cearense, aponta que:

É necessário fazer-se referência ao fato de que as propriedades localizadas nos trechos onde a planície aluvial se estreita, isto é, nos trechos denominados de baixo, são menores e exploradas em regime familiar. No brejo, as propriedades mais características são denominadas sítios e não engenhos como em outras áreas canavieiras, isto porque se trata de pequenos estabelecimentos comumente inferiores a 50 tarefas que contrastam com os extensos domínios das áreas típicas daquela lavoura, não se notando, outrossim, o escalonamento social determinado geralmente pela presença do senhor de engenho. O pequeno proprietário faz sua lavoura auxiliado por moradores, o que constitui o regime de trabalho predominante no Cariri (1964, p.568).

Nas áreas de brejos e no pé-de-serra, nos locais onde a especulação causada em virtude do turismo ligado ao hidrolazer proporcionados pelas fontes (que no Cariri são privadas, indo contra a legislação brasileira), predominam as pequenas propriedades, já que, com o passar do tempo, as terras foram subdivididas pelo regime de herança. “Um dos fatos que prendem a atenção de quem se preocupa com o estudo da região do Cariri é a sugestiva fragmentação da propriedade que aí se operou” (PETROLE, 1955, p.9).

Como se pode observar, o Cariri é compreendido ora como sendo a área sob influência dos atributos naturais associados à Chapada do Araripe e às áreas de brejo ou é compreendido como sendo uma área menor, diretamente ligado à área de influência exercida pelo triângulo Crato – Juazeiro – Barbalha - CRAJUBAR. O certo é que, independente da delimitação adotada, as características naturais são responsáveis pela formação de uma identidade regional ao mesmo instante em que exerceram no passado forte influência no povoamento da região e em suas atividades produtivas. Nesse sentido, Barros afirma que “a existência do Cariri deve-se, [...], à presença da Chapada do Araripe, traço marcante que dá a essa região sua originalidade” (1964, p. 350).

Hoje, além desses atributos naturais já mencionados, diversos outros atrativos e características fazem com que a região passe por um intenso e acelerado processo de crescimento econômico e demográfico, acompanhado de significativo processo de urbanização. Entre esses elementos podemos destacar o fenômeno das romarias à Juazeiro do

Norte, que há mais de um século atraí para esta cidade uma enorme quantidade de peregrinos, chegando nos anos 2000 a casa de, aproximadamente, um milhão de visitantes por ano. Pelo fluxo de capital injetado na economia do município a partir das romarias, desenvolveu-se significativamente o setor terciário local, possibilitando o surgimento de atividades econômicas diversas que vão desde o circuito inferior até o circuito superior da economia urbana, implantado pela demanda gerada pelas cidades, sobretudo das que se encontram encravadas na região metropolitana do Cariri, bem como das que são polarizadas por sua influência.

Como se pode notar, o Cariri passa a crescer de uma maneira bastante peculiar, em torno da figura do Padre Cícero e dos fenômenos associados a sua pessoa, como veremos adiante. Tal influência ocasionou transformações importantes em toda a região e, sobretudo no passado, impactaram significativamente na zona rural caririense. Pois, formaram-se territórios camponeses na região com relações de convívio e apropriação da natureza bastante singular, influenciados pelas ações políticas, sociais e concepções ecológicas do sacerdote.

2.3. O olhar do Padre Cícero sobre as relações sociedade natureza e sua importância na formação de núcleos rurais no cariri cearense

Se desde a ocupação primeira dos índios Kariris, até a chegada dos colonizadores, a natureza apresentou-se como fator de gênese para produzir e organizar o espaço geográfico caririense, a partir do final do século XIX, com a chegada do recém ordenado sacerdote Padre Cícero, ao que seria mais tarde o município de Juazeiro do Norte, surge um novo sentido dinamizador para a produção e o consumo do espaço geográfico caririense. Os fenômenos religiosos envolvendo a sua pessoa e a da Beata Maria de Araújo influenciaram diretamente os modos de povoamento e distribuição demográfica, alterando drasticamente a organização espacial do Cariri. Por essa razão, pode-se afirmar que a região possui um divisor temporal, que se configura em antes e depois dos episódios de transformação da hóstia consagrada em sangue durante uma comunhão ministrada pelo Padre Cícero à beata Maria de Araújo.

Quando a hóstia se transforma na boca de Maria de Araújo, em uma comunhão durante uma vigília onde se clamava a Deus para amenizar os efeitos da seca de 1875, não foi apenas a própria hóstia que se transformou. O padre ganha status de santo popular, a beata, por razões que merecem ser ainda melhor elucidadas, é esquecida e, depois de morta, teve seu túmulo violado e seus restos mortais roubados, não se sabendo nos dias atuais que fins levaram. Também a cidade de Juazeiro se transfigura, adquire um sentido místico, passando a ser alvo de constantes e crescentes romarias.

Logo de início, os principais representantes da elite agrária do Cariri, além de vários padres, manifestaram publicamente seu apoio ao sacerdote, e vieram ter com este em Juazeiro, podendo essa ser considerada a primeira das romarias à Juazeiro. Porém, por pressões da igreja católica e através da diocese do Ceará, tiveram que se retratar publicamente. Apesar desse apoio inicial dado pelas elites, foram os romeiros que atribuíram o sentido contemplativo e de devoção à cidade, ainda nos primeiros dias de ocorrência dos fenômenos. Com a morte do sacerdote, ocorrida em 1934, muitas pessoas acreditavam que Juazeiro passaria por um processo de estagnação econômica, em virtude de cessarem os fluxos temporários de migração. No entanto, a cidade cresceu em torno da religiosidade contemplativa dos romeiros ao padre Cícero, configurando-se, hoje, como uma das mais importantes do nordeste brasileiro. Interessante destacar que se trata de um dos poucos movimentos religiosos que não tem em seu ativo principal o aval da santa igreja, ou seja, é uma das poucas romarias que se destina a um homem e não a um santo, haja vista que na

atualidade ainda corre no seio da Igreja Católica o processo de reabilitação das ordens sacerdotais de Cícero, para que, posteriormente, possa ser canonizado. Por isso que se costuma dizer que Padre Cícero é um santo do povo.

A partir dos acontecimentos ocorridos em torno do Padre, todo o Cariri sofreu alterações. A cidade de Juazeiro passou por um acelerado processo de crescimento populacional, acompanhado de intensa urbanização em decorrência dos vários romeiros que, após virem em romaria, optavam por se fixar no povoado, até então pertencente ao município do Crato, esse já significativamente urbanizado. Em decorrência desse novo contexto era preciso ampliar a produção de gêneros alimentícios capazes de suprir a demanda alimentar desse crescente centro, além de ocupar a grande quantidade de migrantes que chegaram à região, buscando a Meca cearense. A esse respeito, Della Cava afirma que:

A vila-santuário, na medida em que milhares de romeiros acabaram por nela se instalar permanentemente, em menos de 20 anos transformou-se, a olhos vistos, num florescente empório agrícola, comercial e artesanal dos sertões nordestinos. Além do mais, a região em volta, conhecida como Vale do Cariri, foi igualmente afetada pela transformação de Joazeiro, assumindo um pouco depois, o título de ‘celeiro do Nordeste’ (1976, p. 20).

Diante desse novo quadro que se apresentou para o pequeno povoado, refletindo-se sobre a região, o sacerdote passa a demonstrar, também, suas habilidades políticas, econômicas, e sua visão de desenvolvimento. Emerge a figura do líder que, sendo aclamado pela massa, foi conduzindo seu processo de criação espacial de Juazeiro e, amparado nas ideias e teias de relações de Dr. Floro Bartolomeu (seu principal aliado no processo de emancipação do povoado do município de Crato), a afirmação de sua autonomia e direcionamento para se tornar o centro econômico e político regional. Nesse sentido, Araújo afirma que “o Padre Cícero contribuiu para a formação e expansão da cidade do Juazeiro e redefiniu a geografia da Região, ao projetar Juazeiro enquanto importante centro de cultura e religiosidade popular” (2005, p. 29).

Figura bastante controversa em razão do seu trânsito livre entre as diferentes classes sociais, o Padre Cícero é visto por uns como sendo o “padinho”, uma figura carismática que costumava chamar os romeiros e os habitantes da Cidade de Juazeiro do Norte de “amiguinhos”, homem de gestos simples que se fez santo. Já outros o veem como uma figura estritamente política, com atitudes e alianças que o caracterizariam como um Coronel, ligado às oligarquias fundiárias do Estado do Ceará. Neste capítulo o intuito é o de refletir sobre a influência do Padre Cícero na formação de núcleos rurais na região, analisando

como as suas ações políticas, sociais e suas concepções ecológicas influenciaram na organização e nas relações de convívio e apropriação da natureza realizada por essas comunidades.

Araújo (2005) ressalta a importância do padre Cícero como grande fomentador e incentivador da formação do núcleo rural da cidade de Juazeiro do Norte. Segundo esta autora, para que se possa compreender melhor a ocupação do espaço de Juazeiro se faz necessário entender a ação política, social e econômica do Padre Cícero sobre a cidade, já que o sacerdote contribuiu de maneira significativa para a sua formação e expansão. Juazeiro cresceu, assim como o Cariri inteiro ganhou uma nova vitalidade.

Quando Padre Cícero, retornando ao Cariri após ser ordenado no seminário da Prainha em Fortaleza, chegou a Juazeiro para celebrar uma missa no natal de 1872, encontrou um local modesto, encravado em uma fazenda que pertencia ao município de Crato. Havia no local apenas duas ruas, uma escola, 32 prédios simples e uma pequena e simples capela, na qual anos mais tarde seria protagonista de um milagre. Expondo esse movimento migratório e suas peculiaridades, evidencia-se como o processo, perverso, de concentração fundiária no Brasil possui raízes históricas e com poder excludente sobre aqueles que não detêm propriedade ou posse de terra obrigando-os a migrar ou a se sujeitar ao processo de proletarianização no campo e ao rompimento das relações culturais camponesas. Há menos de 100 anos, o local que no passado era apenas uma fazenda, emancipou-se para se tornar um município inteiro.

Segundo Della Cava (1973) não estava entre os planos daquele jovem sacerdote fixar residência em Crato, sua cidade natal, muito menos naquele minúsculo povoado. Seu plano era o de retornar para a capital da província para lecionar no seminário, onde havia se formado dois anos antes. Porém, conforme revelaria tempos depois, um processo místico o fez mudar seus planos e fixar morada naquele lugar: um sonho! Esse sonho é narrado por Della Cava da seguinte forma:

Aí, no quarto contíguo à sala de aulas, caiu no sono e a visão fatal se revelou: 13 homens com vestes bíblicas entraram na escola e sentaram-se em volta da mesa do professor, numa disposição que lembrava a *Última Ceia*, de Leonardo da Vinci. O Padre sonhou, então, que acordava e levantava-se para espiar os visitantes sagrados, sem que estes o vissem. Nesse momento, os 12 apóstolos viraram-se para olhar o mestre. [...]. No momento em que o Cristo imaginário levantava-se para dirigir a palavra a seus apóstolos, **um bando de camponeses miseráveis entrou de repente na escola. Carregando seus parques pertences em pequenas trouxas sobre os ombros, estavam os homens e as mulheres vestidos de farrapos, e as crianças nem isso tinham. Davam a impressão de virem de muito longe, de todos os recantos dos sertões nordestinos.** Cristo, então, virou-se para eles e falou, lamentando a ruindade do mundo e as inúmeras ofensas da humanidade ao

Sacratíssimo Coração. Prometeu fazer um último esforço ‘para salvar o mundo’, mas, caso os homens não se arrependessem depressa, Ele poria fim ao mundo que Ele mesmo havia criado. Naquele momento, Ele apontou para os pobres e voltando-se, inesperadamente, para o jovem sacerdote estarecido, ordenou: **‘E você, Padre Cícero, tome conta deles’**. (1973, p. 26. Grifos meus).

A descrição do estado no qual se apresentavam os camponeses assemelha-se muito com a dos retirantes, forçados a migrarem do nordeste por causa das constantes secas que assolavam a região. E, segundo Padre Cícero revelara em seu sonho, era seu dever cuidar desses camponeses.

Constantes no semiárido nordestino, se na atualidade os efeitos dessas secas periódicas ainda geram problemas sociais de significativa relevância, naquela época os efeitos eram desastrosos, dada a falta de equipamentos estruturais mínimos, como açudes, cisternas, adutoras, rodovias, estradas de ferro e um sistema de logística para a distribuição de mantimentos nos períodos mais críticos. É possível observar que as várias secas com todas as suas consequências, vivenciadas desde a infância pelo Padre Cícero, atuaram de modo marcante em sua estrutura psicológica e em seu imaginário, de maneira a influenciar em seus sonhos, além das suas ações sociais, políticas, econômicas e ambientais na região.

A partir daí, baseado no binômio: oração e trabalho, como pilares edificantes da alma e da reprodução material e em uma aguçada percepção ambiental, com profunda sensibilidade sobre as características da natureza sertaneja e de como deveriam proceder as relações da sociedade no ato de se apropriar desta natureza a partir do trabalho, o Padre Cícero deu início as suas obras de orientação espiritual e produção espacial de Juazeiro e de todo o Cariri. Entre suas obras de orientação destacam-se os aconselhamentos para a criação de pequenas oficinas artesanais, do incentivo ao comércio, e a fixação de grande parte desses romeiros migrantes nas atividades agrícolas, tendo sido responsável, portanto, pela formação de diversas comunidades camponesas em toda a região. Sobre essa forma de atuação do Padre, cunhando as bases sociais e econômicas da região, Gonçalves aponta que:

O Patriarca não se limitava a arrebancar e a mobilizar os agricultores. Ele inculcava, também, no espírito desses sertanejos, os padrões de valores de uma economia baseada no trabalho assalariado. Ao cair da noite, pregava à multidão de trabalhadores que se reuniam diante de sua residência. Tais consagrações, invariavelmente, versavam sobre a honestidade, o trabalho duro e o respeito às autoridades eclesiais e civis (2007, p. 7).

Algumas dessas comunidades se perpetuam até os dias atuais, como a de coletores de pequi na chapada do Araripe. Mas em que estavam baseadas as teorias, metodologia e a *práxis* do sacerdote e do político Cícero Romão Batista?

Para essa reflexão, se faz necessário entender algumas situações: a primeira delas é a de que, como afirma Della Cava (1976), até meados do século XIX praticamente somente os padres possuíam educação formal no Cariri, sendo, também, os responsáveis por seu ensinamento. Portanto, tendo o Padre Cícero acesso a uma educação formal quando criança e, posteriormente, ampliando seus conhecimentos em decorrência dos estudos no seminário, sem dúvidas tratava-se de alguém com algo a ensinar para os inúmeros romeiros sem instrução escolar que chegavam a Juazeiro. Certamente por ser do clero ele teria créditos junto à população religiosa. Após o milagre da hóstia, a confiança dos devotos sobre ele se potencializou, possibilitando base sólida para sua liderança.

O segundo aspecto que merece atenção é o entendimento da conjuntura e do meio social no qual foi criado, cercado por práticas de um catolicismo popular que, certamente, cunhou grande parte de sua personalidade e, por consequência, das posturas que adotava frente aos acontecimentos políticos, sociais e naturais, sobretudo os decorrentes das secas vivenciados naquele período. Mesmo tendo, anos depois, se formado em um seminário com uma estrutura voltada para combater essas práticas e voltado também para um processo de “romanização” do catolicismo, termo usado por Della Cava (1976), não se pode negar a influência do catolicismo popular em suas condutas, mesmo sendo extremamente obediente às designações da igreja.

Em terceiro lugar, faz-se necessário lembrar que a ação do Padre Cícero sobre a cidade de Juazeiro do Norte e, conseqüentemente, sobre toda a região do Cariri, teve seu ápice no período de transição entre os séculos XIX e XX. Gonçalves (2007) nos esclarece que é importante ressaltar que essa conjuntura histórica encontrava-se impregnada pelos ideais de progresso, modernização e civilização, baseados em uma ética do trabalho, voltada para atender aos anseios do avanço das relações capitalistas de produção. Este mesmo autor aponta que, como patriarca da cidade e através da religião, o sacerdote

trilhou os passos iniciais de um conjunto de regras que fundamentaria a construção de uma ética do trabalho, suporte da modernização que se processava de forma desigual no Brasil. Modernização que se dá no marco da tradição, onde o novo revela-se como desdobramento do velho (GONÇALVES, 2007, p. 7).

Como ficou claro na citação de Gonçalves, o processo modernizador se dava a partir do velho. A modernização da conduta religiosa dos fiéis se dá com a presença de rugosidades, materializadas nas ações e no próprio espaço. O Padre Cícero e outros sacerdotes daquela época tinham influências do seu passado, marcado pelo sincretismo religioso do catolicismo popular, fortemente questionado na sua formação clerical no seminário, e, tinha influências também de um método próprio de condução do processo modernizador da religião no Brasil, caracterizado por um movimento de “renovação as avessas” como o que Padre Ibiapina logrou executar. Sobre essa relação conflituosa e de afirmação identitária do Padre Cícero, Braga afirma que:

Se, de um lado o papel social de Cícero no seminário era o de aluno, por outro, não é de todo impossível trabalharmos com a hipótese de que ele tenha apresentado reservas ao assumir uma atitude que de certa maneira representaria uma negação do ambiente religioso onde fora gerado, onde se dera parte da sua formação religiosa e onde ocorreram muitas experiências marcantes na sua infância e juventude. É igualmente plausível levantarmos a possibilidade de que diante de algumas situações ele tenha agido a partir de um *habitus* que se remetia à essas primeiras experiências e momentos de sua trajetória social. Afinal, o ambiente religioso do Cariri de sua infância e juventude muito provavelmente deixou nele uma marca pessoal profunda. Os rituais, as rezas, os sacerdotes, os missionários, os homens e mulheres devotas (como Dona Quinô, sua mãe), os homens e mulheres que ele deve ter tomado por bons católicos, quem sabe até mesmo por santos, provavelmente deixaram marcas na sua memória e sua vida. Como, por exemplo, ele poderia negligenciar que fora naquele ambiente, com aquele tipo de fé e prática religiosa, que seu pai colérico e moribundo recebeu conforto e cuidado num lazareto criado por Pe. Ibiapina. Quando analisamos diferentes aspectos da vida de Pe. Cícero nos vem uma forte impressão de que uma atitude de negação dessa origem não seria condizente com sua figura e os tipos de ação que ele usualmente tomou (2007, p. 55).

Por fim, o quarto aspecto e, talvez um dos mais importantes, refere-se ao fato de que, segundo Araújo (2005), o Padre Cícero teria recebido a "herança sociológica" das missões do Padre Ibiapina. Em decorrência do contato tido com Ibiapina na juventude e, influenciado pela atuação daquele sacerdote, Cícero teria moldado suas ações sobre o espaço da região baseado também na observância às referidas práticas religiosas e civilizacionais das casas de caridade.

2.3.1 A formação religiosa e educacional do Padre Cícero

O início dos estudos de Cícero Romão Batista ocorreu ainda na cidade de Crato e, posteriormente, teve sequência em Cajazeiras, no vizinho Estado da Paraíba. Em ambos os momentos, os responsáveis pelo seu ensinamento foram os padres.

Nesse sentido, cabe destacar que, segundo Lira Neto (2007), naquele período as bases da igreja católica eram, não apenas no Ceará, mas em grande parte do país, corrompidas e distanciadas da proposta central da Santa-Sé. Em contraste com o que pregava o catolicismo ortodoxo, muito em virtude da quantidade escassa de Padres que realizassem a conversão e catequização dos fiéis a partir do catolicismo romano, predominavam na região, entre ricos e pobres, práticas litúrgicas não oficiais e credices populares como manifestações religiosas da fé. A falta de sacerdotes levava a um desamparo da religião oficial católica, sendo, por essa razão, as manifestações populares como as novenas, as penitências, a existência das rezadeiras e benzedoras, práticas religiosas muito comuns no sertão. Nesse sentido, segundo Della Cava,

Sobretudo entre os pobres, eram as credices o meio mais eficaz para coibir a dureza e as adversidades da vida. Faziam-se, comumente, promessas aos santos na esperança de obter saúde, felicidade, fortuna, enquanto que, entre os trabalhadores rurais, o plantio era precedido de preces, numa tentativa de afastar os maus espíritos, aos quais se atribuíam, invariavelmente, as más colheitas. Até nas elites do Cariri, uma maneira de agir mística e supersticiosa era comum para se conseguir melhoria material. Assim se fazia, principalmente, nas épocas de seca. Os padres que, no Cariri até meados de 1850, eram talvez os únicos a receber e dar educação formal, achavam que as secas cíclicas e devastadoras eram um castigo de Deus para com os povos desgarrados. Consequentemente, padres e proprietários de terra praticavam uma liturgia antiga e complexa, carregando as imagens dos santos padroeiros das paróquias, em procissão, e implorando chuva a Deus, por sua intercessão. Novenas e outras práticas litúrgicas populares eram, também, correntes, com o intuito de sanar os males do mundo – mundo este que, até meados da década de 1850, era, no tocante ao vale do Cariri, dissoluto e anárquico (1976, p. 30).

A segunda parte da educação de Cícero foi realizada em Cajazeiras, Paraíba, sob orientação do Padre, poliglota, Inácio de Sousa Rolim. Essa etapa, que durou dos seus 16 aos 18 anos, foi interrompida em virtude da morte de seu pai, acometido de cólera-morbo em uma epidemia que matou 1.100 pessoas no município de Crato e 11 mil em todo o Ceará. Por esse motivo, retorna a cidade natal sob a incumbência de amparar sua família. Sobre o desespero causado pela epidemia de cólera e as manifestações religiosas populares de penitência e sacrifício oferecidos pela população caririense nesse período, Lira Neto aponta que:

O pânico se estabeleceu ente os sobreviventes, que creditavam à tragédia a um severo castigo dos céus. [...]. No Crato, a exemplo de outras cidades do interior cearense, o horror diante da moléstia incentivava numerosas procissões de penitência. Noite e dia, viam-se multidões de fiéis entoando litanias desesperadas pela rua. Uns seguiam com volumosas pedras sobre a cabeça; outros se flagelavam, açoitando as próprias costas com chicotes de couro cru, na ponta das quais eram amarradas as ‘disciplinas’, lâminas de ferro afiadas e dentadas. **Foi nesse cenário aterrador que o rapaz Cícero Romão, agora órfão de seu pai, teve de voltar para casa** (2007, p. 30 – grifo meu).

Pelo exposto, pode-se observar que em sua formação pessoal, Padre Cícero trouxe do período da infância as influências dessa formação religiosa popular, tão praticada em seu meio. Esta particularidade cria um contexto paradoxal: mesmo sendo bom aluno no seminário da Prainha, na cidade de Fortaleza, e ganhando a confiança de seus tutores a ponto de tornar-se responsável por um grupo de seminaristas mais jovens, ministrando aulas no Seminário Menor, o seminarista Cícero dificilmente adaptava-se à rígida filosofia ensinada pelos padres Lazaristas, incumbidos da missão de “romanizar” a religião cearense.

Conforme aponta Braga (2007), tal afirmação pode ser constatada em um trecho da ata do Conselho de Ordenação, órgão do seminário encarregado de avaliar quais seminaristas eram habilitados ao sacerdócio, a partir dos princípios ensinados no Seminário da Prainha, em Fortaleza. Segundo trecho citado por esse autor, na parte que avaliava o Seminarista Cícero Romão Batista,

foi dito que não receberia a ordenação porque a longo tempo não se confessava na Comunidade (entenda-se: seminário), no que é pouco regular; que tem muitas idéias confusas; que deposita muita confiança na própria razão. A primeira irregularidade é tanto mais grave quando ele exerce função no seminário. Por isso se decidiu que se ele continuasse deste modo, não poderia mais exercê-la em razão do escândalo que dá; fica livre para receber as duas ordens (as duas primeiras ordens menores, observa o tradutor e transcritor) a fim de que o corpo docente não fosse desacreditado (ARAÚJO, 1968: p. 178 *Apud* BRAGA, 2007, p. 48).

Como se pode verificar na citação de Braga, o futuro padre possuía “idéias confusas”. Creio que tais características sejam herança do catolicismo popular com o qual tivera contato em sua juventude e que, no seminário da Prainha, era impelido a não praticar e orientado a reverter do seio social quando se tornasse sacerdote. Sobre o fato de que “depositava muita confiança na própria razão” foi essa uma das características que o acompanhou durante toda a sua vida, e que se tornou emblemática em sua atuação como Padre e posteriormente como prefeito de Juazeiro, ocasião na qual tomou diversas medidas questionadas na época, mas que foram importantes para o desenvolvimento da cidade, como, por exemplo, a construção da estação de trem fora dos limites urbanos da cidade, fato que levou a edificação de novos prédios, casas e atividades de comércio na área antes despovoadas.

O ingresso no Seminário da Prainha, em Fortaleza, ocorreu aos 07 de março do ano de 1865, com o apoio e ajuda material do seu padrinho, o Coronel Antônio Luiz, já que seu pai havia falecido três anos antes. Padre Cícero foi o 51º seminarista a ingressar no Seminário Episcopal do Ceará. Portanto, foi aluno da segunda turma do seminário, que havia sido instalado na província do Ceará um ano antes, por Dom Luís Antônio dos Santos. A

moralização e a boa formação clerical foram preocupações de Dom Luis ao criar a diocese do Ceará e, anos depois, o Seminário de Fortaleza. Segundo Braga,

Este tipo de preocupação de Dom Luís não era só uma decorrência do espírito romanizador que o movia. Suas preocupações foram potencializadas pela situação que encontrou na diocese assim que a assumiu. O Ceará era uma diocese composta de apenas 33 paróquias que contavam com um clero pequeno, pouco instruído, precário nos conhecimentos teológicos, com muitos sacerdotes publicamente amasiados, envolvidos em negócios e na política, e, que nem sempre demonstravam serem diligentes no cumprimento de seus deveres sacerdotais e pastorais. Ou seja, além da falta de “mão-de-obra” clerical, havia uma situação onde o prestígio do clero e, subseqüentemente, da instituição eclesiástica católica não era nada bom entre os cearenses, decorrendo que a formação dos fiéis, em sua perspectiva, obviamente, deixava muito a desejar, distante dos conhecimentos e das práticas católicas que ele julgava adequadas (2007, p. 39).

A partir do seu ingresso no seminário podemos supor que, pelo menos duas importantes características de sua maneira de atuação política e sacerdotal sofreram influência. A primeira delas é a do seu conhecido ato de moralização dos costumes praticados no povoado de Juazeiro do Norte e em seus arredores. São amplamente conhecidos trechos de seus sermões aonde aconselhava o não consumo do álcool, o não cometimento de atos ilícitos, a condenação do adultério, etc.

A segunda foi o acesso a disciplinas importantes, que certamente possibilitaram o conhecimento de saberes diversos, possivelmente colocados em prática no exercício das funções sacerdotais e, posteriormente, políticas. De acordo com Lira Neto, os seminaristas tinham aulas de “matérias como a filosofia, retórica, teologia dogmática, humanística e direito canônico, recebia lições de liturgia e canto gregoriano” (2007, p. 37). Ainda conforme o mesmo autor, revistas, jornais e livros não religiosos eram proibidos. Porém, destoando desta afirmação, vários são os relatos a respeito da cultura e dos conhecimentos dos quais o Padre Cícero seria dotado e que, supostamente, teria sido adquirido no seminário.

Ao analisar o centenário de ordenação sacerdotal de Padre Cícero, Sucupira afirma que o mesmo possuía uma “elevada cultura para seu tempo, tendo adquirido um lastro bem sólido de conhecimentos intelectuais, como ótimo aluno que foi de História, Geografia e Teologia no Seminário de Fortaleza” (1970 p.12 *apud* Walker, sem data, p. 34).

Walker (2006) elenca alguns outros comentários a respeito dos conhecimentos do Padre. Em trecho extraído do relatório da visita feita ao Padre Cícero pelo Marechal Rondon, a serviço do Governo Federal em 1922, o mesmo teria dito que "o Padre Cícero tem palestra interessante de letrado. Fala com fluência sobre História, Literatura e Política, disqueteando sobre a vida nacional, cujas tricas conhece palmo a palmo" (Walker, 2006, p. 34).

Já para o Naturalista Phillip Von Luetzelberg,

Padre Cícero é um homem que dispõe de instrução e saber invulgares. Aborda com igual facilidade a política e a história brasileira; tem conhecimentos profundos de história universal, ciências naturais, especialmente quanto à agricultura (1923, p. 59. *apud* Walker, 2006, p. 34).

Porém, se a educação escolar formal que obteve ao longo de sua juventude, atrelada a educação intensiva que obteve em sua formação clerical, fez do Padre Cícero um homem detentor de profunda erudição, acredito que outro fator se constituiu como elemento chave de sua prática sacerdotal e política: sua postura no que se refere ao modo como incentivou e aconselhou práticas de trabalho, preservação ambiental e estimulou a formação de comunidades agrícolas voltadas para o binômio oração-trabalho, são fortemente influenciadas pelas obras e ações do Padre Ibiapina.

Ibiapina foi um missionário repleto de convicções e, sobretudo, compaixão pelos pobres. Nascido no Ceará em 1806 formou-se em Direito em Olinda, Pernambuco, de onde retornou ao Ceará engajando-se na carreira política. A vocação sacerdotal foi descoberta somente em 1853, aos 47 anos de idade. Ordenou-se no seminário de Olinda, trocou seu nome de batismo de “Pereira” para “Maria” e retornou para o Ceará no ano de 1862, para prestar auxílio às vítimas da epidemia de cólera-morbo que nesse ano vitimou milhares de pessoas no Ceará, entre elas o senhor Joaquim Romão Batista, pai do padre Cícero. Suas primeiras ações ocorreram em Sobral, seu município natal, que também havia sido afetado pela epidemia. Lá, fundou, mesmo sem autorização da Diocese do Ceará, uma irmandade de freiras. Um ano depois, em razão desse ato, foi impellido pelo Bispo cearense a se retirar da área de atuação da Diocese do Ceará.

A partir daí, até sua morte duas décadas depois, em 1883, Padre Ibiapina cruzou seis Estados do sertão nordestino, pregando, realizando suas obras e fundando, ao todo, 22 casas de caridade. As chamadas casas de caridade, que se empenhava em fundar, constituíam-se em instituições sociais que funcionavam como orfanato para meninas pobres, possuindo também a finalidade de oferecer educação e doutrinação religiosa. Nelas se ensinava a ler e escrever, os princípios da religião cristão-católica, além do aprendizado de ofícios manuais para as órfãs e, também, para as filhas de alguns fazendeiros quando não existia outra oportunidade de educação nessas localidades.

Era esse o caso do Vale do Cariri que recebeu duas visitas prolongadas de Ibiapina, de outubro de 1864 a fevereiro 1865 e de julho de 1868 a junho de 1869. Foi durante essas duas estadas que Ibiapina construiu as casas de caridade dos quatro principais municípios do Vale – Crato, Barbalha, Milagres e Missão Velha – o que, para nossa história, constituiu seu legado mais duradouro. Assim como as 18 outras casas de caridade, que foram construídas em outros lugares do Nordeste Árido, destinavam-se a servir, simultaneamente, de escolas para as filhas dos fazendeiros e comerciantes ricos, de orfanatos para as crianças das classes mais pobres, de centro para a manufatura de tecidos baratos e, consoante a própria ambição de Ibiapina, de convento para a sua congregação de freiras. As elites do Vale, cujas filhas seriam educadas nas casas de caridade, apoiaram com vivo interesse as iniciativas do missionário, doando terras e rendas às escolas dos conventos. Coube aos pobres dar, generosamente, o seu trabalho, acreditando que Ibiapina, assim como Frei Vitale no século XVIII, era um profeta, dotado do poder de fazer curas (DELLA CAVA, 1973, p. 34).

De acordo com Lira Neto (2007, p. 28), o padre teria cruzado o sertão nordestino “a pé, de ponta a ponta, erigindo capelas, erguendo escolas, construindo açudes, abrindo hospitais, para os pobres, sempre em regime de mutirão”. Segundo Della Cava,

O trabalho do missionário não deixou de lado as melhorias materiais. Mobilizou trabalhadores submissos e crédulos não apenas para a realização de concertos nas igrejas e nos cemitérios, mas também na construção de açudes, abertura de poços e cacimbas, bem como planejamento de novas estradas, melhorias essas que foram acolhidas com entusiasmo pelas elites do interior, desejosas, sobretudo depois de 1865, de aproveitarem o surto de prosperidade que as exportações de algodão ainda lhes proporcionariam por mais cinco anos pelo menos (1973, p.34).

“Foi em fevereiro de 1865, na inauguração da casa de caridade de Missão Velha, vila próxima ao Crato, que o jovem Cícero Romão conheceu pessoalmente o padre Ibiapina. Ficou fascinado pelo verbo eloqüente e pelo carisma daquele reformador de costumes” (LIRA NETO, 2007, p. 28).

Como se pode observar, esse contato pessoal se deu um mês antes do jovem Cícero ingressar no Seminário da Prainha em Fortaleza. No entanto, o conhecimento da obra de Ibiapina se deu em 1862, quando seu pai, vitimado pela cólera, foi atendido em um espaço criado por Ibiapina. Apesar da formação Lazarista reformadora que recebeu no Seminário, que visava implementar a romanização da fé católica no Ceará, e mesmo tendo sido sempre bastante fiel aos desígnios da Igreja católica, concluí-se que Padre Antônio Ibiapina teria servido de modelo para as futuras práticas sacerdotais do Padre Cícero. A esse respeito, Luitigard Barros afirma que:

Aquele ambiente, o engajamento que levava alguns padres a morrerem na luta que Ibiapina e seus seguidores encetaram contra o cólera que acometeu o sertão na década de sessenta do século passado, forjam na criança e no adolescente Cícero

Romão Batista uma crença inquebrantável, a certeza da missão da Igreja de salvar e ajudar os miseráveis. A morte de seu pai e do Padre João Marrocos, atendidos por Ibiapina num lazareto construído por iniciativa deste para tratar os coléricos, liga indissolivelmente o órfão àquele missionário e suas concepções de mundo. (...). O adolescente que ingressa no Seminário da Prinha já chega formado por uma concepção de mundo, com uma interpretação dos ritos e mitos católicos já decodificados por Ibiapina, sua ‘fonte de criação’, para usar a expressão de Sartre. Sua identificação com o catolicismo pregado por Ibiapina faz de sua vida no Seminário um tempo de angústia, desencontro com os padres lazaristas franceses e seus ensinamentos, tornando-o um seminarista atípico, desconfiadamente observado pelos professores, sua vocação questionada pelo Reitor Chevalier (BARROS, 1994: p. 17 *apud*, BRAGA, 2007, p. 55).

Ao chegar a Juazeiro do Norte, assim como o fez Ibiapina, Padre Cícero organizou ordens de beatos e beatas para auxiliarem na propagação da fé, moralização dos costumes e edificação de obras de melhorias, a exemplo da construção da capela de Nossa Senhora das Dores, toda erigida a partir do trabalho em regime de mutirão voluntariado.

Pode-se concluir que, como afirma Lira Neto (2007) as prédicas do padre e latinista João Marrocos, assim como as rezas de Dona Quinô, sua mãe, bem como as pregações de Ibiapina, exerceram sobre o Padre Cícero Grande influência. Somado a esses fatores de ordem mais popular, tem-se suas bagagem do saber teórico erudito formando sua personalidade e direcionando a sua *práxis*.

2.3.2 Os Preceitos ecológicos do padre Cícero

Assim como Ibiapina teve cuidados em direcionar algumas de suas obras no sentido de mitigar os efeitos das secas, como a construção de poços e açudes, Padre Cícero também sabia dessa importância e sentia a urgência de ações voltadas ao combate dos efeitos desse fenômeno natural e, ao mesmo tempo, social. Cícero aprendeu do jeito mais doloroso que era necessário encampar desde orações, à construção de obras hídricas e assistencialistas, a ações políticas e ensinamentos de convivência com o semiárido. Também pudera! O fenômeno devastador da seca, que insistia em ceifar a vida de milhares de pessoas quando ocorria, sempre levava consigo alguém do seio familiar do sacerdote.

Entre 1877 e 1879, o Nordeste viveu uma das maiores e mais dramáticas secas da história. Nem mesmo o oásis cariense escapou. Como de costume, as doenças vinham a galope, na garupa da falta de água e de comida. Uma epidemia de varíola elevou o obtuário do triênio, só na província do Ceará, à cifra assustadora de 180 mil almas, contra os poucos mais de 6 mil mortos em toda a década anterior. Cícero

Romão, que na seca de 1862 perdera o pai para a cólera, aos 34 anos viveria nova e dolorosa tragédia pessoal: entre as vítimas da grande estiagem, estava sua irmã Maria Angélica, a filha mais nova de dona Quino. ‘Tenho tanto medo’, confessou Cícero em carta ao bispo, atribuindo o flagelo à fúria divina. ‘Nem se pode duvidar que tanta avareza, tanta impudicícia, tanto assassinato, tanto crime em escala nunca vista façam continuar o castigo e aparecer outros maiores’, previu.

Não era só o sertão que agonizava. As notícias que chegavam de Fortaleza eram aterrorizadoras. A capital, que possuía cerca de 30 mil moradores, recebera 200 mil retirantes, arranchados em praça pública, em condições insalubres. A varíola aproveitou para atacar sem piedade. Em um único dia, 10 de dezembro de 1878, o cemitério da cidade recebeu, oficialmente, 1004 corpos. ‘O número de mortos devia ser muito maior porque em torno da cidade, pelos matos e valados, inumavam-se cadáveres ou se deixava apodrecer insepultos’, testemunhou na época o médico historiador cearense barão de Studart. Na manhã seguinte àquele que ficaria conhecido como o Dia dos Mil Mortos, Fortaleza amanheceu com uma nuvem negra pairando sobre a cidade. Não era nenhum sinal de chuva: eram centenas de urubus que davam rasantes no céu. Lá em baixo, cães disputavam entre si restos de carne humana (LIRA NETO, 2007, p. 56).

Tendo vivenciado esses horrores, é mais do que natural que o misto de saberes adquiridos a partir da influência do meio no qual se criou, de suas vivências e de seus estudos mais apurados, tenham cunhado um sincretismo de conhecimentos, que constituiu seu embasamento para suas ações políticas, ao chamar a atenção e cobrar do poder público e seus representantes uma maior atenção e cuidados para prevenir os efeitos e/ou socorrer a população cearense das consequências das secas periódicas que assolavam o Ceará e causavam, principalmente para a população mais pobre, muito penar. Tal afirmação pode ser constatada nas palavras do próprio sacerdote:

Só quem viu 77 entre nós, pode avaliar o que seja o flagelo das secas nos sertões do Norte! É uma aflição os horrores da seca; parece que fica deserto o Ceará. Cada cearense deve ser uma trombeta na imprensa e em toda parte, gritando com toda força, pedindo socorro para o grande naufrágio do Ceará. Pode ser que esses governos, que têm dever de salvar os Estados nas calamidades públicas, despertem este clamor e não queiram passar por assassinos, deixando morrer caprichosamente milhares de vidas que podiam salvar e não querem. Estamos certos que só a Providência nos dará remédios (PADRE CÍCERO *apud* WALKER, 2006, p. 15).

Destacam-se também seus aconselhamentos voltados para uma convivência mais harmônica com o semiárido, apontando práticas de preservação do meio ambiente além de técnicas de trabalho na agropecuária bem mais acertadas para áreas sujeitas aos processos de degradação e desertificação, presente em grande parte do nordeste brasileiro. A esse respeito, Walker aponta que

No Cariri, há mais de cem anos, quando ninguém falava em ecologia, o Padre Cícero - como extraordinário homem de vanguarda que foi -, se antecipava e ensinava preceitos ecológicos aos romeiros. Eram coisas simples, como ‘não

derrubem o mato; não toquem fogo no roçado; deixem os animais viverem; não matem os passarinhos; utilizem as plantas medicinais’, mas que surtiam um grande efeito. Essa iniciativa de Padre Cícero, hoje largamente disseminada no Nordeste, foi elogiada por ecologistas de renome, como o professor J. Vasconcelos Sobrinho, no seu livro *Catecismo de Ecologia* (Vozes, 1982) e Dr. Rubens Ricupero, ex-ministro do Meio Ambiente, o qual, em artigo publicado no jornal *O Globo* (19.01.94) disse que Padre Cícero ‘pregou em pleno sertão nordestino a palavra que hoje a consciência ambiental a duras penas começa a inscrever na nossa visão de mundo. Muito antes de que se realizasse a I Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente, em Estocolmo, em 1972, ele teve essa percepção aguda de algo que constitui antes de tudo um interesse legítimo, identificado por quem está próximo da realidade (2006, pág. 3).

Nesse sentido, destacam-se os seus onze preceitos ecológicos, que ensinava para os romeiros que visitavam Juazeiro, bem como para os que, decidindo permanecer nas proximidades da cidade, eram aconselhados pelo sacerdote a tornarem-se agricultores e, dentre outras culturas, alertava para a precisão de se “plantar a mandioca-preta, conservar ela, porque, quando vier à seca, não acha o povo desprevenido” (PADRE CÍCERO *apud* WALKER, 2006, p. 31).

É importante ressaltar que Padre Cícero não deixou nenhuma obra escrita publicada. Por essa razão busquei saber junto ao professor e pesquisador Daniel Walker, especialista em história do Juazeiro do Norte e sobre o Padre Cícero, as origens dos preceitos ecológicos do sacerdote. Nesse sentido, Walker esclareceu que os preceitos ecológicos, hoje amplamente difundidos, foram organizados pelo ecologista brasileiro Dr. Vasconcelos Sobrinho (professor, engenheiro agrônomo e um dos fundadores da UFRPE), com base nos conselhos que padre Cícero dava aos sertanejos através de cartas. Walker afirma ainda que alguns desses conselhos, segundo fontes orais, também eram dados nas pregações diárias que o padre fazia aos romeiros em frente a sua casa.

Em seus preceitos ecológicos Padre Cícero fazia os seguintes alertas:

1. Não derrube o mato nem mesmo um só pé de pau
2. Não toque fogo no roçado nem na caatinga
3. Não cace mais e deixe os bichos viverem
4. Não crie o boi nem o bode soltos; faça cercados e deixe o pasto descansar para se refazer
5. Não plante em serra acima nem faça roçado em ladeira muito em pé; deixe o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca a sua riqueza
6. Faça uma cisterna no oitão de sua casa para guardar água de chuva
7. Represe os riachos de cem em cem metros, ainda que seja com pedra solta

8. Plante cada dia pelo menos um pé de algaroba, de caju, de sabiá ou outra árvore qualquer, até que o sertão todo seja uma mata só
9. Aprenda a tirar proveito das plantas da caatinga, como a maniçoba, a favela e a jurema; elas podem ajudar a conviver com a seca
10. Se o sertanejo obedecer a estes preceitos, a seca vai aos poucos se acabando, o gado melhorando e o povo terá sempre o que comer
11. Mas, se não obedecer, dentro de pouco tempo o sertão todo vai virar um deserto só.

Entendemos que foram a partir desses fundamentos que o Padre incentivou o trabalho coletivo temporário, em forma de mutirões, e o trabalho coletivo permanente, em forma de comunidades agrícolas. “Tornando-se conselheiro de uma crescente legião de fiéis, ameaçados pela seca, no sertão nordestino e por limitações materiais dela decorrentes, o Padre Cícero incentivava a orar e trabalhar” (ARAÚJO, 2005, p. 31).

Ao se formarem comunidades que se constituíram como territórios camponeses envoltos em um misticismo religioso, é provável que os aconselhamentos do Padre Cícero, de orar e trabalhar, somados ao estímulo da união em mutirão baseado nas ideias de Ibiabina e nos preceitos ecológicos que ensinava aos trabalhadores rurais, tenham se constituído na base estrutural na qual seus devotos seguidores passaram a desempenhar suas atividades produtivas em harmonia ecológica no ato de apropriação da natureza, imprimindo, assim, uma particularidade nos núcleos rurais espalhados pelo Cariri Cearense, que ajudou a formar.

Mediante os desafios da seca, Padre Cícero incentivava os devotos ao trabalho de cultivar os campos, para evitar os 'horrores da fome', e à fé, dirigindo promessas ao santo para pedir chuva.

Após a seca de 1877, no Juazeiro e Cariri, o Padre Cícero se preocupava cada vez mais com a agricultura, solicitando junto aos governantes, ações voltadas para tentar reverter o problema das estiagens prolongadas. Neste sentido, o Padre incentivou a criação de açudes, reservatórios de água, reflorestamento e abastecimento alimentar. Assim, a preocupação do Padre Cícero com a atividade agrícola, assim como o grande contingente de mão-de-obra que afluía ao Juazeiro, em busca de trabalho e a extensa quantidade de terras agricultáveis no topo da Chapada do Araripe, contribuíram para a formação de comunidades de pequenos agricultores (ARAÚJO, 2005, p. 40).

Um exemplo dessas influências do sacerdote na organização das comunidades camponesas pode ser observado nas experiências realizadas no sítio Caldeirão, pelo Beato Zé Lourenço e seus seguidores. Trata-se o Caldeirão de uma comunidade camponesa formada a

partir de um pedido do Padre Cícero ao Beato José Lourenço, um de seus devotos, detentor de importante carisma e liderança. Conforme Gonçalves,

A vinda de grande quantidade de romeiros (final do séc. XIX e início do séc. XX) que migraram, sobretudo para próximo do Padrinho no povoado de Juazeiro do Norte representou a chegada no Cariri de diversidade de pessoas pertencentes aos mais diversos grupos sociais e étnicos como: indígenas, cangaceiros, simples agricultores, beatos, místicos, dentre outros. Neste contexto inserimos o acontecimento da comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto. Taxados pela sociedade urbana local, de fanáticos e loucos, os romeiros do Caldeirão de Zé Lourenço inspirados no padrão produtivo do Juazeiro seguiam o modo de vida pietista recomendado pelo Padre Cícero e em decorrência das circunstâncias políticas e religiosas passaram a figurar de forma isolada com relação às lideranças políticas locais e regionais (2007, p. 5).

Os indícios apontam que no Caldeirão foram colocados em práticas os aconselhamentos de oração, trabalho e preservação ambientais tão difundidos pelo sacerdote de Juazeiro. Exemplo disso é o fato de que os camponeses do Caldeirão construíram açudes, fizeram represas no leito do riacho Caldeirão, intercalavam as culturas possibilitando maior diversidade biológica, preservavam as áreas íngremes do terreno, entre outras práticas. Tais afirmações podem ser constatadas através das palavras do geógrafo Arlindo Siebra, em entrevista a Araújo,

‘Como é possível sustentar toda uma comunidade dependendo de um solo que tem restrições agrícolas? O grande mérito do beato foi exatamente este: ele soube utilizar os recursos e os ecossistemas do semi-árido’, afirma o geógrafo Arlindo Siebra. Além do *modus vivendi* igualitário, o Caldeirão foi um exemplo ecológico para o nordeste. Segundo Siebra, a comunidade construiu várias microbarragens e dois açudes. Faziam também um tipo de cisterna, que cobriam para evitar a evaporação, armazenando a água no subsolo. Outra característica importante frisada por Siebra era o não-desmatamento da "coroa da serra" - como são chamadas as partes mais altas da fazenda. Normalmente os agricultores trabalham com rotação de culturas, ou seja, queimam a vegetação para adubar o solo e depois plantam durante cerca de três anos. Posteriormente, abandonam a área - deixam a vegetação brotar de novo, o que chamam de ‘encapoeiramento’ - para repetir o processo após três ou cinco anos. A falta de espaço, porém, impedia José Lourenço de fazer as rotações. Segundo Siebra, o beato ‘só plantava abaixo da ‘coroa da serra’, e apenas em um trecho por ano, passando depois para outro. Como a cobertura vegetal da coroa permanecia intacta, quando chovia as sementes eram dispersadas de cima para baixo. Dessa maneira, utilizando a força da gravidade, a área encapoeirava mais rápido que um terreno plano’. Com esse manejo agrícola, somado à criação de peixes e de gado, as quase 2 mil bocas da irmandade não sentiam falta de comida (ARAÚJO, 2005, p. 40).

Baseado nesses elementos norteadores, o Beato e seus seguidores desempenharam de modo satisfatório suas atividades de produção agropecuária. Como se pode observar nas afirmações de Siebra, a utilização dos recursos naturais do ecossistema semiárido de maneira racional e harmônica possibilitou que a comunidade lograsse êxito em seu desenvolvimento, a

partir de um modelo ambientalmente sustentável, que somado à força de trabalho coletiva, a partir dos mutirões, permitiu a comunidade enfrentar sem mortes, epidemia ou fome a seca do ano de 1932 e a alcançar qualidade de vida salutar, superior a dos padrões camponeses daquela época no sertão nordestino. Passadas mais de sete décadas do fim do Caldeirão este modelo de organização e produção que a comunidade praticava, ao invés de se tornar obsoleto, requer maiores reflexões a seu respeito para que modos alternativos de convivência com o sertão semiárido possam ser repensados, fazendo frente ao avanço do modelo de produção do agronegócio que, como veremos no próximo subitem vem se desenhando rapidamente na região do Cariri cearense.



FIGURA – 07. Represa construída pelos camponeses no leito do riacho Caldeirão. Foto: Judson Jorge

2.4. (Re)Vendo a estrutura fundiária

E hoje? Como se encontra a estrutura fundiária do Cariri? Da sua área total de 4.115,828 km², quantos hectares são considerados rural e aproveitáveis para as atividades de agricultura e pecuária? Como a terra está distribuída? Qual o nível de modernização das atividades agropecuária praticadas na microrregião homogênea?

Conforme Alencar (2005), “a terra privada e concentrada é fundante para se compreender a questão agrária no Ceará, mas, para se obter esta compreensão, é necessário conhecer a estrutura fundiária.” Para compreendermos a organização fundiária do Cariri dispomos dos dados fornecidos pelos *censos agropecuários* realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, das estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, além de fontes diversas que já realizaram estudos sobre essa temática. O IBGE adota o critério de *estabelecimento rural* em sua metodologia de pesquisa, ou seja:

Toda “unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, a atividades agropecuárias, florestais e aquícolas, subordinada a uma única administração: a do produtor ou a do administrador. Independente de seu tamanho, de sua forma jurídica ou de sua localização em área urbana ou rural, tendo como objetivo a produção para subsistência e/ou para venda, constituindo-se assim numa unidade recenseável (IBGE, 2006, p. 16).

Já o INCRA utiliza o conceito de imóvel rural, ou seja, “prédio rústico, de uma área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine à exploração extrativa, agrícola, pecuária ou agroindustrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através da iniciativa privada (ESTATUTO RURAL DA TERRA, art. 4º, item I)”.

O último censo agropecuário realizado pelo IBGE ocorreu no ano de 2006. Porém, até a data de escrita desse texto (primeiro semestre do ano de 2010) somente uma parcial desses dados havia sido divulgada. Por essa razão, ora serão utilizados dados referentes ao censo de 1995-1996, ora informações já disponibilizadas pelo censo do ano 2006. Os dados do INCRA são referentes à atualização cadastral no ano de 2005.

No entanto, as primeiras análises sobre o rural da região do cariri foram realizadas por Alves e Petrone na década de 1950 e por Barros na década de 1960. Nessas três pesquisas seus autores apontaram uma forte tendência de fragmentação das propriedades agrícolas do Cariri. Alves chegou inclusive a elaborar um quadro no qual mostrou a evolução do processo

de subdivisão das propriedades e aumento dos imóveis rurais no campo caririense ocorrido entre os anos de 1920 e 1942. O quadro original foi adaptado de forma a deixar apenas os municípios que fazem parte da definição oficial de Cariri dada pelo IBGE (ver tabela 1).

TABELA – 01. Evolução do número de propriedades no Cariri entre 1920 a 1942.

Municípios	Nº de Propriedades		Aumento no Decurso dos 22 anos
	1920	1942	
Crato	269	785	516
Missão Velha	165	997	832
Barbalha	150	495	345
Juazeiro do Norte	140	547	407
Jardim	271	994	723
Total	995	3818	2823

Fonte: ALVES, J., 1952. Adaptado por: Judson Jorge.

Segundo os dados apresentados na tabela acima, a estrutura fundiária desses cinco municípios do Cariri sofreu nesse período uma considerável fragmentação. No intervalo de 22 anos saltou de 995 propriedades para 2823, chegando quase a triplicar em duas décadas.

Passado mais de meio século da publicação desses estudos, certamente a área rural do Cariri encontra-se bastante diferente. Porém, os novos dados apontam que fragmentação de parte dessa estrutura fundiária continua ocorrendo e que, na parte fragmentada, vem acontecendo também a diminuição do tamanho desses imóveis. De acordo com o censo do IBGE realizado no ano de 2006 o número de estabelecimentos rurais na região é de 19.726 e estes ocupam uma área de 181.792,01 hectares. Como nos dados preliminares divulgados no ano de 2009 não constam as informações referentes às classes de área na qual esses estabelecimentos estão inseridos, para verificar as informações sobre o tamanho das propriedades caririenses, serão utilizados os dados fornecidos pelo censo agropecuário de 1995-1996 (ver tabela 2).

TABELA – 02. Estabelecimentos rurais existentes em 31.12.1995, segundo os grupos de área total em hectares.

<i>Microrregião e Municípios</i>	<i>Menos de 10</i>	<i>10 a menos de 100</i>	<i>100 a menos de 200</i>	<i>200 a menos de 500</i>	<i>500 a menos de 2 000</i>	<i>2 000 e mais</i>	<i>Sem declaração</i>
Cariri	14 240	2 462	219	120	41	4	17
Barbalha	1 948	202	23	3	3	-	-
Crato	3 262	466	39	18	8	1	4

<i>Microrregião e Municípios</i>	<i>Menos de 10</i>	<i>10 a menos de 100</i>	<i>100 a menos de 200</i>	<i>200 a menos de 500</i>	<i>500 a menos de 2 000</i>	<i>2 000 e mais</i>	<i>Sem declaração</i>
Jardim	2 687	468	22	20	3	-	-
Juazeiro do Norte	300	80	17	8	4	1	-
Missão Velha	2 487	347	40	20	5	1	-
Nova Olinda	606	172	15	6	1	-	-
Porteiras	1 323	282	15	10	3	1	-
Santana do Cariri	1 627	445	48	35	14	-	13

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 1995.

É óbvio que não se pode estabelecer um paralelo entre os dados de Alves com os apontados pelo IBGE, já que as metodologias e os critérios de análises são diferentes. Porém, se forem cruzados os dados da tabela 2 com as informações do IBGE divulgadas em 2006, ver-se-á que no intervalo de 10 anos, censos 1995-1996 a 2006, o total de estabelecimentos saltou da ordem de 17.103 para 19.726, ou seja, 2.623 estabelecimentos a mais em 10 anos, totalizando um aumento de aproximadamente 15%.

Segundo revelam estes dados, os dois primeiros extratos, ou seja, os estabelecimentos rurais que ocupam área inferior a 10 ha e os compreendidos na faixa entre 10 a menos de 100 ha, dominam a paisagem rural caririense, correspondendo a 83,2% e 14,39%, respectivamente, e juntos somam 97,59% do total de estabelecimentos rurais. Como se pode observar na tabela 2, na paisagem do Cariri predomina o número de pequenos estabelecimentos rurais.

Uma das principais razões para a predominância da pequena propriedade no Cariri está ligada ao fato de a agricultura ser a principal atividade produtiva do campo caririense, seja para fins de comercialização ou para o consumo das unidades camponesas. Vale lembrar que sendo o cariri uma área bem mais úmida do que o restante do sertão, no passado, durante os períodos das várias secas que assolaram o nordeste brasileiro, o adensamento populacional se intensificou devido aos migrantes que buscavam encontrar melhores condições de sobrevivência nas áreas próximas às fontes e brejos do Cariri cearense. Naturalmente, a agricultura familiar necessita de menos espaço e menores investimentos do que as atividades agropecuárias, tendo sido, por essa razão, mais praticada pelos migrantes estabelecidos no Cariri cearense. Isso explica a existência de áreas de posseiro, além da existência de relações não capitalistas de produção no campo, como a parceria, o arrendamento e, sobretudo, a relação de sujeição do “morador” que no passado foram muito comuns no Cariri, devido ao fato destes sertanejos não possuírem terras próprias.

Essa densidade demográfica aumentou ainda mais no final do século XIX, quando tiveram origem as romarias para a cidade de Juazeiro do Norte, realizadas pelos devotos do Padre Cícero. Como será visto mais detalhadamente no capítulo seguinte, a partir dessas migrações formaram-se comunidades camponesas nos núcleos rurais da região.

Petrone (1955, p. 10), salienta que “com o povoamento iniciado na base da criação de gado em grandes propriedades, a região do Cariri viu suas terras se subdividirem em propriedades menores graças à parcial substituição da criação pela agricultura, conseqüente ao paralelo aumento da população e fragmentação da terra por herança”.

Para que se compreenda melhor a forte influência das heranças no processo de fragmentação da estrutura fundiária do Cariri, a tabela abaixo apresenta a forma de obtenção das terras pelos produtores proprietários da região tendo como referência o ano de 2006 (ver tabela 3).

TABELA – 03. Forma da obtenção das terras do produtor proprietário.

<i>Microrregião e Municípios</i>	<i>Total</i>	<i>Compra de particular</i>	<i>Compra via crédito fundiário</i>	<i>Titulação via reforma agrária, programa de reassentamento ou aguardando titulação</i>	<i>Herança</i>	<i>Doação particular</i>	<i>Usucapião</i>	<i>Outra forma</i>	<i>Não Sabe</i>
Cariri	11563	5 351	33	49	5 491	359	57	193	30
Barbalha	1470	565	-	1	832	41	14	10	7
Crato	1547	739	10	8	728	48	5	5	4
Jardim	2682	1 172	1	1	1 331	71	9	92	5
Juazeiro do Norte	996	607	1	26	318	25	2	14	3
Missão Velha	2274	1 140	18	-	993	70	14	30	9
Nova Olinda	504	209	2	-	272	17	1	2	1
Porteiras	800	553	1	-	682	40	10	35	-
Santana do Cariri	769	366	-	13	335	47	2	5	1

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

A tabela acima chama atenção para o fato de que das oito possíveis formas de obtenção de terras pelos proprietários da região do Cariri um total de 5.351 foram feitas por meio do sistema de compra dessas terras a particulares. Já o número de obtenções de estabelecimentos rurais por motivo de herança totalizou 5.491. Ou seja, a maior parte dos proprietários de terra do Cariri é constituída por herdeiros. Observa-se que os municípios com maior incidência de herdeiros são Jardim, Missão Velha, Barbalha e Crato. Comparando-se essas informações com as que estão contidas na tabela 2 pode-se ver que foram justamente nos municípios com maior incidência de estabelecimentos com menos de 10 hectares que as

propriedades mais se fracionaram por herança. Ou seja, os dados permitem pensar que são justamente nas áreas que concentram os menores estabelecimentos rurais que estão ocorrendo à maioria das subdivisões dessas terras. Estaria aí um viés de explicação para o caso da minifundiarização para o qual tem evoluído uma parte da estrutura fundiária do Cariri.

Para o INCRA, de acordo com a apuração especial do mês de dezembro do ano de 2005, o Cariri possui 7.064 imóveis rurais que ocupam uma área de 241.519,50 hectares. Mas, como estão distribuídas essas terras? (ver tabela 4).

TABELA – 04. Imóveis rurais por categoria, Cariri, 2005.

<i>Categoria do imóvel</i>	<i>Total de imóvel</i>	<i>Área total (ha)</i>	<i>Total da área rural ocupada (%)</i>
Grande Propriedade	62	63.590,70	26,32%
Média Propriedade	294	53.885,30	22,31%
Pequena Propriedade	1205	71.216,80	29,5%
Minifúndio	5725	52.718,30	21,82%
Não Classificado	318	108,40	0,05%
Total	7604	241.519,50	100%

Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA, 2005.

Segundo Alencar (2005), a partir da Lei no. 8.629/93, art. 4o., que regulamentou os dispositivos da Constituição Federal de 1988, relativos à reforma agrária, o INCRA usa para determinar o tamanho dos imóveis rurais os seguintes termos: **a) menor que um módulo fiscal ou minifúndio**, imóvel rural com área menor que um módulo fiscal; **b) pequena propriedade**, imóvel que tenha uma área entre um e quatro módulos fiscais; **c) média propriedade**, imóvel que compreenda uma área entre quatro até quinze módulos fiscais e **d) grande propriedade rural**, imóvel que detém área igual ou superior a quinze módulos fiscais.

De acordo com a tabela 4, o Cariri possui 5.725 imóveis classificados como minifúndio que correspondem a 75,28% do total de imóveis rurais da região e ocupam uma área de 52.718,30 hectares, ou seja, 21,82% da área rural caririense. Em média, cada um desses minifúndios possui uma área de 9,2 hectares ficando bem abaixo da média nacional dos minifúndios, que possuem área de 20 ha. Por outro lado, as grandes propriedades, que são apenas 62 e correspondem a 0,81% do total de geral de imóveis rurais, ocupam uma área de 63.590,70 hectares, ou seja, possuem 26,32% da área rural do Cariri. Os dados mostram duas situações alarmantes: se de um lado tem-se a grande quantidade numérica de minifúndios, que inviabiliza a sobrevivência das famílias que tentam sobreviver dessas terras que possuem menos do que um módulo fiscal, do outro lado aponta que há uma extrema concentração

fundiária na região, ficando mais de um terço das propriedades carienses distribuídas entre 62 propriedades. Veja os gráficos seguintes:

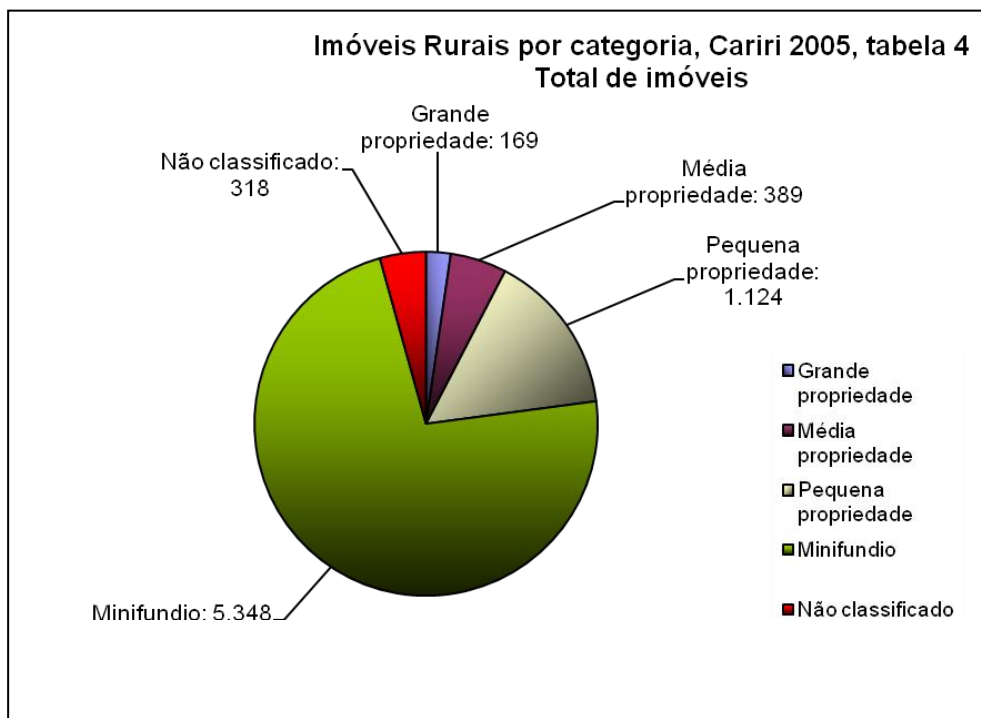


FIGURA – 08. GRÁFICO – 01. Imóveis Rurais do Cariri, por Categoria, no ano de 2005. Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA, 2005

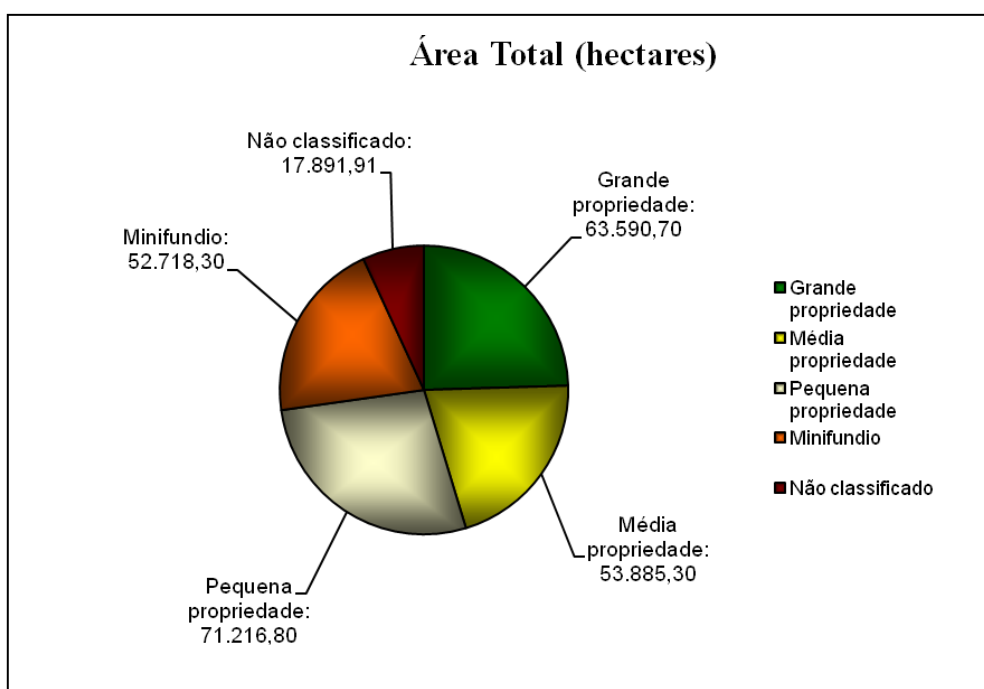


FIGURA – 09. GRÁFICO – 02. Distribuição da área total em hectares por categoria de imóvel na região do Cariri no ano de 2005. Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA, 2005.

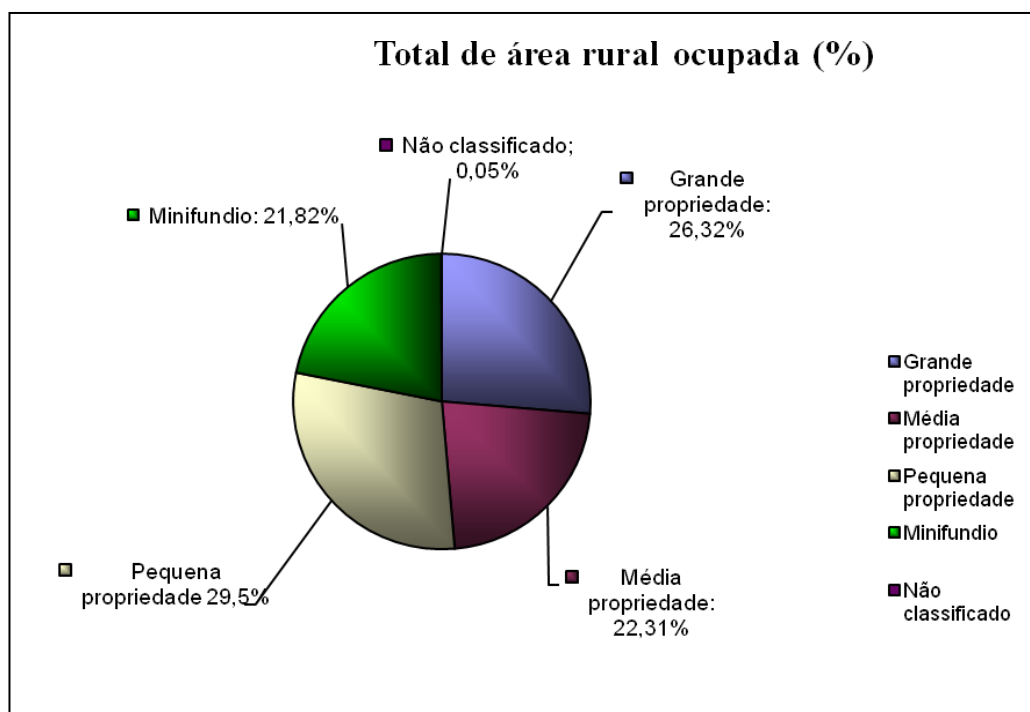


FIGURA – 10. GRÁFICO – 03. Distribuição da área total em porcentagem (%) por categoria de imóvel na região do Cariri no ano de 2005. Fonte: Estatísticas Cadastrais do INCRA, 2005.

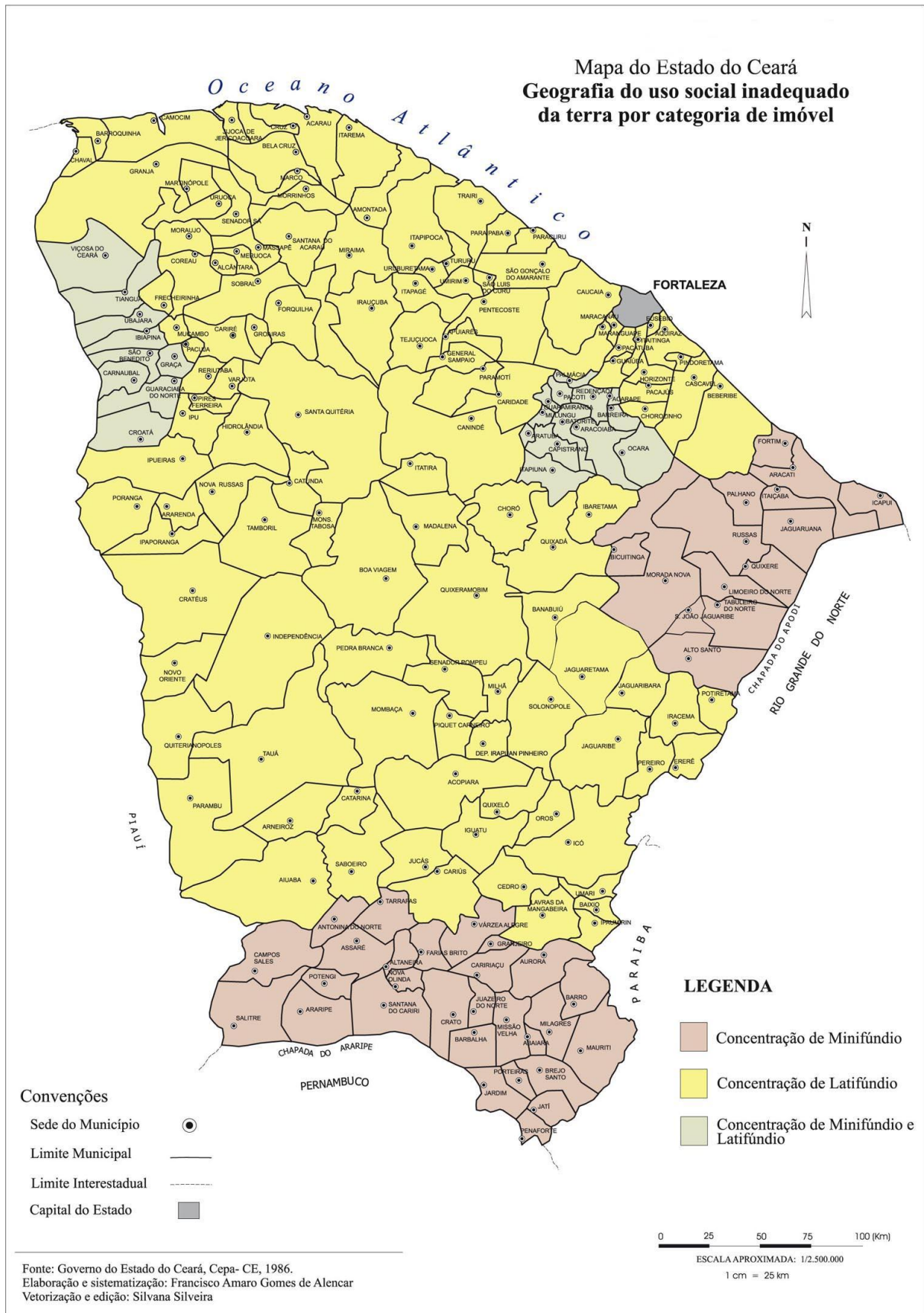


FIGURA – 11. Geografia do uso social inadequado da terra por categoria de imóvel no Ceará. Fonte: ALENCAR, 2005.

O mapa da página anterior, de autoria de Alencar (2005), ilustra que tanto na área sul do Estado do Ceará como na parte que corresponde ao baixo, médio e alto curso do rio Jaguaribe predominam a concentração de minifúndios. No entanto, nos últimos anos esse quadro vem se revertendo na área do Rio Jaguaribe em virtude da chegada dos grandes empreendimentos voltados para o agrohidronegócio. O Cariri, como se verá adiante, tem sido mantido como espaço de reserva para essas atividades, apesar de se configurar como uma das manchas úmidas do semiárido cearense. O mapa de Alencar aponta a existência de uma geografia inadequada da posse e uso da terra no Ceará, que carece de reformulações para um aproveitamento mais racional sob os prismas sociais e econômicos.

Se já é amplamente debatido o fato de que os latifúndios são causadores de graves mazelas sócioeconômicas, por outro lado muito há que se debater o problema da minifundiarização. No caso do Cariri, o problema da quantidade expressiva de minifúndios na região reside no fato de que tais imóveis ocupam uma área inferior a da propriedade familiar, que por sua vez baseia-se no módulo fiscal de cada município. O módulo fiscal define a área mínima capaz de assegurar a sobrevivência de uma família a partir da produção obtida no imóvel. Não possui uma dimensão única, mas é fixado de acordo com a região e o tipo de exploração desenvolvida na área. Por sua dimensão e potencialidade de produção, o minifúndio não permite o sustento da família camponesa, obrigando-os a procurar atividades assalariadas fora da unidade familiar para assim complementarem sua renda. É muito comum na região que membros de famílias de pequenos produtores migrem sazonalmente para se assalariarem no corte de cana-de-açúcar na região sudeste do país.

Na tabela abaixo é possível observar o tamanho do módulo fiscal dos municípios do Cariri cearense.

TABELA – 05. Módulo Fiscal (ha) por município – Cariri - CE

Município	Módulo Fiscal (há)
Barbalha	26
Crato	26
Jardim	26
Juazeiro do Norte	26
Missão Velha	26
Nova Olinda	55
Porteiras	45
Santana do Cariri	55

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural / INCRA SR-02

Não bastasse a complicada situação das famílias minifundiaristas, segundo dados do censo agropecuário, existiam em 2006 um total de 1.661 produtores sem área para o plantio no Cariri, ou seja, famílias de “sem terra”. (ver tabela 6).

TABELA – 06. Condição do produtor em relação às terras segundo o Censo de 2006.

Microrregião o e Município	Proprietário		Assentado sem titulação definitiva		Arrendatário		Parceiro		Ocupante		Produtor sem-área
	Estabele cimentos	Área (ha)	Estabele cimentos	Área (ha)	Estabele cimentos	Área (ha)	Estabele cimentos	Área (ha)	Estabele cimentos	Área (ha)	Estabele cimentos
Cariri	10 374	156 487	50	207	3 669	13 221	1 724	4 058	2 248	7 821	1 661
Barbalha	1 363	19 328	1	X	272	872	222	403	351	444	82
Crato	1 429	27 570	17	30	864	1 918	297	423	347	1 834	370
Jardim	2 346	20 557	-	-	430	652	217	584	166	407	400
Juazeiro do Norte	890	11 018	12	6	250	439	129	102	449	931	397
Missão Velha	2 058	31 608	18	43	813	1 478	681	1 846	442	2 066	237
Nova Olinda	460	8 308	1	X	287	407	6	7	77	316	88
Porteiras	1 110	14 942	-	-	153	394	131	289	168	518	15
Santana do Cariri	718	23 156	1	X	600	7 061	41	404	248	1 304	72

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

Como se pode observar, a partir de uma perspectiva histórica, evidencia-se como ocorreu o processo de ocupação e produção do espaço geográfico rural caririense. Os dados aqui apresentados demonstram que existe uma forte tendência à fragmentação das pequenas propriedades, ocasionado, sobretudo, pelo regime de herança. Essa situação vem causando o aumento do número de minifúndios no Cariri. Entretanto, de modo bastante paradoxal, constatamos que existe na região uma grave concentração fundiária. Verificamos que 62 imóveis ocupam uma área superior a que é ocupada por outros 5.725 imóveis. Esses números apontam para a necessidade de um reordenamento territorial regional a partir de uma reforma agrária.

Já os minifúndios padecem de dois males: possuem área abaixo do recomendado para prover o sustento da família que nele habita e trabalha, e falta de tecnologia para geração e beneficiamento de produtos agrícolas e/ou pecuários. Como estes estão em maior número em relação aos latifúndios, fica ratificado a urgente necessidade de reestruturação do campo caririense. Do contrário não é possível erradicar os fatores condicionantes da pobreza rural da região. (tabelas 7).

TABELA 07 – Tratores existentes nos estabelecimentos, por potência, segundo UF, Microrregião e Município – ano de 2006.

UF, Microrregião e Município	Tratores existentes nos estabelecimentos					
	Total		Potência			
			Menos de 100 CV		De 100 CV e mais	
	Estabelecimentos	Quantidade	Estabelecimentos	Quantidade	Estabelecimentos	Quantidade
Ceará	4 447	5 701	2 673	3 217	1 965	2 484
Cariri	215	249	134	148	92	101
Barbalha	22	33	19	27	5	6
Crato	15	21	10	11	7	10
Jardim	92	94	57	59	35	35
Juazeiro do Norte	18	23	14	16	7	7
Missão Velha	21	23	9	9	13	14
Nova Olinda	9	10	7	7	3	3
Porteiras	25	29	12	12	14	17
Santana do Cariri	13	16	6	7	8	9

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

Segundo dados da tabela elaborada a partir do Censo agropecuário de 2006 apenas 1,08 % do total de estabelecimentos do Cariri possuem tratores, ou seja, 215 entre 19.726. Ora, se, como exposto anteriormente, as famílias detentoras dos minifúndios amargam a impossibilidade do autosustento, a visão de adquirir animais de tração ou maquinário agrícola, como tratores, é algo entre o improvável e o impossível a não ser que a compra se dê através de sistema de cooperativa entre vários pequenos produtores. (ver tabela 8). É importante deixar claro que essa análise sobre a utilização de maquinário agrícola não se trata de apologia a um processo de modernização conservadora, pautado simplesmente na mecanização/tratorização do campo e no aumento da produção e produtividade. É óbvio que os problemas enfrentados pelos camponeses não serão revertidos apenas com a tecnificação, mas sim com um amplo processo de reforma agrária que desconcentre e socialize a terra. É fundamental, também, que esse processo de reforma agrária estabeleça um suporte de orientação técnica, proporcione subsídios para o início da produção, crie oportunidade para a inserção dessa produção camponesa no mercado e oferte, conjuntamente, estruturas sócias básicas e de qualidade como saúde, habitação, educação, cultura, lazer, etc. Porém, ressalto que é necessário romper com a falsa idéia de que o incentivo a incorporação de técnicas e tecnologias modernizadoras no processo da produção camponesa seja incompatível com o modo de vida e organização do camponês. Afinal, o problema não está na técnica, mas sim na forma e na intencionalidade com a qual se dá a sua utilização social.

TABELA – 08. Uso de força de tração animal e/ou mecânica utilizada pelos estabelecimentos, por tipo, segundo UF, Microrregião e Município – 2006.

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Total de estabelecimentos	Uso de força de tração animal e/ou mecânica utilizada pelos estabelecimentos			
		Total	Tipo		
			Animal	Mecânica	Animal e mecânica
Ceará	381 014	165 610	77 245	46 660	41 705
Cariri	19 726	8 755	4 216	3 050	1 489
Barbalha	2 291	887	382	419	86
Crato	3 324	576	291	239	46
Jardim	3 559	2 579	1 101	919	559
Juazeiro do Norte	2 127	916	337	386	193
Missão Velha	4 249	1 919	932	683	304
Nova Olinda	919	156	30	115	11
Porteiras	1 577	1 317	923	127	267
Santana do Cariri	1 680	405	220	162	23

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

Como se pode observar na tabela acima, apenas 44,38% do total de estabelecimentos, ou seja, 8.755 fazem uso de força de tração animal e/ou mecânica. Desse total, 48,2% utilizam apenas força animal, 34,8% mecânica e 17% animal e mecânica. Somado a essa situação um total de 16.261, ou seja, 82,43% dos estabelecimentos não obtiveram nenhum tipo de financiamento para auxiliar na produção. (Ver tabelas 9).

TABELA – 09. Estabelecimentos que não obtiveram financiamento e o motivo da não obtenção, segundo UF, Microrregião e Município – 2006.

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Estabelecimentos que não obtiveram financiamento							
	Total	Motivo da não obtenção						
		Falta de garantia pessoal	Não sabe como conseguir	Burocracia	Falta de pagamento do empréstimo anterior	Medo de contrair dívidas	Outro motivo	Não precisou
Ceará	322.262	8 324	3 923	24. 378	12. 248	95 701	56.199	121.489
Cariri	16 261	468	189	1 275	427	5 395	2 995	5 512
Barbalha	1 988	19	20	217	26	586	222	898
Crato	2 965	207	38	201	31	975	627	886
Jardim	2 634	58	29	140	107	1 177	399	724
Juazeiro do Norte	1 854	89	11	136	58	786	352	422

UF, Mesorregião, Microrregião e Município	Estabelecimentos que não obtiveram financiamento							
	Total	Motivo da não obtenção						
		Falta de garantia pessoal	Não sabe como conseguir	Burocracia	Falta de pagamento do empréstimo anterior	Medo de contrair dívidas	Outro motivo	Não precisou
Missão Velha	3 570	25	44	247	73	834	701	1 646
Nova Olinda	747	13	4	74	20	247	143	246
Porteiras	1 094	14	26	134	77	349	142	352
Santana do Cariri	1 409	43	17	126	35	441	409	338
Total (%)	82,43%	2,87%	1,62%	7,8%	2,62%	33,17%	18,41%	33,89%

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE, 2006.

A reflexão sobre os dados que foram apresentados nesse capítulo se faz necessária para o avanço das proposições de novas políticas públicas para o campo capazes de reverter o quadro de opressão e exploração pelo qual vem sendo submetido o camponês ao longo do processo de formação territorial do Cariri e do Brasil, de um modo geral, bem como proposições de políticas voltadas para desenvolvimento tecnológico e a inclusão dessas técnicas à produção camponesa, proporcionando qualidade de vida ao homem do campo e, ao mesmo instante, aumentando a oferta de gêneros alimentícios no mercado interno garantindo, assim, a questão estratégica da segurança alimentar.

O exemplo da situação do rural Caririense demonstra que se faz importante refletir sobre: 1. Qual tem sido o papel do Estado diante dos problemas referentes à questão agrária e as tensões que esta gera no campo?; 2. De que maneira os camponeses têm enfrentado os processos de expropriação e exclusão pelos quais vem sendo submetidos ao longo da penetração das relações de produção capitalista no campo?; 3. Que consequências isto tem trazido para a formação sócio-territorial do Brasil?

A forma de condução das políticas agrícolas e agrárias dos Governos brasileiros e também do Ceará tem demonstrado que ações para o campo estão vinculadas, sobretudo, às necessidades de acumulação do capital e a consequente reprodução social do capitalista. Por essa razão, o Estado age espacialmente de modo desigual. Dessa maneira, ao introduzir formas modernas de relações sociais ao atuar na organização social e econômica da grande exploração e/ou agronegócio, cria situações que geram conflitos e levam ao estabelecimento de diversas formas de luta travadas pelos trabalhadores sem terra, expropriados e excluídos do processo modernizador, para que, assim, consigam manter sua reprodução social. “Para os

trabalhadores expropriados, que são a maior parte, e vivem na miséria e lutando contra a fome, só lhes resta lutar para mudar esse ‘destino’. É por essa razão que os camponeses se organizam” (FERNANDES, 2001, p. 31).

Os dados apresentados levam a refletir que para que possa existir um desenvolvimento social e econômico no campo caririense, de modo a propiciar tanto a produção quanto as bases para a conquista da cidadania pelas famílias camponesas, se faz necessária uma reestruturação desse setor a partir da criação de políticas públicas no sentido de garantir o provimento e a manutenção digna dessas famílias, a partir de subsídios à produção, oferta de crédito, de capacitação e assistência técnica, associados à oferta de educação do campo, cultura, saúde, etc. Necessária também é a realização de estudos voltados para a proposta de alternativas viáveis do ponto de vista ambiental, social e econômico sobre formas de melhor convivência e maior aproveitamento dessas pequenas unidades produtivas. A situação demonstra também ser imprescindível a realização de um reordenamento territorial, a partir de ações do poder público, no sentido de desconcentrar a posse da terra e proporcionar melhoria nas condições de vida e trabalho das famílias camponesas.

Apesar desse quadro desfavorável, o Cariri mantém a sua tradição de produtor agrícola, em uma relação que, assim como a sua estrutura fundiária, é **contraditória** e **combinada**. É **contraditória** porque apesar da participação do setor primário no Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios caririenses ter decaído significativamente nas últimas décadas, devido à defasagem tecnológica, a falta ou a insatisfatória assistência técnica prestada aos camponeses, pela existência da burocracia que dificulta e às vezes desencoraja o agricultor a buscar programas de financiamento da produção, entre outros fatores, na outra ponta do setor produtivo o governo investe em pesquisas, seminários, e oferece estruturas para a realização de mega negócios para estimular o agronegócio. Um exemplo disso é a organização da Exposição Centro-Nordestina de Animais e Derivados (Expocrato), espaço destinado a rodas de negociações do agronegócio nordestino. Em sua 58ª edição, realizada em julho de 2009 alcançou um faturamento na casa dos R\$ 60 milhões de reais, um indício dos investimentos públicos voltados para esse setor. Esses investimentos, porém, não estão voltados para revertimento das desigualdades sociais no campo caririense.

Pode-se dizer, portanto, que também é **combinada** porque enquanto os produtores mais pobres do Cariri são responsáveis pela produção de produtos como o arroz, o milho, a farinha e o feijão, alimentos básicos da alimentação regional, cada vez mais o Cariri passa a ser alvo de interesses de grupos econômicos de fora da região, que veem em seus atributos naturais um forte atrativo para a implantação de atividade do agronegócio. Um exemplo disso

é o fato de que enquanto no ano de 2009 o quilo do feijão de corda era vendido por um valor médio de R\$ 0,50 (cinquenta centavos de real) nas feiras e pequenos mercadinhos caririenses, setores do governo estadual negociavam investimentos para a revitalização do setor sucroalcooleiro da região do Cariri, mencionando cifras que poderiam chegar à casa dos 70 aos 130 milhões de reais. De acordo com matéria publicada no Jornal Diário do Nordeste do mês de maio de 2008, investidores da Índia sinalizaram interesse no projeto e estariam interessados em algo em torno de 20 mil hectares. Dentre os municípios candidatos a receber a unidade, estariam: Barbalha (onde se situa a desativada Usina de álcool Manoel Costa Filho) e Missão Velha. Ambos municípios concentram extensas áreas de canaviais.

Pelo exposto, percebe-se aí o descaso do Governo Estadual com o seguimento mais pobre do campo. O Governo deixa clara a sua opção pelo modelo do agronegócio em detrimento da agricultura camponesa que é, comprovadamente, a parte do setor produtivo que garante a segurança alimentar da nação. As políticas públicas voltadas para o setor da “agricultura familiar” funcionam meramente como medidas paliativas. Ou seja, ofertam-se apenas as condições necessárias para que o campesinato possa se reproduzir e gerar uma pequena parcela de excedentes de sua produção, garantindo, assim, a oferta de gêneros alimentícios no mercado, porém, não permitindo as famílias produtoras melhorar em condições de vida. Fazendo isso, é possível destinar áreas cultiváveis para modelos de produção sem que se leve em consideração a função social da terra, daí a razão de afirmarmos que se tratam de relações *contraditórias* e *combinadas*. Ao adotar essa postura, que não solucionam a questão agrária cearense, o Estado do Ceará mantém as estruturas sociais arcaicas causadoras dos problemas socioeconômicos que possui no campo.

No município de Missão Velha a fruticultura irrigada já é uma realidade, demonstrando que o Cariri se trata de um pólo atrativo para empresários do *agrobusiness*. Um exemplo disso é a empresa “Sítio Barreiras” que possui uma rede de fazendas voltadas para a produção de bananas espalhada pelo nordeste e que controla, nesse município, desde o cultivo até a comercialização e distribuição regional do seu produto.

Vale lembrar que no Ceará, devido a sua situação climática de semiaridez os vales úmidos e férteis dos rios sempre foram condicionantes para o povoamento e o desenvolvimento de atividades produtivas da agropecuária. O vale do rio Jaguaribe, perenizado por obras hídricas como o açude do Orós e recentemente pelo açude Castanhão, já se encontra quase que totalmente transformado pelo processo de modernização da agricultura brasileira que incorporou as áreas do nordeste e do serrado à lógica de produção globalizada. Empresas multinacionais desenvolvem pesquisas e fazem uso de tecnologia de ponta, sendo

elas as maiores produtoras de frutas, padrão exportação, daquela região. As empresas são também grandes concentradoras de terras nos vales do Rio Jaguaribe, no topo da Chapada do Apodi, extrapolando as divisas do Ceará e se estendendo até o Vale do Rio Açu no Rio Grande do Norte.

Caso o Estado continue seguindo essa lógica de apoio à produção no campo, o Cariri, sendo uma das áreas mais úmidas do Ceará, não tardará muito para deixar de ser um espaço de reserva e se tornar um espaço luminoso, fruto dos interesses das empresas nacionais e multinacionais do setor agropecuário, em especial do agrohídronegócio. É possível notar que as bases técnicas necessárias para isso já estão prontas ou em construção nessa região. Exemplo disso são as unidades de ensino e pesquisa com cursos de graduação voltados para essa área, como os cursos de irrigação, tecnologia de alimentos e saneamento ambiental do CENTEC e o curso de agronomia da UFC, ambos sediados na cidade de Juazeiro do Norte. Somando-se a isso, as obras da transposição do Rio São Francisco, que se encontram em pleno andamento, preveem a passagem de dutos em municípios do sul cearense, além da utilização do leito natural do Rio Salgado para levar as águas do Velho Chico até o leito do Rio Jaguaribe. Se o Cariri já é considerado um “oásis” no meio do sertão, com a chegada dessas águas que perenizarão a bacia do Salgado, estrutura hídrica para o agronegócio não faltará (ver figura 12). Necessário nesse caso é questionar se essa proposta atende às necessidades de reestruturação produtiva do rural regional e se possibilitaram a prosperidade econômica com desenvolvimento social que o agrário da região requer.

Como se pode observar, devido ao seu potencial natural – disponibilidade de água, clima, solos, localização geográfica, que faz do Cariri um local praticamente equidistante das principais capitais dos Estados Nordesteiros, fatores que favorecem a dinâmica de produção espacial desse lugar, acomodam-se na região relações sociais modernas e arcaicas, includentes e excludentes. Somado às características ambientais do local, naturalmente atrativas, tem-se posteriormente a eclosão do fenômeno Padre Cícero, que contribuiu para um crescimento vertiginoso não só da cidade de Juazeiro do Norte, mas de toda a região do Vale do Cariri. Como resultado dessas diferentes influências, tem-se a existência de atividades econômicas distintas, como as pequenas criações e a agricultura tradicional, pouco estimulada e de pequena inserção no mercado, produzida com uso de pouca tecnologia e baseada no sistema de policultura que tem no milho, feijão, fava, andu e mandioca seus principais produtos, além das atividades extrativistas como a do pequi, da faveira e do babaçu, contrastando com setores de ponta voltados para a prática da agricultura irrigada, da pecuária intensiva, que faz uso de modernas tecnologias, a exemplo da

monocultura da cana de açúcar e dos rebanhos de bovinos e caprinos geneticamente melhorados ao ponto de serem premiados na *Exposição Centro Nordestina de Animais e Derivados - EXPOCRATO*.



FIGURA – 12. Mapa da interligação entre as Bacias do Rio São Francisco, sub-Bacia do Rio Salgado e Bacia do Rio Jaguaribe.
Fonte: EIA/RIMA Transposição do Rio São Francisco.

Essas diferenças são perceptíveis na paisagem regional e dão origem a territórios diferenciados no campo, com interesses distintos, chegando a gerar conflitos sociais decorrentes dessas diferentes características do rural da região. Por essa razão, se faz necessário conhecer as peculiaridades locais para que assim se possa repensar o planejamento do território regional a partir de estratégias políticas de cunho social, ambiental, cultural e econômico capazes de proporcionar o desenvolvimento rural do cariri.

Como se pode notar esse processo modernizador do agrário caririense é permeado por rugosidades que altera as formas sem que, no entanto, se modifique a essência das relações que produzem e organizam o espaço geográfico rural da região. Portanto, a esse respeito, como salienta Gonçalves,

resta saber como se desdobrará a divisão de poder, visto que, o uso da força e da dominação, historicamente, estão concentrados nos senhores de terra que não mais

exercem hegemonia no espaço econômico do Cariri, entretanto, ainda persistem como resistências particulares ao desenvolvimento. Por outro lado, existem possibilidades em torno de forças protagonizadoras regionais de lutas por mudanças, que apontam desafios, potencialidades, e novas propostas de ordenamento territorial e ambiental a partir das formas de estímulo à solidariedade e à coesão social entre seus habitantes (2007, p.1).

Para que essa situação seja melhor compreendida, no capítulo seguinte discutir-se-á especificamente sobre um desses núcleos rurais na região do Cariri. Para tanto terá enfoque a experiência do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, comunidade formada a partir do adensamento de romeiros que migraram para o Cariri em virtude da fé e da religiosidade em torno da figura mítica do Padre. A história dessa comunidade se destaca pela luta e resistência dos seus participantes, e em razão do *modus vivendi* adotado, constituído por uma experiência de coletivismo, que garantiu durante dez anos a qualidade de vida dos seus moradores, até ser destruída pelo Governo Estadual no ano de 1936.

Acredito que os dados apontados nessa parte da pesquisa se configuram como uma ferramenta instrumentalizadora, capaz de auxiliar nas reflexões sobre o agrário caririense para que assim se possa pensar em planejamento do território e desenvolvimento rural regional. No entanto, ainda há muito sobre o rural caririense que precisa ser pesquisado. Abaixo elenco alguns aspectos que penso necessitar de maiores reflexões:

- ***Sobre as condições sócio-econômicas vivenciadas pelas famílias camponesas estabelecidas nos vários minifúndios da região:*** como é a produção agropecuária nessas propriedades? O que produzem, o que consomem, sobra excedente para a venda? Que outros tipos de trabalho são desenvolvidos pelos membros das famílias minifundistas para se sustentarem? Existe alguma relação entre o elevado número de minifúndios e os grandes processos migratórios que ocorrem anualmente na área rural do Cariri, sobretudo da população masculina em idade economicamente ativa, para o corte de cana na região sudeste do país?
- ***Sobre relações de trabalho e gênero:*** quais atividades econômicas as esposas dos migrantes desenvolvem para sustentar a casa no período de ausência dos cônjuges que se deslocam para outras regiões do país? São atividades rurais ou de serviços (domésticas, diaristas, sacoleiras, etc.);
- ***Sobre a produção agropecuária dos municípios carirenses:*** o que é produzido? Como é produzido? Para onde é escoada a produção agropecuária do Cariri? A produção respeita as características ambientais da região? Existe um debate e

experiências práticas de cultivos baseados nos princípios da sustentabilidade ambiental do semiárido? Qual tem sido o resultado dessas experiências?

- ***Sobre a modernização da agricultura no campo caririense:*** análises a respeito do impacto causado pela implantação dos cursos de irrigação, saneamento ambiental e tecnologia de alimentos do CENTEC, além do curso de agronomia da UFC na constituição de um meio técnico científico no agrário da região; Quais as consequências da transposição do Rio São Francisco para a região sul do Estado do Ceará, em especial nos municípios afetados diretamente? Quem foi afetado por ela até agora em Mauriti, primeiro município do Ceará a receber a obra? Que “compensações” os afetados pelas obras receberam? O que as famílias desapropriadas pensam sobre a situação que estão vivenciando?
- ***Sobre os processos de territorialização do capital no campo e monopolização do território pelas atividades capitalistas de produção:*** qual tem sido o impacto econômico e ambiental das atividades do agronegócio da banana desenvolvidas pela unidade produtora “Sítio Barreiras” no município de Missão Velha? Qual o número de postos de trabalho formal na agricultura, com os direitos trabalhistas assegurados, essa unidade produtora tem gerado? Qual a opinião da população camponesa residente no entorno do sítio sobre o empreendimento? Já sobre a tradicional e secular atividade de produção da cana-de-açúcar na região do Cariri é interessante saber: qual o perfil dos atuais produtores da região? Qual tem sido o destino produção? Qual é o tipo de mão de obra contratada para as lavouras? Existe incentivo por parte de grandes empresas para que pequenos produtores plantem cana em suas propriedades e/ou arrendem terras para fornecer a sua produção para as empresas e/ou engenhos da região?
- ***Representação cartográfica:*** mapeamento dos municípios com maior número de trabalhadores rurais sem terra; mapeamento das propriedades improdutivas nos diferentes municípios caririenses; mapeamento da distribuição espacial da produção agropecuária no Cariri.

Diversos outros focos de abordagem poderiam ser elencados. Creio que os acima mencionados se fazem fundamentais para uma caracterização mais detalhada da complexidade do campo caririense, capazes de fornecer subsídios para o entendimento da questão agrária em uma escala regional.

3. APRENDENDO COM O PASSADO: A EXPERIÊNCIA DO CALDEIRÃO DA SANTA CRUZ DO DESERTO

O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto é destaque na história cearense por suas características peculiares de organização, pois nesse local surgiu uma comunidade que alguns autores atribuem como sendo um movimento messiânico, em virtude da prática religiosa de seus membros constituir uma de suas características mais marcantes. Para Cordeiro (2004) e Maia (1987), o Caldeirão era uma comunidade camponesa, com uma estrutura social voltada para a prática do trabalho em um sistema de produção e distribuição dos resultados, que tinha na oração um fator de aglutinação do grupo. Segundo Maia, “a comunidade do Caldeirão não vivia apenas para o trabalho: a vida religiosa era da maior importância. Entretanto o trabalho dependia da religião, não havendo predominância da religião sobre o trabalho e vice-versa” (1987, p. 135).

História que se inicia em meados de 1926, quando na comunidade do Caldeirão, localizada no município do Crato, região sul do Estado do Ceará, se estabeleceram camponeses em terras que foram confiadas pelo Padre Cícero ao Beato José Lourenço, líder religioso e comunitário, um dos responsáveis pela criação da comunidade que prosperou em função do seu modo de trabalho, que se contrapunha ao trabalho individual e ao coronelismo nordestino. Como vimos no primeiro capítulo, Padre Cícero incentivava aos romeiros que migravam definitivamente para Juazeiro a se estabelecerem como agricultores na área rural no município ou na chapada do Araripe e também em suas imediações. O Caldeirão se insere nesse contexto.

José Lourenço nasceu provavelmente em 1870, no município de Pilões de Dentro, Estado da Paraíba. Jovem, saiu de casa para trabalhar nas fazendas de gado, no trato dos animais. “Ao retornar para casa, após anos de ausência, soube que seus pais haviam mudado para Juazeiro do Norte, no Ceará – lugar que se tornara um pólo de atração devido à fama do Padre Cícero” (ARAÚJO, 2005, p. 39).

À época, o município de Juazeiro do Norte passava por um acelerado processo de crescimento populacional motivado pelo suposto milagre da transformação da hóstia em sangue durante as comunhões ministradas pelo Padre Cícero à Beata Maria de Araújo. Tal fato atraía cada vez mais romeiros de diferentes Estados. Em sua maior parte, os romeiros eram formados por trabalhadores do campo, que buscavam, pela religião, amenizar seus

sofrimentos causados pela difícil vida camponesa, quer fosse pela seca, quer fosse pela expropriação e exploração nos grandes latifúndios do nordeste brasileiro.

Ao chegar a Juazeiro do Norte, José Lourenço encontrou sua família, estabeleceu-se no município e conquistou, em virtude de sua religiosidade e liderança, o respeito do Padre Cícero. De acordo com Cordeiro (2004), José Lourenço, por ser seguidor do Padre Cícero, tornou-se beato. Seguindo as práticas implementadas por Padre Ibiapina, também em Juazeiro o sacerdote Cícero Romão incentivou a criação de ordens de beatos e beatas, para ajudar no processo de moralização do povoado, conhecido naquela época por sua fama de local onde reinava a desordem. Era papel dos beatos e beatas participarem das atividades da igreja comandada por Cícero e auxiliar, quando possível, na execução de algumas atividades. De acordo com Gonçalves (2007) personalidades como os Frades Carlos Maria de Ferrara e Vitale de Francarolo, além dos padres caboclos José Maria Ibiapina e Cícero Romão Batista foram essenciais na construção da ascese comunitária e na devoção disciplinada do trabalho, disseminada pelo interior nordestino.

Entre as características comum dos beatos estariam à prática de penitências, da caridade, da castidade e – por desprezarem os bens materiais – da mendicância. Porém, José Lourenço não era um beato comum. Celibatário e casto, despertava entusiasmo nos companheiros de práticas religiosas e vivia do seu próprio trabalho, cujo produto dividia com os pobres. Moldava-se aí a imagem do líder que seria.



FIGURA – 13. Beato José Lourenço e a Santa Cruz do Deserto.
Foto: Luis Maia, 10 de Maio de 1937.

Nos anos de 1894 e 1895, José Lourenço, junto com sua família e alguns romeiros, passou a morar no Sítio Baixa Dantas, no município do Crato, que havia sido arrendado ao Coronel João de Brito. Essa foi à primeira experiência de organização e produção agrícola liderada por José Lourenço na Região do Cariri Cearense.

No sítio, a produção era diversificada,

Foram plantados em ordem de alguns milhares de laranjeiras, magueiras, jaqueiras, limeiras, coqueiros, limoeiros, bananeiras e cafeeiros, ao lado de uma bem-cuidada cultura de algodão, cereais e outras diferentes qualidades de plantas hortaliças. (FIGUEIREDO Apud MAIA, 1992, p. 13).

A partir de depoimentos colhidos com os “remanescentes” do Caldeirão, Cordeiro (2004), aponta que foi o Pe. Cícero quem aconselhou o Beato a arrendar as terras do Baixa Dantas e a estabelecer-se lá com sua família, passando a receber, continuamente, trabalhadores rurais – romeiros, enviados pelo padre, que chegavam em grande número ao povoado de Juazeiro do Norte que se encontrava em acelerada expansão.

Em 1926, após 30 anos de trabalho nas terras, o sítio foi vendido, sendo o Beato e seus seguidores expropriados sem qualquer indenização pelas benfeitorias realizadas na propriedade. Após a saída do sítio Baixa Dantas, José Lourenço e os camponeses foram enviados pelo Padre Cícero para um sítio de sua propriedade no sopé da Chapada do Araripe, conhecido como Caldeirão.

O nome da propriedade é proveniente das formas geológicas denominadas de Caldeirão, que são escavações realizadas pela força das águas nas rochas, ocasionando a dissecação do relevo e formando espécies de reservatórios naturais que acumulavam água inclusive nos tempos de estiagem, favorecendo a agricultura no local. Era chamado, no princípio de *Caldeirão dos Jesuítas*, pois, conta-se que dois jesuítas, fugindo da perseguição do Marques de Pombal, teriam se escondido naquela área. Isolados do mundo, teriam perecido de fome sob a sombra de uma imensa baraúna. Criou-se ai um primeiro misticismo, um respeito pelo local no qual dois religiosos perseguidos haviam perecido em virtude da perseguição que sofreram, tornando-se mártires. No entanto, depois da chegada de Zé Lourenço com seus seguidores e a formação de uma comunidade naquela área, que possuía toda uma forma singular de relações sociais, o Caldeirão passou a possuir dois significados. Se do ponto de vista geomorfológico é resultado de um processo erosivo causado na rocha, e que serve para acumular água, a partir da perspectiva social ele acaba ganhando uma nova conotação, que é a do feito, da preparação, da união dos elementos para uma posterior

partilha, de onde provem o sustento alimentar e religioso, dos corpos e das almas carentes de salvação. Compartilhando tudo entre todos, apesar das dificuldades, dos embates e dos atritos, a comunidade que todas as manhãs saía em procissão para o trabalho carregando a *Santa Cruz do Deserto*, prosperou. Possui, portanto, simbolicamente atrelada a si, essas duas representações, que é proveniente da própria natureza dialética dos acontecimentos, bem como a partir da dialética da própria natureza que cria o Caldeirão Geológico que, por sua vez, possibilita o desenrolar do trabalho, da vida e das histórias naquele lugar. Assim como “o sonho da água” é seguir seu caminho natural, precisando às vezes do embate e do conflito com um elemento natural diferente, nesse caso até desagregar a rocha para conquistar e preencher seus espaços, no seio da lutas sociais é, em muitos casos, no momento do conflito e da disputa que se dá a união, a conquista dos territórios, forjando as identidades e possibilitando a criação do novo. O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto ao criar mecanismos de resistências para conseguir viver da terra, assim como era o seu predecessor - um Caldeirão Geomorfológico, vai encontrar na não resignação, na mudança da estrutura, a sua razão de ser. O seu próprio sonho, onde tudo se constrói.



FIGURA – 14. Caldeirão no período de estiagem. Foto: Judson Jorge, 2008.



FIGURA – 15. Caldeirão no período das chuvas. Foto: Judson Jorge, 2004.

Antes do Caldeirão o beato já havia tido a experiência de trabalho, oração e mutirão no Baixa Dantas e, depois de serem expropriados do Caldeirão, organizou novamente seus seguidores, que assim como ele escaparam a ação militar que resultou na morte de vários camponeses, em Pernambuco, no Sítio União. Porém, dentre todos os espaços que foram organizados por José Lourenço, o que obteve maior visibilidade perante os “contemporâneos” e para os próprios “remanescentes” foi o Caldeirão. De acordo com Cordeiro (2004, p. 43), “o

Caldeirão foi uma ‘comunidade’ camponesa, que existiu durante 10 anos, onde habitaram aproximadamente 1.700 pessoas.

O início dos trabalhos no Caldeirão em 1926 não foi tarefa fácil. A terra teve que ser preparada para só depois ser plantada. As casas tiveram que ser construídas, pois não havia a mínima estrutura de moradia para as famílias expropriadas do Baixa Dantas. Conforme Maia (1987, p.15):

No início, teriam que sobreviver com as reservas que traziam de Baixa Dantas. O Beato não recebeu indenização pelas benfeitorias feitas na terra como: pomares, plantação de algodão, construção de casas, currais, mas tinha ele suas reservas feitas das colheitas tidas anteriormente, além de seus animais de carga, montaria, gado vacum e outros animais menores, e as sementes para a plantação das novas roças que seriam semeadas antes do próximo inverno.

Embora não tenham recebido nenhuma indenização pelas benfeitorias realizadas no Sítio Baixa Dantas, os camponeses possuíam alguns animais e sementes para plantar na nova moradia. Para um camponês que vivia na condição de morador de sujeição nas fazendas da região, cultivando pequenas porções de terra apenas com o auxílio familiar, essas seriam posses completamente impossíveis de se obter, já que, geralmente, as suas condições de trabalho eram as piores possíveis, devido à baixa qualidade das terras da parte da fazenda que lhes permitiam explorar e a certas restrições impostas, como a proibição da criação de animais mesmo que de pequeno porte. Nesse sistema eles não conseguiriam adquirir um nível de autossuficiência como conseguiram as famílias do sítio Baixa Dantas e, posteriormente, conseguiu de forma ainda mais intensa a comunidade do Caldeirão. Esses são alguns dos indícios concretos de que os trabalhos realizados em “regime coletivo” e organizados podem fazer a diferença entre o desenvolvimento de uma comunidade de camponeses ou que a carência desse procedimento pode levar à estagnação e até mesmo ao desestímulo quando o mesmo não ocorre, predominando o individualismo como método de trabalho utilizado.

Conforme Maia (1987), a comunidade se organizou e montou um sistema de produção e distribuição de bens básicos, capazes de assegurar a manutenção de seus membros, garantindo-lhes alimento para o corpo e para o “espírito”, moradia, terra e meios para cultivá-la. Tratava-se de um sistema comunitário, embora não tivesse base em nenhuma teoria política ou modelo de comunismo. A experiência desenvolvida no sítio Baixa Dantas já havia apontado para a importância de se trabalhar de maneira cooperada.

Podemos compreender então que a forma de produção agrícola do Caldeirão era uma forma deveras revolucionária dentro das condições sociais do Brasil e

particularmente do Nordeste. Não era apenas uma forma de produção onde existiam associações cooperativistas. Era um sistema cooperativista dentro do próprio grupo, o que vale dizer que já praticavam um sistema socialista mesmo sem conhecer as formas já existentes no mundo, tanto práticas como teóricas (MAIA, 1987, p.121).

Trabalhando nesse sistema, o Caldeirão atingiu sua autossuficiência, produzindo desde as suas roupas, que eram confeccionadas em teares manuais, em que era utilizada como matéria-prima o algodão cultivado no imóvel, até as ferramentas de trabalho, além de sabão, panelas, baldes, artefatos de couro, enfim tudo de que precisavam. Fortaleceram, via métodos artesanais, uma espécie de “indústria” que visava suprir as necessidades internas da comunidade. Existiam no imóvel diversas oficinas, cada uma especializada em um ramo, como a funilaria, a carpintaria, o curtume, a ferramentaria, além de casas de farinha e engenhos utilizados no beneficiamento da produção.

Rosemberg Cariry afirma que:

Desenvolveu-se no Caldeirão um artesanato bem elaborado e diversificado. Com metais, fabricavam foices, enxadas, cavadores, estribos e pequenas peças de ferro batido. Com a madeira, faziam portas, mesas, oratórios, móveis domésticos e arados rústicos. Um engenho de pau foi construído por mestres e carpinteiros da comunidade. Com barro, modelavam as panelas, potes, pratos, tijolos e telhas e desenvolviam também a cerâmica lúdico-figurativa usadas pelas crianças nos seus folguedos. Em teares primitivos, teciam as fazendas necessárias para vestir todos os membros da comunidade, além de redes, lençóis e panos grossos para os sacos de armazenar alimentos. O pequeno curtume oferecia sola para as selas, os arreios, os chinelos, as correias e os gibões. Com cera de carnaúba fabricavam velas para os cultos; da mamona, extraíam o azeite para a iluminação; e com flande faziam as canecas, a bacias e os candeeiros. Não obstante a variedade de ocupações, a agricultura era cultivada por todos, havendo rodízios e remanejamentos. Depois de repartida com os membros da comunidade, o excedente da produção tinha uma parte armazenada para os maus tempos e outra comercializada com os povoados adjacentes e transformada em dinheiro, usado para adquirir objetos não produzidos pelos habitantes do Caldeirão, o que era pouco, já que a comunidade era auto-suficiente. O beato incentivava o povo no seu trabalho e tinha idéias progressistas para a época. Por volta de 1935, entrou em contato com comerciantes do Crato, na tentativa de importar arados da Inglaterra, o que não chegou a ser efetuado.

[...] Não havia escolas, as crianças menores brincavam livres pelos terreiros e os mais crescidos acompanhavam os pais no rude e necessário aprendizado da sobrevivência. (CARIRY, 2007, p. 270).

A reprodução esquemática a seguir, elaborada a partir do original de Anderson (1970), nos mostra como era organização espacial interna da comunidade, com seus açudes, plantações diversas, distribuição das casas, engenho, curral, carpintaria, além dos espaços sagrados como a igreja e o cemitério.

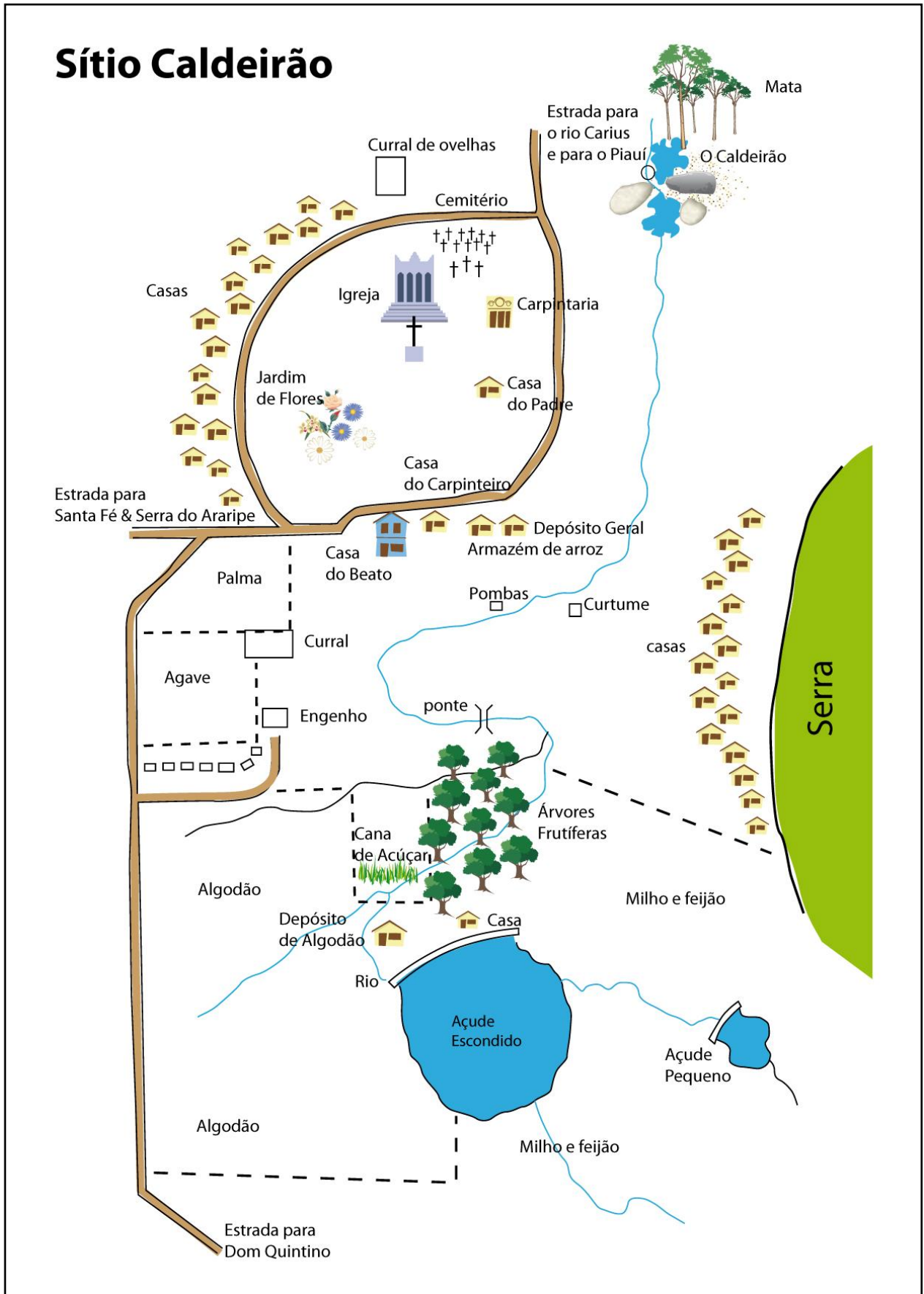


FIGURA – 16. Organização espacial do sítio Caldeirão. Fonte: ANDERSON, 1970, p. 88. Adaptado por Reginaldo Farias

Maia (1987) afirma que fabricando tudo de que necessitava, o Caldeirão se tornava uma comunidade autônoma, necessitando minimamente recorrer ao comércio das cidades vizinhas para comprar aquilo que consumiam e utilizavam cotidianamente. Quando recorriam ao comércio era para comprar querosene para iluminação ou remédios para a população.

A grande seca do Nordeste em 1932 comprovou o nível de autonomia e autossustentação conquistado pela comunidade do Caldeirão. Enquanto o Governo do Ceará instalou em vários municípios campos de concentração na tentativa de impedir que os flagelados migrassem para a capital, como havia ocorrido nas secas anteriores o Caldeirão oferecia assistência para uma multidão de pessoas que recorria à sua caridade, praticada em virtude dos princípios cristãos que defendia e que era pregado pela igreja católica, a qual seguia mesmo a comunidade tendo sido posta à margem dos cuidados e serviços prestados pela mesma durante todo o seu período de existência.

De acordo com Araújo (2005, p. 40),

Constantes do semiárido nordestino, duas grandes estiagens forçaram o sertanejo a migrar para o litoral nas primeiras décadas do século passado. Para controlar a ‘invasão de flagelados’ na de 1915, o governo do Ceará construiu o Campo de Refugiados do Alagadiço, onde uma epidemia de varíola matou boa parte dos reclusos. Em 1932, com a intenção de manter os retirantes longe de Fortaleza, os órgãos públicos intensificaram as medidas de contenção. Assim, ergueram sete campos de concentração – ou ‘currais’, na língua popular distribuídos pelas linhas férreas do estado. Enquanto os dois campos próximos da capital reuniram cerca de 5,5 mil pessoas, o de Buriti, no Crato, que tinha capacidade para no máximo 5 mil, aglutinou por volta de 18 mil.

Tais fatos ratificam o tratamento prestado pelo Governo do Ceará aos camponeses, que eram aprisionados, sem que pudessem sequer buscar alternativas de sobrevivência. Segundo a historiadora Rosangela Martins, em entrevista a Araújo (2005), durante a seca de 1932 os refugiados do Buriti foram vigiados rigorosamente por sentinelas. Havia ali até mesmo uma prisão interna para os desobedientes.

Segundo Cordeiro “no campo, a única comida disponibilizada era farinha de mandioca e de baixa qualidade. A maioria dos retirantes, que lá era confinada desnutrida, adoecia com indigestão, empanzinada pela farinha. Sem higiene, pestuada e abandonada, morria e era enterrada em valas comuns” (2004, p.44).

Enquanto isso, dentro desse contexto de escassez e mortandade, a estrutura coletiva do Caldeirão garantia a segurança alimentar de seus moradores e oferecia guarida para uma multidão de 500 pessoas que recorria ao seu auxílio. “Lá estavam garantidas

alimentação suficiente, água, moradia, remédios, trabalho para quem quisesse ficar e amparo espiritual. Isto fez com que, após a seca, sua população tivesse aumentado constantemente (CORDEIRO, 2004, p. 44-45).

A igualdade social, econômica, a solidariedade e a fraternidade praticada no Caldeirão chamaram a atenção de inúmeros camponeses que lá se refugiavam, deixando para trás as condições de expropriação e subordinação as quais eram submetidos nos latifúndios da região. A evasão dos trabalhadores para as terras do Caldeirão despertou a ira dos coroneis da oligarquia fundiária do Cariri, que se sentiu ameaçada e passou a difamar a comunidade, divulgando tratar-se de um movimento de fanáticos religiosos, com aspirações comunistas e com pretensões de transformar-se em uma nova Canudos. A imagem abaixo aponta áreas de origem, deslocamento e influencia do Caldeirão.

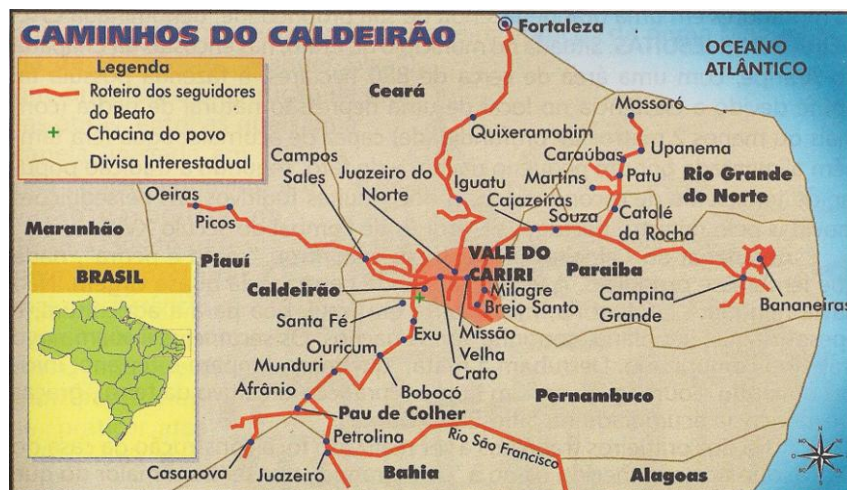


FIGURA – 17. Locais de procedência dos camponeses do Caldeirão. Fonte: Farias, 2000.

Presumiam e temiam os coroneis que outros camponeses seguissem o exemplo do Caldeirão, fundando outras comunidades com o mesmo princípio de organização, fato que colocaria em risco a estrutura fundiária e, conseqüentemente, a política dos coroneis da região e do próprio Estado.

Como nos lembra Martins (1983, p. 141):

O capital e o capitalismo não podem crescer sem que existam trabalhadores dispostos a trabalhar para um patrão. Para que isso ocorra é necessário que os trabalhadores tenham como única propriedade a propriedade de sua força de trabalho [...]. Se o trabalhador fosse proprietário dos instrumentos de trabalho, não precisaria assalariar-se, trabalhar para outra pessoa.

Temiam também os coroneis que o Caldeirão crescesse em importância política na mesma proporção da cidade de Juazeiro do Norte, tentada a todo custo ser suprimida pelo governo cearense, mas sem êxito. Na guerra que se travou no ano de 1914 e que entrou para a história cearense como *A Sedição de Juazeiro*, os chamados “fanáticos” derrotaram as tropas militares do Estado e depuseram o então Governador Franco Rabelo, para defender a terra da “Mãe das Dores”.

No caso específico da comunidade do Caldeirão, temos ainda o fato de que:

Taxados pela sociedade urbana local, de fanáticos e loucos os romeiros do Caldeirão de Zé Lourenço inspirados no Padrão produtivo do Juazeiro seguiam o modo de vida pietista recomendado pelo Padre Cícero e em decorrência das circunstâncias políticas e religiosas passaram a figurar de forma isolada com relação às lideranças políticas locais e regionais.

Tal isolacionismo fez do Caldeirão uma comunidade desconhecida e estranha entre grandes comerciantes e fazendeiros. Também o completo estado de abandono do Sul Cearense pelo poder central nas primeiras três décadas do século XX foi utilizado como elemento de incentivo para a intervenção militar comandada pelo ministro da guerra de Getúlio Vargas. Desse modo assistimos a uma guerra desnecessária que poderia ter sido evitada entre a face ideológica do moderno representada pela organização do Estado e de suas elites contra o atraso representado pelos afilhados do padrinho Cícero e moradores da comunidade dirigida pelo beato Zé Lourenço (GONÇALVES, 2007, p.6).

A partir desses fatos iniciou-se uma intensa campanha na imprensa do Ceará contra a figura do Beato José Lourenço e contra essa comunidade, mas nenhuma medida mais dura era tomada, pois não interessava ao Estado confrontar-se diretamente com o Caldeirão, sabendo da ligação mantida com o Padre Cícero. Porém, com a morte do sacerdote no ano de 1934, as terras do Caldeirão passaram a pertencer à ordem dos padres Salesianos, já que essa foi à vontade expressa pelo Padre em seu testamento.

A partir de então, a comunidade começou a pagar os foros para que seus habitantes pudessem permanecer nas terras, até que em 1936 o representante jurídico da ordem dos salesianos solicitou a reintegração de posse da propriedade, mesmo o Beato tendo manifestado o interesse em comprá-la. Junto com o pedido de reintegração de posse, o Deputado e procurador dos padres salesianos, Norões Milfont, também iniciou um procedimento de difamação da comunidade junto ao governador do Estado do Ceará, Meneses Pimentel.

No mesmo ano, a cidade de Fortaleza sediou uma reunião de representantes de seis instituições: diocese do Crato, ordem dos padres salesianos, Liga Eleitoral Católica, polícia política (Deops), polícia militar e governo do Ceará. Os representantes ouviram relatos do Capitão José Bezerra, da polícia militar, que, em busca de um

pretexto para a invasão havia espionado a comunidade para ver se ali havia armas. O oficial não as encontrou, mas disse que as forças públicas precisavam agir ‘com rapidez fulminante, para evitar a possibilidade de uma reação premeditada’, pois havia muita gente no arraial. (ARAÚJO, 2005, p. 41).

Na reunião decidiu-se pela dissolução da comunidade. Dois ataques militares deram fim ao sonho dos camponeses do Caldeirão. O primeiro deles ocorreu no dia 10 de setembro de 1936. Conforme as histórias contadas pelos remanescentes, a humilhação e os maus-tratos perpetrados pelas tropas contra os camponeses foram inúmeros. Nessa ocasião, vários bens da comunidade foram saqueados, animais foram soltos nas plantações, paiois de algodão e mais de 400 casas foram queimadas. O Beato, avisado com antecedência do ataque, refugiou-se na mata, onde posteriormente voltou a reunir-se com os membros da comunidade, passando a viver como clandestinos na localidade da Mata dos Cavalos até que pudessem retornar para o Caldeirão.



FIGURA – 18. Moradores do Caldeirão aprisionados pela polícia em 1936.
Fonte: O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto – Apontamentos para a História (2007).

Decidido a vingar a comunidade, um grupo de moradores liderado por Severino Tavares preparou uma emboscada contra o Capitão José Bezerra, que havia comandado as tropas no primeiro ataque. É, portanto, aproximadamente 100 camponeses, entre eles Severino, que fazem o “Caldeirão social” ferver, já que o Zé Lourenço não era dado à violência, como ficou comprovado na Sedição de Juazeiro, em 1914, quando o mesmo, segundo relatos históricos, não pegou em armas.

Severino era responsável pela negociação de parte dos excedentes produzidos na comunidade e já havia sido preso e levado para a cadeia de Fortaleza acusado de ser um líder

comunista, pois em suas viagens fazia proselitismo sobre o Caldeirão. De acordo com Maia (1987) após ser solto pela polícia, Severino voltou a juntar-se ao grupo, quando teria arquitetado o plano de vingança. Espalharam o boato de que alguns membros do Caldeirão pretendiam atacar uma fazenda vizinha e posteriormente atacar a cidade do Crato. A comunidade enviou, então, a Juazeiro do Norte, o camponês Sebastião Marinho, membro do Caldeirão, para convencer o Capitão Bezerra de que pretendia um entendimento. No dia 9 de maio de 1937, o capitão Bezerra resolveu fazer uma investigação no local, tendo como guia Sebastião Marinho. Para tanto, reuniu um destacamento com 18 praças, entre os quais se encontravam seu filho e seu genro.

O Capitão José Bezerra partiu com seus homens num caminhão que ficou no Cruzeiro, sítio de Benedito Teles. O caminhão ficou com o motorista e quatro praças, e ele seguiu com o restante. [...] Quando o guia gritou que haviam chegado, pulou para dentro do mato e sumiu. Nesse momento entraram num capão de mato e foram atacados. As armas usadas pelos homens do Caldeirão eram foices e cacetetes. Com um violento golpe de foice foi morto o capitão José Bezerra. Somente escaparam os sargentos Jaime e Brasileiro, que se arrastaram por uns duzentos metros até o caminhão (MAIA, 1992, p.41).

Entre os homens do Caldeirão, cinco perderam a vida, inclusive Severino Tavares, autor do plano. Dois dias após a emboscada que culminou com a morte do renomado capitão Bezerra, veterano chefe de volante na perseguição de cangaceiros, teve início um grande esquema para aniquilar definitivamente a comunidade.

No dia 11 de maio, foi mandado o tenente Assis Pereira, com 30 homens, para o Juazeiro. O Governo do Estado preparava a 1ª Companhia do 1º BC da Força Pública para deixar Fortaleza nos trens da RVC, sob o comando do 1º tenente Abelardo Rodrigues. O Chefe da Polícia partiu no mesmo dia de avião para o Cariri. Os aviões eram constituídos de Paraíba, Chaco e C38 sob o comando do Capitão José Macedo. Levavam, além dos comandantes, três FM e munição (MAIA, 1992, p.42).

Os aviões realizaram voos rasantes sobre a localidade de Mata dos Cavalos, onde estavam refugiados os moradores expulsos do Caldeirão. Comandados pelo Capitão José Macedo, esses aviões inspecionavam a área, disparando rajadas de metralhadoras e lançando granadas no meio da multidão de camponeses que não tinham como se defender. O ataque por terra foi realizado por 200 soldados que adentraram nas matas empunhando armas à procura dos camponeses que fugiam desesperados dos tiros e dos artefatos explosivos lançados dos aviões. Segundo dados oficiais da polícia, 200 pessoas morreram durante a ação, porém fontes

não oficiais apontam para um número de aproximadamente 700 vítimas fatais entre homens, mulheres e crianças.

Sobre o massacre dos camponeses Cariry afirma que,

Segundo o depoimento do tenente Alfredo Dias, os soldados fincavam a baioneta com tal força que tinham que usar os pés para retirá-las. Os prisioneiros eram executados sumariamente, e alguns tiveram a pele do rosto arrancada a golpes de facas, tal qual se tira couro de um bode. Os corpos dos camponeses foram amontoados e incinerados com gasolina. Os fugitivos foram perseguidos por toda a serra do Araripe e fuzilados. Muitos dos que conseguiram atravessar a divisa com Pernambuco foram massacrados pelas forças policiais pernambucanas que, avisadas pelo Governador do Ceará, Menezes Pimentel, estavam de prontidão. A chacina deixou um saldo de mais de mil camponeses mortos. O farmacêutico José Geraldo da Cruz encontraria depois, em um só local, 16 crânios de crianças (2007, p. 277).

Por tudo o que representou, mesmo após mais de meio século de sua destruição por tropas militares, o Caldeirão foi tomado como modelo a ser seguido por outros camponeses da região do Cariri cearense, que após articulados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais – STR (hoje Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR), Comissão Pastoral da Terra – CPT e Movimento Sem Terra – MST, ocuparam suas terras reivindicando sua desapropriação. Deu-se aí a utilização da história e da memória para a formação de novos sujeitos sociais, o passado passava a ter um significado novo no presente. Nesse sentido, Martins nos esclarece que

O camponês não é uma figura do *passado*, mas uma figura do *presente* da história capitalista do país. Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, esse ‘passado’ só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, esse ‘passado’ é uma arma de luta do presente. Esse ‘passado’ só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital – quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente ‘no futuro’, na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação (MARTINS, 1983, p.16).

O sonho do Caldeirão, devastado em 1936, foi utilizado na reconstrução da vida dos atores sociais a partir da formação da identidade Sem Terra, para a recriação do campesinato e a conquista do primeiro assentamento rural resultado de ocupação e mobilização dos movimentos sociais do campo na região do Cariri. Conforme Seemann (2002-2003, p. 50), “os homens usam, escolhem, negam, refazem ou inventam o espaço do passado conforme as suas necessidades e intenções.”

Pelo exposto, buscou-se compreender até que ponto a experiência do Caldeirão funcionou como um processo de espacialização da luta pela terra, já que é possível enquadrá-la como uma luta de referência. Compreendem-se lutas de referência como aquelas que, de algum modo, chegaram ao conhecimento dos camponeses, seja por meio da oralidade, da escrita, de documentos ou mesmo pela participação direta dos camponeses no desenrolar dessas lutas, capazes de impulsionar o surgimento de novas lutas.

Dessa forma, busquei entender o compreender o papel das lutas de resistência no campo e a sua transformação em lutas de referência, fundamentais no surgimento dos processos de espacialização e territorialização de novas lutas pela terra, além, é claro, da formação da identidade sem terra dos camponeses assentamento do 10 de Abril, já que o Movimento Sem Terra mobilizou a história para forjar essa identidade.

Memórias e histórias que, na trajetória do Movimento Sem Terra, constituem-se em referências para a projeção do futuro, mas, principalmente, significam a existência dos sujeitos e destes como grupo social, estabelecendo elos com um passado reapropriado e com um futuro possível na e pela narrativa. Narrativas históricas ou práticas de memória que os empoderam para viver nesse mundo, encontrando nelas, entre outras coisas, uma significação para a existencialidade dos sujeitos em movimento (LUCINE, 2007, p.4).

Conforme Castells, os movimentos sociais ao trabalharem na construção das identidades fazem uso de elementos da história, da biologia, da memória coletiva, etc. como matéria-prima, nesse sentido aponta que:

todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam o seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados na sua estrutura social bem como na sua visão de tempo/espço. Coloco aqui a hipótese de que, em linhas gerais, quem e para quem se constrói a identidade coletiva são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessa identidade, e do seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluem (Castells, 2003 Apud Zangelmi, 2007, p.29)

Compreendo o Caldeirão enquanto forma de luta isolada, que serviu como base na criação de um processo de espacialização da experiência de luta pela terra permeada pela fé, ocorrido na região do Cariri cearense. De acordo com Fernandes (1996), a espacialização é um processo de expansão das experiências de luta pela terra. Por sua vez, essas experiências se configuram como base para o processo de conquista e de construção de um espaço social que será o resultado das relações entre as classes e o lugar. Quando ocorre a conquista de um território por parte dos trabalhadores rurais, há a criação de um espaço social permeado do

sentido da luta travada para se obter a terra. A conquista e a produção desse espaço é que configura a territorialização da luta, ou seja, a materialização dos esforços para consegui-la.

Por ter resistido ao esquecimento, apesar da tentativa do Estado de ocultar os fatos, essa experiência adquiriu a condição de luta de referência, sendo utilizada por integrantes do MST, MSTTR, e da CPT, no ano de 1991, para articular os trabalhadores sem terra da região a fim de ocuparem o antigo imóvel Caldeirão que se encontrava ocioso desde o ano da destruição daquela comunidade, há 55 anos. Como se pode perceber, fica claro que “a memória não é apenas um mero mecanismo de copiar e armazenar informações na nossa cabeça, mas também é um recurso de recuperar informações e combiná-las de uma maneira a formar pensamentos novos” (FENTRESS; WICKHAM, 1994, p.29 apud SEEMANN, 2002-2003, p. 50).

Pela história do Caldeirão foram reconstruídas as experiências dos sujeitos sociais, pois após muitas caminhadas e recaídas aconteceu à conquista do Assentamento Dez de Abril, resultado da materialização de um movimento histórico social iniciado na década de 1920, que deve ser considerado como um processo de territorialização da luta pela terra no Cariri. Apesar de possuírem histórias diferentes, fragmentos de memória do tempo e do espaço, é importante que se entenda as duas comunidades a partir de sua procura pela conquista de um território para produzir, longe da opressão e exploração, e na busca de um desenvolvimento social justo, capaz de assegurar aos camponeses o exercício da cidadania. Daí a razão e meu interesse em conhecer e discutir esse tema. De acordo com Fernandes (2001), uma classe não consegue se realizar no território de outra classe, motivo pelo qual afirma que:

Os territórios do agronegócio e os territórios camponeses e indígenas são distintos. Os territórios do campesinato e os territórios do agronegócio são organizados de formas distintas, a partir de diferentes relações sociais. Um exemplo importante é que, enquanto o agronegócio organiza seu território para produção de mercadorias, o grupo de camponeses organiza seu território, primeiro, para sua existência, precisando desenvolver todas as dimensões da vida. Esta diferença se expressa na paisagem e pode ser observada nas distintas formas de organização dos dois territórios (FERNANDES, 2008, p. 285).

Os camponeses que ocuparam o Caldeirão em 1991 reivindicavam as terras como que lhes sendo de direito não por serem descendentes direto dos antigos camponeses da época do Beato José Lourenço, mas por se identificarem com a luta por terra e por serem camponeses que também haviam sido expropriados e que desejavam retornar para o trabalho

com a terra. Sendo o Caldeirão um território que historicamente havia pertencido a uma comunidade camponesa e que se encontrava agora abandonado, desejavam reconquistá-lo.

Para Eric Hobsbawm, essa espécie de ocupação se enquadraria no tipo de “recuperação ou terras de reconquistas – que estavam ocupadas há décadas por camponeses, mas se encontram em litígio por causa da territorialização do capital na expropriação das famílias camponesas” (FERNANDES, 2001, p.63).

Essa não seria uma situação isolada. Conforme Martins (1993) existem diversos casos de comunidades que têm se afirmado como descendentes dos povos de antigas aldeias indígenas e de quilombos para, dessa forma, conseguirem reaver porções do território antes ocupadas por seus povos.

Considero que apesar de ocorrerem em diferentes momentos da história e possuírem características diversas relacionadas aos diferentes estágios do desenvolvimento do capitalismo, tanto a comunidade do Caldeirão como o Assentamento 10 de Abril são exemplos de um modelo diferenciado de trabalho no campo baseado em princípios cooperativistas, coletivos e de solidariedade, que se apresentam como uma das formas alternativas ao modelo proposto pelo Estado brasileiro, que historicamente tem patrocinado a organização espacial em função da acumulação de capital e dos grandes proprietários fundiários, em detrimento do campesinato ou dos povos do campo

Portanto, compreender as estruturas sociais, políticas, econômicas, religiosas e culturais nas quais estão inseridas essas duas comunidades é o início do entendimento desses movimentos e das lutas pela construção de territórios políticos e de um modelo contra hegemônico do camponês. Caldeirão e 10 de Abril, um passado que é presente, que é preciso aprender a articular. Estabelecer elos entre o empírico e o teórico para se buscar a construção de novos mecanismos das lutas sociais na esperança de uma *práxis* transformadora.

4. ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL: UMA CAMINHADA DE 19 ANOS

“Jesus desceu do céu
 Fez nossa organização
 Tirou nós da nossa comunidade
 Para a Fazenda Caldeirão
 O Governador ‘pegou’ nós
 Para o parque de exposição
 Retornou nós para trás
 Pra Fazenda Gerais
 Pra fazer nossa produção.”

(Vicente Ventura - Assentado do 10 de Abril)

A necessidade da reorganização do espaço agrário brasileiro devido aos problemas existentes na estrutura fundiária tem se tornado problema cada vez mais sensível, urgindo medidas para sua solução. Esses problemas são ocasionados pela concentração fundiária, que tem nos latifúndios as raízes históricas de sua existência e pela moderna empresa rural capitalista, que assim como os latifúndios, concentra a terra nas mãos de poucos e leva a expropriação de grande quantidade de camponeses. Por outro lado, também a excessiva fragmentação das propriedades ocasionada, muitas vezes, pelo regime de herança, faz com que ocorra o surgimento dos minifúndios, que por seu tamanho limitado são incapazes de prover de forma satisfatória o sustento das famílias camponesas. Esses, entre diversos outros fatores, como o problema da violência no campo, a migração da população camponesa para as cidades, incapazes de absorver a todos de forma igualitária e satisfatória, aumentando ainda mais os índices de exclusão e marginalização social, são causas que colocam a reforma agrária como necessidade e bandeira de luta dos trabalhadores rurais na atualidade.

O Cariri não foge a essa realidade. Foi permeado por essas razões, sobretudo por necessidade real de sobrevivência, que em 1991 famílias de diferentes municípios da região sul do Ceará ocuparam o imóvel em que no passado vivia a comunidade do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, entre os anos de 1926 a 1936, e passaram a lutar para que a terra fosse desapropriada e transformada em assentamento rural.

De acordo com Stédille e Gorgen (1993, p.84-85 *apud* ALENCAR, 2000, p. 47) os assentamentos constituem-se por:

um conjunto de famílias que passam a trabalhar numa área de terras destinadas a agricultores sem-terra, utilizando-a para a produção agropecuária. Os assentamentos feitos no Brasil, nos últimos doze anos, foram conseguidos após muita luta, muito tempo de acampamento e muitas ocupações de terra.

A terra onde se realiza o assentamento normalmente é um latifúndio que foi desapropriado e comprado pelo governo e destinado à utilização dos agricultores. Pode ser também em áreas do próprio governo destinadas a esta finalidade. Os assentamentos organizados a partir da luta do Movimento dos Sem Terra procuram planejar e organizar a produção, para viabilizar o assentamento, garantir a subsistência das famílias assentadas, promover o desenvolvimento econômico e social dos camponeses que conquistam a terra.

A (re)ocupação do Caldeirão ocorreu no dia 10 de Abril e dela participaram aproximadamente 250 famílias que durante 22 dias permaneceram acampadas com fé e na esperança de que as terras fossem desapropriadas para fins de reforma agrária. Dentre os ocupantes, segundo dados obtidos em campo, haviam moradores, agregados, parceiros, arrendatários e meeiros provenientes de sete municípios da região sul do Estado do Ceará: Assaré, Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Potengi, Santana do Cariri. Tratou-se da primeira ocupação de terras realizada pelo MST na região.

Como foi discutido no capítulo anterior, a história do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto é marcada, sobretudo, por dois motivos: o primeiro trata-se do período áureo que a comunidade conseguiu conquistar, onde ganhou força um modelo de organização coletiva singular, que se mostrou exitoso e socialmente justo, diferente dos convencionais que eram vivenciados pela população pobre do campo naquela época. O segundo, pelo massacre que os camponeses sofreram pelo governo do Estado. Pode-se perceber que a escolha do imóvel Caldeirão não se deu de forma aleatória. Esclarece Cícero Porciano, presidente da associação de moradores do assentamento (2009-2010), que a intenção era permeada por uma lógica:

Tinha aí uma questão de que a gente ocupou pra resgatar a história que o Caldeirão já tinha. O assentamento 10 de Abril, hoje, é uma história que já vinha acontecendo. Um resgate da história do Caldeirão. Não é do meu tempo, a gente vê aí só as datas, que era mil novecentos e trinta e pouco. É quando teve a história, foi ‘acabado’ o pessoal de lá ‘tudim’. Não foi ali, lá morreu pouca gente. Eles foram despejados e morreram em outro local, muitos pro lado de Pernambuco. Em cima da serra morreu outros companheiros que ocupavam e trabalhavam lá no Caldeirão. Foi a polícia, os coronéis. Eram eles nesse tempo, né? Foi quem mandou matar o pessoal. Foram atrás de acabar com essas pessoas, até do pessoal que escapou daí.

Aí nós viemos ocupar o Caldeirão. O nosso lema era lá, não era aqui. Porque nós fomos atrás foi de mostrar uma luta que teve lá. Que já vinha de muitos anos atrás, uma coisa que já tinha acontecido. Então, nós tínhamos ido pra lá e estávamos com o plano de ficar por lá mesmo, pra mostrar que ainda existia a luta, né? Luta pela terra, de ocupar e resistir por lá e depois produzir. Porque lá, ainda hoje, estão as melhores terras que existem aqui na região do Cariri. Ficam ali no Caldeirão. São muito acidentadas, mas, para você ver, hoje os pais de família que vivem de três a quatro léguas de distância tão vindo trabalhar lá. Ainda hoje tem roça por lá e é o lugar onde as pessoas estão tirando os frutos melhor. Sim, é lá (PORCIANO, entrevistado em novembro de 2009).

Porém, a ocupação daquela propriedade tinha como objetivo maior criar um fato político que tencionasse os Governos, Federal e do Ceará, a apresentar solução para a problemática dos camponeses que não possuíam terra. Dessa forma, não era exigência principal do Movimento Sem Terra que as famílias fossem assentadas no Caldeirão. Importava, na verdade, que elas fossem assentadas, mesmo que em outro local.



FIGURA – 19. Ocupação da Fazenda Caldeirão por integrantes do MST. Foto: Roberta Piancó (1991).

O assentamento é, portanto, fruto dos processos de conquista da terra através da luta de trabalhadores rurais dentro do campo de mobilização do MST, com apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato – SINTRAC. Todas as famílias residentes no local possuem pelo menos um membro que participou de todo o processo de conquista da terra, desde o início dos trabalhos de articulação até a ocupação da Fazenda Caldeirão em abril de 1991, que resultou na compra não da terra que foi ocupada, mas de duas fazendas vizinhas denominadas de Carnaúba do Gerais e Gerais, que deram origem ao Assentamento 10 de Abril. Como se pode perceber existe aí uma peculiaridade, que é o fato do Governo do Estado do Ceará ter realizado uma negociação de terras, que resultou não em desapropriação, mas na compra de duas fazendas no município de Crato.

De acordo com Fernandes (2001),

[...] a ocupação é uma ação decorrente de necessidades e expectativas, que inaugura questões, cria fatos e descortina situações. Evidente que esse conjunto de elementos modifica a realidade, aumenta o fluxo das relações sociais. São os trabalhadores desafiando o Estado, que sempre representou o interesse da burguesia agrária e dos capitalistas em geral. Por essa razão, o Estado só apresenta políticas para atenuar os processos de expropriação e exploração, sob intensa pressão dos trabalhadores. A ocupação é, então, parte de um movimento de resistência a esses processos, na defesa dos interesses dos trabalhadores, que é a desapropriação do latifúndio, o assentamento das famílias, a produção e a reprodução do trabalho familiar, a cooperação, a criação de políticas agrícolas voltadas para o desenvolvimento da agricultura camponesa, a geração de políticas públicas destinadas aos direitos básicos da cidadania (p. 52 e 53).

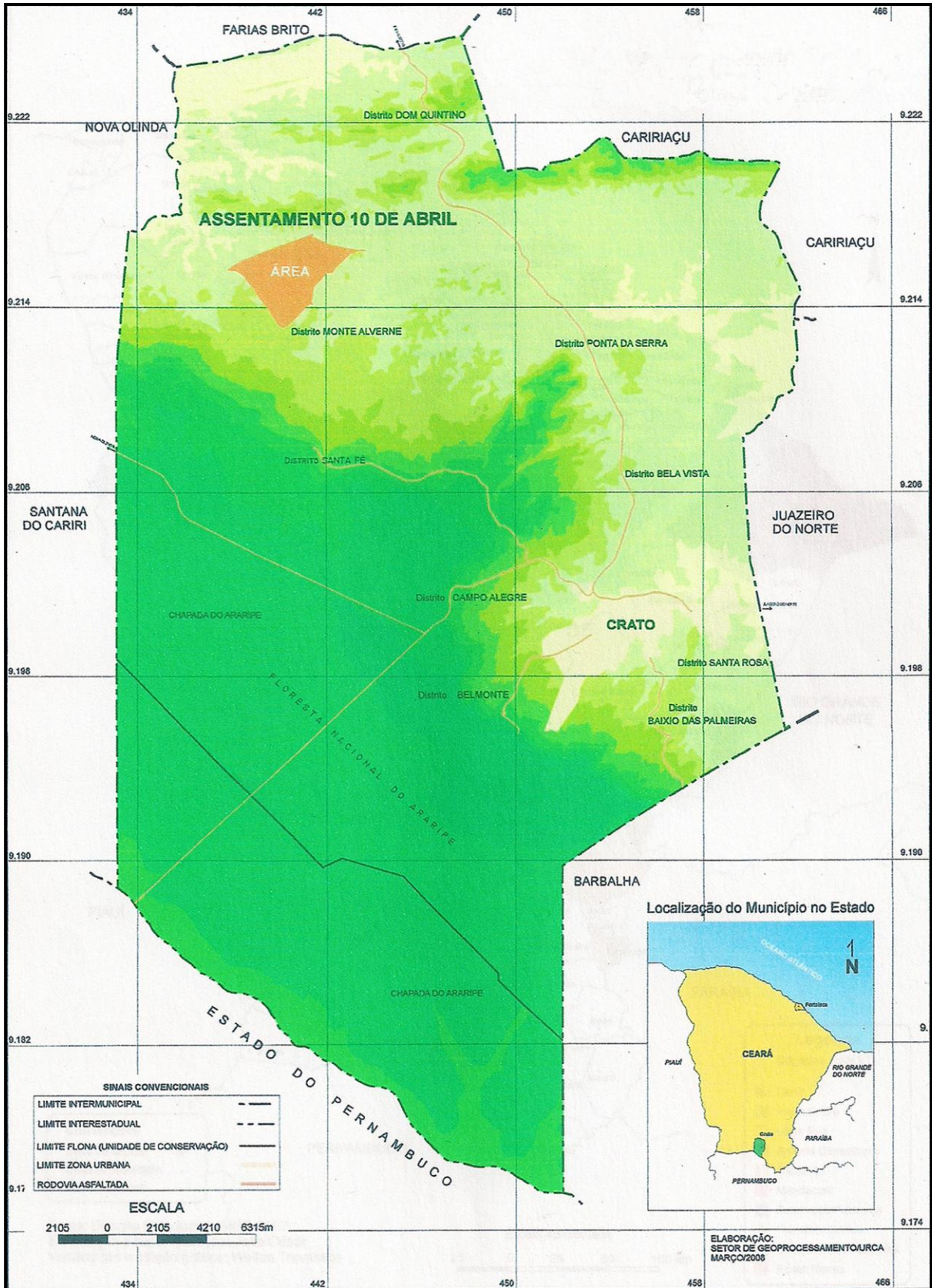


FIGURA – 19. Localização do Assentamento 10 de Abril no Município de Crato/Ceará.
 Fonte: Oliveira, 2008, p. 25

Como é comum ocorrer nesses casos, o período da ocupação para a conquista do assentamento 10 de Abril foi marcado por um embate entre classes sociais distintas. De um lado estavam os trabalhadores rurais Sem Terra, lutando pela conquista de uma fração do espaço para a criação de um território camponês. Do outro, os proprietários de terra da região, apoiados formalmente pelos prefeitos de 22 cidades da região sul cearense, que publicamente se manifestaram contra as ações dos trabalhadores rurais a partir dos movimentos sociais organizados. Tal fato pode ser constatado na figura abaixo, que se refere à nota oficial divulgada pelos representantes do poder público municipal de diversas cidades do Cariri a respeito da ocupação da fazenda Caldeirão. Na nota destacam-se os itens 4 e 5 por demonstrarem a forte carga ideológica e o posicionamento político das lideranças locais, que organizaram uma frente contrária a ação dos ocupantes, defendendo o interesse da oligarquia rural sul cearense.

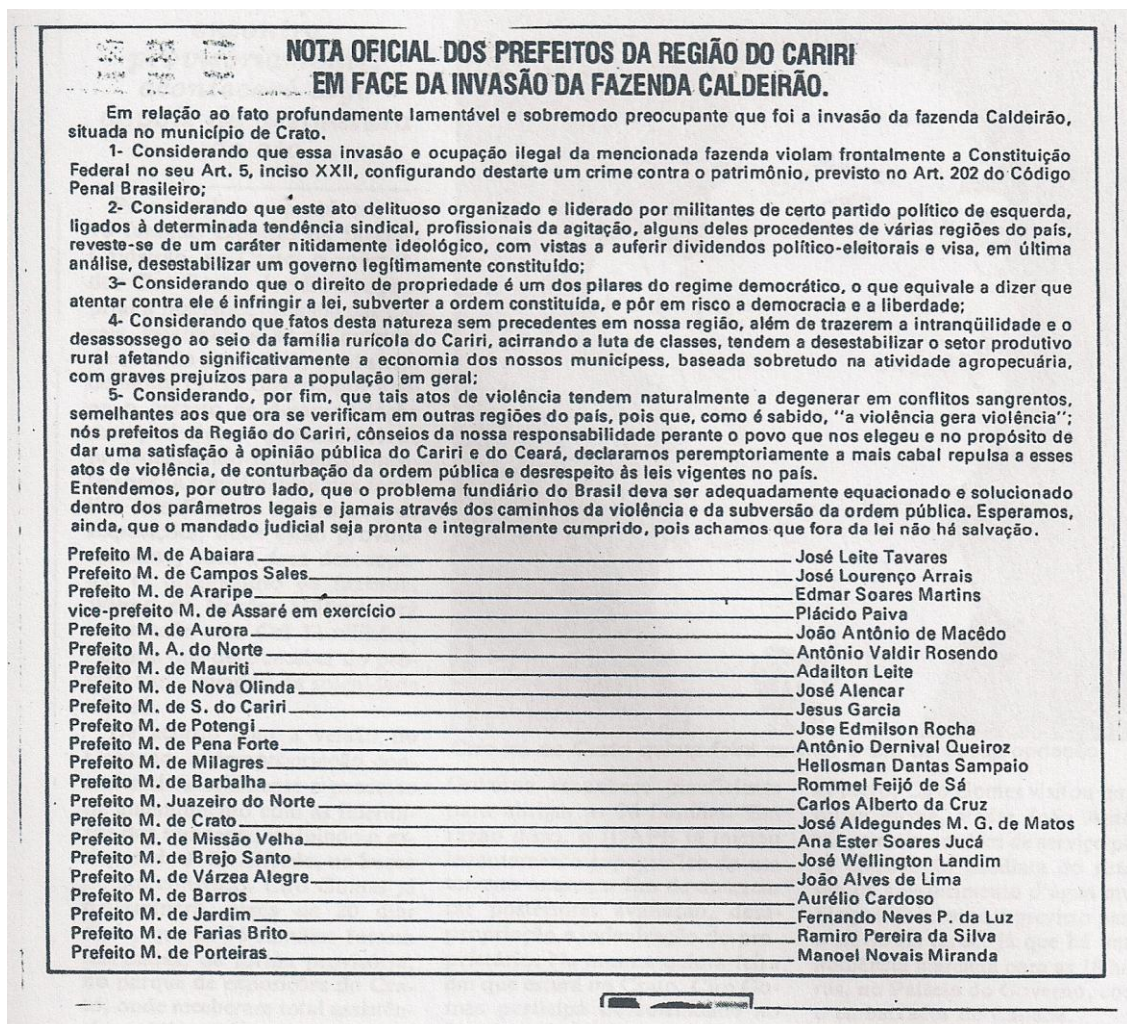


FIGURA – 20. Nota oficial dos prefeitos da Região do Cariri sobre a ocupação da Fazenda Caldeirão em 1991. Fonte: Oliveira, 2008, p. 147

Como se pode observar na nota expedida pelos prefeitos, a posição tomada de modo combinado expressava de forma clara uma nítida posição de apoio às elites fundiárias locais em detrimento da ação dos trabalhadores, contra os quais se posicionaram. No subitem 4 da nota os prefeitos reconhecem que a ação se trata de uma “luta entre classes sociais” e, ao se manifestarem contra a ocupação, assumiram de modo objetivo o lado que defendiam nessa luta. Outro item que merece atenção especial é o 5, onde no trecho em que afirmam “a violência gera violência” fica claro o tom do alerta ameaçador que explicitava a que ponto a situação poderia chegar.

Esta (a luta de classes) não deve ser entendida apenas como os momentos de confronto armado entre as classes, mas como o conjunto de procedimentos institucionais, jurídicos, políticos, policiais, pedagógicos, (...) usados pela classe dominante para manter a dominação. E como todos os procedimentos dos dominados para diminuir ou destruir essa dominação. (...) A ideologia nunca pode explicitar sua própria origem, pois, se o fizesse, faria vir à tona a divisão social em classes e perderia, assim, sua razão de ser que é a de dar explicações racionais e universais que devem esconder as diferenças e particularidades reais. Ou seja, nascida por causa da luta de classes e nascida da luta de classes, a ideologia é um corpo teórico (religioso, filosófico ou científico) que não pode pensar realmente a luta de classes que lhe deu origem. (CHAUÍ *apud* VESENTINI, 1994, p. 109).

Também os proprietários do imóvel Caldeirão, naquele período, encabeçados pelo Padre Expedito Teles, um dos herdeiros daquela propriedade, deram início a uma campanha que buscava causar descrédito na ação do MST, indo às rádios locais, buscando articulações entre os proprietários rurais, além de entrarem na justiça contra os ocupantes e as entidades que davam suporte a ocupação. Com a recusa do antigo proprietário das terras em vendê-las para o Estado do Ceará, amparado por uma liminar de reintegração de posse, as famílias ocupantes foram obrigadas a deixar o Caldeirão sob a ameaça de serem expulsas à força pela tropa de choque. Após negociações estabelecidas entre o Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Crato – SINTRAC, a direção estadual do MST e o então Governador do Estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes (1991-1994), através de uma comissão de negociação, os camponeses decidiram que sairiam do imóvel Caldeirão desde que as famílias permanecessem acampadas no Parque de Exposições Agropecuárias Pedro Felício Cavalcante, local onde anualmente acontece a EXPOCRATO, até que fossem assentadas. Após o acordo, os Sem Terra se dirigiram para esse importante espaço econômico e cultural da cidade de Crato.

A transferência dos trabalhadores para o Parque de Exposição do Crato ocorreu no dia 02/05/1991. A partir desse novo momento, segundo Oliveira:

[...] Os Sem Terra trabalharam na perspectiva de dar visibilidade ao movimento através de esclarecimentos para a população do Crato e pedido de apoio através de fornecimento de água, comida, roupas e remédios. Em seguida, foi criada uma comissão para negociar a compra da terra por parte do governo do Estado, contando, inclusive, com a participação de deputados, assentados, representantes dos partidos políticos como o PT, Partido Comunista do Brasil (PC do B), além de membros do PMDB, militantes do MST e ONG's. [...].

[...]. Permaneceram acampados no parque de exposição do Crato, aproximadamente durante 20 dias, utilizando os equipamentos como galpões para dormirem e cozinham além dos banheiros para fazerem necessidades fisiológicas. Nesse momento, fizeram caminhadas pelas ruas da cidade, visitaram órgãos públicos, distribuíram panfletos. Realizaram, ainda, assembléias, debates, reuniões e palestras entre os próprios trabalhadores rurais e com a presença de políticos locais e intelectuais militantes que defendem a reforma agrária (2008, p.68).

Como se pode notar, tal qual a opção pelo Caldeirão, a escolha da área do novo acampamento também foi uma manobra tática. Não adiantava deixar o local ocupado para iniciar o novo acampamento em uma área isolada da zona rural cratense, pois como afirma Oliveira (2005) é na cidade que a luta camponesa ganha visibilidade, torna-se conhecida, manifestam-se os problemas e a urgência por resoluções, aumentando, assim, a pressão sobre os representantes do poder público. A escolha específica da área para a qual exigiram ser transferidos foi estratégica uma vez que se trata de um importante espaço para toda a região por ser a sede de um dos maiores eventos agropecuários do nordeste brasileiro, onde anualmente os negócios movimentam milhões de reais, sendo também um ponto de convergência da população, tanto das cidades circunvizinhas, como de vários outros Estados.

Como foi apontado no primeiro capítulo da pesquisa, para se ter uma noção da importância econômica da Exposição Centro-Nordestina de Animais e Derivados (Expocrato), de acordo com o jornal *O Povo* de 21 de julho de 2008, a 57ª edição desse evento, realizado em julho de 2008, foi incluída no circuito nacional de leilões de melhores raças, e só o faturamento de três desses leilões chegou a R\$ 1,3 milhão, recorde da feira. Ainda conforme o jornal, calcula-se que o volume de negócios tenha ultrapassado os R\$ 50 milhões de reais esperados pelo Comitê Gestor do evento e pelo Governo do Estado do Ceará. Em 2009, a estimativa de faturamento da feira foi de 10 milhões a mais do que a ocorrida no ano anterior, ou seja, a meta era atingir os 60 milhões de reais no período de uma semana.

Para se compreender melhor a utilização dessa metodologia de ação do Movimento Sem Terra, na ocupação ocorrida em Crato, cita-se Fernandes quando este autor afirma que:

As formas de pressão são distintas, de acordo com a conjuntura política, bem como as negociações. Essas práticas são resultados dos conhecimentos de experiências, das trocas e da reflexão sobre elas, bem como das conjunturas políticas e das

situações em que se encontram as frações dos territórios a serem ocupadas, em diferentes regiões brasileiras (2001, p.54).

É possível perceber nessa situação como o acúmulo das experiências adquiridas graças ao conhecimento de outras ocupações, outros conflitos e negociações ocorridos em diversas áreas do Estado do Ceará e do país de um modo geral, favoreceram a compreensão de que era necessário utilizar a conjuntura do local, com suas particularidades, para que a ação conseguisse alcançar um nível de pressão suficientemente capaz de forçar uma reação favorável do Governo em prol dos trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra. Eis um exemplo de que, como afirma Fernandes (2001), a socialização das experiências de luta pela terra são importantes para os processos de espacialização e territorialização de assentamentos rurais pelo Brasil. Percebe-se também um diálogo entre as conjunturas manifestadas nas diferentes escalas geográficas, havendo uma articulação entre o local e o global, com suas particularidades e aspectos referenciais, para a realização da ocupação.

Segundo Oliveira (2008), pressionado por essa situação, o Governador do Estado do Ceará, Ciro Gomes, comprou em 23/05/1992 uma área de 358 hectares, referente à fazenda Carnaúba das Gerais, então de propriedade do Sr. Wilson de Norões Milfont. Reconhecendo que se tratava de uma área pequena para a quantidade de famílias demandantes, posteriormente, realizou a compra da Fazenda Gerais ao Dr. Marcelo Leite de Alencar. Ambas as propriedades localizam-se vizinhas ao Caldeirão. Dessa forma, o assentamento é vinculado jurídica e administrativamente ao Governo do Estado do Ceará por intermédio do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Ceará – IDACE. Somente a partir do ano de 1997 foi reconhecido pelo INCRA como área de reforma agrária, passando a fazer jus a programas específicos destinados para áreas reformadas.

Na mesma data em que foi assinada a compra da terra, foi efetuada também a transferência dos trabalhadores rurais do Parque de Exposição para a fazenda Carnaúba das Gerais. No entanto, das aproximadamente 250 famílias que ocupavam anteriormente o Caldeirão somente 96 permaneceram acampadas no parque de exposições. O restante não resistiu à difícil situação no acampamento, à pressão, ao medo e aos problemas diversos. Esse foi, portanto, o total de famílias que foi transferida para as terras compradas pelo Estado. Porém, em razão da demora do Estado na criação de estruturas mínimas de habitação e trabalho para essas famílias, como veremos mais adiante, esse número caiu para aproximadamente menos da metade. Como se pode observar na foto abaixo, a situação era de extrema penúria.



FIGURA – 21. “Mãe Velha”, idosa centenária que participou da ocupação do Caldeirão.
Foto: Roberta Piancó – 1991

Segundo Roberta Piancó, autora do registro, a foto retrata uma senhora idosa, doente, repousando em seu barraco improvisado no acampamento. Ao mostrar essa foto para os assentados que foram entrevistados, a tal “senhora” ganhou uma identidade. Tratava-se de “Mãe Velha”, a pessoa mais idosa do assentamento. Em 1991, ela possuía 113 anos. “Mãe Velha” faleceu em 1993, aos 115 anos de idade, deixando para “Vozinho” o posto de assentado mais velho. Foi interessante o momento no qual os jovens, de posse do álbum de fotos, afirmaram se lembrar dela, apesar de serem muito novos quando a mesma morreu. Já outros, que nem mesmo haviam nascido ou eram crianças de pouca idade, portanto, que nem mesmo chegaram a conhecê-la diretamente, no instante em que eram provocados por outros jovens, também diziam saber de quem se tratava. Tal situação assemelhou-se ao que Pollak chama de trabalho de *enquadramento da memória*, que, por sua vez, leva ao *trabalho da própria memória em si*. O enquadramento da memória estaria em tudo aquilo que leva um grupo a solidificar o social. Uma vez que essa memória esteja relativamente constituída “ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização” (POLLAK, 1992, p. 7).



FIGURA – 22. Jovens do assentamento observando a foto de “Mãe Velha”.
Foto: Judson Jorge, junho de 2010.

A foto também se configura como um indício de que só mesmo por razões de grande necessidade e desespero uma pessoa se sujeita a enfrentar um processo de ocupação, acampamento e resistência na luta pela terra, até adquirir condições apropriadas para produzir.

O que é importante ressaltar nesse caso é o fato de que, entre a ocupação do Caldeirão, a posterior fase de acampamento no Parque de Exposição, até o ato de compra das terras e transferência dos trabalhadores rurais para a Fazenda Carnaúba das Gerais e Gerais transcorreram-se, aproximadamente, apenas 43 dias. Trata-se, dessa forma, de um prazo recorde entre uma ação de ocupação e a formalização da criação de um assentamento rural.

Questionado sobre essa rapidez no processo de assentamento das famílias ocupantes do Caldeirão, seu Mozinho tem a seguinte resposta para a situação:

Por que desapropriou tão rápido? Eu classifico isso como uma providência divina. E Deus se vinga. Ele se vinga das coisas. Destruíram o Caldeirão no dia 10 de abril. Pra você ver como é a vingança de Deus, quando foi no dia 10 de Abril de 1991, nós entramos lá. Eles, que eram os donos do poder, assinaram um abaixo assinado para o batalhão de choque vir de Fortaleza destruir. Mas Deus disse: "Eu vou mostrar como não destroem". Nós fomos ao Governador do Estado, já tinham acertado lá e com uns três ou quatro dias saímos em comissão para o INCRA, que é o órgão de desapropriar. O INCRA, ele negou. Não deu. E a ordem aqui era de destruição, era eliminar tudinho os invasores. Mas a providência de Deus é grande. Ele abrandou o coração do Ciro, que estava ainda novo no Governo, e ele comprou a terra. Mas,

pela maioria, não podia ter feito isso não. Eles queriam era acabar com esse povo daqui. Até quando nós chegamos no Parque de Exposição disseram: ‘esse povo vão trazer mazelas para a cidade. É bom destruir esse povo, acabar’. Mas a providência de Deus tomou conta e quem estava contra nós, foi o jeito dar-se a paz. Eles até já vieram aqui. Já fizemos festa aqui que reuniu mais de mil pessoas e eles vinham admirar. Chegavam nos carrões escuros, observando se todo mundo estava aqui. E aí vem gente de todo lado. Já veio gente até dos Estados Unidos, veio da Alemanha ver o assentamento. Chega gente pra acolher de todo lado. E ‘os grandes’ perguntavam: ‘e aquilo lá? vai dar certo?’ Aí diziam: “rapaz, lá tá dando certo”. Aí eles falavam: ‘Nunca vi aquilo dar certo’. É por isso que ainda hoje tem essas perguntas sobre se tem atrito entre nós, mas aí nós já estamos é com 18 anos (MOZINHO, entrevistado em novembro de 2009).

No depoimento desse assentado, pode-se notar como a luta pela terra adquire uma conotação sagrada. A terra é um elemento natural e como os demais elementos da natureza, foi criado pela vontade divina. Da terra cresce o fruto que alimenta a humanidade, portanto, é uma dádiva. No Caldeirão, a terra era fonte de sobrevivência do corpo e do espírito, pois se produzia o alimento ao ritmo da fé e da oração. O Caldeirão é, portanto, ainda mais sagrado para o camponês que conhece sua história. E por essa razão se torna um elemento simbólico, místico. Isso pode ser verificado no discurso acima, onde o camponês passa a crer que as datas da destruição da comunidade do Caldeirão, que ocorreu no dia 10 de setembro, e a reocupação daquelas terras pelos camponeses do MST, ocorrida em 10 de abril, teriam coincidido. Para o camponês os dois fatos ocorreram no dia 10 de abril, sendo demonstração de uma “vingança de Deus”. De acordo com o senhor Mozinho, Deus não permitiria outra destruição em terras sagradas, portanto, tratou de provê-los com proteção.

A dimensão simbólica e a opinião de que existe uma espécie de interseção que funde as histórias do Caldeirão a do assentamento pode ser vista também no capítulo 5, quando são dados depoimentos a esse respeito.

Recorrendo a uma análise política dos fatos, penso que, em razão da forma como o processo foi conduzido e pela rapidez e características do seu desfecho, tal situação acarretou uma quebra no surgimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra, bem como das ações e afirmação do MST na região. Sobre as medidas tomadas pelo Governador Ciro Gomes sobre essa situação, Oliveira aponta que:

Segundo o depoimento do professor Roberto Siebra, da URCA, em 29/01/2007, que acompanhou o processo de ocupação, acampamento e assentamento dos trabalhadores rurais do assentamento 10 de Abril, o então governador Ciro Gomes (PSDB) agiu dessa forma visando a conquistar espaço político na região do Cariri. Na época, o governador representava a segunda fase do chamado Governo das Mudanças e tinha que demonstrar formas diferenciadas de fazer política na região, inclusive sendo alvo de retaliações por parte das lideranças locais, como prefeitos, alguns fazendeiros, proprietários rurais e comerciantes locais (2008, p.71).

Concorda-se aqui com a idéia de Siebra, quando o mesmo aponta a intenção de uma nova forma de se fazer política no Ceará, idealizada pelo chamado “Governo das Mudanças”, bem como sobre as intenções que o então Governador tinha em demonstrar e aplicar metodologias diferenciadas de administração pública na região. Tal característica do “Governo das Mudanças” é apontada por Sampaio (2002), quando este autor analisa a forma de gestão política da primeira fase desse governo, colocada em prática no primeiro mandato de Tasso Jereissat (1987-1990). Porém, para além do que afirma Siebra, acredito também que o desenrolar das negociações indica uma agilidade planejada, visando o rápido fim da situação de conflito por terra na região, de modo a silenciar as ações do MST no sul do Estado. Tal medida impediria que o Movimento expandisse suas ações de ocupação, fortificasse sua base e aumentasse sua área de influência estadual, conseguindo o mesmo êxito de conquistas de assentamentos rurais que já manifestava em vários municípios da região norte do Ceará.

Creio que tal situação, logicamente somada a outros fatores, se configura como uma das razões que podem contribuir para as reflexões e o entendimento a respeito do fato pelo qual, após a ocupação do Caldeirão em 1991, tenham sido mínimas novas ações do MST na região, permanecendo o Movimento, até a atualidade, praticamente estagnando no Cariri cearense. Uma segunda ocupação de terras na região só voltou a ocorrer em 1997, ou seja, seis anos após a primeira. Nessa ocasião, algumas famílias de trabalhadores rurais sem terra, ajudados, inclusive, por assentados do 10 de Abril que prestaram solidariedade e apoio aos mesmos, ocuparam a Fazenda Boris, no município de Caririaçu. Dessa ação resultou a conquista do assentamento Serra Verde, criado pelo INCRA. Trata-se, dessa forma, do segundo assentamento conquistado por uma ocupação organizada pelo MST no sul do Ceará. Vale lembrar que, nessa pesquisa, quando se remete à região do Cariri, faz-se uso da definição adotada pelo IBGE, não comportando, por essa razão, o município de Caririaçu.

Creio que como consequência da rápida atuação do Governo na resolução da questão, pode não ter havido tempo suficiente para um processo mais amplo de espacialização dessa experiência de luta pela reforma agrária na região sul do Ceará. Trabalho com a hipótese de que, possivelmente em virtude da rapidez com a qual se desenrolaram os acontecimentos; e também em razão do fato de que todos aqueles que resistiram e permaneceram acampados nesses aproximadamente 43 dias terem sido contemplados com a posse da terra; não foi favorecido a formação de um quadro numericamente satisfatório de militantes, lideranças locais do Movimento Sem Terra e trabalhadores articulados e “conscientizados” a respeito da importância da luta pela reforma agrária. Isso porque, não

sendo necessário realizar outras ocupações para que os “sobrantes” fossem assentados (como é bastante comum em outros casos de ocupação, quando a terra desapropriada não é capaz de comportar a todos os demandantes), foi freado o início de novas articulações entre trabalhadores sem terra dos municípios da região. Criou-se, assim, uma barreira para socialização das experiências de luta por terra que, por sua vez, se configuram como base para o surgimento dos processos de espacialização e territorialização de novos assentamentos rurais e a formação de territórios do campesinato.

Além desses fatores, outros que podem ter contribuído para que as ações do MST no Cariri não avançassem ou, avançassem muito timidamente, pode ter sido motivado pela distância geográfica entre a região sul cearense e a direção estadual do Movimento, localizado em Fortaleza, além, é claro, das dificuldades internas do próprio Movimento, como problemas de ordem financeira, enfrentado naquele período. A esse respeito, o presidente da Associação do Assentamento 10 de Abril (2010), que participou de várias ocupações no interior cearense, aponta que as razões para essa situação se deram por que:

Aqui no Cariri teve o assentamento 10 de Abril em 1991 e a Boris em 1997, não teve outras ocupações nesse período. Uma razão para isso é que aqui no assentamento 10 de Abril eram apenas 8 companheiros que trabalhavam no Movimento Sem Terra. E tinha umas companheiras também. Só que hoje em dia, a Zailta é casada, os dois meninos do “Major” e um sobrinho dele também são. Tinha outra menina que agora é casada. Teve também o Raimundo Bio. Tereza, agente de saúde, também participou desse tempo e ela era muito engajada. Tinha só um grupo daqui que trabalhava em frente de massa. E outro motivo é que, como os terrenos daqui eram pequenos e o número do movimento para a ocupação era de mil hectares para cima, nós não vimos à possibilidade de ocupar um terreno que fosse produtivo. Pra você ver, esse terreno que nós estamos aqui ele estava sem ser produtivo, porque aqui quando um proprietário morre ou quando os pais morrem, a terra deixa de produzir. Esse terreno que nós moramos são dois terrenos pequenos que foram desapropriados. Então a Fazenda Boris era o único terreno grande sem ser produtivo. Aí foi por isso que não teve ocupação engajada para que rapidamente pudessem ter assentamentos bem pertinho um do outro. Tem assentamento aí na região central que a diferença de criação de um pra outro é de três a quatro meses, um ano às vezes. Porque tem muito terreno e era muito mais próximo um do outro da gente fazer ocupação. E também devido à força da frente de massa que era muito forte pra lá e o Cariri ficar a uma distância maior. Então teve essa dificuldade, a gente trabalhou mais essa parte de lá, sem ter um objetivo geral pra região do Cariri, Aqui a dificuldade era maior, devido ao tempo, aos gastos serem maiores também e as entidades que nos apoiavam serem muito poucas. É por isso que aconteceram só esses dois assentamentos. Mas, hoje em dia, já aconteceram algumas ocupações por aqui, mas os assentamentos são pequenininhos, 12, 15, 16 famílias. Tem o Acoci em Campos Sales, esse é grande, mas não é Cariri. Tem em Jati, que é do MST e foi feita uma ocupação também perto de Caririaçu, quarta-feira irão para uma audiência em Fortaleza. Eles estão acampados ainda e não foi feito nem a liberação da área (PORCIANO, entrevistado em junho de 2010).

Outro fator de extrema relevância, que não se pode deixar de levar em consideração no entendimento dessa complexa questão são os impactos causados pelos programas de compra e venda de terras do Banco Mundial (Cédula da Terra, Banco da Terra e Crédito Fundiário). Vale destacar que o “Governo das Mudanças” transformou o Ceará em um laboratório a céu aberto para o estabelecimento pioneiro da cartilha neoliberal proposta pelo BIRD e as instituições financeiras internacionais que regulamentam a economia. Dessa forma, durante os oito anos de atuação do Governo do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), e dos oito anos de Governo do Estado, tendo a frente Tasso Jereissat (1994-2001), foi posto em prática no Ceará uma contra-reforma agrária, que tem sido levada adiante pelos governos sucessores. De acordo com estudos divulgados no site da *Rede Social*, intitulado “Armadilha do Crédito Fundiário do Banco Mundial”, tais projetos promovem a compra e venda “negociada” da terra, concorrendo, assim, com os instrumentos e recursos públicos da reforma agrária baseados na função social da terra, como determina a Constituição brasileira. Este tipo de política promove o enfraquecimento do Estado nas suas atribuições, além de legitimar e contribuir para a manutenção das oligarquias rurais.

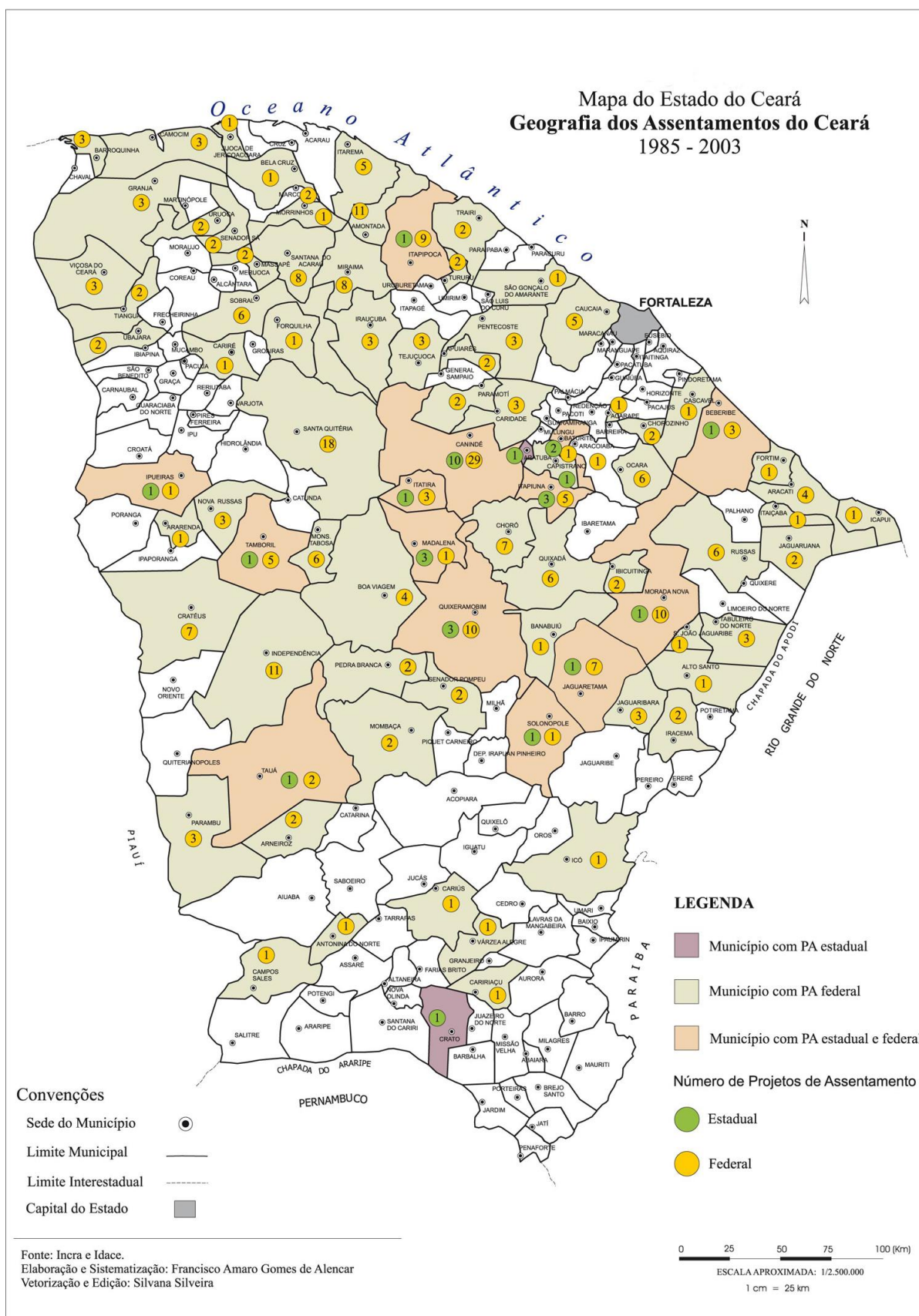


FIGURA – 23. Geografia dos Assentamentos do Ceará. Fonte: Alencar, 2005

4.1. A Construção de uma nova geografia no assentamento

A luta pela reforma agrária não cessa com a conquista da terra. No caso do assentamento 10 de Abril não foi diferente. Passado a fase do acampamento e conquista do assentamento, novos desafios foram se colocando diante dos recém assentados, para que se iniciasse a construção desse primeiro território camponês no Cariri, conquistado a partir das ações de um movimento social sócioterritorializado e dotado de uma forte identidade própria. Se no primeiro momento a luta era pela conquista da terra, no segundo a luta passou a ser pela sobrevivência e construção material e imaterial desse território, que ao ser apropriado por aquelas famílias, a partir do binômio *modo de vida – trabalho*, transformou-se em seu *lugar*.

Surgem aqui duas categorias geográficas fundamentais para a compreensão dos assentamentos rurais: território e lugar. A compreensão dessas categorias é importante para que se consiga entender como as relações estabelecidas por esses grupos sociais alteram estruturas produzindo e reproduzindo o espaço geográfico, imprimindo novas relações, novas formas de se apropriar da natureza e produzir o espaço, numa relação que é, ao mesmo tempo, material e imaterial.

É comum que o conceito de território seja confundido com o de espaço. No entanto, espaço e território são categorias distintas entre si. O que é importante se compreender é que o espaço é anterior ao território, ou seja, que o território é construído a partir do espaço geográfico. Por essa razão, o ponto de partida para a reflexão sobre o *território* deve necessariamente ser o *espaço*. Dessa forma, se torna importante reforçar a compreensão do espaço na concepção dada por Milton Santos: deve-se entendê-lo como sendo uma totalidade, fruto das relações indissociáveis entre um sistema de objetos e um sistema de ações, que são ao mesmo tempo resultado e ponto de partida das relações que o produzem e por ele são produzidas. “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistema de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p.63).

Fernandes (2008) afirma que a formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço, pois os seres necessitam construir seus espaços e territórios para assim garantirem suas existências, a exemplo do que ocorre com o campesinato brasileiro. Já a respeito do debate dos assentamentos enquanto territórios rurais, Alencar afirma que:

[...] a área de reforma agrária assentamento é território? Sim. É território, território do assentado, do ex-trabalhador rural sem terra; território que foi (é) germinado, dialéticamente, no e do espaço, porém não é espaço, pois vem após o espaço. É um

espaço social que envolve relações de poder, um campo de forças. O fundamental, no entanto, do território não é o espaço físico, nem os recursos naturais, nem o solo. Estes elementos são apenas e simplesmente um substrato referencial. O essencial é quem domina? Como domina? Até onde vai o limite, além dos limites físicos, naturais? A questão principal é a da *gestão de um território*. É a especificidade política, cultural, incorporada ao espaço social que o torna território. O assentamento far-se-á território quando for definido e delimitado por e a partir das relações de poder (Castro, Gomes, Corrêa, 1995, p.110). Em outras palavras, o assentamento torna-se território quando possui os dois elementos imbricados: *espaço e poder* (2000, p. 53).

Outro elemento importante a ser destacado é o de que, conforme Bonnemaïson “é pela existência de uma cultura que se cria um território e é por ele que se fortalece a relação simbólica existente entre a cultura e o espaço” (2002, pp. 101-102).

O assentamento é também lugar, pois será nesse território que os camponeses darão início a construção de suas relações do cotidiano, desde as mais íntimas às mais gerais, a partir do desenrolar do seu modo de viver, perceber e conceber esse seu novo espaço social. É importante deixar claro, porém, que apesar de ser a parte do espaço apropriado pelo indivíduo, onde se encontram seus maiores referenciais, nenhum lugar está em suspenso, livre das influências do seu entorno. Nesse sentido, Menezes afirma que nesse processo de construção:

As formas novas e os novos conteúdos que surgem no lugar respondem às necessidades criadas pela sociedade de consumo, cuja ideologia tem força suficiente para introduzir mudanças em virtude do poder de criar novos valores, que são absorvidos pela cultura ou pela alienação. As modificações que a sociedade humana produz em seu espaço são hoje cada vez mais intensas do que no passado. Tudo o que nos rodeia se transforma rapidamente. Assim, o lugar sofre transformações em consequência das mudanças que ocorrem na sociedade que o produz, ocupa e/ou consome. O acontecer histórico, por sua vez, passa a obedecer a uma lógica extralocal, consolidando as mudanças que se refletem na configuração geográfica, nas formas de viver, produzir e habitar (2007, p. 340-341).

A definição de lugar adotada por Menezes (2007) fornece subsídios para que se possa compreender como esse processo ocorre em um assentamento rural conquistado por camponeses engajados em um movimento social espacializado e territorializado por quase todos os estados do país, como é o MST. As novas formas e os novos conteúdos que são produzidos no assentamento 10 de Abril refletem os novos valores que os camponeses adquiriram a partir dos processos de socialização das suas experiências de vida adquiridas antes e depois de se engajarem na luta pela terra, que são compartilhadas durante a fase de ocupação e acampamento, além, é claro, da formação política que recebem do Movimento. É por essa razão que no capítulo seguinte busquei registrar o “ponto de vista” dos assentados, repletos de memórias e perspectivas forjadas na dialética dos processos de ordem local/global.

MAPA 10 de Abril

Zangelmi, analisando a discussão do conceito de experiência proposta por Thompson, aponta que para este autor:

A experiência histórica e cultural, acumulada pelos atores no processo de luta de classes, desencadeia um processo de reflexão pessoal e do grupo, o que desmistifica as posições que consideram experiência como sinônimo de empirismo (GOHN, 1997).

No pensamento de Thompson, os homens se tornam sujeitos através da experiência, vivendo as relações de produção como antagonismos. Nesse sentido, não apenas se assimila a experiência, mas sim ela é construída internamente no processo de luta social. A classe e sua identidade se formam nessa luta, na práxis, pelo processo vivido, pelos registros e pelas memórias formadas através dessa vivência. A consciência vai sendo formada na luta. Por isso, o legado metodológico de Thompson nos remete à necessidade de observar o cotidiano das camadas populares, principalmente em suas relações com a carência e os sentimentos de exclusão e injustiças. A experiência forma essas noções e a noção de antagonismo, dentro do “campo de força” de uma determinada sociedade (Idem).

Por fim, para Thompson essa experiência é capaz de gerar uma cultura política quando há a unidade das lutas, num contexto mais amplo. É uma unificação das experiências (2007, p.32).

Quando ocorreu a conquista daquela fração do espaço, os camponeses passaram a imprimir ali seu modo de vida que é resultado da somatória de suas experiências empíricas antes e depois de adquirirem a identidade de “Sem Terra” do MST. Um exemplo disso é o fato de que a maior parte das famílias assentadas, antes de residirem no assentamento 10 de Abril, plantavam, criavam e produziam somente com o trabalho do núcleo familiar, mais conhecido como trabalho “individual” e, no assentamento, após serem articulados pelos movimentos sociais, tiveram acesso a noção de trabalho “coletivo” ou “multifamiliar”. As famílias que discordaram dessa forma de organização e do sistema de trabalho que seria praticado no assentamento optaram pelo trabalho individual. Por esse motivo, receberam seus lotes em uma das extremidades da propriedade, chegando mesmo a parecer que sequer fazem parte do assentamento. Tal situação pode ser verificada no discurso dos assentados, quando se referem a essas famílias como “o pessoal do individual” ou o “pessoal lá de baixo”.

Acredito que o trabalho do MST foi decisivo na formação dessa nova identidade. Antes da ocupação do Caldeirão em 1991, foi realizado “um trabalho de militância na base”, visando discutir sobre a importância do MST. Conforme Araújo (2005), esse tipo de atividade é de informação e formação dos camponeses. Durante a mobilização é transmitida toda uma noção sobre o MST, abordando sua origem, e são dados esclarecimentos sobre trabalho coletivo, associativismo, cooperativismo, reforma agrária. Entre as atividades utilizadas para articular as famílias que vieram a compor o Assentamento 10 de Abril, foi exibido o documentário *O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto*, produzido pelo cineasta

Rosemberg Cariri, que, por meio de depoimentos dos remanescentes e de pessoas ligadas à ação do massacre, conta a história da comunidade e de seu modo alternativo de trabalho.

De acordo com Fernandes (2001, p.56):

Esse é um processo de formação política, gerador da militância que fortalece a organização social. Todos esses processos, práticas e procedimentos colocam as pessoas em movimento, na construção da consciência de seus direitos, em busca da superação da condição de expropriadas e exploradas. A superação de suas realidades começa com a deliberação a respeito de sua participação na ocupação da terra. Essa tomada de decisão tem como pressuposto que somente com essa ação poderão encontrar solução para o estado de miséria em que vivem. Devem decidir também sobre qual terra ocupar, onde ocupar.

A eficácia desse método pode ser conferida no depoimento de D. Teresinha a Albuquerque, que escreveu uma espécie de cartilha para os jovens do Assentamento contando toda a trajetória que levou à conquista do Assentamento 10 de Abril. “Por isso o Caldeirão foi escolhido, (...) terra de luta que deveria ser retomada pra que a luta servisse de exemplo. Era nossa luta, era a continuação da luta. Falar da gente era falar do Caldeirão, do Beato, de sua luta e resistência” (ALBUQUERQUE, 2000, p. 8).

Pode-se dizer, portanto, que o Assentamento 10 de Abril é resultado da conquista da terra pelos camponeses organizados pelo MST, configurando o início do processo de territorialização da luta pela terra na região do Cariri cearense. O MST fez uso da história-memória do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, 1926 – 1936, como elemento influenciador para construção de uma *identidade de projeto*, auxiliando na “formação” de sujeitos sociais conscientes, donos de sua própria história. Sobre a identidade de projetos e a formação de sujeitos sociais, Zangelmi aponta que funciona como

[...] uma tentativa dos atores sociais, lançando mão de qualquer tipo de material cultural, de construir uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, assim, transformar toda a estrutura social. Castells (2003) também coloca que identidades que começam como resistência podem se transformar em identidades de projetos.

Segundo Castells (2003), acompanhando o pensamento de Alain Touraine, o processo de construção da identidade de projeto é capaz de produzir sujeitos. “Os sujeitos não são indivíduos, mesmo considerando que são constituídos a partir de indivíduos” (Idem: 7). Os sujeitos são, para ele, formados pelo desejo de atribuir significado, de criar uma história pessoal, num projeto de uma vida diferente (2007, p.30).

Desse processo resultou a formação de uma comunidade composta no início por aproximadamente 40 famílias, já que das 96 que foram transferidas do parque de exposição do Crato para o assentamento, nem todas conseguiram resistir à longa espera pela regularização

do assentamento e implantação dos projetos de estruturação física da área, sobretudo os voltados para a produção e habitação. Desse total, oito famílias optaram por receber seus lotes de forma individual, construindo suas casas na localidade do Correntinho, um dos extremos da propriedade. Dessas restam apenas seis, por razões de conflito e morte.

No entanto, segundo dados fornecidos pelo presidente da associação de moradores do assentamento 10 de Abril, na atualidade, o número de famílias que residem no assentamento chega a um total de 51, sendo 47 cadastradas e 4 agregadas, algumas delas residindo em casas de taipa construídas depois do projeto oficial de moradia.



FIGURA – 24. Casas de taipa no Assentamento 10 de Abril. Foto: Judson Jorge, 2010



FIGURA – 25. Casas de taipa no Assentamento 10 de Abril. Foto: Judson Jorge, 2010

Nessas casas de taipa residem, geralmente, pessoas agregadas ao assentamento. Para se tornar um agregado é necessário a aprovação da comunidade, através de assembleia da associação de moradores do 10 de Abril. Percebe-se, portanto, que está havendo um aumento da densidade populacional na propriedade. Na visão de um dos assentados isso ocorre porque,

Por exemplo, chega alguém e diz ‘tem minha avó, ela tá lá onde eu morava antes e tá sozinha, precisa vir pra cá. Ela não vai trabalhar, não vai fazer nada, mas eu a queria aqui perto’. Ai pega e faz um ranchinho pra ela ali do lado. Outro inventou de sair daqui, pensando que lá nos ‘patrão’ era melhor. Ele com a cabeça nova, não era que nem nós, disse ‘vou pra lá’. Mesmo casado, com família, saiu a distância de três, quatro, cinco léguas afastado daqui. Depois veio pedir socorro novamente: ‘Home, aceitem eu voltar pra cá’. Então a gente teve dó e ele tá aqui, já com a família avançada. E ele diz: ‘Não quero mais sair daqui. Porque lá eu pensava que ia dar certo e no fim não deu’. Lá é exploração pesada, era o que nós sofríamos antes. Foi isso que ele encontrou por lá e veio pedir pra voltar. E outros que saíram também vieram, mas nós tínhamos uma cartinha do Movimento que dizia assim: ‘aquele que sair escreva uma cartinha dizendo que não quero mais e não vou voltar’. Então eles foram pra lá e depois voltaram e se acomodaram aqui por perto. Aqui do lado, bem

vizinho, tem um que tá bebendo água do nosso cacimbão e nós damos a água pra ele (Mozinho, depoimento em maio de 2010).

Dando início à construção do *lugar*, os camponeses assentados rebatizaram as terras conquistadas, substituindo o antigo nome das fazendas desapropriadas por um que significasse algo e fosse representativo para a comunidade. Vê-se, portanto, que a luta pela terra é repleta de simbologia. Em assembleia geral, decidiram adotar o nome de assentamento 10 de Abril, data na qual se realizou a ocupação do Caldeirão, além de decidirem também que as terras não seriam repartidas em lotes individuais, estabelecendo também regras norteadoras das relações de convívio comunitário, de trabalho, da produção coletiva e individual, imprimindo, assim, a identidade desse território camponês na região do Cariri.

Segundo Alencar,

O assentamento representa o lugar do assentado, onde ele vive o dia a dia, tem seu modo de vida, como o vaivém da labuta nos roçados, o cuidado com os animais, o pegar água no açude, o forró, a vaquejada, o banho de açude, a conversa “fiada” do compadre e da comadre à boquinha da noite, enfim, o assentado apropria-se do assentamento e este vai ganhando significado pelo uso, pela apropriação (2000, p. 51).

Os assentamentos são, dessa forma, locais de reprodução do viver camponês com seu modo de vida específico, baseados em sua relação com a natureza e na forma de lidar com ela a partir do trabalho. Geralmente, são relações mais harmônicas de convivência com o meio ambiente do que as estabelecidas pelos empresários do setor agropecuário. Quando não são de todo harmônicos, na grande maioria dos casos, são bem menos impactantes para a natureza do que as atividades produtivas do agronegócio. Por essa razão, pode-se afirmar que as áreas assentadas são também territórios, pois, para além dos limites físicos naturais, estão imbricadas de relações culturais e políticas que definem o *locus* de um modelo de produção econômica que, em sua essência, se contrapõem ao modelo de homogeneização capitalista, personificado hoje pelo agronegócio.

Dialeticamente, a terra pode ser apropriada de forma diferente, com objetivos distintos, dependendo da classe social que nela se estabelecer. Desse modo, o capitalista pode extrair dela a renda ou, ao utilizá-la para produzir um determinado produto, obter o lucro em decorrência das relações de trabalho nela empregada, bem como através do ato de comercialização daquilo que for produzido. Já para o camponês, a terra é, primeiramente, a possibilidade de manutenção do seu espaço e do modo de vida camponês; em segundo lugar, ela é possibilidade de lucro, obtida a partir da venda do excedente daquilo que ele produziu e

não foi utilizado no consumo familiar. Como se pode perceber, no primeiro caso, a renda e/ou lucro são os objetivos principais do rentista e/ou capitalista, por essa razão é que os mesmos desejam a terra. No segundo caso, a terra é o elemento essencial para que o camponês possa suprir a alimentação, o sustento e o viver da sua família, por esse motivo precisa da terra. Só a partir daquilo que é excedente, ou seja, aquilo que a família não irá consumir, é que o mesmo obtém o lucro. Ambos, capitalista e camponês, necessitam da terra, porém com objetivos distintos. E por essa razão é que a terra é alvo de disputa entre classes sociais, que possuem modos de reprodução antagônicos. Dessa forma, disputa-se a sua apropriação e manutenção, havendo, portanto, relações de poder em jogo.

Nesse sentido, a organização e a gestão dos assentamentos são de grande importância para que as famílias assentadas consigam gerir satisfatoriamente seu(s) território(s), assegurando a permanência em seu lugar. Para tanto, Alencar aponta que:

É mister ver a gestão como um processo que viabiliza o gerenciamento dos assentamentos rurais de reforma agrária, numa perspectiva de empresa associativa rural, posta num grande contexto, não isolada, recebendo e exercendo influências. Por isso, a exemplo de Mendes e Tinoco (1990, p. 3), entendo a gestão como ‘um conjunto de elementos que são postos em prática para a obtenção de determinados resultados que, por sua vez, são esperados em função dos objetivos mais gerais do assentamento’ (2000, p.37-38).

Aproximando-se da definição de gestão apontada Mendes e Tinoco e destacadas por Alencar no trecho acima citado, se dá o processo de Gestão no assentamento 10 de Abril. Nesse sentido, Oliveira aponta que a mesma:

Realiza-se através da associação de produtores, grupos de mulheres e jovens, grupo de trabalho na produção e por atividades realizadas em parte coletiva e individualmente. A maioria dos trabalhadores participa das assembleias, reuniões, estudos e cursos relativos à organização, produção e comercialização (2008, p. 94).

A respeito da organização e gestão do assentamento 10 de Abril, foram elaborados por seus moradores o Estatuto e Regimento Interno, os quais são norteados por regras que buscam respeitar os direitos e deveres da comunidade. Segundo os entrevistados, a articulação da associação do 10 de Abril, bem como o Sindicato dos trabalhadores Rurais, MST e ONG’S são de extrema importância para organização, conscientização e orientação dos assentados. Identifica-se que no assentamento existem, inclusive, agricultores que são filiados a um partido político que prestou apoio na época da ocupação (PT), fato não comum em outras comunidades rurais do entorno do assentamento. O gráfico abaixo aponta a ótica

dos camponeses do assentamento a respeito da ordem de importância das instituições sociais que direta ou indiretamente influenciam no modo de organização da comunidade.

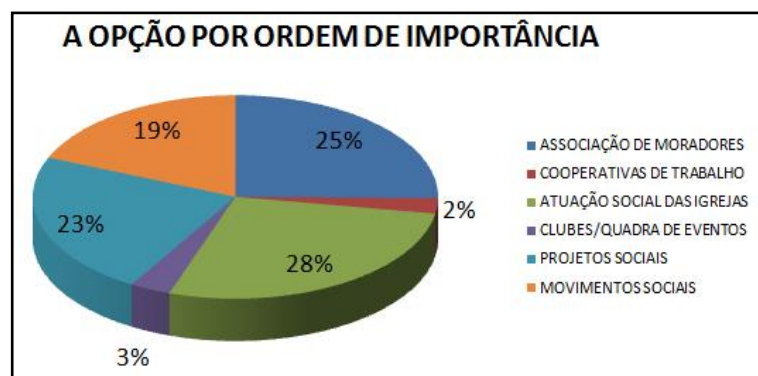


FIGURA – 26. GRAFICO – 04. Ordem de importância das instituições sociais na visão dos assentados. Fonte: Diagnóstico Rádio Participativo Assentamento 10 de Abril, 2010.

Penso que tal característica é importante, pois, para que haja êxito nas áreas assentadas é necessária a participação maciça dos camponeses nas análises das situações da comunidade, nas decisões e encaminhamentos tomados em prol da coletividade, atuando de maneira solidária. Observei que, nesse sentido, os moradores do Assentamento 10 de Abril possuem participação efetiva, fato que foi possível constatar nas reuniões que presenciei no assentamento no desenrolar da pesquisa, bem como através de leituras bibliográficas onde são apontados “autodiagnósticos” elaborados pela própria comunidade, realizados por ocasião de vários estudos, capacitações e treinamentos ocorridos no local por instituições e organizações como a EMATERCE e o MST, entre outros. O gráfico abaixo demonstra a frequência de participação das famílias nas atividades desenvolvidas na comunidade de acordo com os moradores entrevistados (35).

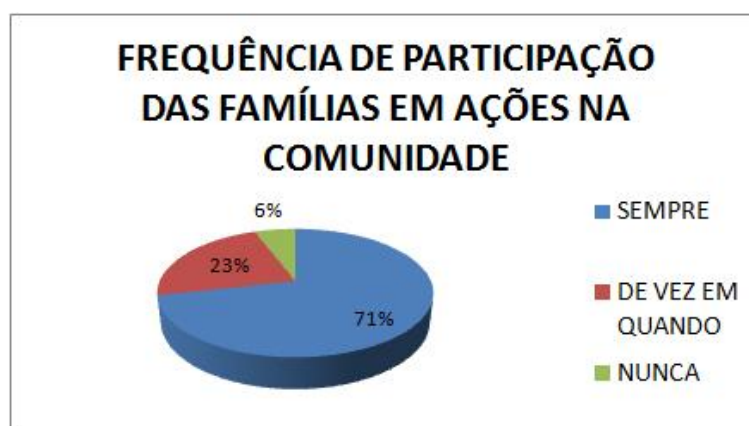


FIGURA – 27. GRÁFICO – 05. Fonte: Diagnóstico Rádio Participativo Assentamento 10 de Abril, 2010.

Durante a realização da pesquisa foi possível, inclusive, colaborar com algumas reuniões e ações de um *Diagnóstico Rápido Participativo – DRP*, realizado pelos assentados com o apoio do Grupo de Estudos em Geografia Agrária (GEA) da Universidade Regional do Cariri - URCA. Nesses “autodiagnósticos” são os próprios moradores quem apontam os problemas vivenciados pela comunidade e pensam nas possíveis soluções a serem buscadas ou aplicadas, etc., após deliberarem em grupos de trabalhos formados por moradores do próprio assentamento. Porém, segundo relatos de Dona Ana – assentada –, isso não tem sido suficiente para impedir que, com o passar dos anos, diminua o envolvimento da comunidade nas reuniões e atividades do assentamento. Segundo relatos colhidos em conversas informais com alguns assentados, vem diminuindo, inclusive, o número de dias mensais destinados ao trabalho coletivo, que deveria acontecer todas as quartas-feiras, bem como o número de participantes nos trabalhos. Entretanto, apesar da diminuição do trabalho coletivo, constatou-se que ele ainda existe, a exemplo do que ocorre nas atividades de trato com o gado e que são importantes para dinamizar o trabalho dos assentados, favorecendo também os resultados.

Esse coletivo já tem pensado em dividir, mas não é tão bom. Porque se eu tenho uma cabeça de gado, aquele tem três, aquele tem quatro e aquele tem cinco, na hora de trazer pro curral pra tirar o leite, se tem dez pessoas, então, somente de dez em dez dias é que eu vou lutar com esse gado. E se for eu sozinho todo dia, tendo que ir e voltar, dá muito trabalho. Por isso é que tem sido melhor o coletivo. Por que aí, a pessoa só vai na sua vez, dentro de dez dias buscar a sua vez no pasto pra levar pro curral. Mas todo dia a gente tira o leite. Então é isso o que acontece e que fortifica, sempre coletivo nessa parte aí. Mesmo que a gente encontre outras dificuldades, mas nessa situação achamos melhor estar nesse sistema. Porque eles até tentaram, mas não agüentaram (MOZINHO, entrevistado em maio de 2010).

Apesar dessa forma de organização, como ocorre em diversos outros assentamentos do Ceará e do Brasil, o 10 de Abril ainda não é capaz de garantir renda fixa para a totalidade de seus membros a partir das atividades que nele se desenvolvem. No entanto, em virtude do modo como se organizaram, somado a capacidade de reivindicação que os assentados em área de reforma agrária possuem, os camponeses do 10 de Abril conseguiram, em dezenove anos, uma estrutura considerável, através da implantação de projetos importantes para o desenvolvimento do assentamento como é possível notar na tabela seguinte:

TABELA – 10. Projetos obtidos pelo Assentamento 10 de Abril, ano da obtenção e instituição responsável

ANO	PROJETO	SITUAÇÃO		RESULTADO
		INSTITUIÇÃO	VALOR	BENFEITORIA
1992	Grupo de Mulheres	CETRA Centro do Estudo e do Trabalho e Acessoria ao Trabalhador	CR\$ 3.000,00	Criação de Suínos
1993	Grupo de Mulheres II	OXFAM	US\$ 6.000,00	Ampliação de suínos, açude, bodega comunitária, 09 cabeças de gado.
1993	FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste	Banco do Nordeste	CR\$ 3.063, 521	Implantação de cerca, compra de gado, capim, estábulo, armazém, açude.
1995	Projeto de Energia	Projeto São José	R\$ 17.000,00	Implantação de Energia residencial
1996	Custeio Agrícola	Secretaria do Governo – INCRA	R\$ 25.000,00	Atividades agrícolas
1997	Moradia I	Projeto São José	R\$ 37.000,00	Início da Construção
1997	Moradia II	Projeto São José	R\$ 37. 000,00	Término da Construção
1998	SOS Seca	Banco do Brasil	R\$ 17.890,00	Poço profundo, poço amazonas, recuperação do açude
1999	Hortaliças	CETRA	R\$ 2.500,00	Horta comunitária
2000	Custeio Agrícola II	Secretaria do Governo – INCRA	R\$ 24.000,00	Atividades Agrícolas
2000	Apicultura	CARITAS	R\$ 3.700,00	Criatório de abelhas

Fonte: SANTOS, 2001, p.62

Para execução dos projetos de produção constantes no quadro acima citado, toda a mão-de-obra utilizada nas atividades é do próprio assentamento, não existindo contratação de terceiros para o desempenho dos trabalhos. Para realizar as tarefas, os assentados se dividiram em grupos, cada um com uma tarefa produtiva específica. Essa divisão se deu da seguinte forma: grupo de mulheres, de homens e de jovens. Todos com suas atividades estabelecidas conforme as condições de trabalho e aptidão por eles manifestadas. Parte das atividades é realizada de forma coletiva, com exceção dos roçados e pequenas criações para subsistência das famílias. De acordo com Dona Zezé, ex- presidente da associação do 10 de Abril (2008), a organização do trabalho coletivo ocorre a partir da divisão de grupos conforme as ruas existentes no assentamento.

Desse modo, os assentados do 10 de Abril, organizados em pequenos grupos familiares, além da tradicional agricultura de sequeiro, desenvolvem as atividades de

pecuária, agricultura orgânica e apicultura, onde o resultado da produção é destinado para a cooperativa de apicultores do Cariri, complementando a renda das famílias. Tais atividades têm possibilitado ao conjunto do assentamento e a algumas famílias, diversificar a produção e aproveitar melhor as potencialidades da propriedade, tendo em vista que devido às limitações naturais do espaço para produzir, as famílias não teriam condição de sobreviver apenas do cultivo agrícola. Já as atividades de caprinocultura e suinocultura, desenvolvidas em projeto coordenado pelo grupo de mulheres não logrou êxito, tendo sido extinto.

Nós tentamos criar bode e porco também, mas não foi bem sucedido. Isso a gente tentou uns três anos, mas achamos por bem que ele dava muito trabalho. Foi um grupo de mulher, elas fizeram uns projetinhos e esse projeto não deu sucesso. Você vê as cercas, mas hoje tem os cercados e não tem nada deles. Não deu certo nem os bodes e nem os porcos. Aí tentamos o gado. Esse projeto ainda hoje tem, desde esses quatro primeiros anos que a gente começou. A gente tem aí talvez umas 120 a 130 cabeças de gado. Somando tudo pode até ter mais, eu não estou bem atualizado.

Outra coisa que a gente planta aqui na propriedade é milho e feijão. Um pouquinho de arroz também, mas é mais o milho e o feijão, que é esse pouquinho que a gente sempre tira, sempre batalha. Planta, derriba o mato e “assitoa” o milho e o feijão. Colhe o que der, mas nunca é suficiente para passar o resto do verão até chegar o outro. Nunca foi suficiente. O milho até que produz, mas o feijão não dá bem. O arroz é um pouquinho, não é essa coisa de vantagem. Então, dessa agricultura de sequeiro é isso que a gente planta.

Alguma horta a gente tentou. Aqui tem uma turmazinha que plantou uma hortazinha. É pouca, da muito trabalho, mas eles tão cuidando de um pouquinho de horta também. Outra coisa que eles criam aqui é um projeto de abelha. É um pouco complicado, porque criar gado, criar abelha e trabalhar, tá dando um pouco de dificuldade, mas estamos caçando um meio de se ajeitar pra não se complicar. Porque o meio ambiente precisa ser bem diversificado pra não complicar, e a gente já tem algumas complicações, mas estamos apostando que dá pra continuar (MOZINHO, entrevistado em maio 2010).

Vale ressaltar que a consciência da necessidade do trabalho coletivo, que no princípio do assentamento era praticado de modo constante, contribuiu para que os assentados pudessem transpor algumas dificuldades, principalmente no tocante a qualidade da terra conquistada. Hoje, porém, a participação dos membros da comunidade nos dias de trabalho coletivo é bastante reduzida e o próprio sentido do “coletivo” ganhou conotação diferente, como se pode verificar na fala do presidente da associação do assentamento.

Coletivo que a gente fala é porque quando a gente chega na terra o MST já vem com aquele plano de que a propriedade não seja separada. Então a terra é coletiva, porque ninguém tem o direito de vender. Mas cada um coloca a sua roça individualmente mesmo. Tinha uma roça que era coletiva, mas já tá com um bocado de tempo que a gente não coloca essa roça. Só coloca a individual mesmo. Então a gente chama de coletivo porque todo mundo que vai brocar se junta e discute na comunidade o local da broca. E todo mundo se organiza para brocar em um local só. Se não fosse assim, uma pessoa ia brocar um canto, outra pessoa em outro e ia ter muita dificuldade. Se

fosse assim, partiria para o individual. Chama coletivo por isso, porque não tem lote que seja individual, mas a roça é (PORCIANO, entrevistado em novembro de 2009).

Já na opinião de Seu Mozinho, que também já exerceu a função de presidente da associação de moradores do assentamento 10 de Abril, o coletivo se realiza da seguinte forma:

O que é uma coisa que seja coletiva? É uma coisa que a gente não pode desmembrar nem que queira. Aqui isso acontece com a terra. Então essas roças que são colocadas de pessoa para pessoa se torna coletiva porque tem o gado. Nessa roça que decidem brocar como sendo um corpo todo, o gado depois vai comer dentro dela. Aí eu tenho gado, outras pessoas também, e tem uma manga pronta para ele comer. Então o gado vai todo para ela. Se nós vamos roçar uma manga, enquanto ainda tá no trabalho dela, o gado vai tá comendo em outra.

Esse coletivo a gente tem lutado para funcionar, porque sempre tem gente que diz: “não vou”. Porque quando se trata da gente ir roçar essa manga, tem o dia que um dos companheiros não pode ir. Então, algumas vezes, tem a penalidade que é destinada para aquela pessoa que falta. Alguns já cumpriram essas penalidades, outros não cumpriram, e isso acaba dando atrito. Porque fica aquela coisa, né? ‘Olha, fulano não foi. Só é um dia por semana e ele faltou. E aí, como fica?’

Então a gente tenta caçar várias formas pra resolver, mas sempre que seja uma forma coletiva. Primeiro a gente começou a trabalhar dois dias por semana, depois mudamos para um dia só. Agora mudamos para que cada uma dessas pessoas que possuem animal tenha que roçar um hectare para cada uma das suas cabeças. Se eu tenho duas cabeças eu roço dois hectares, se eu possuir 10 cabeças eu roço 10 hectares. Mas tem que ser tudo na mesma área que os outros estão roçando também, não pode separar a área roçada (MOZINHO, entrevistado em novembro de 2009).

Santos (2001, p, 57) valendo-se das análises de Pinheiro (1996) aponta que as terras do assentamento fazem parte dos tipos de solos classificados como Litólicos e Podzólicos. Tais solos, em virtude de sua formação e composição são considerados pobres e sem condições de oferecer o sustento necessário para as culturas que neles sejam praticadas. Não bastasse as limitações naturais para a produção agrícola, em virtude da qualidade do solo, ainda é impraticável o uso de alguns tipos de máquinas devido a pedregosidade e a característica acidentada do relevo.

O estudo do potencial agrícola das propriedades, aponta que:

O assentamento 10 de Abril é formado por quatro distintas classes de solos, com diferentes fertilidades, as quais diferenciam quanto à capacidade de produção, por isso, concluímos que embora a força de trabalho seja suficiente para absorver às atividades exploradas, as terras do assentamento 10 de Abril não oferecem condições favoráveis que assegurem produtividade compensatórias (PINHEIRO, 1996, p.11 Apud Santos, 2007, p. 57).

Sobre a qualidade das terras onde está localizado o assentamento, Piancó (1993, p.38), ouviu dos assentados as seguintes declarações “é pouco produtiva, pois os solos são rasos e na maioria são terras altas, que só dá para pecuária. Se a gente for viver só de roça,

vamos morrer de fome”. Como mostram os relatos dos assentados, a área do assentamento é composta por um relevo de perfil ondulado, propício para as atividades pecuárias, porém com limitações para a prática da agricultura.

Fazendo uso da sabedoria popular, destacam-se aqui os conhecimentos empíricos de “Seu Zé Arthur”, camponês do município de Nova Olinda, conhecido internacionalmente por sua área de produção agroflorestal, que possui resultado exitoso. Em conversa informal que tive com o mesmo, o senhor Arthur, certa vez, fez o seguinte questionamento ao comparar o sistema de produção agroecológico com a criação de gado:

Quantas cabeças de gado se pode criar em um terreno do tamanho desse meu? Uma ou duas, porque precisa de espaço pro pasto. Aí eu pergunto: uma família sobrevive da criação de uma vaca? Aqui na agrofloresta eu tenho o arroz, tenho o milho, o mamão, a goiaba, a siriguela. Sempre tem uma fruta diferente no pé pra colher. (Arthur, entrevistado em julho de 2009).

Pelo exposto na fala do senhor Zé Arthur, e em decorrência das características físicas do assentamento, fica clara a necessidade do uso de técnicas alternativas de produção para que a comunidade obtenha índices de produtividade maiores, com maior diversificação de culturas e melhor qualidade dos produtos. Dessa forma, tanto a alimentação familiar como a geração de excedentes seriam satisfatórias e viáveis. Porém, essas técnicas alternativas funcionam ainda de modo incipiente no 10 de Abril. Como se pode verificar no depoimento do senhor Mozinho:

A ACB orientou e a gente tentou umas vezes. Mas você sabe... Trabalhar com muita gente não é fácil, né? Ela veio e orientou, aí nós plantamos uma rocinha na mata, fazendo agrofloresta, pequena, pela experiência. O plantio que ela orientou deu, a gente colheu no meio das árvores, não queimamos. E deu legumes também. Mas outros ficam dizendo: ‘não vou trabalhar dentro de garrancho não. Eu sou acostumado a trabalhar no limpinho, plantar sem garrancho enganchando nos pés. Então vou é queimar.’ Então queima e planta. (MOZINHO, depoimento em novembro de 2009).

A área que é desmatada para o plantio é, primeiramente, semeada com capim, que serve de alimentação para o gado. O capim ocupa essa área por dois anos. A partir disso é semeado o milho e o feijão. Quando ocorre a colheita dessas duas culturas o gado é solto para se alimentar da palha e do restante do capim. Seu Mozinho descreve o processo do seguinte modo:

A gente broca, a cerca é feita em mutirão de oito ou 10 pessoas ou então os da propriedade toda. Se vamos usar essa manga nesse ano (aqui nós chama manga o

reservo que tá em mata ainda), daquele lado não vai criação animal durante esse período do trato da roça. Então plantamos o capim, feijão e o milho. Aí, depois que a gente colhe, o gado passa a comer tudo junto nessa área. Na hora de plantar já tem deles que organiza o mutirão: ‘vamos se juntar e ir pra roça do José hoje, amanhã vamos pra roça do Francisco’. Mas tem deles que preferem dizer: ‘Eu vou pra minha roça só’ (MOZINHO, entrevistado em maio de 2010).

Segundo Oliveira, a forma de cultivo agrícola bem como os principais plantios praticados no assentamento 10 de Abril, ocorrem como o descrito abaixo:

Os roçados são realizados para o plantio de milho, feijão, fava, andu, arroz, amendoim e mandioca, dentre outras culturas. Geralmente são trabalhados por grupos de família. Os assentados trabalham utilizando o modelo tradicional no trato com a terra, realizam a derrubada e retirada de raízes, depois praticam a queimada, limpam o terreno, realizam o plantio e posteriormente a colheita. Utilizam instrumentos como enxada, pá, carrinho de mão, carroças, e a foice, que são guardados encostados na casa ou em quarto feito para esse fim (2007, p. 89).

Nessa parte de legumes a área média que cada família trabalha no individual é de três tarefas para cada chefe de família, no começo eram quatro, porém os assentados concluíram que isso resultava em um grande desmatamento, concordando em diminuir a área.

A partir de 2006, as cinco famílias que trabalham com agricultura irrigada foram contempladas com um projeto de mandalla, conseguidas por intermédio da CPT – Comissão Pastoral da Terra e efetivadas através da ACB.

A mandalla é um sistema de produção baseada em técnicas da permacultura. Trata-se de uma estrutura circular de produção consorciada, onde plantas e animais convivem em um mesmo espaço de maneira harmoniosa e complementar, garantindo a subsistência familiar e possibilitando a produção de excedentes que podem ser comercializados. O centro da mandalla é constituído por um tanque circular que funciona como reservatório de água para a irrigação. Nesse círculo é possível a criação de peixes, patos e marrecos, que enriquecem a água com matéria orgânica. Os primeiros círculos da mandalla destinam-se ao cultivo de hortaliças e plantas medicinais em consórcio com bananeiras, batatas, mamão e macaxeira. Nos círculos seguintes podem ser cultivado milho, feijão e uma diversidade de frutíferas. Por fim, no último círculo, são plantadas cercas vivas e quebra-ventos, tais como o sisal, palma, gergelim e mamona, entre outros. Esse último círculo serve de proteção para as demais culturas.

No entanto, em virtude da distância de onde foi implantada a mandalla do assentamento 10 de Abril, não há no local um poste da rede de energia elétrica, impossibilitando a instalação de uma bomba elétrica que possibilite a irrigação do plantio e a

ampliação de sua área. Por esse motivo, esse trabalho tem sido feito de forma manual pelas camponesas responsáveis pela horta, que carregam a água em latas para aguar a plantação. Isso torna, sem d vida, o trabalho mais difícil, demorado e cansativo. Além de descaracterizar a essência da proposta da mandalla.



FIGURA – 28. Mandalla Assentamento 10 de Abril. Foto: Anderson Camargo, 2010



FIGURA – 29. Mandalla Assentamento 10 de Abril. Foto: Anderson Camargo, 2010



FIGURA – 30.  rea de cultivo coletivo do grupo de mulheres do Assentamento 10 de Abril. Foto: Judson Jorge, 2007.



FIGURA – 31.  rea de cultivo coletivo do grupo de mulheres do Assentamento 10 de Abril. Foto: Judson Jorge, 2010.

Conforme informa es cedidas por Anderson Camargo, membro do Grupo de Estudos em Geografia Agrária da URCA – GEA, apesar de ter sido concebida para atender a cinco famílias em trabalho coletivo, na atualidade, em razão de conflitos internos, o grupo foi se desfazendo até que a atividade passou a ser exercida de forma individual. Primeiramente saíram duas famílias, em seguida mais uma, restando uma parceria de duas famílias. No entanto, a parceria foi rompida e cada uma das cinco famílias trabalha individualmente na

área. Apesar de todas essas dificuldades, o resultado dessa produção tem sido comercializado de forma exitosa por três dessas famílias todas as sextas-feiras na feirinha de produtos agroecológicos da ACB, fazendo com que as mesmas tenham uma renda obtida a partir do trabalho com a terra.

Segundo Oliveira “a maioria dos assentados tem como atividade principal a agricultura e a pecuária, mas há pluriatividade no campo, através dos comerciantes, mototaxistas, pedreiros, carpinteiros, costureiras, artesãos, entre outros” (2007, p 86).

Apesar dessa característica, faz-se necessário pensar em novas atividades produtivas que contemplem, sobretudo, a juventude que está se formando atualmente no assentamento e que precisam de trabalho e renda. Renda esta que os estimulem a permanecer no 10 de Abril, para que, assim, não se sintam impelidos a migrarem para obter trabalho em outros locais ou mesmo outras regiões do país, fato comum entre a juventude rural cariense que todos os anos são arrebanhados para viajar e trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar da região sudeste do país.

Foi possível observar que mesmo com a existência de uma diversificação de práticas produtivas, os assentados ainda estão longe de cumprirem a meta de alcançar uma renda mensal de três salários mínimos para as famílias, como ficou determinado nas discussões de elaboração do *Plano de Ação* do Assentamento (2000) elaborado pelo IDACE, com a participação dos assentados. Atualmente, tem diminuído também a participação no trabalho coletivo, sobretudo dos jovens. Tal fato é um indício do surgimento de um “estado de desestímulo” ou de uma perda da essência do trabalho coletivo, defendida pela comunidade desde os seus primeiros dias de criação.

Apesar disso, a conquista dos projetos estabelece um passo importante na direção do desenvolvimento com crescimento da renda familiar, que necessita de um comprometimento maior dos Governos Federal, Estadual e Municipal, garantindo estruturas de apoio para a produção, sendo importantíssima a presença assídua de orientação técnica. Faz-se necessário também um pensar logístico para o escoamento e comercialização dos seus produtos, além de melhorias nas áreas de saúde, educação e lazer, que apresentam carências.

Nesse sentido, Alencar (2000, p.38) orienta que as áreas de assentamentos rurais precisam ser vistas e analisadas, dialeticamente, a partir do seu interior, ou seja, de dentro para fora. Mas que o inverso também seja realizado: a partir de um olhar de fora para dentro. Desse modo, as áreas devem ser entendidas e trabalhadas como espaços de produção, que necessitam de mercado consumidor dos seus produtos para que, assim, possam se realizar de

forma plena, gerando excedentes econômicos, renda e atingindo a capacidade de crescer e se desenvolver econômica, social e politicamente.

Como se pode observar, muitas foram as conquistas do assentamento ao longo desses 19 anos de luta para permanecer e produzir na terra. No entanto, mesmo com os significativos avanços ocorridos ao longo do tempo de caminhada, ainda são inúmeros os problemas detectados na comunidade, tanto de ordem estrutural, quanto social. Posso evidenciar, entre os vários citados pela própria comunidade, a falta de transportes regulares de qualidade que liguem o assentamento à cidade, precária assistência médica, falta de áreas de lazer, falta de água tratada e encanada, além da falta de apoio à produção e comercialização dos produtos, que levam a baixa renda dos moradores.

Outro sério problema que a comunidade vem enfrentando nos últimos anos refere-se à ameaça de fechamento, pela Prefeitura Municipal de Crato, da escola “Construindo o Caminho”, que foi fundada pelos próprios assentados. A construção desse setor de educação é uma das marcas do MST, tornando claro que na luta pela terra o que está em jogo é uma questão muito mais ampla do que a posse da terra por si só, tratando-se, na verdade, de uma luta por cidadania, que, é claro, envolve diversos elementos tendo a educação como um dos principais pilares para a sua obtenção.

A esse respeito, Lucine afirma que:

A proposta do Movimento Sem Terra não prescinde, mas reivindica e exige a participação do Estado, pois compreende a educação como direito de todos os cidadãos e dever do Estado. Porém, também compreende que é de responsabilidade das comunidades a definição de qual escola, de qual conhecimento, de qual formação deve ser oferecida aos filhos dos trabalhadores. No Dossiê Escola (2005), o Movimento Sem Terra retoma sua trajetória de luta pela educação apresentando os principais textos e reflexões que marcam a história da educação no Movimento. Em um texto publicado em 1990, e reeditado no Dossiê Escola, a afirmação de que ‘a trajetória a ser descrita vai da briga pela criação de escolas oficiais nos assentamentos até a briga pela direção política e pedagógica do processo educativo a ser desenvolvido nestas escolas, passando pelos meandros da questão educacional dentro de um movimento reivindicatório como é o dos Sem-Terra’ (MST, 2005, p. 11), demonstra que o Movimento compreende o Estado como provedor e a sociedade civil como gestora pedagógica e política da educação (2007, p. 79).

A escola do assentamento desde que foi fundada funciona de forma improvisada, em um espaço pequeno e de pouco suporte para as relações de ensino aprendizagem. Apesar de reivindicarem há anos a construção de um prédio escolar, os assentados nunca foram atendidos. Existe, inclusive, uma área do assentamento já escolhida pela comunidade para a construção. Porém, a alegação da prefeitura do Crato para a não construção da escola, segundo relatos do professor Paulo, que é também um dos assentados, é a de que o

assentamento se encontra em terras do Governo do Estado do Ceará, sendo necessário que o mesmo oficialize a doação das terras para o município, pelos tramites legais, para que aí sim seja possível alocar os recursos de construção da sede da escola. Por sua vez, o Estado entende que a educação infantil e o ensino fundamental são da esfera de competências dos municípios, não disponibilizando, portanto, recursos para a construção de uma escola que atenda a esses dois níveis de ensino. O que se vê é a negação da responsabilidade dos poderes públicos das diferentes esferas (municipal e estadual), que, ao invés de construírem a sede da escola, se eximem do seu papel, prejudicando os jovens assentados que precisam estudar.



FIGURA – 32. Escola Construindo o Caminho - Assentamento 10 de Abril. Foto: Judson Jorge, 2010.



FIGURA – 33. Creche Santo Inácio - Assentamento 10 de Abril. Foto: Judson Jorge, 2010.

Nos últimos anos, a secretaria de educação do município do Crato tem tentado fechar a escola, alegando que, pela falta de estrutura da mesma, seria melhor que os alunos fossem transferidos para uma escola municipal localizada no distrito de Monte Alverne, distante 6 km do assentamento. A comunidade, porém, tem resistido a essa tentativa, pois entendem que é importante que as crianças estudem em uma escola no próprio assentamento, com professores assentados, já que os mesmos conhecem a história da comunidade, com suas lutas, percalços e conquistas, que formam a identidade local.

É extremamente importante e estratégico que nos assentamentos os professores façam parte da própria comunidade e que, preferencialmente, tenham participado do processo de conquista da terra, pois na medida em que as crianças, que se tratam de uma nova geração de assentados, ingressam na escola podem, entre os conteúdos disciplinares estabelecidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, tomarem conhecimento da história da comunidade em que vivem, ou seja, sua própria história, fato inclusive garantido pelos próprios PCN's.

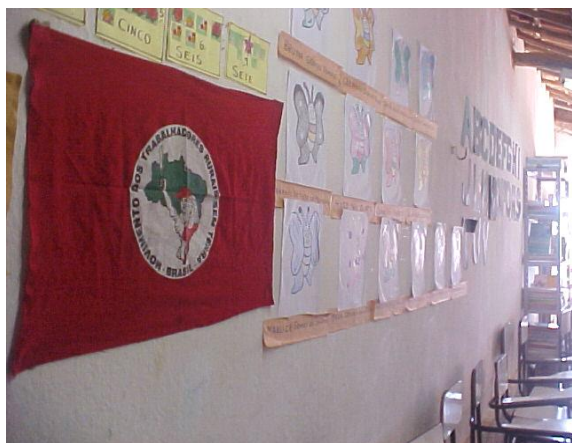


FIGURA – 34. Bandeira do MST ao lado dos desenhos produzidos pelas crianças. Foto: Judson Jorge, 2006



FIGURA – 35. Desenho das crianças recontando a história da comunidade. Foto: Judson Jorge, 2006.

Como se pode observar no exposto, após a conquista da terra inicia-se a construção de um espaço social novo, resultado das relações que serão estabelecidas entre os camponeses e o território conquistado. O assentamento é, portanto, um território socialmente produzido. Falar em assentamento rural é falar de um espaço apropriado e transformado por um grupo de pessoas que passa a imprimir ali as suas marcas, construir suas identidades a partir de relações mediadas pelo trabalho. Essa construção deve ser entendida em sentido amplo, ou seja, desde a construção material desse território até as relações imateriais.

A manifestação material pode ser percebida no erguimento e distribuição dos fixos existentes no assentamento, bem como dos sistemas de ações e objetos utilizados na produção, todos eles adquiridos e construídos com o trabalho e luta dos assentados. No caso do assentamento 10 de Abril, pode-se identificar essa construção do espaço físico da comunidade ao se comparar a sua estrutura de 19 anos atrás com a realidade vivenciada hoje pelos assentados.



FIGURA – 36. Assentamento 10 de Abril na visão de Íres, membro do Grupo de Jovens do Assentamento 10 de Abril



FIGURA – 37. “Mapa Mental” desenhado por Roberto, membro do Grupo de Jovens do Assentamento 10 de Abril

De acordo com Píancó (1993), quando as famílias que acamparam no Caldeirão foram assentadas nas Fazendas Gerais e Carnaúbas Gerais encontraram no local apenas um curral abandonado e uma casa de taipa. Hoje, a comunidade conta com 59 residências, todas dotadas com cisternas de captação da água da chuva, sendo estas utilizadas para o consumo de água potável nos lares; é provida por três açudes e um poço profundo, principais fontes de abastecimento de água do assentamento, curral para o gado, armazéns, capela, creche e escola (mesmo que com sedes precárias), locais destinados ao cultivo agrícola, áreas de reserva legal, ilha digital, inaugurada em 2009, possibilitando acesso a internet no assentamento, favorecendo a comunicação dos assentados. Antigamente era bastante complicado agendar visitas para conversar com os camponeses do assentamento 10 de Abril, porém, após a instalação da internet no local, grande parte dos contatos que fizemos com os jovens para o desenvolvimento dessa pesquisa se deu pelo uso do site de relacionamentos *Orkut*. No momento (2010), está sendo construído no local um centro cultural, com auditório e dormitórios, que atenderá ao assentamento, comunidades vizinhas e facilitará o intercâmbio entre assentados, favorecendo a troca de experiências.



FIGURA – 38. Centro Rural de Inclusão Digital – CRID. Foto: Judson, 10 de abril de 2009



FIGURA – 39. Centro Rural de Inclusão Digital – CRID. Foto: Judson, 10 de abril de 2009

Já as relações imateriais, manifestam-se nas socializações de experiências trocadas entre os indivíduos e entre a coletividade, que irão dar forma as configurações materiais que ali são estabelecidas. O primeiro ato de construção de uma nova configuração territorial que ali se manifesta foi a negação dos antigos nomes das Fazendas desapropriadas pelo Governo do Estado do Ceará (Fazenda Gerais e Fazenda Carnaúba Gerais) e a troca pelo nome “Fazenda 10 de Abril”, que é reflexo das manifestações imateriais permeadas pelo simbolismo da ocupação.

Pode-se citar também como exemplo do imaterial, dando forma ao real, o local de escolha para a construção da capela da comunidade, lugar onde se realizou a primeira celebração religiosa dos camponeses, logo que foram assentados.



FIGURA – 40. Hasteamento das Bandeiras do MST e do Brasil durante celebração do Aniversário de 19 anos do assentamento. Foto: Judson Jorge, 10 de Abril de 2010



FIGURA – 41. Missa no aniversário de 18 no assentamento.
Foto: Judson Jorge, 10 de Abril de 2010

Ou, pode-se citar a construção e distribuição espacial das casas no assentamento que está baseada na manutenção de uma vizinhança formada por vínculos de proximidade, sejam eles de parentesco ou respeitando a afinidade entre as pessoas. Por ocasião da chegada das famílias na área do assentamento, estas foram armando suas barracas e, com o passar do tempo, os que tinham um pouco mais de condições foram construindo barracos de taipa, mantendo-se próximos uns dos outros de acordo com o parentesco ou laços de afetividade. “Quem podia fez umas casinhas de taipa, quem não podia ficou nas barraquinhas de lona mesmo. Dona Zezé tinha uma, Assisinho tinha outra, seu Joaquim tinha uma, seu Vicente tinha uma, seu Mozinho também” (AURÉLIO, entrevista julho 2010).

Importante destacar que o projeto de construção das moradias que estava previsto para ser realizado logo que as famílias fossem transferidas do parque de exposições do Crato para a área do assentamento e que deveria ter sido tratado com prioridade pelo governo do Estado, somente foi executado após cinco anos da conquista do assentamento, demonstrando o descaso da administração pública com as famílias camponesas, que tiveram que se abrigar em barracos e casas de taipa, em condições insalubres. A esse respeito Dona Angelina rememora o seguinte fato:

Eu lembro que tinha umas casinhas de taipa porque quando nós fomos ocupar o Cambeba em Fortaleza, já ficou gente em casa de taipa mesmo. Mas nós ainda estávamos na de lona, eu me lembro por causa da viagem. Eita... Foi uma viagem danada essa pra Fortaleza, era um desfile de gente do tamanho do mundo. Por isso que essas casas chegaram, se não fosse isso não tinha chegado não. Ainda hoje nós estávamos nas de lona. Foi porque nós demos uma saída e fizemos uma forcinha pelo meio do mundo (ANGELINA, entrevistada em julho 2010).

Os assentados se organizaram de forma desordenada no terreno, não existindo um planejamento das ruas. Como o projeto de eletrificação chegou primeiro que o projeto de moradia, quando da chegada deste, as casas tiveram que permanecer onde se encontravam as antigas de taipa, pois os pontos de energia elétrica já estavam instalados.

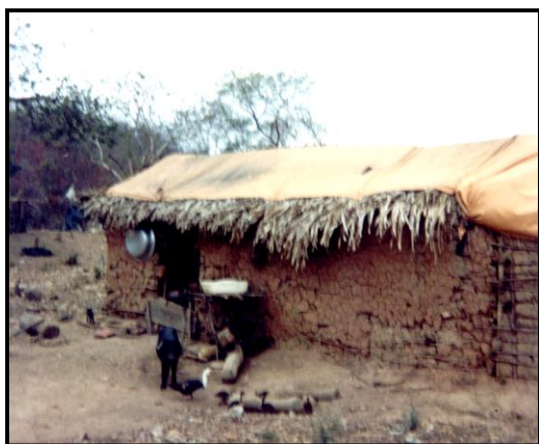


FIGURA – 42. Estrutura das casas antes do projeto moradia. Foto: RobertaPiancó, 1991



FIGURA – 43. Estrutura atual das casas do projeto moradia. Foto: Judson Jorge, 2008

Depois dessas análises feitas pelo olhar do pesquisador, se faz crucial ouvir os camponeses, para que os mesmos tenham espaço para expor as suas formas de “ver” e o modo como “entendem” o assentamento que construíram e no qual vivem. Para essa etapa da pesquisa as histórias de vida e os relatos orais se colocam como um importante instrumento, por ser um meio de mostrar o assentamento a partir da ótica dos de dentro, ou seja, seus próprios conquistadores que são, ao mesmo tempo, moradores – recordadores – sonhadores.



FIGURA – 44. Assentamento 10 de Abril na visão de Ismael, membro do Grupo de Jovens do Assentamento 10 de Abril



FIGURA – 45. Assentamento 10 de Abril na visão de Hugo, membro do Grupo de Jovens do Assentamento 10 de Abril

5. ENTRANDO NOS TERRITÓRIOS DA MEMÓRIA: O ASSENTAMENTO 10 DE ABRIL NA VISÃO DOS PRÓPRIOS ASSENTADOS

Na centralidade dessa parte da pesquisa falar-se-á da memória. Decifrar os enigmas da memória e a capacidade de lembrar é algo que intriga os mais diversos segmentos do conhecimento, seja das ciências sociais, da psicologia, da literatura e, nos últimos anos, tem sido objeto de interesse da ciência geográfica. Autores como Maurice Halbwachs e Michel Pollak apontam que a memória além de ser individual é também coletiva, passando a usá-la como instrumento de análise da sociedade. No Brasil, Bosi (2006) faz uma importante contribuição ao relacionar memória e trabalho, sendo, portanto, um referencial nas análises que serão feitas nesse capítulo.

Entendida enquanto instrumento de preservação de identidades de um determinado grupo social, esta não pode ser abandonada ou ameaçada de se perder no tempo e no espaço, pois desempenha o papel de reforçar os laços de união entre o grupo.

Segundo Pollak (1989, p. 7),

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis. Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência.

Pode-se observar que a partir da inserção dessas famílias na terra, desdobram-se novas relações. A princípio suas motivações consistiam em se organizar, ocupar e conquistar um espaço onde pudessem morar e produzir. Conseguido esse primeiro objetivo é necessário atentar para um novo processo: essas pessoas que saíram de sete municípios diferentes da Região do Cariri agora se encontram em torno de um único local. Que concepções essas pessoas passam a ter sobre esse território? Como um local que era completamente alheio a sua existência de repente se torna seu lugar, espaço de mediação e reprodução do viver, aonde irá construir seu lar, tirar o sustento de sua família, criar seus filhos e estabelecer suas relações cotidianas?

Por essa razão, faz-se necessário analisar como se dá o desenrolar da vida dessas pessoas, a construção de seus referenciais, da sua identidade. Como as pessoas que ocuparam o Caldeirão e que conseqüentemente conquistaram o assentamento 10 de abril fizeram com que ele passasse a ser culturalmente seu, gerando um sentimento de organicidade e de pertencimento ao lugar; o que eles esperavam ao chegar naquela terra e como percebem a concretização do assentamento hoje?

Outro ponto que requer uma análise minuciosa é o referencial de identidade que é construído pelos jovens. Essas pessoas que nasceram, cresceram, alguns que se casaram e se tornaram chefes de famílias no assentamento, sem terem passado pelos processos de articulação, ocupação, socialização das experiências de luta pela terra, possuem os mesmos anseios que os seus pais? Qual a relação que estes têm com este que, em si, já é o seu lugar, pois desde o nascimento desenvolvem ali todas as suas atividades do cotidiano?

As identidades dessas diferentes gerações são as mesmas? Caso sim, qual a razão dessa unidade? Havendo divergências, por que isso vem ocorrendo? Existem conflitos de interesse na comunidade? Existe relação entre esses fatos e a memória?

De acordo com Pollak (1989, p. 9),

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. Mas nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que possam parecer, têm sua perenidade assegurada.

Considera-se importante investigar tais questões com o intuito de contribuir com a organização dos moradores do assentamento 10 de Abril, verificando a relação entre memória e os modos como as diferentes gerações que vivem no assentamento se relacionam com aquele território, produzindo territorialidades distintas. Bem como com as ações dos movimentos sociais que buscam garantir condições de reprodução e desenvolvimento do modo camponês de produção. Dessa forma, no próximo subitem, serão analisadas as maneiras pelas quais a luta pela terra, pela reforma agrária e as identidades sociais foram construídas e como elas são vivenciadas e percebidas pelos camponeses do Assentamento 10 de Abril.

5.1 “Vozinho”

Meu nome completo é José Dionísio do Santos, mas sou conhecido como “Vozinho”. Eu nasci em Várzea Alegre, mas me criei no município de Caririçu, na fazenda Boris. Vivi todo o tempo de minha vida de Juazeiro para Caririçu, mas minha morada foi muito tempo a Boris. Hoje lá tem um assentamento também. Eu tenho um verso sobre a minha vida. Esse verso é praticamente uma segunda identidade minha, porque diz o ano que eu nasci, a idade que eu tenho e os acontecimentos da vida. Posso dizer?

*Meu pai morava em Várzea Alegre
No ano de vinte e sete eu nasci
Sou um brasileiro e gosto do meu país
O meu pai era agricultor
Por isso se mudou
La pra fazenda Boris*

*Meu pai era agricultor
Trabalhava na cultura
Se não tinha muito dinheiro
Mas sempre tinha fartura
Quando o inverno fracava
a gente passava
Mas a vida era dura*

*Quando eu tinha cinco anos
A minha mãe faleceu
Foi no ano de trinta e dois
O ano que ela morreu
Eu era pequeno demais
Ela morreu de um raio
De um corisco que desceu*

A minha mãe morreu de um raio que caiu lá na Boris.

*Tinha uma irmã em casa
Foi ela quem me criou
Quando eu estava “mais grande”
A minha irmã se casou
O tempo foi se passando
A vida continuando
Hoje eu sou bisavô*

A irmã que me criou mora em Juazeiro, ainda é viva, ela tem 99 anos. E eu tenho 82, vou inteirar 83 agora em setembro.

*Eu estou contando uma história
 Que se passou com eu
 No ano de quarenta e nove
 Meu pai também morreu
 Eu to contando em miúdo
 Eu estou contando tudo
 Que comigo aconteceu
 No ano de sessenta e um
 Fui até o fim do país
 Pra cumprir o meu dever
 Foi coisa que eu sempre quis
 Ora, meu camarada
 Se eu nunca arranjei nada
 Mas sempre esforço eu fiz*

*Eu vou dizer pra vocês
 Vida de pobre é ruim
 Em São Paulo andei por muito canto
 Paraná até o fim
 Andei em canto diferente
 Em Presidente Prudente
 Perto de Pirapóçim*

*No ano de noventa e um
 Ocupamos o Caldeirão
 O Dono não quis vender
 Foi uma grande questão
 Foi o mesmo que uma guerra
 Hoje eu sou dos "Sem Terra"
 Eu não moro com patrão*

*Quem mora na terra alheia
 É escravo do patrão
 Um dia lhe falta arroz
 No outro falta feijão
 Isso não é negócio
 O mato toma sua roça
 Fica nessa confusão*

Eu saí de Caririaçu e fui até o fim do país, fui vender ouro e rodei bastante por lá. Quando eu vendia ouro eu pegava em muito dinheiro, mas não via fartura em casa. E da roça eu via fartura. Porque quando a gente tirava da roça e não ia vender, juntava em casa e era aí que havia fartura. E quando a gente pega em dinheiro, mesmo assim faltam as coisas em casa. Porque a gente compra uma coisa, compra outra, mas não é igual na roça onde a gente tira tudo. Mas eu fui lá experimentar.

Eu passei também três anos em Orós, morando em uma ilha e vivendo do peixe. Pegava o peixe, vendia e fazia a feira nos domingos que era o dia da feira de Orós. Nisso aí eu fui fazendo a minha vida, fui vivendo, sofrendo, trabalhando pra aqui e pra acolá. Minha família foi grande, ainda criei doze filhos. Nasceram ao todo vinte e um, mas só se criou

doze. Hoje tenho filho espalhado por Alagoas, pelo Pará e o resto é daqui pra Juazeiro. No assentamento tenho três: Fátima, Cícero e Marciana, que mora perto da represa do açude.

A vinda pra essa ocupação foi assim: eu ainda morei uns dias lá pelos Carneiros, em Juazeiro, e por lá passou um rapaz dizendo que tinha uma reunião no sindicato do Crato, era uma reunião dos Sem Terra. Eu já sabia o que era Sem Terra, porque primeiro do que isso daqui eu ganhei um chão de casa em Juazeiro e fiz uma casa lá. Eu fui para os Sem Teto, pra uma ocupação “boca quente”. Foi cavado até um rego para polícia não entrar, se ela entrasse tinha que ser a pé, porque de carro não passava. Isso foi lá em Juazeiro, na ocupação do Mutirão, ocupei e ganhei uma casa lá. Quando eu ganhei esse direito, fui cuidar de fazer essa casa, no sacrifício tava fazendo. Aí me disseram que ia ter uma ocupação dos Sem Terra, como eu vivo de roça, os Sem Terra era que era bom pra mim, então eu vim parar aqui. Já tá com 19 anos que nós estamos por aqui. Eu fiz verso da ocupação do Caldeirão também.

A maioria dos moradores se conheceu tudo aqui dentro, porque tem muita gente de Assaré, Potengi, desse mundo ai pra cima. Era gente de muito canto e daqui do lado de cá só veio oito, de Juazeiro e Barbalha e de onde eu morava, o resto tudo era do Crato.

Antes de vir pra cá eu trabalhei com um patrão por oito meses, com Zé do Brejo, na saída de Juazeiro pra Caririaçu. Foi o patrão “mais ruim” que eu vi, porque quando ia morar nas terras desse pessoal era obrigado a trabalhar dois dias por semana. Era eu e o Cícero, esse menino que também mora aqui, toda semana a gente trabalhava. Íamos um dia nós dois e pronto, no resto da semana ia cuidar da roça da gente. Aí, quando foi em um ano, ele deixou um recado com um empregado dele na fazenda: “Quem não fosse naquela semana ele ia pedir a casa”. E a casa nem era dele mesmo, era do DENOCS. Porque foi o DENOCS quem fez quando comprou por lá pra fazer um açude. Só que o terreno era dele antes de ser indenizado e depois disso ele ainda ficou lá mandando. Aí ele disse: “eu vou pedir a casa pra quem não vier trabalhar os cinco dias da semana”. Na primeira semana eu fui e trabalhei os cinco dias. Aí, quando foi no domingo ele deixou o recado outra vez: “essa semana de novo, pra roçar capim”. E os meus legumes na roça estavam grandes, aí eu disse: “tá vendo que não vou viver aqui”. Aí na outra semana chegou o recado de novo e eu disse: “não vou não, eu prefiro mudar e tratar da minha roça de onde eu tiver. Mas essa semana eu não vou de novo não”. Aí tinha um cara por lá, o Vicente Bezerra, primo de Adauto Bezerra. Ele tinha um terreno pequeno lá, e disse: “Seu Zé, se o senhor quiser vir morar mais eu é melhor do que ficar num obstáculo desses. O senhor não me paga renda, é só pra tomar conta do

terreno. É pequeno, mas dá pra botar uma rocinha nele”. Aí eu tomei de conta até quando teve a ocupação.

Um dia eu vim fazer a feira no Crato junto com o compadre Antonio Grande, que mora aqui. Aí disseram que ia ter uma reunião dos Sem Terra naquela hora. O compadre Antonio disse: “vamos lá”? E eu disse “vamos”. Deixamos a feira e fomos. Teve a reunião e lá combinamos e marcamos de vir, até o dia que nós ocupamos. Eu fiquei sabendo o dia em uma conversa no meio da feira. Disseram ao compadre Antônio e ele me avisou, aí nós viemos parar aqui. Lá se marcou o dia de ocupar, foi no dia 10 de Abril de 1991. De lá, quando voltei pra Juazeiro fiquei na casa de Maria, minha filha que tá no Pará. Ela morava no Mutirão.

Eu já sabia da história do Caldeirão, eu tinha até um livro do Beato Zé Lourenço. Acho que devo ter o livro por aí ainda. A polícia matou três trabalhadores, saiu polícia muito ferida e morreram quatro. Veio a polícia, Capitão Zé Bezerra e Anacleto, que era o filho dele. E a história eu tenho anotada. Eu tirei a cópia, porque o livro rasgou. Não sei onde está. Fiz cópia da história do Caldeirão, do tempo do Beato que era assim como nós mesmos. Porque aqui é uma lembrança daquele tempo, uma ocupação em que trabalha tudo unido e que ninguém tem nada e tudo é de todos. Aqui é o mesmo sistema do Beato, o de lá era o mesmo do assentamento. É pra trabalhar de associação, trabalhar de coletivo e tudo que tem é de todos, lá era assim, nos tempos do beato. Mas saber que a ocupação era lá, isso eu não sabia não.

Nós baixamos pra ocupar pertinho da Igreja. Quando nós chegamos lá, tinha umas sombras boas por ali, mas Ailton que era do Movimento disse: “nós não pode ficar aqui não. Temos que ficar no mato e fazer uma vereda pra sair na estrada. Lá nós “bota” segurança pra ficar na entrada, quem vier a favor pode deixar subir porque veio a favor e se viesse armado, que fosse contra, soltava fogos, umas bombas muito grandes pra turma vir se encontrar. Eram 365 famílias, mas o povo se pegou a correr com medo da polícia, quando nós fomos fazer o cadastro foram só 96. Desses 96, muitos foram embora e oito famílias ficaram no individual pra acolá e quem quis a associação ficou aqui. Só que agora só são seis, porque teve um que matou outro lá e foi embora. Um foi embora e o outro foi embora porque morreu. Já são duas famílias que se foram nesse caso aí de João de Barbalha. O que matou era de Barbalha.

Essa era a barraca que eu morava. Ficava ali onde estão fazendo o centro cultural. Aqui era a casa minha, e vizinha era a de compadre Antonio, eram duas barracas.

Ai compadre Zé Antonio passou pro lado de cá e nós partimos a lona, ele ficou com um pedaço e eu com o outro.

Quando a gente ocupou aqui o Governador daquele tempo era o Ciro Gomes. Toda vez que tem uma ocupação sai um povo pra Fortaleza pra negociar. O Ciro Gomes disse que queria a Reforma Agrária, ele prometeu que ia comprar terra pra nós. Mas ficava aquela ameaça de que a polícia vinha hoje, vinha amanhã e os cabras fugindo com medo. Saíam escondidos de noite, um dia eu contei treze pessoas em fileira indo embora, se pegaram a correr. Por isso que foi ficando menos. Os cabras, quando ia gente pra lá, inventavam que estavam com uma dor de barriga. Aí a menina do Movimento, que era a Célia, dizia: “quem tiver com essa dor de barriga tem que ir na frente, que é pra desocupar primeiro.” (risos). Aí os cabras ficavam logo bom.

Mas nunca foi gente contra lá, foram dois soldados a favor, mandados pela EMATERCE. Eles subiram, foram bem recebidos lá e gostaram. Tinha o padre Raimundo Elias que acompanhava a gente lá, todo tempo acompanhou nós. Quando foi pra nós vir pra cá tomar de conta dessa terra, juntou gente em uma passeata e veio deixar nós aqui. Quem veio entregar a terra foi um secretário de Ciro Gomes, mandado por ele. Era pra ele ter entregado pra nós aquela parte lá de baixo, que era do Dr. José Wilson, dono daquele parte do terreno. Foi a primeira fazenda, nós viemos na passeata e já ficamos por aqui. Quando foi depois ele comprou a de lá, que era a de Dr. Marcelo e do Dr. Valdir. Lá onde tá o pessoal do individual é na parte que era a fazenda do Dr. Valdir. Aqui se chamava Fazenda Gerais, mas a ocupação foi no dia 10 de Abril, aí quem botou esse nome fomos nós, porque mudou o sistema, né? Ficou sendo esse nome desse tempo pra cá, porque foi quando a gente ocupou. O pessoal se agradou de botar esse nome assim e isso foi bom, porque a gente ficou conhecido. Por aí nós somos conhecidos, vem gente de outros países visitar aqui. Já veio um Doutor visitar a gente, porque disse que de lá soube que tinha um assentamento aqui que era bem organizado. E assim foi. E eu fiz um verso da ocupação, de como ela foi. Porque na época que nós ocupamos, Ciro Gomes disse que queria fazer reforma agrária. A polícia tava aperreando e ele mandou uma carta dizendo que a polícia não vinha mais aperrear nós, mas que o dono da terra não queria vender e ele ia tirar nós daqui pro parque de exposição e de lá ia comprar uma terra pra nós. E assim ele fez. Chegou um horror de carro pra levar nós pro parque da exposição, passamos mais de 20 dias lá. O prefeito de Crato era contra, chamava nós de baderneiros, era o Zé Adegá o prefeito nessa época. Ele nos chamava de baderneiros. O verso da ocupação do Caldeirão que eu fiz diz assim:

*Agora caro leitor
Escute o que eu vou contar
Por causa de um patrão ruim
Aonde eu fui me socar
La no padre Expedito
Achamos a terra bonita
Mas não pudemos ficar*

*Eu morava nos Carneiros
Só trabalhava pro patrão
Por isso eu me atrevi
Ir baixar no Caldeirão
De lá fomos “espuçados”
Passamos um tempo parado
No parque da exposição*

*Quando chegamos no parque
O prefeito se zangou
Porque ele não gosta bem
Da classe do trabalhador
Mas ele quis ser exato
Por isso levou um gato
Do nosso Governador*

Porque ele mandou uma carta para o Ciro Gomes mandando dizer que os baderneiros do Caldeirão estavam no Parque de Exposição e que ele queria o espaço desocupado. Aí num jornal que nós recebemos vinha contando que Ciro Gomes passou outra carta pra ele, dizendo que o a parque de exposição não era da prefeitura, era do Estado, e só tirava nós de lá quando ele quisesse. É por isso que o verso fala nele, né?

*Vou mudar essa história
Pra um causo que se passou
Lá onde eu morava
Do patrão com o Morador
O pobre ficou demente
O rico quem foi pra frente
E o pobre quem se lascou*

*O pobre era um coitado
Não possuía um tostão
No mês de janeiro foi
Pedir um dinheiro lá na casa do Patrão
Ele disse que fosse embora
Que ainda não era hora
Deixasse de perturbação*

*O pobre foi embora
Chegou lá, disse a mulher
O Patrão não me arrumou dinheiro
Nem pra comprar café
E não tem nenhum vintém
O recurso que tem
É vender o bacorinho baé*

*A mulher disse
Sendo assim fica ruim
Que o recurso que eu tenho
é aquele “bacorim”
Mas não tem nenhum tostão
Na safra do algodão
Vou comprar outro “porquim”
Quando o inverno se acaba
Aí chega o verão
Quando o pobre nem espera
Eis que chega o Patrão
Agora não é janeiro
Se você quiser dinheiro
To comprando o algodão*

*Vendeu o algodão barato
Pouco dinheiro importou
Tava devendo uma conta
No mesmo dia pagou
Veja as coisas como é
O porquinho da mulher
O coitado não comprou*

Ele ia comprar o porquinho na safra do algodão, mas vendeu na folha, vendeu cedo. Ai sabe como é, né? O patrão dá o que quer. Eu to esquecido do resto, porque é muita coisa.

Então era como eu tava dizendo: nós deixamos a feira e fomos assistir a reunião. Lá ficou marcado de irem buscar nós lá no Mutirão, em Juazeiro. Na noite em que nós viemos ocupar estavam esperando um carro que vinha de Nova Olinda também. Ficou pra nós se encontrar, mas o carro não chegou, porque foi preso. Então nós fomos a Dom Quintino ver se estavam esperando e não tinha ninguém lá. O carro que nós fomos era fretado e depois disso voltou pra Ponta da Serra. Cada um de nós trazia uma foice, feijão, arroz, aqueles sacos pesado nas costas. Pagaram o carro fretado e foi-se embora o motorista. E nós viemos de pé da Ponta da Serra até chegar ao Caldeirão.

Não disseram que era no Caldeirão, quando nós saímos de Juazeiro, lá do mutirão, o carro aprumou pela Rua São Pedro. Eu lembro que eu até disse assim “porque é que nós vamos descendo na Rua São Pedro? Porque nós não vamos pro Crato logo daqui?” Aí ele me disse que era porque a gente não podia passar no posto policial. Então eu perguntei onde era a fazenda e disseram que não podiam dizer onde era. Eu perguntei qual era o município e me disseram que era no Crato. Aí eu disse: “por aqui nós não vamos sair no município do Crato. Mas lá na Vila Palmeirinha tem uma estradinha velha que vai pelo sitio Cipó que vai sair lá”. Mas o carro passou pela Palmeirinha sem dobrar lá, então eu disse: “pronto, daqui pra lá agora só tem a entrada de Caririaçu, não tem entrada por outro

canto que dê lá. Ailton, tu disse que era no município de Crato e aqui sai em Caririaçu, aqui não vai pra Crato. Agora naquela vila que nós passamos tem uma entrada que vai pelo Cipó até a Ponta da Serra”. Aí ele disse: “Ah, pois é lá seu Zé! É que nós não sabemos desse caminho direito”. Aí nós voltamos e fomos por lá, passei bem pertinho da minha casa.

Quando chegamos à Ponta da Serra, já tinham prendido o carro lá de Nova Olinda e tivemos que tirar de pé. Agora, quando nós chegamos ali perto da lagoa (açude Umari), teve uma pessoa que percebeu o caminho e disse: “Eita, é no Caldeirão. Agora vai”. Foi o compadre Antonio quem escutou quando alguém falou isso.

Quando nós chegamos aqui eu não era o mais velho, “Mãe velha” era mais velha. Mas dois anos depois ela morreu, em 1993. Aí o mais velho aqui ficou sendo eu. O pessoal do Movimento foi quem começou a me chamar de “Vozinho”. Hoje em todo canto o pessoal me chama assim.

Pra mim o assentamento tá bom, mas eu achava melhor se fosse igual aos assentamentos que tem por aí, que são divididos. Se o INCRA tivesse partido a terra, porque desse modo fica melhor, porque a pessoa sabe como se manejar. Mas disseram que ia ser coletivo, aí muita gente arriou por causa disso. Eu não liguei não. Não teve confusão, mas teve uma reunião quando estávamos no parque de exposição e falaram nesse assunto, teve um bocado querendo que fosse dividido.

5.1.2 Dona Angelina

Me chamam de Angelina, todo mundo me conhece assim, mas é por causa do apelido. Sou natural de Potengi e vou completar 70 anos. Em Potengi eu era casada, os meus pais moravam lá em um terreno e eu morava na cidade. E eu trabalhava lá mesmo, também. Morava na cidade, mas trabalhava no sítio, nas terras dos outros. Lá eu não vivia mal não, eu vivia bem. Mas tinha o meu irmão e ele vinha aqui pro Caldeirão, para essa ocupação. Ele se engraçou de vir morar aqui e me chamou. Eu falei pra ele “eu não vou porque não posso ir agora”. Aí ele disse: “vamos fazer o seguinte, você fica colhendo os meus legumes que eu levo um dos meus meninos pra sua vaga e quando você colher os legumes você vem”. Então, eu fiquei lá e colhi os legumes dele mais os filhos dele, né? Depois que eu terminei de colher eu vim. Só que quando eu cheguei aqui eles já tinham vindo lá do Caldeirão, já tinha uns três dias que tinham vindo pra essas terras. Aí eu fiquei, pra nós se ajeitar, acampar aqui. Só que eu também não fui lá pro Crato não, pro parque de exposição, quem foi foram eles. Eu fiquei trabalhando em Potengi.

Só que lá em Potengi eu achava melhor do que aqui. E por que eu vim? Foi pra acompanhar o meu irmão. Ele pediu pra eu acompanhar, então eu acompanhei, fiquei aqui mais eles. Mas até agora eu to achando até bom viver aqui. Teve uma época aí que a gente achou ruim mesmo, porque em qualquer canto que a gente chega pela primeira vez a gente não acha bom mesmo não. Principalmente porque aqui essa gente toda ficou agredida, não foi brincadeira não. Mas a gente já se acostumou e tá dando pra gente viver.

Mas eu vim pra cá esperando coisa boa mesmo, porque eu sempre fui trabalhadora rural e os meus serviços eram de roça. Aí o que eu pensava ao chegar aqui era em terra boa pra gente trabalhar, pra sobreviver como a gente ainda está sobrevivendo nela. Trabalhando pra viver, porque eu sou aposentada, mas ainda trabalho. Não me esqueço dos meus “servicinhos” de roça não, eu acho bom, rapaz. Sou tão feliz quando eu to na roça. Esse ano eu empreitei duas tarefas, não foi preciso queimar. Atrapalhou-se o inverno, assim, botaram fogo e não queimou só fez caminho. Eu encoivarei, foi mais ou menos uma tarefa. Esse que eu encoivarei eu plantei com meu enxadeco velho. Pedra que só, mas eu “meti o bagaço” nessa pedra, cavando e plantando. Quando eu saí fora, voltei na limpa. Comecei limpando todo de mão, não ia enxada, era só na mão. Ai bateu um verãozinho e os cabras diziam: “a senhora é doida. Pare com esse serviço, a senhora não pode mais com um duro

desse. Não tem condições não. Não vai haver inverno”. Mas eu fui cutucando devagarzinho, porque quando chover tem mais pouco pra eu limpar. Certo que quando a chuva afastou mesmo, eu tava com a roça completa cheia de feijão seco. Aí fui tratar de colher e faltou coisa pouca pra três sacos desses grandes, cheio de feijão batido, limpinho todo. A fava não deu porque o gado comeu. Feijão não deu os três sacos ou mais porque o gado entrou na derradeira colha e comeu um bocado. E o milho tá aí, todo dentro de casa. Eu acho que se não der dois sacos dá é mais.

Pois foi assim... Meu irmão veio na frente e eu fiquei colhendo os legumes dele e ele trouxe um filho dele pra ficar na minha vaga. A história do Caldeirão eu sabia por que o meu irmão que ocupou desde o início, quando chegava lá em Potengi, contava tudo direitinho pra nós. Eu me animei quando ele chegou lá e contou. “Eu vou, eu vou mesmo”, certo que vinha. E até hoje estamos na batalha. Mas agora tá bom, tá uma beleza. Eu não achava que o assentamento chegava a essas alturas não. Não achei que a gente chegava a essas alturas. Quando eu cheguei aqui, quando eu vim pra ficar mesmo, veio junto uma carrada de legumes. É que eu já trabalhava de roça, né? Eu trouxe meio mundo de legumes de lá. Trouxe 10 sacos de arroz, fora as outras coisas. Os que moravam nesses barracos não tinham nada não. Tomavam café lá em casa, merendavam lá em casa, outros almoçavam, outros jantavam, tudo no meu barraco. Tinha um rapazinho que quando eu fazia almoço dizia: “Dona Angelina, quando a senhora fizer almoço deixa uma coisinha desse almoço pra eu?”. Aí eu deixava. Quando era na janta a gente fazia um baiãozinho, aí ele: “Dona Angelina, a senhora deixa um pregadinho do baião pra mim?”. Deixo, meu filho. Outras vezes pegava um pacotão de massa de milho, um fardo de arroz e levava pra fazer o de comer nas outras barracas. E dava milho pra fazer uns pães e mugunzá, porque eu trouxe tudo isso quando eu vim. Enquanto teve das minhas coisas que eu trouxe de Potengi nós comemos até o derradeiro. Nós comíamos tudo junto, nessa época éramos unidos. Só foi o que mudou, o que mudou aqui só foi isso mesmo. Mas por que mudou? Porque hoje todos têm, né? E os que têm pouco, que às vezes não têm quase nada, a gente ainda dá uma mãozinha também. Se precisar e tiver na casa da gente, uma coisinha que seja, a gente ajuda.

A união diminuiu porque aqui, e isso você sabe que é em todo canto. Sempre tem uns que são mais assim, outros são mais lá ou cá. Nunca é tudo unido, né? Tem umas coisinhas que gostam de “qualhar” um pouco, mas isso é porque é comum mesmo, acontece em todo canto. Mas, graças a Deus, eu não pensei de nós chegarmos nessas alturas não.

Eu morava em um barraco, que quando a chuva se preparava na casa de nosso senhor, a água já tava dando no meio da minha perna, dentro desse barraco. Eu mais uma

menina, a gente se “acantoava” no pé de uma parede, aonde não chovia naquele cantinho, e passava a noite em pé nesse canto de parede. E eu pensava: “nós vamos viver a vida todo tempo nesse sofrimento?” Ficamos, ficamos, ficamos. Até que enfim nós chegamos nas alturas dessa nossa sombra. Cada qual em sua sombra. Só que pra nós chegarmos nessa sombra, meu irmão, pelo amor de Deus, nós sofremos demais. Sofremos, sofremos. Mas estamos contando essa história e hoje tá uma vida boa. Nunca pensei. Tá boa porque tá tudo fácil e não é porque eu sou aposentada, é que está tudo fácil. Pros que estão aposentados e pros que não são aposentados. Porque o sofrimento que eu vi de nós, tudo igual, e hoje cada qual tem o que botar em seu fogo. Cada qual tem uma merenda de manhã, isso daí é o importante. Não é importante eu possuir uma roupa ou uma alpercata. O importante é a alimentação, pra todo o dia a gente ter o que botar na nossa panelinha. Pra isso aí nós estamos bem, graças a Deus. Tá muito bom.

Melhorou muito a situação da gente da roça depois que esse menino entrou pra presidente. Tá muito bom, ele tá fazendo bem. Ninguém nunca penso que seria assim. Eu fico até com raiva quando as pessoas dizem que Lula não presta, ele é isso e aquilo outro. Olhe, por favor, não gosto nem que falem isso perto de mim. Porque depois que ele entrou nesse poder tudo melhorou. Hoje em dia quem não tem um serviço pra trabalhar e tem duas ou três criancinhas, todo mês vai buscar aquele dinheirinho do governo pra comprar algumas coisinhas pra casa. Isso já ajuda muito. Nós todos temos que pedir felicidade a Deus, pra quem entrar fizer ao menos igual a ele.

Eu gosto daqui, eu gostava lá de Potengi também. Porque tudo vai do costume e hoje eu acho bom estar aqui, acho melhor do que era lá. Eu vou pra lá porque eu tenho minha família morando, vou em um dia pra voltar no outro dia. Mas se eu pudesse voltar no mesmo dia eu achava era bom.

Mas está mudando. Pela organização de hoje, a gente percebe que, de primeiro, ela era maior. As pessoas se interessavam mais nos trabalhos aqui dentro. Quando nós chegamos aqui, era mais unido pra se interessar em todos os serviços. Hoje não é. Forma-se uma reunião pra organizar um trabalho e onde era pra vir 20 só vem 10, se é pra serem 10 só aparece uns 4 ou 5. E de primeiro não, quando batia em um ferro velho que tem ali perto da igreja, chovia de gente, era uma reunião pesada, boa, dava queda, dava bolo, era uma reunião das boas. Agora hoje não é assim. Estão dissimulando mais, reunião e trabalho é pra uns e outros não. As “assembleiazinhas” estão fracas pros trabalhadores, eles não se interessam mais do jeito que eram interessados não. Ainda tem o ferro, o cabra larga um martelo que estremece, mas não vem todo mundo, vêm só os que querem. Porque hoje tá

sendo só pelos que querem, primeiramente todo mundo queria, agora não, tá maneirinho. Eu não sei o porquê ao certo, só que eu até imagino a razão: é um pouco por causa do interesse pelo trabalho. Eu acho que é pouco interesse pelo trabalho hoje em dia, uns se interessam, outros não.

Como esse menino ai (Aurélio), ele tá em toda a assembleia, só não quando ele tá trabalhando fora do assentamento, coisa que eu dou até razão para ele fazer. Porque não tem serviço por aqui e ele tem que trabalhar pra sobreviver, ele tem as responsabilidades dele. Só que ele estando, toda a assembleia ele tá no pé. Mas muitos que estão aqui, sem sair pra canto nenhum, passam de cinco a seis meses sem assistir uma assembleia. Fazem uma assembleia pra decidir serviço, o que é que vão fazer amanhã, mas tem uns que não vão de jeito nenhum. Essa é uma das coisas que eu acho que não dá certo, porque ninguém tem a obrigação de trabalhar pra mim não. E fazendo uma assembleia vamos saber quais são os serviços a ser feito, porque aquilo ali é pra todos. Eu não trabalho mais no coletivo porque já sou aposentada, mas já trabalhei muito, muito mesmo no coletivo. Porque aqui é coletivo, né? Então eu tinha que trabalhar. Hoje eu não trabalho mais, mas aqui e acolá eu to pagando também, porque eu moro aqui e essa terra é dos outros, não é só minha. Garantia de que a terra é da gente só se tiver o papel passado, “olhe esse terreno eu comprei e passei o documento e to com ele em mãos”. Mas não é assim aqui. Então, vai tá os outros trabalhando por mim e eu aqui, sem fazer nada? Eu tenho que dá uma gratificação de pelo menos um mês, dois ou três. Pois é, só não é mais organizado por causa disso.

Quando eu trabalhava no coletivo eu ajudava a plantar roça, ajudava a limpar. Primeiro eu carregava as varas e depois fazia cerca, cavava buraco, esticava arame, grampeava arame, eu fazia tudo isso. O açude tava indo embora, aí chamavam todos. Eu chegava lá e “metia o bagaço”, carregando terra, entupindo buraco. Trabalhando no meio dos homens mesmo. Eu não tinha marido, então, as mãos que trabalhavam eram as minhas mesmo. Tinha que ser eu pra acompanhar o coletivo, que é uma obrigação nossa. Eu tinha que fazer isso. Agora depois que eu me aposentei, fiquei na idade que estou, aí... a gente vai se afastando um pouco. Mas aqui e acolá tem que dar uma ajudinha. Mas já trabalhei muito aqui.

Quem vai mais pras assembléias é o povo maduro, o povo jovem é mais por fora. Eu acho que isso é por causa do pouco interesse e também acho que as pessoas se escoram muito nos outros e querem ter os mesmos direitos que nós temos. Não, ninguém vai se escorar em ninguém. O pensamento era pra ser assim. Mas o coletivo ainda tem essas reuniões por causa do povo maduro. A gente fala sempre pros mais jovens nas assembleias “entrem nos

serviços para trabalhar, que os mais velhos já estão ficando cansados e os mais novos vão ter que ficar assumindo”. Mas eles não querem, é só um bocadinho e o restante todo pra lá. Ai os mais velhos estão se cansando e os mais novos é que deveriam se interessar pra ir pra frente, porque eles é quem vão tomar de conta, que são os mais novos, não é nós que somos velhos não. Vão assumir pra que amanhã ou depois tenham com o que viver. Como é que eles vão criar os filhos deles sem eles trabalharem? Não pode. Será que eu vou trabalhar pra todos? Não, eles tem que trabalhar também.

A nossa história eles conhecem, porque no início eles assistiam as reuniões e via as pessoas dizerem como era e como não era no comecinho, como era pra se fazer. Eles sabem tudo. Agora a questão é porque eles não se interessam. Toda vida nós sempre lamentamos nas assembleias, que convida as pessoas e eles não aparecem. Mas o que nós vamos fazer? Trazer a força? Não podemos trazer ninguém à força. Não podemos fazer nada. Pelejar nós já pelejamos muito. Se não querem o jeito é deixar pra lá. Eu acho que essa falta de interesse deles é porque não querem ter nada, acho assim. Porque se a pessoa não se interessa de fazer serviço nenhum, não quer nada. Como é que eu quero as coisas sem me mexer?

Mudou demais as coisas por aqui. Olhe, só tem uma casa que fica no lugar que ficava os barracos e tem uma casa que é no lugar de uma casa velha que já tinha. Mas as outras casas tudo é em outro canto. A mais próxima de onde tinha os barracos é a de Zezé, mas não é no canto exato que era o barraco. Eu sei tudinho onde era o canto dos barracos, dos que saíram e dos que estão aqui dentro. Agora a casa que era no barraco é aquela ali do “Sorriso” e a casa do “Deni”. Nessa época tinham duas casas de taipa, uma delas a que a “Mãe Velha” tava. Ficavam ali onde tão construindo o centro cultural. Só depois, com o tempo, quem podia foi fazendo umas casinhas de taipa também.

Nós sofremos nessas casas de lona, era uma tristeza, eu não gosto nem de me lembrar desse sofrimento nosso aqui. Não é bom lembrar não. Menino, o suor pingava por causa do calor. Quando era no mês de setembro essas lonas esquentavam tanto que a gente não sabia pra onde ir. Se nós íamos pro meio do terreiro o sol tava quente, se ia pra debaixo da lona tava pegando fogo debaixo dela. Dentro das barracas ninguém aguentava. Nós sofremos. Eu não gosto nem de me lembrar desse sofrimento.

Eu adoeci e fiquei 4 meses doente, voltei pra Potengi pra me receitar por lá. Quando voltei pra cá tava boa. Graças a Deus eu só senti essa crise. Deve ter sido devido por causa da mudança da água, porque aqui ninguém bebia água não, não sei dizer o que era aquilo que bebíamos. Era uma coisa ruim, era mijo de vaca. Ninguém sabia de onde vinham

aquelas águas, de todo barreirinho velho, que o gado bebia por aí, tínhamos que beber dessas águas. Ave Maria, como nós sofremos demais aqui.

Ninguém tomava nem banho, tirava só a metade do grude, porque a água não tirava nem o grude. Só fazia se molhar, porque a água era pouca demais também. Era sorte quando achava uma água pra trazer pra fazer o de comer. Pra lá, praquele açude ali em baixo, onde a gente chama o açude das vazantes (UMARI) tinha que ir escondido. A gente só podia andar da estrada pra cá. Se fosse pegar água por lá e pegassem a gente, era uma pisa velha que davam no cabra. Do lado de cá da estrada, onde tivesse água nós tínhamos que ir caçar e usar dela. Foi por isso que fizemos a ocupação lá da área da vazante.

Nós fizemos a “ocupaçãozinha” lá em baixo, mas aí chegou os caras tudo com algema, pra algemar nós. Aí se juntou nós, mais uma turma de menino. Contra nós tinha um que tava com uma roçadeira na mão, ele morava ali perto da parede desse açude, ia ser nosso vizinho e estava contra nós. A polícia chegou e nós estávamos tudo lá, tudo em pé. Eles chegaram e quando eu vi aquele bocado, disse “é hoje que a madeira vai deitar nesse baixio velho”. Nós ficamos lá tudo em pé, e tinha uma ruma de meninada. Os bichinhos ficaram tudo em frente às mães olhando pros policiais, os bichinhos todinhos de frente e olhando.

Quando eles chegaram ainda quiseram articular conversa um pouquinho. Aí um policial ficou olhando, balançando a algema... Ele olhou pra nós e começou a chorar. Um policial. Ele chegou perto do outro e disse: “nada poderão fazer. Aqui tem mais de 200 meninos, eles querem sobreviver”. Aí o outro policial disse: “mas nós algema uns e deixa outros”. Só que o que tava chorando disse: “não vai algemar nenhum. Vamos perguntar como é que eles vão trabalhar, o que é que eles querem. É isso que nós vamos perguntar, saber o que é que eles vão querer”.

Aí o chefe mesmo disse: “vocês estão aí é pra trabalhar ou é só pra tá servindo de mostra aí?” Aí nós dissemos: “não, nós não estamos servindo de mostra. Nós queremos trabalhar aqui, porque é uma baixa e nós não temos nada. Aqui é um açude, nós queremos fazer ao menos um plantio verde pra gente sobreviver. É isso que nós queremos”. Aí eles se combinaram e chegaram pra a gente e disseram: “muito bem, pois vão trabalhar. De onde vocês vão começar o serviço?” Já tinha uma parte lá começada, nós já tínhamos roçado um pedaço. Aí eles perguntaram: “vão começar daqui?”. Aí nós dissemos: “é daqui mesmo e vamos mais pra frente que é pra chegar perto da água, porque a essa distância o senhor não acha que pra gente carregar água numa vasilha não é longe não? Aí ele disse: “é por isso que eu to perguntando” e já foi maneirando com a gente. Aí o que estava chorando disse:

“rapaz, eu já estou mais emocionado do que eles que estão aqui. Vamos parar com essa conversa por aqui e deixar eles de mão”. Aí eles pararam, pediram desculpas a nós e saíram.

Só que nessa ocupação nós não fizemos o que prestava direito, porque na hora que nós entramos era pra nós termos ido lá pro final. Porque lá tinha umas casas do DENOCS e nós estávamos morando em uns barracos de lona. Nós deveríamos ter começado a ocupar de lá onde tinha as casas, porque de lá nós teríamos um apoio. Mas nós ficamos tão atados de um jeito que começamos foi daqui, aí acabamos ficamos na mesma coisa. E ainda hoje nós trabalhamos só no pedacinho que foi dito para os policiais, quando eles vieram. Trabalhamos no mesmo local. Isso faz muito tempo, não tinha dois anos que nós estávamos aqui não.

Nós sofremos aqui, menino. Melhorou muito, mas da pra melhorar mais. Pra ficar melhor mesmo, tinha que chegar nossas águas aqui nas casas. Aí ficava bom. Nós estamos com umas promessas de que todo ano chega essa água e nada dela chegar. Antigamente era a luz, mas essa chegou. Depois foram as casas, mas chegou. Agora está faltando a água chegar, pra ficar mais fácil para nós. Mas é só Deus querer que aí ela chega. O mais difícil nós já andamos, acho que nós estamos perto.

Eu acho que a nossa luta toda compensou. Compensou bem. Por que lá em Potengi eu também trabalhava, mas só que aqui melhorou mais. Ficou mais maneiro para mim e hoje, morando aqui, eu vivo sossegada. Lá eu morava em casa alugada, o sossego aqui é melhor pra gente sobreviver. Já pensou eu não ter ficado lá colhendo os legumes do meu irmão pra ele ter vindo pra cá? Mas ele morou pouco tempo aqui, ele voltou novamente pra lá, porque ele era de Potengi também. Só que lá Deus já levou ele e a mulher dele, ficaram só os filhos. Ele voltou e eu fiquei aqui, a família que eu tenho aqui é só uma filha. Ela é filha única, cheguei com ela pequenininha, a gente ficou e ela se casou com uma pessoa daqui do assentamento mesmo. Eu mesmo só não saí dessa casa pra ir embora porque ela mora aqui, senão eu tinha ido. É que às vezes intera um momento que a gente quer se desgostar, porque as pessoas não são iguais. Tem coisas que a gente não gosta e aí tem momento que dá vontade de eu sair, mas não saio porque tem ela morando aqui. Ela tem o marido dela, mas ela foi criada só comigo. Porque quando o pai dela saiu, foi pra São Paulo ganhar dinheiro pra com três meses depois vir me buscar, eu só soube notícia dele em São Paulo depois de um ano. A menina tava com um ano e um mês, hoje ela vai fazer 30 anos e ele nunca veio nem nunca mandou nada. E eu trabalhando alugado, trabalhava na roça, lavava roupa, engomava, criava porco, criava galinha, vendia pão, para sobreviver e deixar ela na escola. Eu pagava uma escola particular pra ela, porque é bom ter o sabe. Ela estudou até dizer que

não queria mais. Quando disse que não queria eu ainda exigi, mas ela não quis. Hoje ela tá com o marido dela em sua casinha, mas como ela foi criada sem pai e o eu sou o pai e a mãe, eu to aqui. Ela na casinha dela e eu na minha, né? Qualquer coisa quando uma adoecer a outra tá no pé e assim nós vamos vivendo até o dia que Deus quiser. Por isso que eu digo que acho bom aqui.

5.1.3 Senhor Mozinho

Meu nome é Francisco Gomes, sou um simples trabalhador, não tenho estudo. Sou um semianalfabeto, eu fiz a 4ª série e foi aqui depois que eu cheguei nesse assentamento, minha filha quem me ensinou. Mas eu não tenho outro estudo, portanto, eu só sei da nossa história, não sou entendido de mais nada. Eu sei da nossa organização, da nossa luta e as nossas necessidades de camponês, de homem do campo.

Nós viemos para essa terra devido às grandes necessidades que nós vivíamos na nossa vida de trabalhador. Primeiro, a gente recebeu as orientações dos sindicatos de trabalhadores rurais aqui na região do Cariri, que são 32 municípios, como se sabe. A gente não tinha perspectiva nenhuma, trabalhávamos de “meia”, que se chama parceria porque o trabalhador fica com a sua parte e o outro, o patrão, recebe a metade ou uma porcentagem. Naquele sistema de vida, mesmo se fosse tudo da gente, ainda não dava nada. Pior distribuindo a metade da produção. Vivia numa situação terrível.

Era a metade da produção do algodão. Por exemplo, se eu produzisse 114 arrobas de algodão eu partia a metade e 50% já era dele. E era pra dar ensacado, tudo já no jeito para ele vender. E a outra parte, a que ficava pra gente, era obrigado a entregar para ele também. Ele era quem vendia. Depois dizia pra gente o preço que o comprador pagava e repassava pra nós, mas depois dele ter levado a produção e vendido. Aí ele vinha com o dinheiro: “olha aqui o que deu pra você, a sua metade é essa e a outra é minha”.

O trabalho era todo nosso. Não dava terra pronta, ele dava a mata pra gente fazer a derrubada. A gente cercava, limpava e fazia tudo. Tinha deles que arranjava um pouco de dinheiro emprestado para essa produção do algodão, pra gente começar. A parceria no feijão, no milho ou no arroz, que era pouco naquela época (hoje se planta mais arroz, naquela época quando a gente chegou ao Caldeirão 19 anos pra trás não se plantava tanto. Tem esse tempo que a gente tá por aqui e antes era difícil plantar arroz). Mas a parceria do milho era assim, de cada cinco cargas se tirava uma para o patrão, era essa a parcela que ele recebia. O feijão a cada quatro sacos ele queria um. Ficava difícil pra nós, porque tudo quanto fosse despesa do trabalho nós fazíamos e era tudo por nossa conta. Se arranjasse aquele pouquinho de dinheiro emprestado pra gente começar a plantar, tínhamos que pagar daquele pouquinho dinheiro que nós recebíamos dele, referente a parceria ou a meia, quando ele vendia o algodão. Ele dizia: “Pronto. Desse daí me pague aquele

pouquinho que você pediu emprestado”. E era assim. Era emprestado, pra quando fosse a safra ele tirar os juros em cima daquele pouquinho. Não era mais só aquele que ele emprestou, era com os juros. Aí, desse jeito, ia cada vez mais emagrecendo a nossa “vaca”. Não dava pra gente viver tranquilamente.

Então, quando esse sindicato chegou, houve grande movimentação sindical e a gente até se admirou. Nós aprendemos que tinha uma lei 4.504, que era uma lei do Castelo Branco e eles explicaram tudo para nós em um grande seminário aqui no Crato. O bispo que era o agente da direção, para organizar esse sindicato. Depois arranhou uma coordenação e eles tomaram de conta para eleger uma escola de líderes rurais aqui no Crato. A partir daí foi dando orientação para esse Cariri todinho.

Eles perguntaram pra gente que ia estudar: “vocês vão dizer o que vocês precisam para melhorar a situação de vocês”. Era pra nós, trabalhador, responder. Mas a gente sem saber de nada? Aí a gente fazia pergunta: “pois é... eu to perguntando que melhora que pode haver para nós com esse sindicato e com essa organização?”. Foi uma surpresa quando ele disse: “Bom, vamos pra Lei 4.504”. Lá dizia que nós tínhamos direito a uma terra cercada, uma casa higienizada, tinha mais algumas coisas... O vaqueiro é pra quem o patrão pagava mais, ele arrecadava de cada quatro bezerros nascidos um para ele. Mas eles nunca quiseram nenhum trabalhador pra receber assim, porcentagem da produção. O que eles queriam era pagar um salariozinho.

Eu sei que depois, quando o sindicalista orientador chegava lá e perguntava “vocês estão orientando a lei 4.504?” uns diziam: “quem é que é doido de mexer com cobra pra morder a gente? Isso aí é um perigo!”. Aí eu dizia: “meus amigos, então pra que esse sindicato? Se eles vêm dizer que tinha essas leis e nós não falarmos dela?”. Aí diziam: “Você vai ver como vocês vão se dar mal se falar isso.”

Aí, imediatamente chegou o Movimento Sem Terra. O Movimento orientando como a gente ia conseguir terra. Então eu disse: “Epa! Isso aí é uma boa! É uma boa, porque aqui a gente vive sofrendo desse jeito e agora vamos ganhar uma terra”. Então, chegou o Movimento Sem Terra e disse que a gente não ia mais precisar dessa lei 4504, porque a gente ia ocupar uma terra e ser dono dela. Isso aí foi uma revolução muito pesada. Tinha uns que ficavam com medo, se tremendo, e outros que diziam que era uma coisa boa. Vendo a necessidade, querendo enfrentar mais o medo dos latifundiários, mas isso causava ainda muito espanto.

Mas já tinha o sindicato, então isso foi um alicerce. Quando o Movimento Sem Terra chegou, eles foram para esses núcleos de conselhos de base que eram as delegacias

sindicais. O sindicato era na cidade e a gente lá na comunidade tinha um conselho de base, uma delegacia sindical, um delegado e um tesoureiro. Ali eles chegavam e davam orientações, muito na vontade, nesses conselhos de base das comunidades. O povo foi se alertando, eles foram dizendo como fazer, até que a gente decidiu entre os municípios que iam ocupar. Não era só o município que eu morava, eu sou de Santana do Cariri, mas aqui tem gente do Crato, Juazeiro, Barbalha, Potengi, Nova Olinda, teve Assaré também, era pouca gente, mas veio. Então vieram esses municípios todos pra cá, para a ocupação. E é assim, eles se reúnem se reforçam e acaba metade desse medo que fazem os latifúndios pro trabalhador.

Então a gente partiu pra essa terra, vindo desses municípios. Chegamos aqui e ocupamos o Caldeirão com umas 120 ou 130 famílias ou mais, mas lá não pudemos ficar porque o dono da terra não quis negociar nada. Mas o governador era Ciro Gomes, ele era de um sistema mais aberto para negociação e estava em início de governo. Então, ele disse assim: “Eu vou comprar uma terra pra vocês”. Ele expediu uns agentes do IDACE e eles vieram pra cá ver quem vendia as terras. E foram logo as terras vizinhas ao Caldeirão que foram compradas. Nós viemos do Caldeirão, foi lá onde nós ficamos, ali daquela igreja pra baixo em uma grota funda, era um abismo. Nós descemos pra baixo do Caldeirão, onde junta água, armamos as lonas pra lá e ficamos. De lá, nessas negociações, viemos parar no parque de exposição. Foi condição para poder negociar essa terra, passamos 22 dias no parque de exposições do Crato. Então, depois desses 22 dias lá da exposição, logo foi desapropriada essa propriedade limite ao Caldeirão, que é essa daqui.

Nós nos instalamos aqui e ficamos, começamos a batalhar com a organização do Movimento, pra ver se fazia uma associação e pra ver se podia por a mão nos recursos e com uma proposta: “ninguém vai tirar uma garrinha de terra. Sabe por quê? Por que vocês se fragilizam. ‘Todo reino dividido é destruído’. (Ele pegou até uma parte da bíblia - risos). Então, vamos ficar numa área só, uma escritura só, ninguém parte. Tá bom?” Aí dissemos: “Tá bom!”. Mas teve uns que disseram “não, nós que nosso pedacinho”. Aí, nós tiramos uma tirinha lá no canto da terra pra eles, foram 11 pessoas. De 96 famílias já tinha saído um bocado, com 11 que saíram, ficou 56 aqui. Foi essa a decisão.

Esses daqui resolveram ficar “coletivo” e eles lá no “individual”. Tá certo que ainda estão lá, mas eles tiveram mais dificuldade de colocar a mão nos recursos do que nós, porque nós, com essa nossa associação, pudemos nos organizar. A proposta do Movimento diz: “olhe, se vocês se dividirem termina que a terra volta pra eles. E vocês ficando com a terra global, em uma escritura só, vocês vão fazer projeto e vão ver como é melhor.”

Nessa terra ficou aquela opinião que foi dada pelo Movimento, até que foi criada essa condição de trabalho coletivo e individual. Eles lá individual e nós coletivo, mas não era pra repartir a terra. Não pode repartir, começou desse jeito, vai muito longe. Se tiver que dividir, já tiver sido conversado, não é dividido em escritura, não vai passar escritura em cartório. Fica sempre num mesmo bolo, porque tem aquela condição de fazer projeto e pegar o dinheiro junto.

Então, eles lá nunca puderam fazer projetos, porque estava no individual e não tinham associação nem nada. Nós aqui fizemos logo um projeto pelo FNE, batalhamos e compramos 51 cabeças de gado. Depois outro projetinho, acho que era da Alemanha, que a ACB que é uma organização daqui do Crato e também estava nos acompanhando ajudou a implantar. E outras entidades nos deram apoio, a Universidade aqui do Cariri (URCA) e a igreja também apoiaram a gente. Logo de cara a gente veio com esses dois projetos e ficamos de parabéns por isso, porque até de entidades de fora do país tem coisas aqui. Com a ajuda desses projetos aqui no assentamento fizemos uma casinha, que era uma bodega comunitária. Compramos 11 cabeças de gado e ficou ainda uma bodega. Só que essa bodega não continuou, não deu certo. O povo não tinha nada ainda, comprava e não tinha com o que pagar. Como ela não tinha renda, então ela enfraqueceu e caiu.

Então a gente que ficou com a associação fazendo projeto, compramos esse gado, ele aumentou e ainda hoje tem gado desse projeto. Então, a gente constatou que é muito melhor viver assim e nem se compara a viver pagando parceria, entregando metade pro patrão. Não se compara. O legume que a gente tira nessa propriedade é da gente.

Aqui foi feito um tal de diagnóstico da terra que diz que só dá pra criar gado, não dá pra plantar legumes. O IDACE e a EMATERCE foram um deles que disseram que se a gente fosse plantar milho e feijão a gente ia morrer de fome. A gente tinha que optar por um criatório de pequenos animais e outros projetos. Essa terra aqui eles disseram que comprovava que não dava pra viver assim, dos legumes. A pecuária foi como eles disseram, e por isso até hoje tem. A gente ficou com ela coletiva e depois de uns quatro anos nós partimos. Ficou 50% do gado para a associação, então é de todos, a outro parte a gente se cotizou entre nós pelos dias de trabalho que cada um deu durante esse tempo dos quatro anos. Quem trabalhou mais recebeu uma, duas, três cabeças. Os que receberam menos foi porque trabalharam menos, era de acordo com o que cada um fez durante esse tempo. Muitos venderam o que receberam, porque não sabiam lutar com gado. Mas a maioria ainda hoje tem, porque já lutava às vezes com o gado, ou pela necessidade mesmo, para poder beber o

leite. Mesmo com aquela coisa de nunca ter possuído, dizia que iam fazer um jeito pra conseguir criar. Esses aí estão bem sucedido com isso.

E tem a parte do coletivo, depois apareceram mais projetos e aumentou mais o gado. Só que foi diminuído, porque precisa fazer grandes pastagens e por causa da água. E essas coisas a gente vem fazendo, plantando as pastagens e foram feitos mais açudes. Foram recuperados dois açudes e fizemos dois. E outros são uns “barreirinhos” que às vezes tiram o ano armazenando a água. Tem um açude que tem água suficiente e esses são os locais onde os animais bebem e tão vivendo.

São essas coisas que a gente fez aqui e tá sempre cultivando. E com isso nós estamos vivendo, não é 100%, mas a gente com a nossa organização, como eu disse, tem feito muitos projetos pra melhorar. E melhorou, porque a gente conseguiu energia primeiro, depois as moradias, depois essas estruturas de cerca, curral, estábulo e outras coisas. Tem a escola também. E nós estamos construindo um centro cultural, que é resultado da luta do Movimento. A gente já tá mais ou menos na metade da construção, ele tá ali em andamento. A parte de educação a gente acha que está sempre bem, foi sempre desenvolvido o melhor. Aqui a escola tem o nome “Construindo o Caminho”, é uma escola orientada pelo Movimento, ela tem uma posição melhor para os estudos. Isso é até visto lá pelo Crato, porque esses meninos que são daqui e eles vão estudar ali no distrito têm um melhor desenvolvimento, se saem melhor. Vão daqui pra Santa Fé, alguns daqui já foram estudar no Crato também. E ultimamente tem quatro fazendo curso da faculdade na Ponta da Serra, eles são professores daqui do assentamento. Aqui o município só aceita até a 4ª série. A 5ª já vai ali pro distrito, depois vai lá pra Santa fé, que dá mais duas léguas. Tem transporte escolar, não é tão bom porque é D20 e isso é muito ruim. E não tem estrada, a gente lamenta muito isso, a gente fala muito, mas o prefeito não dá muita atenção para isso não.

A gente acha que dá pra fazer mais aqui. Mas você sabe, a turma nova, com essa produção vai bem devagar. Nós que vivíamos naquela condição do patrão, mas esses filhos nossos que eram pequenos quando chegaram aqui, eles tem a mesma tendência desse mundo de hoje. Eles querem ir para São Paulo. “Ah, eu vou a São Paulo. Vou experimentar como é lá”. Só que os que ficaram aqui estão com uma melhor condição do que os que foram duas, três vezes lá. A gente diz: “Home, não vá não! Não vê fulano ali, que tá se dando bem? Ele não foi e tá aí, se dando bem. Fique aqui”. Mas não controlamos a cabeça deles não. Eles vão sim e estão indo. E aí eles são mais devagar. Nós que lutamos para esse desenvolvimento e estamos aqui é quem diz para eles e incentiva a botar uma rocinha, fazer a pastagem, cuidar que isso aqui é de vocês.

Sempre saiu gente daqui. As que se casam com rapazes de fora saem e não voltam. Outros que foram pra São Paulo, passaram uns dias ou até dois, três anos. Esses, às vezes voltam de novo. E sempre tem aquela de não ficar, eles não se conformam como a gente que vivia nas outras propriedades. Eles já são um pouco diferente. Mas, sempre tão ficando aqui também porque eles vão e voltam. Teve deles que já foram, tiveram cinco anos lá fora e chegaram aqui já tava com dois ou três filhos.

Mas é isso. A gente tá caducando já e os outros tão tomando de conta. Mas é isso mesmo.

5.1.4 Dona Zezé

Meu nome é Maria Dolores de Carvalho, conhecida por Zezé. Tenho 53 anos. Nasci no município de Orós e há uns 26 anos moro aqui na região do Cariri. Antes de vir pra cá pro assentamento eu morava lá no Latão, em Santana do Cariri. Saí de Orós pra Santana porque o meu marido é daqui da região do Cariri, então ele teve essa vontade de vir morar aqui. Eu não queria, mas quando a gente casa tem que acompanhar o marido, né? Eu acompanhei e viemos morar no Latão. Passamos um tempo lá. Daí ele foi pra Santa Catarina e passou uns tempos por lá, depois voltou. Teve uma época que ele tava resolvido a voltar de novo pra lá, foi quando chegou o pessoal do Movimento Sem Terra fazendo as reuniões e ele decidiu vir pra essa ocupação. Eu não sabia o que era isso e fui uma pessoa muito contra. Eu disse que não vinha, mas ele veio e ocupou a terra. Passou 15 dias sem dar notícia, quando ele chegou em casa já tava com mais de 15 dias que tinha saído. Passou bem uns dois dias lá e voltou pra ocupação. Com três meses depois foi que eu vim pra cá.

Nesses dois dias que ele passou em casa ele contou o que aconteceu quando tava na ocupação. Ele dizia que era bom por causa das pessoas, mas que o pessoal tinha as dificuldades. Porque você sabe que a pessoa ocupar uma terra não é fácil, era tudo difícil. Até para passar do Caldeirão para onde ficaram as barracas, onde foi feita a ocupação, porque tinha um riacho muito forte. Quando foi com um mês e pouco que eles estavam na terra, foram despejados para o parque de exposição. Passaram parece que uns 23 dias lá e aí vieram para cá, o Ciro Gomes comprou essa terra aqui. Depois que ele tava aqui fez um barraco para poder a gente vir pra cá, eu e as crianças. Cheguei no dia 6 de agosto de 1991. Ele veio primeiro, no dia 10 de Abril, que foi a ocupação lá. Só depois foi que eu vim pra cá.

Eu vim, mas não queria vir porque achava que não prestava. Depois, já com um tempo que a gente tava aqui participando das lutas e reuniões, teve uns tempos que meu marido quis ir embora, mas aí quem não quis ir foi eu. Eu já tava gostando, me envolvi, comecei a gostar e a participar das organizações. Gostei porque é muito diferente de uma vida lá fora, de ter que trabalhar em terra do patrão, sendo que aqui, pra você viver, trabalha por sua conta. Tudo que a gente tira aqui é nosso. E lá onde nós morávamos não era assim. Se você plantasse, a metade do seu suor, metade do que você fizesse, era para dar pro patrão. E aqui não, o que você fizer é seu.

Quando cheguei aqui o pessoal me recebeu muito bem. Todo mundo sem eu conhecer, porque meu marido veio pra essa ocupação, mas eu nunca fui ao Caldeirão nem

parque de exposição. O meu negócio era em casa com meus filhos. Desse povo todo eu já conhecia bem umas duas famílias, lá de perto de onde a gente morava. Uma era a do compadre Assizinho, ele morava lá no Latão também, perto da gente. E nesse dia que trouxeram as nossas coisas, trouxeram as dele também, nós viemos juntos. Foram essas duas famílias que vieram juntas. Mas as outras pessoas eu não conhecia e me receberam bem. Todo mundo.

Foram logo trazendo as coisas para mim no barraco e ajudando. Aí eu já me senti muito bem, muito feliz junto com o pessoal. Comecei a participar das reuniões e das assembleias. Logo no início foi feita uma ocupação aqui na parte de baixo, nessa área que é do DENOCS. A gente ocupou aqui embaixo e eu fui uma das pessoas que enfrentei bem. Passei 12 noites sem dormir, resistindo nessa área aí. Porque a gente ocupou, então tinha que ficar lá. Passei 12 noites sem dormir, nesse tempo eu já tava dando uma chance pra ele (marido). Ao invés dele ficar, ele vinha para casa e eu ficava a noite toda lá. Essa ocupação, se eu não to muito esquecida foi em 1992, pro mês de maio ou junho, não estou me "alembando" bem não. Essa ocupação que a gente fez foi porque o assentamento era muito seco e não tinha água, só tinha um barreirinho bem pequenininho aqui e aí na frente tinha esse "açudão" do DENOCS. A nossa intenção era a de nós termos essa água e ter essa frente molhada aí do Umari, pra gente trabalhar uma hortaliça, plantar um feijão, plantar um jerimum, essas coisas que a gente ainda hoje faz. Ainda hoje a gente tem essa "frente fria", onde a gente até hoje planta.

Eu participei dessa ocupação, mas da primeira foi meu marido. O pessoal do MST não dizia pra eles onde ia ser a ocupação, nem pra onde é que eles iam. Essa era a minha preocupação, porque quando eles saíram de madrugada, pegaram um carro e vieram sem a gente saber pra onde. A gente ficava preocupada, não saber para onde foi e o que tava acontecendo. No jornal de Vicelmo sempre dizia que a polícia estava esperando esse povo a qualquer hora. Ele tinha essa preocupação.

A história do Caldeirão e do Beato eu não conhecia, fiquei conhecendo depois que cheguei aqui. O pessoal conversava dessas coisas nas assembleias e logo depois de pouco tempo que eu cheguei, dois ou três meses, Expedito Guedes (ex-presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Crato), levou nós lá pra Santa Fé e lá passou um vídeo que falava sobre o Caldeirão e o Beato Zé Lourenço. Eu não me lembro muito do que era que passava no filme, porque já faz muito tempo, mas eu me lembro que ele fez isso. Levaram a gente lá pra Santa Fé, porque aqui não tinha energia.

Agora eu vou praquela romaria do Caldeirão. Eu faltei dois anos, agora na época que o meu marido morreu. Ele morreu em 2007, aí eu passei 2007 e 2008 sem ir. Mas a de 2009 eu fui e se Deus quiser agora em 2010 eu vou de novo. Acho muito bonita aquela festa. Eu acho que a história do Caldeirão tem uma importância pra nós do assentamento, porque a descoberta do Caldeirão fomos nós. Assim, eu digo nós, só que eu não fui ocupar lá, mas o meu marido foi. E nós lutamos até hoje, porque só tem as coisas se lutar. Eu acho que ele faz parte da nossa vida, porque a ocupação foi lá e era prá nós tá era assentado por lá. Não ficamos porque o dono não deixou, mas eu vejo assim: nós fazemos parte daquela terra, porque até o beato, quando morava lá, era uma pessoa que sabia organizar também. Ele era um chefe que organizava todas as famílias que morava lá, isso pelo que a gente ouviu dizer. Um tempo desse eu peguei um folhetinho que uma amiga minha me deu e eu fiquei lendo e a gente descobre as coisas, né? A gente descobre que ele era uma pessoa que organizava mesmo, na época lá. A comunidade aqui aprendeu essa organização e segue também, né? Junto com o Movimento Sem Terra, porque foram eles quem trouxe a gente pra essa luta.

Só que o Movimento Sem Terra era mais presente no começo. Agora, também, pra gente tá com as pessoas do Movimento aqui dentro nós temos que lutar e participar. E, assim, tem mandato de coordenação aqui dentro que gosta de lutar e participar, já outras não. Tem delas que ficam mais só dentro do assentamento e quando você fica só aqui, não trás as coisas boas para cá. Você tem que viajar, você tem que participar. Participar das reuniões fora, andar atrás do Movimento Sem Terra e trazer o Movimento pra cá. Porque eu me lembro que em 2008 a Tereza foi pra um encontro em um lugar pra lá de Fortaleza que eu não me lembro onde era, lá ela fez uma conversa, avaliou e trouxe uma pessoa do Movimento aqui pra dentro, o João Paulo. Ele ajudou demais a gente aqui, mas por um nada, por umas besteiras aí, ele se afastou daqui. Depois veio o Jacó, mas ele agora também tá um pouco afastado devido a uns cursos que ele tá fazendo. Mas se a gente levantar a cabeça e for atrás do Movimento Sem Terra pra botar uma pessoa aqui dentro, o assentamento fica mais organizado e anda mais, traz mais projetos pra comunidade. Porque só, às vezes a gente que não tem muita leitura, fica um pouco perdido. Você sabe que quem tem uma leitura boa é bem mais fácil de ir atrás das coisas. Aí a gente fica mais pendente por causa dessas coisas também, né? Falta uma orientação.

Eu conhecia o Movimento lá de onde eu morava. Porque antes, na época que eles estavam fazendo as reuniões lá no Latão, uma vez eu fiz questão de me sentar com a menina que tava lá, que eu não me lembro do nome dela. É que faz tempo, né? Eu lembro que andava a moça e dois rapazes. Eu comentava, conversava e fiz questão de me sentar com ela e

perguntar o que era o Movimento Sem Terra, como era que o Movimento fazia essas coisas e porque eles se destacavam a andar de pé. Porque na época eles fizeram essas reuniões no município todinho de pé, eles iam de Santana do Cariri para Nova Olinda de pé. "Porque eles faziam aquilo?" Ela tentou me explicar, mas devido eu nunca participar e nem saber o que era aquilo, nunca entrava na minha cabeça que aquilo ali é uma luta que se você estiver junto, tiver uma organização, é mais fácil de você adquirir as coisas. É mais fácil de trazer projeto para uma comunidade.

Olha, ontem tinha um rapaz aqui no assentamento que era lá de Triunfo, fica lá em Nova Olinda, e ele dizia: "olhe Dona Zezé, eu tenho tanta vontade de que fosse uma casa digital lá pro Triunfo. Lá não existem essas coisas." Ai eu perguntei: "Lá tem associação?" Ele disse: "Não. Tem não." Então, meu filho, as coisas só andam se a gente tiver uma associação bem organizada, uma associação em dias. Porque você sabe que se tiver só o nome de associação, sem ela estar em dias, não vale nada. Ela tem que tá em dias na receita federal, no ministério do trabalho, na prefeitura, com prestação de contas, alvará, tudo que precisa pra uma associação. Mas se o povo não se organiza e não quer, fica difícil de vir as coisas.

Teve também uma menina que chegou aqui, ela é de Monte Alverne aqui do Crato, e ficou admirada com essa casa cultural que ta sendo construída. Porque com 19 anos de luta que nós temos aqui, nenhum prefeito do Crato que passou por mandato teve coragem de construir nem duas salas de aula aqui dentro. E o governo do Estado liberar um projeto para construir uma casa cultural desse tamanho e também uma quadra? E a gente tá perto de terminar a casa cultural, se Deus quiser.

É por isso que a gente tem que acreditar no Movimento, porque já que eles se destacam, organizam o povo e chamam o povo para ir pra terra, é pra que o povo se organize, trabalhe junto e melhore sua situação de vida. Porque nem se compara a nossa vida de hoje praquela de antes. Não se compara mesmo. Olhe, quando eu cheguei aqui eu fiquei muito desanimada, porque você morar numa casa bem ajeitadinha, cimentada e de tijolo, pra depois ir morar debaixo de uma barraca de lona quente não é fácil. Nós fizemos foi sofrer aqui, viu? Era um plástico tão quente que quando era a hora de meio dia, você ficava sem saber pra onde ia, com a quentura. Mas foi melhorando, depois nós cobrimos com palha, depois a gente foi pra Fortaleza e lutou por esse projeto de moradia e ele veio. Aí é diferente a situação de antes pra de hoje. Muito diferente. Não tem como a gente dizer que não tem diferença do que era pra como tá hoje. Se tornou muito melhor. Porque na organização que a gente vai tendo, o que a gente vai adquirindo? Olha, quando nós

chegamos aqui a gente não tinha água, não tinha moradia, não tinha telefone, não tinha uma capela e hoje nós temos tudo. Nós temos um projeto de gado, com muito gado. Porque é que nós não estaríamos bem de vida?

Agora, assim, nós temos que trabalhar junto. Nós precisamos organizar o coletivo. Eu sempre brigo pelo coletivo, porque você sabe que sempre tem umas pessoas que torcem pelo individual, mas eu brigo pelo coletivo. O Laninho dizia assim: "olhe Dona Zezé, você é uma pessoa que é uma líder do assentamento, porque eu nunca vi uma pessoa brigar mais por uma organização do que a senhora. A senhora luta sempre pela organização, por um coletivo organizado". Aí eu digo: "Eu não sou contra ninguém ter o seu individualismo, uma coisa individual. Porque a gente precisa mesmo. Mas primeiro tem que ser o coletivo, porque a gente só trás as coisas pra dentro da comunidade se tiver organização e o coletivo.

No início o pessoal tinha mais organização, tinha mais amor pelo coletivo, em termo de responsabilidade. Porque hoje em dia o que a gente vê é assim: o pessoal antigamente nas quartas e nas quintas feiras, porque eram dois dias antes de coletivo, todo mundo tava no jeito pra ir pro trabalho. Hoje em dia não, passa duas, três semanas sem o povo ir ao trabalho coletivo. Não estão desanimando? Às vezes ainda dizem assim: "ah, é porque fulano não quer ir pro coletivo". Eu já digo o seguinte: "é porque tudo em que você tem organização, tem que ter umas pessoas de frente". Se você bota uma pessoa pra trabalhar o coletivo, um coordenador que diga: "hoje eu vou pro coletivo. Toda semana no meu dia eu to aqui chamando todo mundo pra nós ir." Aí da certo. Porque você sabe que tem a pessoas da frente, né? Um que diga: "to aqui". Mas se você bota uma pessoa pra coordenar que não tá nem aí pra ir pro coletivo, os outros também não vão não. Tem que ter um tipo de organização pra cada setor. Tem que ter uma coordenação que chame mesmo a atenção do pessoal. Mas se bota um coordenador que cruza os braços, os outros também vão. O desanimo tá vindo pela falta de uma coordenação, no meu ver. Não sei no dos outros, mas no meu ver, é por isso.

Nesse trabalho coletivo a gente faz cerca, planta capim, roça o capim tanto pro individual quanto pro coletivo. E esses trabalhos todos são para organização do assentamento. Porque se você tem esse trabalho todinho, dá certo. Olhe, o Roberto Cangaia que trabalha na URCA viu isso e fez um projeto. A coisa mais linda do mundo esse projeto que fez aqui pro assentamento. Fez um estábulo novo, mudou o lugar de onde era o antigo. Quatro mil metros de cerca foram feitos aqui dentro, com esse projeto que ele fez. Compraram 38 novilhas também. Tudo isso foi pelo "projeto das cidades". Hoje, das novilhas que foram compradas, já tem quatro que tem bezerro.

Então, você acha possível que um espaço desses, dentro de uma comunidade aonde chega tudo em suas mãos, tem gente de dentro que ainda acha que aqui não tem futuro? “Home”, pelo amor de Deus, aqui você tá trabalhando para você mesmo. Se todo mundo se organizar, disser: “isso aqui é meu. Vamos trabalhar juntos, fazer uns trabalhos de capim acolá embaixo em um baixio, pra quando for tempo de seca a gente dá de comer ao gado, comprar ração, você ia ver o tanto de leite que a gente aqui não ia tirar pro Crato”. Se quisesse fazer queijo, manteiga, tudo se fazia. Mas, pra isso precisa ter um bom planejamento, porque precisa disso também, né? Se tiver isso as coisas vão.

Hoje o pessoal que acha que não vai pra frente é mais esses jovens que vão se casando, se ajuntando. Ficam em um desanimo, às vezes saem do assentamento sem ver nem pra que. Quando a gente pensa que não, eles estão na cidade. Nasceu e se criou aqui, pode-se dizer. Cresceu e hoje tá deixando o assentamento pra ir viver na cidade. Esse pessoal de hoje nem todo mundo participa mais, e desse povo mais velho que tem uma cabeça boa muitos estão ficando velhos com sessenta e tantos anos. Às vezes chegam à assembleia e o povo logo começa a se agitar e já fica é gente atrás de se desmaiar. Porque o pessoal depois dos 65 ou 80 anos não tem mais os nervos de uma pessoa nova não.

Eu vejo assim, esse pessoal novo de hoje, eles não tem o espírito de luta igual a nós, os mais velhos. Ainda, né? E a outra coisa é que, assim, se nós tivéssemos uma associação mais organizada e nós puxássemos as coisas aqui pra dentro pra que a gente visse um pouco de dinheiro no bolso deles, eles não saiam daqui do assentamento. Mas os projetos que entram aqui não geram fiança pra ninguém. Porque o projeto entra, é feito o trabalho, mas a maioria dos trabalhos feitos dessas coisas é feito por conta da associação, voluntário. Então, cada um de nós vai trabalhar numa construção dessas, mas não ganha nada. Ta entendendo? É feito por conta da comunidade. O dinheiro vem pra fazer, mas não tem dinheiro de salário pra ninguém ganhar ao fazer. Aí fica difícil desse povo mais novo ficar, porque eles não têm o mesmo espírito de luta da gente. E hoje em dia as coisas estão bem diferentes mesmo, né? Você precisa de uma coisa dentro de casa, você tem uma criança pra comprar um leite, um açúcar, alguma outra coisa. Fica difícil de você ver um filho passar necessidade sabendo que bem ali tem e que você pode ir atrás de ganhar.

Porque é igual ao caso do Aurélio, ele não tem um ganho. Talvez se ele tivesse um ganho aqui dentro, começasse a trabalhar só aqui e não fosse preciso sair para São Paulo. É tão longe, ninguém nunca sabe como é a vida lá. Em um final de semana a pessoa sai e leva uma bala perdida. Vem uma bala e a pessoa se sujeita a morrer por lá mesmo. Se bem que hoje em dia, por aqui isso pode acontecer com a gente também. Ninguém nunca

sabe, Deus é quem toma de conta da gente. Mas eu acho que se nós nos organizássemos mais, trouxesse um trabalho aqui pra dentro que tivesse um ganho que nem essas meninas que estão trabalhando nessa horta ali têm, a Maria Nena e a Dona Ana, não era preciso sair. A família delas se trabalhasse de modo controlado, já dava para se manter com dinheiro no bolso toda semana e sem precisar ficar se preocupando de sair do assentamento. Tá entendendo? Porque todo final de semana teria o trocado no seu bolso. Do mesmo jeito é essas outras famílias se souberem se organizar.

Nós participamos de um curso aqui dentro do assentamento que foi dado pela FETRAECE, de um projeto chamado "raízes". Não sei se você já ouviu falar. Quem deu esse curso foi a Gracinha, ela trabalhou na FETRAECE um tempo. Nesse curso ela passou duas semanas aqui dentro com nós, trabalhou bastante essa questão e a gente tem o material. Depois, no final do curso, ela tentou organizar para que tivessem dois grupos que trabalhassem em organização aqui dentro, pra que nós pudéssemos pegar mais no dinheiro, sem precisar nós ficar nos preocupando de um filho nosso precisar sair daqui. Então, ficaram dois grupos. Tinham 22 pessoas participando do curso, a maioria era estudante, esses jovens. Ficaram dois grupos de sete pessoas para ver se trazia um projeto para gente trabalhar, um era o de hortaliça e o outro de galinha caipira.

No grupo de hortaliças ficou eu, a Neném, que é mulher do Raimundo, meu menino, o José Antônio, a Daiana, a Luciana e o Marquim. Mas pra você ver como as coisas aqui estão difíceis para a gente andar... Nós ficamos nesse grupo e eu já lutei, já cacei por todo canto um jeito, e você sabe que uma mulher já na minha idade, com 53 anos, pra enfrentar todos os trabalhos pesados em uma horta é pesado. Né? Estamos só eu, a Neném e meu menino, por enquanto. O Marquim já desistiu, a Daiane, que é a mulher do Aurélio, desistiu também porque ela tem duas crianças pequenas e não vai poder ficar lá mais nós e deixar elas só. O Aurélio enfrenta agora uns dias com a gente, mas quando for mês de setembro ele viaja. A Luciana arrumou um cabra que veio de São Paulo e já sumiu no mundo com ele.(risos). Mas eu ainda to no projeto. Briguei junto com a Neném e o sindicato dos trabalhadores rurais e nós fizemos um projetinho para vir umas mandallas pra gente trabalhar no baixio, lá tem água e é suficiente.

O Léo, que é um menino que trabalha no Agropólos, andando por aqui trouxe também o Landim, que é o coordenador do Agropólos, e ele levou a gente pra participar da construção de uma hortaliça que ta sendo feita em São Lourenço, pra lá de Caririçu. Essa horta é toda orgânica, eu quero é que você veja, porque lá tem o que se ver e sair pra contar. Os tomates são grandes, os pimentões são a coisa mais linda do mundo e de tudo eles estão

começando a plantar lá, só tem seis meses que eles estão trabalhando, mas tá bem implantado. Eu tenho vontade de que aqui no assentamento seja implantado um projeto daquele. E nós estamos com tudo na mão, porque tem o sindicato que tá nos ajudando e nos acompanha, tem a ACB que disse que tudo que a gente precisar eles podem nos ajudar e tem o Agropólos.

E por que é que umas famílias não começam a trabalhar pra nós mostrarmos que nós somos trabalhadores rurais que temos como sobreviver dentro dessa comunidade? E toda semana nós botarmos R\$ 100,00 ou R\$ 150,00 reais no nosso bolso? Não é falta de se organizar? Não é falta de querer trabalhar junto? Mas acham melhor sair lá pra Juazeiro e trabalhar pros outros ganhando aquela mixaria. Quando chega em casa é R\$ 30,00 pracolá, R\$ 50,00 pracolá é R\$ 100,00 pra outro canto e acabou-se o dinheiro. E o trabalho do construtor lá está feito e é dele, nós não temos nada. E aqui o que nós fizemos é nosso, na nossa terra, não estamos pagando nada a ninguém. Eu to muito empolgada com isso aí, tenho fé em Deus de que vamos trabalhar. Já conversei com os meus meninos, com o Rafael e com o José Antonio e na próxima semana eu quero dar inicio a esse trabalhar, porque já começamos a destocar lá. Eu quero começar a trabalhar. E com a força do sindicato rural e com a força que o Agropólos está dando para nós, podemos enfrentar isso.

E se o “Beleca” (Aurélio) quiser, esse ano ele ainda pode ir para São Paulo, mas se implantar esse projeto lá com nós, ele deixa de ir lá pra essa fábrica Santa Luzia e faz muito mais dentro do 10 de Abril do que indo pra fora do assentamento. Nós trabalhando em cima da nossa terra. Porque aqui só quem tem uma plantação constante são as meninas da horta, o resto é de sequeiro. Tem também uma verdurinha que o pessoal planta na vazante, mas é pouquinho, apura uns cinco ou dez reais na semana. A nossa intenção com esse nosso projeto de horta é ir também para feira da ACB, porque tudo que a gente for fazer vai ser orgânico, não queremos nada com veneno para que tudo seja natural.

Mas para essa organização que eu falo, a gente tem que se organizar por grupo de família. É isso que eu to tentando, fazer um grupo de até três, quatro ou cinco famílias pra esse projeto da horta. Se nós arrumarmos essa totalidade vai pra frente, se Deus quiser. Eu sei que é muito trabalhoso, mas a gente não acha nada de graça. As coisas só são boas se você lutar, se você tiver luta por ela. Aqui eu lutei, vou ter cuidado. É isso, é ter fé em Deus de que as coisas vão pra frente.

Essa noite passada nós estivemos reunidos com a coordenação para conversar sobre esse pessoal que tá indo para Juazeiro trabalhar, já saíram uns dois ou foi três dessa coordenação indo para lá. Aí o Cícero Porciano, que é o presidente agora, me chamou e

chamou a Lourdes também pra dar uma forcinha nessa reunião. A gente foi e eu discuti que o que tá faltando nessa comunidade, pelo fracasso que a gente tá vendo, é chamar o Movimento Sem Terra aqui para dentro e fazer um encontro de dois ou três dias. Chamar todo mundo, para não ficar ninguém em casa, igual nós fazíamos antigamente. E esclarecer como é que as coisas podem andar: “Olhe gente, nós temos que lutar, nós temos que ficar aqui dentro. De que adiantou a gente ocupar a terra e agora todo mundo sair de dentro do assentamento? Que história é essa?”. Faz tempo que a gente fez uma mística, foi no curso da Gracinha, mas foi coisa pouca. Nunca mais reuniram todo mundo pra fazer uma coisa bonita, juntando todo mundo. Faz muito tempo. Então vamos chamar essas pessoas, o sindicato dos trabalhadores e vamos conversar juntos, discutir juntos e vamos se organizar em um bocado de núcleo. Porque não só tem esse baixio que eu to dizendo que a gente pode começar a trabalhar lá, tem outras coisas. E o baixio também não pode ser só pra mim nem pra esse grupo não. Esse baixio é grande. Eu tava até conversando com o Landim: “olhe Landim, lá dá pra trabalhar cinco ou seis famílias se quiserem. E o grupo coletivo também dá pra trabalhar a ração do gado, capim nessa área. Lá tem água pra plantar com irrigação. Nós estamos pensando em fazer uma grande irrigação por lá, tanto tem a água do açude como a água do cacimbão grande. Ia ficar uma coisa muito bonita, dois grupos organizados trabalhando naquele baixio. É esse o meu pensamento.

5.1.5 Porciano

Meu nome é Cícero Porciano, tenho 39 anos e sou filho natural de Santana do Cariri. Lá eu morava com meus pais, mas sai de lá em 1989. Saí porque tinha uma tia minha que morava no Maranhão e fui morar com ela por três anos. Quando eu saí de lá em 1991 decidi vir pra cá, diretamente para o assentamento, papai já morava aqui.

Eu vim direto pra cá pro assentamento, quem participou da ocupação da terra foi meu pai. É que eu era jovem e com a cabeça meio debandada. Aí você sabe como é, né? É diferente de um pai de família com responsabilidade. Quando ele ocupou, eu estava no Maranhão, mas eu já sabia da mobilização. Porque quando saí daqui eu era delegado de base do sindicato em Santana do Cariri, hoje o pessoal chama essa função de coordenador do conselho de base. Já tava com quatro anos que eu trabalhava no conselho de base, desde meus 16 anos, então, quando saí já tinha notícia do Movimento Sem Terra, porque meu pai desde 1981 era engajado muito nessas lutas do sindicato.

Meu pai sempre comentava que a gente só morava em terra de patrão, sujeito a muita coisa, negócio de despejo de uma hora pra outra se a gente fizesse alguma coisa errada. Era perigoso ter que sair da terra. Esse “errado” que eu digo é no sentido de que, às vezes, você mora em um terreno dos outros e não tá dando aquilo que o proprietário tá esperando, uma renda grande. É que as roças da gente sempre eram umas roças meio graúdas, aí sempre eles cobravam mais a questão de a gente dar uma renda maior. Aí teve um tempo que passamos dois anos com um inverno meio fraco e as rendas foram fracas também. Então começou nessa época uma maneira de querer discriminar o trabalhador que trabalhava para os proprietários, por causa disso a maioria deles pegou e saiu das terras. Papai era um dos mais antigos, arrendava sempre um pedaço de terra, aí ele se sentiu mal e saiu do terreno do homem. E é porque essa terra que ele arrendava era de um padrinho dele, ainda assim o padrinho sujeitou meu pai ainda mais do que os outros. É que o meu pai era muito chegado ao PT, desde 1970, e até hoje ele é filiado, ele sempre foi fanático pelo partido. Então desde esse tempo que ele se filiou, começou a aparecer às políticas, o PT não era grande não, mas é um partido que é velho e engajado em muitas lutas. Já o patrão era de outro partido, por isso que ficou discriminando ele até quando ele se desgostou e saiu do terreno.

Sugerimos ele ir pra outro terreno, lá visinho, foi quando surgiu à ocupação e ele participou. Assim que ele soube já se comunicou comigo, dizendo que ia participar de uma luta do Movimento Sem Terra, ia ocupar uma terra e que se eu quisesse podia vir. O Movimento fazia isso para obrigar as famílias que estavam sendo destinado aquele terreno a participarem também da ocupação. Só não disseram onde era. No tempo que ele colocou a informação para mim no telefone, não tinham dito onde era o local da ocupação. Destaquei do Maranhão para cá e quando cheguei, ele já estava aqui nesse terreno e nós ficamos até hoje. E graças a Deus, correndo tudo em paz!

Daí pra cá já passei cinco anos trabalhando no Movimento Sem Terra como frente de massa, era o trabalho de base para fazer ocupação. Só que teve uma época que eu passei um bocado de tempo doente, aí quando eu adoeci parei mais aqui no assentamento. Mas ainda ajudo quando tem alguma atividade e não estou muito atarefado no assentamento, eu vou ajudar em ocupação, em manifestação.

Aqui no assentamento eu to nas atividades do coletivo, na associação e no individual também, porque quando a gente se preocupa mais com a associação se esquece um pouco da gente. Mas é isso, temos que trabalhar em cima de tudo. Quando eu entrei para me responsabilizar pela coordenação da associação eu sabia que um presidente, um sócio que seja mais engajado nessa coordenação, que quer fazer alguma coisa, às vezes deixa de fazer uma atividade dele para se engajar mais na atividade do coletivo e da associação no geral.

Mas depois que eu to aqui no assentamento já participei de várias ocupações nos outros municípios, nas outras cidades, nesse interior por aí. No tempo que eu parei mesmo, eu passei uns cinco a seis anos nessas atividades, nós fizemos umas 15 ocupações no sertão central. A última que eu trabalhei foi aqui na fazenda Boris que fica em Caririçu, a gente trabalhou lá em 97 e hoje lá é o assentamento Serra Verde. Agora tá havendo uma ocupação, então, estamos pedindo aqui o apoio da comunidade para ele. Mas devido eu ser ainda da coordenação da associação eu não to nem indo lá. Sempre quem vai é eu, papai ou Tereza, que tem mais experiência nisso. Não é dizendo que os outros não saibam, tem muitos companheiros que ajudam, tem boa vontade, mas ajudam mais com a questão do financeiro, com alimentação e dinheiro, só que ir participar lá mesmo a possibilidade é sempre menor, até mesmo de conversar com os companheiros.

A gente que fez curso e participou de várias ocupações tem mais experiência. Dona Ana também já participou muito, então tem mais experiência da convivência. Mas tem muitos companheiros aqui que sabem, porque muitos aqui participaram de luta,

manifestações, então eu acho também que é muito uma questão de não querer estar lá no meio dos outros, querer ir até lá. Porque toda manifestação que é em benefício da comunidade, em benefício geral do Cariri, todo assentado participa, vai lá pro Crato. Nós estamos dispostos a ajudar, mas nem toda hora a gente tem a disponibilidade, só que a maioria sempre está disposta. Assim vai.

Mas olhe, do tempo que comecei para hoje mudou muito a vida no campo. Um tempo atrás, antes mesmo de ser delegado sindical, eu podia sair hoje e ser até machucado pelos “patrão”. Porque eu estava obrigado a trabalhar até aqueles horários, tudo correto, para ganhar aquela mixaria, porque um dia de serviço nunca foi bom. Aí nós começamos a trabalhar no sindicato e mudou mais as coisas. Meu pai, que já vinha de luta, repassou pra gente a idéia de trabalhar fazendo empreita, porque o que nós trabalhássemos nesse regime seria nosso, nós íamos a hora que pudesse, que quisesse. Nós já tínhamos o conhecimento que trabalhando alugado, se matando no alugado, não dava certo não. Porque era um trabalho que já vinha judiando com a gente, porque nós estávamos obrigados a trabalhar por aquela diária, aquele serviço.

Hoje em dia a gente sempre diz: “ó fulano, tu vai trabalhar por uma empreita que tu se sai melhor, porque tu vai a hora que tu puder, na hora que tu quiser, tu não ta obrigado a pegar de 7 horas da manhã até 5 horas da tarde. Tu ta trabalhando em cima de uma empreita, se você quiser trabalhar rápido, trabalha, se quiser trabalhar bem devagarzinho, trabalha. Se der pra você ganhar dinheiro bem, se não der, pelo menos você trabalha de uma forma normal, sem se matar”. Então isso é fruto de um pouco de experiência, porque nessa maneira você já tá vendo que se for trabalhar só alugado não dá. As vezes você deixa a família morrendo de fome, você vai se acabar mais rápido, se estragar, devido o serviço ser forçado. E trabalhando no próprio ritmo, a gente tem mais uma folga.

Hoje tá muito mudado, a gente trabalha pra gente mesmo na comunidade, tudo serve tanto para uns como para outros, pois tudo é de casa. Tanto eu trabalho para eles quanto eles para mim, ninguém tá fazendo nada para ninguém de fora. Então eu vejo que tá tudo mudado, porque quando eu comecei a trabalhar com 12 anos eu trabalhava por diária e, por ser novo, só me pagavam meia diária. Mas eu trabalhava, às vezes, duas vezes mais que um adulto.

Hoje eu tenho dois filhos, um com sete anos e outro com quatro, quando eles estiverem grandes vou ativar para que participem e partam para a luta, para não ficar só vendo nós, vendo a mim que sou o pai deles, vendo como foi que a gente conseguiu a terra. Tenho que mostrar um caminho para quando eles se puserem rapazes, forem pais de família,

saberem que a gente, para conquistar uma terra, tem que lutar e sofrer um pouco. Como diziam antigamente, saber que “a gente tem que primeiro passar pelo fel pra depois lamber o mel”. Então, essa é minha história que tenho pra contar para eles, tenho que formar eles para um dia quando chegarem em uma certa idade, saberem porque hoje nós estamos aqui, que já sofremos tanto, eu e os outros companheiros daqui que participaram de luta. Sofremos massacre, mas hoje nós estamos aqui contando a história. Acho que é uma boa pra eles, participarem também, quando estiver com 16 anos acima começar a se desenvolver.

Porque se você for para a cidade com um emprego garantido pode ser, mas um filho que sai daqui sem emprego está arriscado a tudo. Se ele for uma pessoa que trabalhe na agricultura e for para cidade, se não tiver um emprego que dê certo, ele vai só sofrer, vai partir pra bandidagem. E, com licença da palavra pra eu poder dizer, vai querer até fazer roubo para sobreviver. E não dá certo, é perigo chegar até a morte. Então é bom a pessoa estar cultivando, sabendo fazer a luta na roça. Se nasceu, se cresceu na terra, se tiver uma oportunidade de arrumar um emprego perto do sítio, que seja trabalhado no campo e não na cidade.

Nós temos uma maneira de trabalhar diferente. Por exemplo, quando você tá trabalhando lá fora, se vai plantar uma roça e tirar um legume você tem que pagar uma renda para o dono da terra e não pode sequer ter um gado ou qualquer animal que seja seu que vá comer a palha que ficar. Já nesse sistema da gente aqui dentro, aquilo que nós fizemos é nosso mesmo. Um exemplo: hoje a pessoa pode não ter uma vaca que seja dela produzindo leite, mas se ela precisar de um pingo de leite ela vai poder tirar do gado coletivo, porque eu tenho uma vaca lá em cima. E no coletivo do gado a pessoa vive trabalhando, ajuda a fazer o pasto, no dia que for a vez dela cuidar do rebanho ela tem a obrigação de pegar uma vaca e tirar o leite para mim. Então, se é dessa maneira, não é obrigado ele tá comprando todo dia um litro de leite, porque se ele sempre trabalha, sempre faz o pasto, vive contribuindo, ele vai ter o direito de ter aquele gado para tirar o leite para ele, porque tem o gado coletivo. A gente vive dessa maneira.

Se todo mundo tiver participação, todo mundo vai ter o que comer. Aqui tem também uma troca de serviço, porque hoje eu posso trabalhar para um companheiro e amanhã quando eu precisar ele trabalhar pra mim. O que a gente faz fica pra comunidade mesmo. Nesse sistema, se nós pegar hoje uma manga de gado e vender por dois mil reais, vai servir pra todos nós. Se dessa venda der quatro reais para cada um, cada um vai receber quatro reais. É uma maneira muito simples. Devido a gente já ter sofrido muito, meus irmãos,

meu pai, eu acho que estou é no céu a vista do que eu já passei. Acredito que tem muitos companheiros que moram aqui que dizem a mesma coisa que to colocando aqui.

Famílias cadastradas são 47, mas no geral são 51, porque tem quatro agregados. De vez em quando sai um do cadastro, porque às vezes arruma um emprego na rua, aí pega a família e leva para lá. É difícil, mas acontece. Já para uma nova pessoa ser aceita no cadastro a gente faz uma assembléia e se a votação dele der um número que dê pra ele se cadastrar ele é cadastrado. Se ele for uma boa pessoa que trabalhe dentro da comunidade, se ele tiver contribuindo, a associação sempre vê isso. Mas às vezes dá empate ou menos, o critério é uma votação da associação em geral. O último recadastramento daqui foi no mês passado (julho 2010) e deu 48 vagas, mas um saiu e ficaram as 47 famílias.

Mas o assentamento tá mudado, não é mais o de 10 anos atrás não. Os jovens casaram, tem outro sistema de vida. O tempo mudou. No começo todo mundo tinha aquela boa vontade de trabalhar pela comunidade, hoje tá indo pro coletivo aqueles que já têm uma consciência, aqueles que sempre veem contribuindo. Os jovens só vão quando querem.

Na minha visão, não são todos, mas cada qual quer fazer pra si agora. Eles estão pensando dessa forma. E se liberar para cada um fazer só pra si não dá certo, a juventude já ta pensando dessa maneira. Não se lembra que tem associação, não se lembra que isso foi conquistado com o coletivo.

A juventude é quem 18 anos, 19 anos, 20 anos. Mas jovem também são aqueles que têm disposição, com mais de 25 anos, um cara de até 30, 40 anos que corre atrás duma bola é jovem, maduro em suas propostas, no seu trabalho, nas suas atividades. Mas no conhecimento da gente é um jovem.

Tem muitos jovens que na hora que a gente parte pro serviço vai, mas não mais naquela raça, naquela boa vontade que a gente sempre teve. Naquele tempo, quando nós partíamos para trabalhar, às vezes ia 40 a 50 pessoas. E hoje não, quando vai é de 10, 20, às vezes chegam a ir quatro ou cinco, é assim. Só que força de trabalho pra ir nós temos, porque se hoje a gente for contar a quantidade de jovens de 18 até uma idade de 40 anos tem mais de 50 pessoas aqui na comunidade.

Acho que desses jovens, esses mais novos de 15, 16 anos, tirando um ou outro, não sabem nem andar nas roças do pai deles. Talvez vá deixar o almoço, chegue na beira da roça e já saia. De primeiro, quando eu tinha meus 14 anos de idade, eu botava uma roça, fazia uma coisa e outra e aumentava a minha renda e a de meu pai. Hoje em dia, um filho com 18 anos num sabe nem onde é a roça do pai, a mudança tá grande. E o pai tem que trabalhar pra dar de comer a ele, então ta dessa maneira. Pra você ver, eu tava trabalhando

mais um companheiro ontem e ele contando que o menino dele tem 16 anos, aí ele contou que falou pra ele ir deixar o almoço dele. O menino chegou lá e ele escutou a fala dele dizendo: “ei pai, o almoço ta aqui”. Aí, entretido no serviço, ele disse “ta bom” e esqueceu. Começou a quebrar o milho dele, quando se voltou que pensou que o menino ia ajudar ele a quebrar o milho, o menino já tinha ido embora, o cabra com 16 anos. E é porque o pai é trabalhador, vive da agricultura. Mas o menino deu uma palavrinha só e pronto. Saiu. Ta acontecendo isso aqui.

5.1.6 Cirlene & Dona Madalena

Meu nome é Antonia Cirlene Paes, tenho 23 anos. E sou do grupo de jovens daqui. Lá nós organizamos tarefas para que todos participem, falamos de muitas coisas e serve também para chamar os jovens pra participar mais das atividades do assentamento. Porque, se for parar pra pensar na quantidade de jovens que saíram do assentamento pra morar fora, tem um monte. Lembro de uns quatro que saíram pra trabalhar. Sei lá porque. Mas o dia a dia dos jovens aqui é meio parado, alguns estudam, uns ajudam os pais, alguns brincam de bola pela tarde e a noite alguns se juntam para conversar com os amigos.

Eu terminei o 3º ano agora. Aí tentei o PRONERA, ma não passei. Só que eu vou tentar de novo. Por enquanto eu ajudo a minha mãe em casa, na lida da roça não. Sozinha eu não tenho vontade de trabalhar em roça, mas no grupo de jovens nós estamos falando em fazer uma horta.

Mais pra frente eu quero passar em um vestibular e fazer uma faculdade para ser uma professora e morar aqui no assentamento mesmo. Quem sabe eu não consigo. Né? Eu tenho muitos parentes por aqui, irmãs, tios, sobrinhos, então, nem se fala. Por isso eu gosto muito daqui e não tenho vontade de sair.

A história do assentamento eu sei um pouco, mas não conheço todinha não. Mãe é quem sabe, é melhor falar é com ela.

Dona Madalena Barreto de Sousa, 67 anos, natural de Assaré, entra na conversa enquanto a jovem assentada se retira envergonhada.

Ela sabe a história sim, porque sempre escuta o povo conversar e por isso dá pra saber. Na escola falam também e todo ano tem a festa. Ela é envergonhada, tá com vergonha. Mas saber, ela sabe.

Nós morávamos em terra de patrão. Lá, pra conseguir água nós nos botávamos a andar meia légua de distância. Quando não trazia na cabeça era no jumentinho, você me acredite. Lá pagávamos renda, mas quando nós botamos o pé em cima do caminhão velho, do pau de arara para ir lá pro Caldeirão, parece que nós abrimos as nossas asas para voar. Nós ficamos tão alegres e contentes de um jeito, que quando nós botamos os pés na terra do Caldeirão, acabou-se o medo que a gente tava! Agora, quando os matos buliam um

pouquinho, “a quebrada era pouca”, porque os homens diziam que eram os cabras que iam matar eles. Mas não era, era o gado do homem que tava lá (risos). Mas é assim mesmo...

A gente já tinha ouvido dizer sobre a história do Caldeirão, então, quando disseram que íamos ocupar lá, eu disse: “Eita que agora nós vamos morrer, mas não tem nada não. Nós nascemos para morrer mesmo”. Muita gente dizia isso. Tem um homem lá no Latão que chama Antônio Farias, conhecido como “Antôe Zumba”, ele também foi mais nós, mas não pode ficar lá na ocupação, ele trabalhava nas reuniões. Ele dizia assim: “quem puder acompanhar acompanhe, mas quem não puder não vá”.

Olha, eu vou te dizer, pro cabra ocupar é preciso ter coragem. Nós enfrentamos muita ribanceira pra chegar até aqui, sofremos um pouco, mas graças a Deus hoje estamos contando a nossa vitória. E os que não ficaram mais nós até hoje estão debaixo dos pés de patrão, sendo humilhados. E eu vou te dizer, meu filho, isso aqui é a melhor coisa que eu já achei e eu já morei em muitos cantos.

Sou de Santana do Cariri, mas lá mesmo nós éramos tão humilhados pelo nosso patrão. Nós morávamos em uma casinha nossa mesmo, mas tinha que trabalhar para o patrão, porque se não trabalhasse nós nem comíamos. Até a água eles negavam para nós, não deixavam tirar no cacimbão deles. Aí era obrigado a pegar água com meia légua de distância, lá no Tamboril, que ficava no sítio Latão. Era tão longe que não podia botar na cabeça, ia buscar no jumento mesmo. Ainda hoje tem as ancas que colocavamos no jumentinho pra levar a água. Ela tá aí guardada, nós trouxemos para cá. Mas por quê? Porque a nossa família era muito grande, tinha que pegar muita água.

Vou lhe dizer, se a pessoa quer saber de sofrimento, more em terra de patrão, que aí se vê o que é sofrimento. Agora quem tá numa beleza dessas... Eu que acho que aqui seja uma beleza. Porque tá com 19 anos que eu moro aqui dentro e nunca chegou uma pessoa que dissesse: “saía da casa, vá embora, caminhe!”. Não senhor! Ninguém aqui pode mandar ninguém ir embora. Agora, assim, aqui dentro o sujeito tem que pisar no chão direito. Se não...

Quando tiraram a gente lá do Caldeirão botaram no parque de exposição. Lá *Ciro Gomes* entregou a terra para nós. Ele perguntou: “você quer a terra pro coletivo?”. Aí todo mundo gritou: “quer”. Agora os que não quiseram, pegaram suas bolsas e foram embora. Porque essa terra não é pra vender. Hoje a gente tem até os nossos bichos, porque aqui teve organização. Mas, se não fosse isso, talvez hoje nem tivesse gente aqui.

Por isso que eu digo que não estou arrependida de ter vindo pra cá. Acho aqui muito bom e o meu esposo também acha. Mas é assim o negócio daqui, se eu acho bom, até

hoje ainda tem gente que não acha. Os jovens saem, mas saem porque não tem aquele ganho suficiente para dar para sua família, é por isso. As pessoas saem porque falta comida na mesa e eles têm que trabalhar. Aí aqui não tem ganho. Tem muito jovem que casa cedo, engravida, fica mais difícil. Mas já foi mais difícil aqui.

Quando nós chegamos aqui só tinha mato, unha de gato e formigueiro, tinha duas casinhas velhas também. E tinha uma velhinha de cento e tantos anos, que morreu aqui mesmo no assentamento. E Deus é muito bom, porque por causa dela nos arranjamos muita coisa. O povo de fora tinha uma atenção muito grande por ela, que tinha mais de cem anos e estava no meio de uma mata danada dessas. E aqui nós passamos um aperreio...

Aí hoje em dia aqui tem professor, pai de família empregado, porque já adiantou os estudos. A Cirlene quer ser professora também, ela fez a prova, mas não entrou. Mas se é o que ela quer, tem que tentar outra vez.

5.1.7 Aurélio Bispo – “Beleca”

Meu nome é Aurélio Bispo, eu sou filho natural do Crato mesmo. Nasci no Belmonte e lá tem gente da minha família. Bem ali, abaixo do balneário do Serrano, moram a minha avó e os meus tios. Eles trabalham no Serrano. Eu vim parar aqui com 22 anos, to com 30, faz oito anos já. Eu vim e me “interesse”i com uma menina daqui, aí me casei com ela e tenho dois filhos, graças a Deus. O meu pai mora em outro assentamento, lá em Caririaçu, no Serra Verde. Mas eu não vou para lá. Por esse assentamento aqui eu não lutei, mas pelo de lá eu lutei, ocupei terra. No Serra Verde moram meu pai e meus irmãos. Eu sou irmão do Aurílio, Albério e do Amauri. O Albério trabalhou um tempo no Movimento. Nós participamos da ocupação.

Eu conheci essa história do MST através do pessoal daqui. Porque eu morava pertinho, era um vizinho do assentamento, aí eu vinha pra cá. Nós somos aqui do Umari, bem pertinho do 10 de Abril. Morávamos na represa do Tomás Osterne de Alencar, é bem conhecido esse açude. Nós morávamos lá, aí no tempo de 1997 tinha essa ocupação e eu disse: "home pai, nós estamos aqui sofrendo numa terrinha velha dessa que não dá pra gente viver, terrinha pouca. Vamos caçar uma ocupação. Vamos deixar isso aqui de mão, dar por qualquer preço". A gente não podia vender por preço de ouro, porque é uma terrinha do governo, não era nossa. “Vamos pra lá, porque lá tem terra pra gente trabalhar e viver melhor”. Ele falou que ia pensar.

Foi o MST quem foi lá em casa, foram lá e convidaram a gente. Nesse tempo eu era mais novo, tinha 17 anos, mas eu não queria uma coisa que nem aquela que nós víamos acontecendo com pai, para não sofrer muito mais do que a gente já sofria. Eles andaram por lá e convidaram. Eu sempre vinha pras reuniões aqui. A gente veio em reunião, ficou conversando. Aí deu na minha cabeça que era uma coisa de interesse, a gente não ia lutar por uma coisa em vão. Ia lutar por uma coisa que ia dar lucro pra gente. Então eu cheguei e falei com pai outra vez, mas ele falou: "meu filho, será que não é arriscado?". Mas a gente tem que lutar pelo que a gente quer, porque se a gente não lutar e ficar só por baixo das coisas a gente não arruma nada não. Eu disse: "vamos lutar que a gente consegue alguma coisa". Aí ele falou: "é meu filho, pois a gente vai em frente." Aí, quando foi em 1997 eu fui e ele não foi. Eu fui mais os meninos, meus irmãos.

Teve muita gente aqui do 10 de Abril que foi lá para ajudar. Foi um bocado de família, um bocado de gente que ocupou lá. Eu passei oito dias acampado, depois fui em casa e ele me perguntou como era por lá. Eu disse: "lá é bom pai. Lá dá pra vida ir pra frente". Então, quando foi em 2000 ele foi para lá e eu fiquei por lá também. Depois eu vim e me casei com uma menina daqui. E hoje ele tá lá, a uma distância boa, e eu to aqui. O Nome do meu pai é Antonio Bispo.

Olha, eu vou todo ano para São Paulo, mas a minha luta é aqui. A minha mulher, ela veio para cá nova, não nasceu aqui. Veio quando era novinha e ficou. Eu casei com ela que é daqui do assentamento, então, eu vou para fora trabalhar, mas quando eu volto trabalho mais do quem tava aqui. Eu tenho o meu compromisso. Eu vou pra lá porque eu quero ganhar o meu dinheirinho lá fora, mas a minha cabeça é aqui. Aí eu vou, volto, e quando chego aqui tem muita gente que me chama de besta e me pergunta por que eu não saio daqui. Mas eu não vou sair, eu me casei com uma menina daqui e vou ficar aqui até o fim de minha vida, a minha vida é aqui.

Então eu vou pra São Paulo para ganhar o meu dinheiro mesmo, mas daqui eu não saio. Quatro meses depois eu to aqui de volta e aí a minha lida é a mesma dos outros. Quando eu chego não tenho diferença de nada na lida e mesmo eu saindo esses quatro meses e ficando lá, quando eu venho trabalho mais no coletivo do que gente que fica aqui dentro. Aí é uma diferença muito grande que a gente sente. Um bocado de gente sente que "de primeiro" todo mundo trabalhava junto.

Antigamente quando dizia que na quarta-feira era o dia do coletivo, oxe, todo mundo estava no jeito para trabalhar. Hoje, a quarta-feira é o dia do coletivo, mas quando a gente chega ao local de se encontrar só tem lá duas, três ou quatro pessoas para ir. Aí fica tudo perguntando: "pra onde é que nós vamos?" Aí um diz: "nós vamos pra tal canto". Chega outra pessoa e diz "nós vamos é para ali". Eu digo: "o serviço de prioridade não é ali, onde tem uma cerca que tá falhando? Então vamos para lá?". Falta uma organização também.

A gente tem que pensar e conversar, porque do jeito que tá, não dá não. Tem um bocado de gente que está saindo do assentamento. Agora o por quê? Eu acho que é porque estão achando que estão com a vida ganha, né? Mas ninguém aqui está com a vida ganha. Nós que moramos aqui não estamos com a vida ganha não. A gente que lutou por essa terra tem que conviver nessa terra. Aí eu acho que o motivo seja que essas pessoas não estão querendo viver um pouco dessa responsabilidade.

Hoje em dia chamam a pessoa pra vir pra alguma atividade, uma reunião, e não comparecem. Se fizer uma mística, muitos não querem comparecer nela e alguns que estão,

preferem sair. Não pensa no passado, não admitem o tanto que cada pessoa fez aqui. Porque no passado, quando eram as barraquinhas, de vez em quando tinha uma reunião e tinha as místicas. Mas hoje em dia, se convidar uma pessoa pra vir ela diz: “isso é uma besteira”, “eu vou pra isso aí ver o que? não vou ser palhaço não”. É o que dizem. A pessoa acha que tá fazendo uma “coisona” quando diz isso, mas não tá não. Isso daí são coisas que uma comunidade dessas tem que ter. Se a gente fez uma escolha hoje, amanhã a gente vai pensar em outras coisas e fazer novas reuniões. Aí tem que fazer outra mística, pra ir animando a pessoa. Não é verdade? Mas aqui não.

Eu todo ano vou pra São Paulo, trabalhar na Santa Luzia, passo quatro meses lá e volto. Toda vida. Mas quando volto fico trabalhando pelo tempo que tava fora. Porque eu não estou não é aqui? Daqui de dentro, lá pra Santa Luzia, só tem eu e outro menino que vai. Lá a gente faz cesta de natal. Por isso o trabalho é só de setembro a dezembro. No dia de passagem de ano a gente tá aqui, em casa com a família. Eu vou para fora e quando volto pra cá de novo, trabalho o tempo todinho, porque eu boto minha rocinha. Eu faço assim, quando eu vou pra Santa Luzia eu já deixo a minha rocinha pronta, pra quando eu vir de lá já começar nela. Aí eu começo na planta, depois tem a limpa, depois eu colho. No outro ano, quando eu volto para São Paulo em setembro, já tá tudo dentro de casa, porque tava colhido.

Mas tem muita gente aqui que tá saindo, um bocado de gente mesmo. E quando a gente pensar que não, vamos estar aqui só com as pessoas velhas. As mais velhinhas e alguns poucos jovens, desses mais novos que querem comparecer aqui, para lutar a luta que a gente começou e terminar até o fim da vida. Agora tá saindo muita gente pra Juazeiro. Tem uns que tão indo trabalhar, outros pra morar. Mas aí todo final de semana voltam, estão em casa.

Eu acho que esses jovens que estão saindo, talvez seja um pouco por questão de irresponsabilidade. Porque a gente veio ocupar aqui foi pra trabalhar e eles estão querendo trabalhar mais fácil, não querem trabalhar de roça. Por isso estão querendo sair para ganhar o dinheiro fora. Porque aqui é assim, plantar roça é só no inverno, porque é de sequeiro. Aí, fora desse tempo (inverno) é ruim de dinheiro por aqui. Aí tem as dividas pra gente pagar, energia elétrica, alguma outra coisa. Eles estão indo em busca de dinheiro. Mas eu acho que seja um pouco de irresponsabilidade deles, porque se conviver aqui tem que querer trabalhar dentro também, no coletivo. E a gente arruma qualquer coisa pra remediar. Porque quando foi pra vir para aqui, ninguém tinha nada. Hoje, graças a Deus, a gente já tá com bastante coisa. Não estamos com tudo nas mãos, mas estamos com bastante coisa. E é preciso um pouco de responsabilidade de cada um, que deve botar a cabecinha no lugar e

pensar um pouquinho. "Vamos criar os nossos filhos que nem nossos pais nos criaram. Com responsabilidade e força de trabalhar, naquilo que a gente conquistou". Tá faltando isso.

Porque tem muita gente que quando é pras coisas da direção daqui não quer nada. É uma briga grande pra gente conseguir uma pessoa que queira tomar conta de uma associação dessas. Porque é uma responsabilidade grande ser presidente de uma associação de um assentamento desses, porque tem muitas coisas que a pessoa tem que entrar e passar. Aí tem muita gente que corre com medo. Eu acho que essas pessoas que estão saindo estão com medo de mais tarde ter que assumir essa responsabilidade. E eu acho que não pode ser assim, porque nós lutamos tanto por essa terra. Por que é, então, que nós não ficamos "tudinho" nela? Temos que ficar nela, temos que trabalhar nela, chova ou faça sol. A gente tem que trabalhar e tem que botar ela pra funcionar onde tem açude, fazer uma vazante, alguma coisa. Nós lutamos por ela tanto, então temos que lutar por ela até o final das nossas vidas.

5.1.8 Roberto

Meu nome é Roberto Tomaz de Aquino, tenho 20 anos. Quem ocupou lá de casa foi a minha mãe e o meu pai, eu vim logo na cola dela. Quando eles ocuparam, eu tinha uns irmãos mais velhos que era a Maria de Lourdes e a Iraneide. Elas ficaram em casa com os demais e eu que era de colo tive que vir junto com a minha mãe. Os ocupantes daqui foram direto para o Caldeirão, só que com o tempo, virão que não ia dar pra ficar naquela terra. Então, certo prefeito ou era algo parecido, comprou esse terreno que é onde a gente mora, o Assentamento 10 de Abril, e trouxe todo pessoal de lá para ficarem ocupando aqui. Assim aconteceu toda a ocupação daqui, no dia 10 de Abril foi quando tomaram realmente a posse daqui e é quando a gente faz a comemoração do aniversário da comunidade e foi, também, de onde veio o nome do assentamento. Desde então, estamos aqui.

O assentamento tem muita história se a gente for contar mesmo. Né? No começo eram barraquinhas de lonas e onde tinha o barracão era onde aconteciam todos os eventos, com o tempo, em torno de 1996 ou 1997, foi que vieram fazer as primeiras casas de barro e taipa e entre 1999 e 2001 foi que surgiram as primeiras casas de tijolos. De lá para cá foram muitas mudanças e aumento da população, ficando também mais adaptados.

Em termos, a história do assentamento está mesmo na “capacitação” dos que já vieram vivendo ela desde o começo. Os demais, que estão surgindo agora no assentamento e que é a nova juventude, poucos tem interesse por essa história, pois eles já fazem parte de uma nova sociedade e estão vivendo uma coisa diferente, bem sucedida, sem saber o que aconteceu. Eu diria que entre dez novos, só três têm vontade de conhecer.

Meu pai nunca contou como era a vida antes de vir pra cá, mas minha mãe sempre falava onde morava antes de participar da ocupação. Era na serra, vizinho ao sítio Zabelê, entre o sítio Cruzeiro e o município de Nova Olinda, foi lá onde ela viveu quase toda a vida dela com seus irmãos. Depois, aos 16 anos, casou e teve o primeiro filho com meu pai e de lá eles vieram morar no “Engenho da Serra”, que era onde meu pai morava antes de casar. Depois, com o tempo, eles vieram pra ocupação juntos.

Meus pais trabalhavam em terra própria, porque minha mãe tinha umas terras que eram do meu avô, e trabalhavam plantando mandioca. Naquele tempo, mandioca era um meio de vida bem sucedido, tanto quanto o carvão. Da mandioca não se desperdiça nada, se faz a farinha, goma, e a casca se vende para os criadores de gado. E o pai de meu pai sempre viveu bem, sem muita preocupação, mas o assentamento foi que ajudou muito meus pais.

Minha mãe deixou de morar com o pai dela porque quando se é jovem e se casa, sempre tem desavença nas famílias. Aí foi por causa disso que foram morar no Engenho da Serra, na terra do pai do meu pai. Lá onde eles foram morar era pouca terra e sempre havia desavença entre os irmãos do meu pai e outras coisas lá. Então, quando surgiu a ocupação aqui do Caldeirão, eles viram que a terra aqui é bem produtiva, diferente de lá da Serra, que se você for plantar um pé de milho dá apenas uma espiga e mal, aqui como a terra é baixa e de boa produtividade foi um incentivo pra eles virem pra cá.

Aqui no assentamento eu sou do grupo de jovens, trabalho na horta com a minha mãe, trabalho um pouco no coletivo, que é difícil de eu ir, mas eu vou também, e trabalho com apicultura com meu pai, e vou levando. No coletivo aqui é assim: quando se junta são uns três grupos de homens, uns vão roçar a manga do gado, outro vai para restauração das cercas e outro vai fazer uma revisão nas cercas mais longe, nas divisas da terra pra ver se está precisando de alguma reforma, trocar alguma estaca ou alguma coisa.

Nos estudos eu to parado agora, porque terminei o 3º ano do ensino médio. Eu estudei até a 4ª série aqui no assentamento, fiz até a 7ª em Monte Alverne e o restante no colégio Presidente Vargas anexado a Santa Fé. Não precisei ir para o Crato não. Eu concluí, mas não fiz o vestibular do PRONERA não, porque o tempo agora tá curto pra eu me interessar pelo vestibular. Mas eu fiz o ENEM e vou fazer de novo, aí, dependendo da minha nota, facilita mais pra mim no vestibular. Mas eu fiquei sabendo do PRONERA. Teve uns meninos aqui que fizeram, mas por alguns pontos não passaram.

Eu penso em fazer um curso pra poder trabalhar com a terra, pois já participei de alguns eventos e fiz um curso agora com a Graça, da FETRAECE, teve carga horária de 96 horas de estudos, era sobre a adaptação do solo e do meio ambiente. Penso em fazer um curso de agronomia para trabalhar o solo aqui dentro, porque se a pessoa souber trabalhar mesmo tem como ele ter uma renda boa. Mas, em compensação, a terra aqui é difícil. É difícil porque ela não é toda adaptada para trabalhar com agricultura de irrigação, aqui só tem três lugares adequados para trabalhar com isso, e tem muita gente que já tá produzindo nesses locais. Então, pra eu fazer um curso profissionalizante para trabalhar nesses setores, eu tenho que repassar para os demais membros da comunidade. Porque só pra mim não dá, já que os locais que a gente trabalha são públicos, dividido pra todos. Então eu não posso fazer e ficar com a capacitação só pra mim, tem que passar o contexto do que eu estudei. Mas é isso, eu quero um curso que mexa com irrigação.

Mas aqui a rotina da juventude é um pouco devagar, porque as oportunidades de emprego são poucas. Só que, incluindo os demais jovens que já quem tem a idade mais

avançada, sempre tem alguma coisa pra fazer: o trabalho da roça do pai, alguns já têm suas roças também, outros trabalham com outras coisas como a apicultura (tem dia que é puxado pra fazer tudo isso), outros cuidam do gado, e assim vão levando o dia a dia deles.

Quando eu estudava, trabalhava pelo dia e ia pra escola de noite. Eu trabalhava pelo dia de serviço, alugado como a gente diz. Trabalhava alugado para um patrão ou trabalhava na horta ajudando minha mãe. Isso até que terminei meu 3º ano, agora estou só trabalhando na horta dos orgânicos e na sexta-feira sou eu quem vai vender os produtos lá na cidade, na feira da ACB. Esse dia de alugado que eu disse que trabalhava era aqui dentro do assentamento mesmo, os mais velhos me pediam para ajudar em algum trabalho, pedia pra fazer alguma coisinha. Aí eu ia fazendo e ganhando um dinheirinho pra ir me mantendo enquanto não arrumo um emprego mais adequado. E trabalho colocando água no colégio também, duas semanas por mês, com isso eu ganho uma renda de R\$ 120,00 reais mensal. Não é muita coisa para quem mora aqui, mas já é uma ajuda boa. Eu boto água no colégio do assentamento 10 de Abril mesmo, o colégio aqui se chama “Construindo o Caminho”.

Eu não cheguei a sair do assentamento para trabalhar, mas conheço muitas pessoas que já saíram daqui e voltaram. Tenho um irmão que está em São Paulo e não fala mais em voltar, outros vão trabalhar na Fábrica Santa Luzia, outros nas construções. Trabalham um período de três ou seis meses e depois voltam e passam mais seis meses aqui. Essa é a rotina deles, indo e vindo, porque isso é um meio de ganhar dinheiro e estar se mantendo, porque só aqui o rendimento não dá pra se manter. Aí eles tem que sair e procurar outra coisa fora.

Eu acho que eles saem porque lá fora o rendimento é maior. Por exemplo, esse trabalho que a gente tem da horta comunitária é um meio de visar um lucro rápido, mas, em outros termos, esse lucro só dá mesmo pra você se manter. Não dá pra você manter alguma coisa mais adiante com esse trabalho da gente. Você não pode fazer uma compra em uma loja pra pagar daquela produção, porque não dá. Praticamente dá só para o consumo em casa, não dá pra você ir comprando umas coisinha e ir se ajeitando por ali. Não dá pra você elevar sua vida ao nível em que as coisas vão se desenvolvendo hoje, porque na base em que se desenvolvem a gente não tem a mesma capacidade de se desenvolver igual. É que hoje em dia a tecnologia avançada tá indo bem adiante da pessoa e a pessoa quer seguir aquela coisa. Por exemplo, se lança uma televisão nova logo “num quero essa minha televisão mais não, vou vender e comprar uma nova”. E o nosso trabalho não dá pra gente fazer isso, só dá pra pessoa se manter e manter a família em casa.

Então, eu acho que a juventude não entra em um projeto desse nosso por causa do ganho. Porque dependendo do meio do trabalho, quem trabalha lá fora como eles fazem, que não tem carteira assinada e ganha por produção, quanto mais rápido trabalha, mais ganha. Então, tem gente daqui que vai, trabalha três meses, e chega a fazer uma renda mínima de R\$ 5.500,00 reais. E aqui na nossa produção, por mais que a pessoa queira, em três meses o máximo que você vai fazer são R\$ 1.500,00 reais. É uma diferença grande, então, é por isso que eles saem.

No meu caso, eu não cheguei a sair ainda porque dependo muito da minha mãe e, também, se eu sair os irmãos que tenho em casa não se adaptariam ao trabalho dela. Aí ela ficaria mais parada. E já tem um irmão meu que saiu, então, se ele chegar a voltar e eu tiver a chance de ir ver o que eu faço fora, saio e depois volto de novo. Tenho essa vontade de sair e depois retornar se der certo. Mas não tem nenhum lugar específico que eu queira ir, pode ser até aqui vizinho, em Monte Alverne, basta que seja um emprego que eu tenha uma renda “mais adiantada”, que eu possa me manter e ajudar a minha família, que eu vou.

O que falta mesmo aqui é um projeto diretamente pros jovens da comunidade com o apoio dos pais. Porque hoje em dia a gente tem o nosso grupo de jovens aqui do assentamento e em reuniões a gente sugere eles a saírem pra os encontros e eventos da juventude, mas existem problemas com os pais em deixar seus filhos saírem. Acham que eles vão beber ou acontecer algo ruim, mas não é bem assim como eles pensam. E como eles estimulam os filhos a não sair, a ficar sempre dentro da comunidade sem procurar os objetivos deles, é isso que faz os meninos perderem a noção do que eles procuram mesmo. Se aqui no assentamento tivesse mais incentivo dos pais para ajudar os filhos, aqui era o lugar ideal pra eles mesmo, tanto em termo de produtividade como em renda para a própria família em casa.

Hoje em dia, quando os meninos estudam fora, os pais pensam que eles saem com o sentido de beber nas festas, porque eles sabem que hoje em dia tem as baladas e que os jovens bebem. Então os pais ficam com medo, mas esse medo acaba deixando um tipo de transtorno para os meninos. Porque eles tiram o incentivo daquilo que os meninos iam fazer. Não dão incentivos dizendo: “vá filho, e faça para que no futuro você tenha o seu lucro, lute por aquilo”. Eles não dão o incentivo necessário para os filhos fazerem o que querem.

Eu pretendo sair para poder procurar um meio de renda mais rápido para quando voltar poder investir, pois aqui é um local bem produtivo, tudo que você tentar produzir aqui dá. Por exemplo, o Luiz, ele cria porco, frango e tem a bodega dele mesmo aqui no assentamento, mas isso foi porque ele saiu e teve um meio de ganhar dinheiro rápido.

Então, quando ele chegou começou seu desenvolvimento e, como só era ele aqui dentro com a bodega, ligeiro aumentou sua produtividade. O que ele produz ele mesmo vende. Isso é uma coisa que eu penso em fazer. Se eu tivesse um capital, eu poderia trabalhar em cima disso, eu poderia me adiantar aqui na comunidade sem precisar ir embora. É esse o meu interesse em sair e arranjar um capital mais rápido, para poder desenvolver o meu trabalho aqui dentro. Porque eu pretendo trabalhar na horta lá com mãe.

6. ENTRE AS MEMÓRIAS DOS PIONEIROS E AS PERSPECTIVAS DOS JOVENS: ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

No capítulo anterior foi possível ter uma idéia de como os camponeses percebem e vivem o assentamento 10 de Abril, graças às histórias de vida que foram apresentadas. Tratou-se de uma incursão pelo território das memórias campesinas, repletas de particularidades, mas foram apontados também elementos da situação conjuntural da comunidade através dos pontos de vista dos próprios assentados. Mesmo que o exposto não possa ser tido como um quadro estático e, tampouco, seja a única forma de explicação das realidades que se vivenciam no assentamento, foi possível enxergar o Assentamento 10 de Abril pela visão dos de dentro, ou seja, a partir da óptica dos camponeses ouvidos.

Além da compreensão de especificidades do assentamento, foram proporcionadas informações importantes sobre as características do espaço social dos trabalhadores rurais sem terra do Cariri, no momento em que foram lembradas e expressadas como eram as condições de vida que possuíam antes de se tornarem assentados. São memórias de um rural desencantado e sofrido capazes de nos fazer perceber o que leva os trabalhadores rurais a se engajarem nos movimentos sociais de luta por terra. Também foi possível identificar alguns aspectos de como a comunidade se organiza internamente, principalmente quando foram expostas as memórias que se referiram ao trabalho individual e coletivo no passado, sendo apresentadas também reflexões de como eles são desenvolvidos no presente. Somando-se a isso, foram registradas as opiniões dos assentados sobre o papel da associação, do MST, do engajamento dos assentados nas atividades da comunidade. As falas dos assentados apontam também a importância que dão à política de projetos, a necessidade de que haja a implementação de atividades produtivas na comunidade de modo a gerar ocupação e renda, sobretudo para os jovens.

Já os jovens deixam transparecer que é preciso sair para poder ficar, ou seja, mesmo gostando do seu lugar se sentem impelidos a migrar para conseguir obter renda, fato que as atividades produtivas do assentamento 10 de Abril não estão gerando ou estão gerando de modo insuficiente. A esse respeito, é possível notar que há disparidades entre as formas que as diferentes gerações encararam o resultado das atividades produtivas que o assentamento oferece. Para os mais velhos, que narram condições de vida sofrida no passado, como fizeram Vozinho, o senhor Mozinho, Porciano e Dona Madalena, aquilo que o assentamento oferece hoje basta, já que as condições econômicas e sociais que vivenciam na

atualidade são melhores do que as vivenciavam antes de conquistarem o assentamento. Para os mais jovens como Roberto, Aurélio, Marcos é preciso sair da comunidade, adquirir trabalho e renda, pensando em depois retornar para a comunidade. Outra parcela da juventude que foi ouvida pensa, inclusive, em seguir profissões que não sejam agrícolas. Com esses diferentes relatos foi possível descobrir que tem havido uma migração de assentados jovens, que participam também cada vez menos das atividades coletivas da comunidade. No entanto, apesar desse quadro constatado, o assentamento possui o total máximo de famílias cadastradas, ou seja, não existe déficit de famílias na área. Como disse o senhor Mozinho: “Sempre saiu gente daqui. [...]. Mas, sempre tão ficando aqui também, porque eles vão e voltam.”

Esse entendimento foi possível porque apesar da transcrição literal dos relatos ter registrado as trajetórias pessoais dos camponeses ouvidos, aquilo que foi manifestado está recheado de fatos e acontecimentos que envolvem outros membros da comunidade, compondo, portanto, uma memória social do assentamento. Percebe-se aí a importância da memória coletiva ou social para a perpetuação do passado.

Será a memória individual mais fiel que a social? Sim, enquanto a percepção original obrigar o sujeito a conter as distorções em certos limites porque ele viu o fenômeno. Mas o quando, o como, entram na órbita de outras motivações. Se a memória grupal pode sofrer os preconceitos e tendências do grupo, sempre é possível um confronto e uma correção dos relatos individuais e a história salva-se de espelhar apenas os interesses e distorções de cada um. A memória pode percorrer um longo caminho de volta, remando contra a corrente do tempo. Ela corre o perigo de se desviar quando encontra obstáculos, correntes que se cruzam no percurso. São as mudanças, os deslocamentos dos grupos, a perda de um meio estável em que as lembranças pudessem ser retomadas sempre pelos que as viveram. As transformações profundas por que passa a família, a perda e a chegada de novos membros são pontos de partida. Através deles os caminhos se perdem, descontínuos, apagados (BOSI, 2006, p. 420).

Aliás, Bosi (2006) ressalta que o próprio ato de lembrar e expor as memórias não pode ser entendido como algo que seja exclusivamente individual, apesar de ser pessoal. Isso se dá porque para acessar nossas memórias fazemos uso de uma teia de elementos que foram vivenciados por nós, ou só pelos outros ou por nós tendo a participação de outras pessoas e, às vezes, de uma ampla coletividade. Com isso conseguimos construir os nossos referenciais e elaborar a narrativa daquilo que fomos capazes de lembrar sobre o passado. A poesia abaixo, do poeta Mário Quintana, ajuda na compreensão da idéia.

Essa lembrança que nos vem às vezes...
folha súbita

que tomba
 abrindo na memória flor silenciosa
 de mil e uma pétalas concêntricas...
 Essa lembrança... mas de onde? de quem?
 Essa lembrança talvez nem seja nossa,
 mas de alguém que, pensando em nós, só possa
 mandar um eco do seu pensamento
 nessa mensagem pelos céus perdida...
 Ai! Tão perdida
 que nem se possa saber mais de quem!

Reforçando o exposto, tem-se a compreensão de que existe um

lastro comunitário que nos servimos para constituir o que é mais individual. De uma vibração em uníssono com as idéias de um meio passamos a ter, por elaboração nossa, certos valores que derivam naturalmente de uma *praxi* coletiva. E reflexões, que escutamos e que calharam bem com o nosso estado de alma, estão um passo da assimilação, e do esquecimento da verdadeira fonte (BOSI, 2006, p. 407).

Na fala dos assentados, que ouvi para a pesquisa, tal situação pode ser percebida. Um exemplo é a passagem em que Dona Madalena afirma que Ciro Gomes entregou a terra aos assentados no parque de exposições do Crato, perguntando aos mesmos se “queriam a terra para trabalhar de forma coletiva”, embora o mesmo não tenha sequer estado no local da solenidade de entrega da terra, mas sim um representante seu. Ou quando “Vozinho” explica como e quando soube que o local da ocupação seria o Caldeirão: foi o amigo “Antonio Grande” quem ouviu e lhe falou. Outro exemplo é a maneira como usa o diálogo que teve com a liderança do MST, a respeito do caminho correto para se chegar ao Crato. Esse foi o artifício que a memória usou para conseguir refazer o “mapa mental” do trajeto da ocupação. Foi preciso lembrar-se do outro para reelaborar a sua vivência e relembrar o caminho percorrido.

Entretanto, apesar da memória coletiva ser uma fonte importante para manter o passado vivo, é o indivíduo quem executa o trabalho de lembrar e quando o faz, traz à tona as nuances dos fatos, possibilitado por sua percepção pessoal. Isso em virtude do fato de que determinados aspectos do acontecimento causam uma impressão mais marcante do que outras sobre o indivíduo. É por essa razão que duas ou mais pessoas narrando um mesmo fato recordado não necessariamente destacarão ou darão ênfase aos mesmos elementos, já que para cada um deles distintos acontecimentos se fizeram mais emblemáticos. Ou seja, é a parte dos fatos significativamente marcante para o sujeito que se arquiva em sua memória, podendo ser acessada posteriormente pelas suas recordações e, assim, ser descrita. Por isso, vale ressaltar

que a memória é seletiva e é por essa razão que Bosi (2006) afirma que lembrar é um ato de trabalho da memória.

Dessa forma, geralmente conseguimos nos lembrar com mais clareza dos fatos e acontecimentos por nós vivenciados e praticados e que, justamente por essa razão, estão sedimentados em nosso subconsciente. Mas também conseguimos nos lembrar daquilo que, mesmo não tendo sido feito ou visto por nós, foi ouvido no relato de terceiros. No entanto, apesar de nos voltarmos para acontecimentos antigos é fundamental que tenhamos a compreensão de que recordamos o passado a partir de um ato vivenciado no presente e que, por esse motivo, as lembranças são influenciadas pela conjuntura contemporânea (BOSI, 2006).

Por isso que as histórias de vida são importantes, pois são capazes de apontar particularidades e impressões sobre os acontecimentos. Daí a importância do capítulo anterior, pois quando os camponeses do 10 de Abril se voltaram para o passado para socializar sua autobiografia, concomitantemente, ajudaram a registrar também uma memória social do assentamento. Aquilo que é significativo para cada um dos assentados ouvidos e que, por essa razão, foi narrado permite a visualização de um mosaico de memórias e concepções sobre o passado e o presente da comunidade. Ao mesmo instante mostrou que existe uma memória do espaço, capaz de ser lembrada, refeita e esboçada, materializando-se, inclusive cartograficamente, caso seja necessário ou desejado.

Pelo fato da pesquisa lidar com o passado e de recorrer à história e a memória, se faz fundamental compreender que os fenômenos estudados possuem espacialidade e que esta se configura como sendo “um processo contínuo de uma ação na realidade, é o dimensionamento do significado de uma ação” (FERNANDES, 2001, p. 54). Sendo importante ressaltar também que “todo trabalho referente à espacialidade humana deve referir-se também à memória” (HOLZER apud COLASSANTE & CALVENTE, 2009, p.6). Encontra-se nessa compreensão uma intersecção entre os estudos da memória e do espaço sobre a qual a ciência geográfica, dentro do seu campo de atuação e a partir do seu prisma de análise, pode auxiliar na compreensão. Mas, surge aí um questionamento fundamental: como podemos compreender a materialidade do passado e a memória no espaço?

A esse respeito, Seemann (2002-2003, p. 45) nos esclarece que:

Halbwachs (1990, p.143), que trabalhou a questão da memória coletiva, afirma que ‘o espaço é uma realidade que dura’. Para recuperar nosso passado, precisamos ver o ‘meio material’ que nos cerca e onde a memória se conserva. O espaço, ou melhor ‘nosso espaço’, é ‘aquele que ocupamos, por onde passamos, ao qual temos acesso e

que fixa as nossas construções e pensamentos do passado para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças' (ibid.).

O espaço, portanto, deve ser compreendido não como categoria-estaque ('tudo é espaço'), mas através de categorias geográficas menos vagas e mais 'sensíveis' como lugar, paisagem e território, que estão estreitamente ligadas à memória e também à identidade.

Pensar no lugar significa criar vínculos mais afetivos e subjetivos do que racionais e objetivos entre as pessoas e o espaço no passado e no presente, como, por exemplo, mostrado no trabalho de Tuan (1980) sobre atitudes e valores das pessoas em relação ao meio ambiente.

Paisagem, nas palavras do geógrafo inglês Denis Cosgrove (1998), não é meramente o mundo que nós vemos; ela é uma construção, uma composição deste mundo, um modo de ver o mundo.

O território mostra que a compreensão dos lugares e das paisagens não se realiza sem limites e limitações propostas, opostas ou impostas pelos homens. Como exemplos podem servir as territorialidades das gangues e galeras urbanas como *loci* de disputas, confrontos e delimitações de posses (DIÓGENES, 1998) ou a história da ocupação das terras e a respectiva divisão das roças pelos camponeses (PIETRAFESA DE GODOI, 1999).

Seemann (2002-2003) mostra que a memória, para ser acessada, precisa do espaço, ao qual se remete para conseguir remontar os acontecimentos do passado. O ato de recordar requer essa materialidade e as categorias geográficas lugar, paisagem e território permitem uma aproximação mais eficaz com o espaço vivido pelo indivíduo que a recorda. Nesse sentido, ao trabalhar com as histórias de vida dos assentados foi possível transitar entre as memórias do espaço social dos sem terra, referentes às lembranças a respeito dos antigos locais de moradia, relações de trabalho e condições de vida nas quais os narradores estavam inseridos antes de se tornarem assentados. Adentrar nas memórias voltadas à conquista de uma fração do espaço agrário, que culminou na produção de um território do campesinato no Cariri. Essas memórias estão permeadas por lembranças do período de ocupação do Caldeirão e acampamento no parque de exposições do Crato. Por fim, as memórias da construção do lugar dos assentados, remetem desde o momento em que chegaram à terra conquistada até a atualidade (2010). Ou seja, permitiu conhecer as memórias da construção do modo de vida, identidade camponesa e ter uma noção da organização e da gestão do assentamento 10 de Abril.

A memória do espaço social dos "sem terra", que a pesquisa conseguiu abraçar, remete a diferentes municípios da região do Cariri, que foram apontados na fala dos assentados entrevistados. Sobre essa situação, é interessante destacar que, com exceção de D. Angelina, todos os outros expuseram condições de vida dura, vivenciadas pessoalmente ou por membros de sua família, e manifestaram relatos de exploração nas relações de parceria que mantinham antes de serem assentados ou situações conflituosas, sendo essas as razões que os levaram a se engajar em um movimento social de luta pela reforma agrária.

Nesse sentido, é possível notar que além do somatório das informações contidas nos relatos individuais permitirem a elaboração de generalizações, capazes de apontar elementos da questão agrária que se rebatem no Cariri cearense e apontar uma memória coletiva que se remete a um passado de exploração, expropriação e luta por terra, os relatos são também repletos de peculiaridades, resultado das experiências e vivências que forjaram a visão de cada um dos narradores. Nesse sentido, Bosi afirma que "por muito que deva a memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum" (2006, p. 411).

É por esse motivo que D. Angelina e o senhor Mozinho, ao relembrem as razões que os levaram a se engajar na luta pela terra e a se estabelecerem no assentamento 10 de Abril, apesar de possuírem um objetivo em comum, narram uma trajetória absolutamente distinta, sendo nítidas as diferenças que se pode apontar na fala de ambos. Enquanto a memória de D. Angelina é mais pessoal e familiar, relembando do irmão e do trabalho com os sobrinhos na roça em Potengi, a do senhor Mozinho está mais voltada para uma memória pública, sobre a experiência vivenciada em meio aos cursos oferecidos pelo sindicato dos trabalhadores rurais e o aprendizado de que havia leis que asseguravam direitos aos trabalhadores do campo. Sua história é marcada por uma indignação perante as injustiças contra os trabalhadores rurais e permeada pela vontade de mudar a sua condição de explorado.

O que chama atenção nesse caso é que, apesar das recordações de ambos possuírem elementos em comum, algo natural já que se dão em torno de um mesmo acontecimento, existem diferenças de observações e nas formas de explicar o mesmo fato a partir das suas lembranças. Ainda assim, é possível ter a reconstituição do acontecido, apesar das narrativas diferentes. Vale lembrar que o espaço social desses dois narradores era distinto, já que um é originário de Santana do Cariri e a outra de Potengi. Importante frisar também que, na divisão social dos trabalhos para a conquista da terra, os dois realizaram ações distintas, senhor Mozinho ocupou o Caldeirão enquanto D. Angelina foi responsável por cuidar da colheita dos legumes do seu irmão que estava ocupando.

A função exercida por D. Angelina foi desempenhada também por várias esposas de ocupantes, sendo praticamente um suporte logístico, uma organização familiar voltada a possibilitar a transição entre a condição de sem terra (parceiros, morador de condição, arrendatários) para a de assentado. Pois, enquanto os homens foram para o Caldeirão, muitas mulheres ficaram colhendo os legumes na roça, devido à época do ano em que a ocupação se realizou (mês de abril). A função que foi desempenhada pelas mulheres "sem terra" do Cariri

é comum e se repete em outros casos de ocupação de terras pelo país. É por essa razão, entre diversas outras, que se pode afirmar que mesmo sendo dotado de particularidades, o assentamento 10 de Abril é reflexo de uma conjuntura maior, a questão agrária brasileira, pois não foge à lógica da luta por terra em um contexto mais amplo. No entanto, houve também a participação de mulheres na ocupação do Caldeirão.

O depoimento do senhor Mozinho permite, inclusive, visualizar os elementos de uma geografia agrícola do Cariri, pois conta detalhes de como se davam as relações de parcerias do algodão, do milho, do feijão e a explica: no início da década de 1990 se plantava menos arroz nessa região do que o que se cultivava atualmente. Descreve algumas particularidades sobre o modo como os proprietários extraíam a renda da terra, fornecendo a mesma em estado bruto para ser trabalhada, ficando a cargo do arrendatário desde a derrubada da mata, broca, semeadura, trato do cultivo e colheita até a entrega da produção já ensacada. Faz saber também que para isso uma quantia em dinheiro era emprestada a juros, possibilitando o início dos trabalhos. E que a parceria no cultivo do algodão, produto de maior valor comercial, necessariamente ocorria no sistema de “meia”, com a exigência de exclusividade na compra da parte da produção que, por direito contratual, pertencia ao camponês. A venda que era acertada ainda na “palha”, ou seja, antes mesmo da colheita, devia ser entregue ao proprietário das terras que se encarregava de vender a produção e entregar ao arrendatário a sua parte do apurado, após tirar o pagamento, já com os juros, do empréstimo concedido para o início da produção. Nessa situação, o trabalhador não tinha como saber se aquilo que recebia correspondia ao valor real da venda, pois não participava da comercialização, ficando completamente alheio a esse procedimento. Essas informações dão uma dimensão de espacialidade sobre a organização econômica e espacial do campo caririense daquele período.

Como se pode observar, a partir dos relatos de cada um muito se pode interpretar. Bosi, refletindo sobre as idéias de Halbwachs, aponta que isso ocorre porque:

cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Nossos deslocamentos alteram esse ponto de vista: pertencer a novos grupos nos faz evocar lembranças significativas para este presente e sob a luz explicativa que convém à ação atual. O que nos parece unidade é múltiplo. Para localizar uma lembrança não basta um fio de Ariadne; é preciso desenrolar fios de meadas diversas, pois ela é um ponto de encontro de vários caminhos, é um ponto complexo de convergência dos muitos planos do nosso passado (2006, p. 413).

Pelo exposto na citação acima e como o ato de lembrar ocorre no momento presente, é possível afirmar que o senhor Mozinho adquiriu essa forma de interpretar o seu

passado não em razão do passado em si, mas pelas experiências que vivenciou a partir da convivência que teve com articuladores da igreja, sindicato rural e do MST. Pois, pertencer a esses grupos possibilitou ao mesmo, no estágio atual de sua vida, conceber essa visão de "estranheza" em relação à exploração que sofreu no passado. A visão de que a vida podia ser menos sofrida é a que é posta em exercício na hora de recordar, e tal visão só foi adquirida em virtude do mesmo ter convivido com os movimentos sociais que lutam pela reforma agrária e vivenciado a construção de uma trajetória nova. Essa convivência e sua *práxis* despertou-lhe o senso crítico e o entendimento necessário para “descortinar fatos”, o que o possibilitou tornar-se sujeito de sua própria história.

O mesmo pode-se dizer de “Vozinho” que teve pai agricultor, tornou-se pescador em uma das ilhas do açude Orós, depois vendedor de ouro no sul do país, foi morador de condição, participou de uma luta dos sem teto no antigo bairro Mutirão em Juazeiro do Norte, para só depois adquirir a identidade de “sem terra” e ocupar o Caldeirão. O uso da literatura de cordel para contar a sua saga e fazê-lo também de instrumento de denuncia social nos permite visualizar a evocação de várias passagens de sua vida, sua convivência com os movimentos sociais (sem teto e sem terra), que ajudam a compor seu lastro de memórias pessoais e sua posição política contra “patrão” e “latifundiário”.

Já as memórias políticas de Porciano o levam a afirmar que seu pai foi o mais perseguido entre todos os moradores que tiveram queda da produção devido aos dois anos seguidos de pouca chuva que enfrentaram e, conseqüentemente, diminuíram o valor da renda paga ao proprietário da terra. Em sua opinião, isso se deu devido à filiação de seu pai ao Partido dos Trabalhadores - PT, causando divergências com o proprietário que, mesmo sendo seu padrinho, o perseguiu por motivos “partidários”.

Essa situação pode ser apontada também nas reflexões em que praticamente todos os “pioneiros” fazem sobre o trabalho individual e coletivo, que só passou a ser conhecido pelos mesmos a partir do contato com o MST. Gorgen & Stedille (1991) afirmam que a origem de muitos trabalhadores que ocupam terra está na pequena produção familiar, pois são filhos de pequenos proprietários, meeiros, arrendatários, agregados, etc., ou seja, o modelo de desenvolvimento do qual fizeram parte foi sempre baseado no trabalho desenvolvido no núcleo familiar de cada um, por isso tendem a ter resistência ao trabalho coletivo. Isso fica evidente no momento em que Vozinho afirma que o assentamento “tá bom”, mas que acharia melhor se no 10 de Abril fosse reproduzido o modelo de parcelamento de alguns assentamentos do Estado do Ceará, pois a pessoa saberia “como se manejar”.

Pode ser percebido também na visão do jovem Roberto que aponta o exemplo do assentado Luiz, que precisou sair do assentamento para poder se “desenvolver” lá dentro, conseguindo recursos para montar sua bodega, criação de frangos e de porcos. A experiência de uma pessoa próxima influenciou sua forma de encarar com vantagem o processo de migração dos jovens para obter recursos fora e depois voltar para investir em alguma atividade dentro da comunidade.

Mas, se como foi visto, é com a visão do presente que recordamos, ocorre também que "à medida que o tempo social se empobrece de acontecimentos, se afina e esgarça, vai pondo a nu aquele tempo vazio, sem aparas, como um chão infinito, escorregadio, em que os passos deslizam. Tempo que vence e muda os seres mais resistentes" (BOSI, 2006, p.416). Ilustrando essa afirmação de Bosi, temos a comparação de dois trechos do depoimento de D. Angelina. O primeiro deles, quando narra sua participação ativa na ocupação do baixio do DENOCS ou suas memórias sobre o seu engajamento junto aos homens, na época em que se organizavam os grandes mutirões de trabalho coletivo. Em segundo, a maneira como ela descreve a vida no assentamento hoje. Ao falar sobre o presente, mesmo que em algumas passagens afirme que a vida no assentamento é boa e que não esperava que atingissem a situação de hoje, pode-se notar que essas lembranças vão, aos poucos, dando espaço a um aparente estado de desânimo, ao ponto de mesma chegar a afirmar que não abandona o assentamento apenas por causa de sua filha Sueli, que também é assentada no 10 de abril. Acredito que isso seja reflexo de dois acontecimentos: já não ocorrem no assentamento, como existiram no passado, grandes embates que requeiram maiores mobilizações. Somando-se a isso, há o fator do avançar da idade e a chegada da aposentadoria, que naturalmente diminuíram o ritmo do trabalho, que se configura como um elemento crucial do modo de vida camponês. A própria D. Angelina oferece essa noção quando diz que diminuiu sua área de plantio, mas que, mesmo desaconselhada e chamada de “doida” por outros assentados, faz questão de manter os seus “servicinhos” de roça, fato que a deixa “feliz”. O recuo de um papel mais ativo junto à comunidade e a diminuição do trabalho pode ser apontado como uma das razões que explicaria o desânimo manifestado pela camponesa.

Os depoimentos permitiram também compreender que cada indivíduo tem de seu território e do seu lugar a memória de acontecimentos que se estabelecem como pontos que marcam sua história. Sobre esse aspecto, pode-se destacar a importância que concedem às lutas travadas para a conquista da terra e depois por melhorias para o assentamento. Identifica-se que na fala dos homens entrevistados é recorrente as memórias sobre a ocupação do Caldeirão e a posterior ida para o parque de exposições do Crato. Vozinho chega,

inclusive, a narrar um cordel onde descreve esses acontecimentos. Já as mulheres relembram a luta na qual se envolveram para conquistar e anexar ao assentamento o trecho de baixio que se encontrava em área do DENOCS. Percebe-se que os homens não mencionaram essa ocupação feita na área do açude Umari, em 1992, mas as mulheres sim. Penso que isso ocorra porque, conforme afirma Bosi:

a força da evocação pode depender do grau de interação que envolve: eventos de repercussão restritas diferem, em sua memorização dos que foram revividos por um grupo anos a fio. Mas, uns e outros sofrem de um processo de desfiguração, pois a memória grupal é feita de memórias individuais. Conhecemos a tendência da mente de remodelar toda experiência em categorias nítidas, cheias de sentido e úteis para o presente. Mal termina a percepção, as lembranças já começam a modificá-la: experiências, hábitos, afetos, convenções vão trabalhar a matéria da memória. Um desejo de explicação atua sobre o presente sobre o passado, integrando suas experiências nos esquemas pelos quais a pessoa norteia sua vida. O empenho do indivíduo em dar um sentido à sua biografia penetra as lembranças com um ‘desejo de explicação’ (2006, p. 419).

Naturalmente, se um grupo de assentados vivenciou com maior ou menor intensidade uma das várias lutas travadas para a concretização do assentamento, esse grupo reterá o fato para si, podendo, no entanto, ser uma memória nítida ou embaçada. É o que acontece nesse caso das memórias sobre a ocupação da área do baixio. Outra consideração a ser feita é a de que, logicamente, aqueles que narraram suas experiências expuseram com maior quantidade de detalhes ou mencionaram assuntos que compõem as suas vivências pessoais diretas ou indiretas que lhes foram significativas ao ponto de marcar a sua própria história de vida. Um exemplo disso é a passagem em que D. Angelina demonstra ter captado a emoção do policial que se compadeceu da situação dos assentados e por isso chorou, intercedendo junto aos outros policiais para que as camponesas rodeadas de crianças não fossem algemadas em razão da ocupação do baixio na área do DENOCS.

Outro exemplo é narrado por dona Zezé ao se recordar das doze noites sem dormir em virtude da ocupação do baixio. Se na ocupação do Caldeirão, que foi o início de tudo, ela não exerceu um papel direto, cabendo-lhe como missão a responsabilidade de cuidar dos filhos e da casa enquanto o marido permaneceu no acampamento, na ocupação das margens do açude, que tinha como objetivo a conquista de um local onde se pudesse realizar um “plantio verde” e assim obter alimentos, a mesma faz questão de ser protagonista. Colocou-se na linha de frente para dar “um descanso ao marido”, já que havia sido ele quem participou da primeira ocupação que resultou na conquista da terra.

O caso do baixio mostra a luta que os camponeses tiveram que travar para conseguirem garantir a sobrevivência e resistir aos primeiros anos do assentamento 10 de Abril. Pelo que foi contado, pode-se observar a situação de abandono que a comunidade enfrentou e o descaso do poder público em relação à posição das famílias que foram assentadas sem condições mínimas de moradia, higiene, saúde e educação. Além, é claro, da falta de recursos para obtenção de mantimentos. Essa é uma prática comum realizada pelo Governo, que distribui a terra sem ofertar as condições básicas para o viver das famílias até que os assentados consigam realizar os primeiros plantios e suas colheitas.

Outras lutas foram apontadas pelos camponeses, sempre por melhorias estruturais. Dona Angelina lembra da comissão que teve que ir a Fortaleza lutar pela conquista do projeto de moradia que deu fim a difícil situação vivida por ela e seus companheiros sob as lonas amarelas, por causa do sol ou da chuva que se armava “na casa de nosso senhor”.

O senhor Mozinho destaca as conquistas dos projetos produtivos, em especial o gado, que foram capazes de superar as expectativas dos técnicos do IDACE e da EMATERCE. Lembra também da bodega comunitária, uma experiência inovadora, que acabou não conseguindo se manter. Ressalta a importância da escola para o assentamento e faz questão de frisar a sua qualidade.

Dona Zezé aponta a importância de que o presidente da associação “saia do assentamento” para poder interagir com lideranças e trazer melhorias para a comunidade, além de destacar as assistências e parcerias estabelecidas recentemente para a chegada de projetos de estruturação física e de produção ao qual planeja se dedicar.

Já Porciano rememorou seus cinco anos de militância no MST e a sua participação nas aproximadamente de 15 ocupações de terra que ajudou a organizar no sertão central quando esteve na frente de massas do Movimento, até interromper essa trajetória de luta por problemas de saúde.

No caso de Aurélio Bispo, ele faz questão de ressaltar que embora não tenha participado da conquista do assentamento 10 de Abril, traz em sua história de vida a luta pela terra, ocupação e a conquista de um assentamento, o Serra Verde. É como se, inconscientemente, tentasse justificar que faz jus a estar naquele território, pois também lutou por terra. Essa compreensão se reforça quando ele aponta que mesmo trabalhando em São Paulo, ao retornar para o assentamento, tem participação mais efetiva nos trabalhos coletivos do que muita gente que fica o ano inteiro sem se ausentar da comunidade.

Aliás, essa perspectiva do depoimento de Aurélio mostra a situação conflituosa e perversa da necessidade de ter que migrar para poder continuar. É nítido em sua fala que o

assentamento 10 de Abril se configura de modo arraigado como seu lugar, local com o qual possui identidade e estreita ligação. Porém, precisa anualmente se ausentar da comunidade para se assalariar durante quatro meses na indústria Santa Luzia, no Estado de São Paulo, onde trabalha montando cestas natalinas. Por essa razão passa, inclusive, o feriado de Natal fora do lar. Talvez como forma de compensação por ter que migrar e não poder se inserir de forma ininterrupta nas ações da associação, se envolve o máximo que pode no trabalho coletivo quando está na comunidade, fato que lhe rende o reconhecimento de outros assentados. Esse engajamento lhe permite também tecer críticas e cobrar dos jovens que passam a semana fora do assentamento e retornam no final de semana, ou que passam temporadas fora, mas sempre retornam para o assentamento, a também contribuir com as atividades coletivas do assentamento, tal qual ele próprio faz. Na visão de Aurélio, esses jovens, assim como ele, estão indo em busca de dinheiro, mas ele aponta “um pouco de irresponsabilidade deles, porque se conviver no assentamento tem que querer trabalhar dentro também, no coletivo.”

Mas será que o termo irresponsabilidade é o mais correto ou representativo dessa situação? A culpa é mesmo da atitude pessoal de cada jovem que migra? Ou seria algo decorrente de uma situação mais ampla, ligada à estrutura econômica e social das famílias pobres do campo? Se o caso de evasão da juventude rural não é uma realidade apenas do assentamento 10 de Abril, mas do campo brasileiro de um modo geral, podemos “recriminar” os jovens camponeses que migram? Não será essa situação da pobreza quase absoluta vivenciada por uma grande parcela da população do campo brasileiro que está se refletindo no Cariri e ocasionando a quebra de uma coesão interna na gestão do assentamento 10 de Abril? “Mas é isso. A gente tá caducando já e os outros tão tomando de conta”, disse o senhor Mozinho no final da sua fala quando se referia à inserção dos jovens nos trabalhos dentro da comunidade. Não estaria essa situação, de viés mais universal, impelindo ao rompimento de um modelo solidário de organização baseado nos mutirões e na forma de cooperação coletiva na qual o assentamento se consolidou desde os seus primeiros instantes de existência? Seria essa a razão que tem levado a juventude a relegar o trabalho coletivo? Ou não será apenas uma situação de colocar em segundo plano a cooperação e passar a “fazer só para si”, como afirmou Porciano, mas sim uma verdadeira questão de *esquecimento* do modo de organização interna do assentamento, da “identidade sem terra” e da história de luta e consolidação do assentamento? Ou pior, um esquecimento do modo peculiar de lidar com a terra e da estreita ligação existente entre camponês e natureza, levando a manifestarem um verdadeiro desinteresse pelo trabalho rural?

Para essa reflexão é de fundamental relevância que seja levado em consideração o fato de que “entre as famílias mais pobres, a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças” (CHAUI, 2006, p. 19).

No caso do assentamento 10 de Abril o problema estaria na não socialização da memória, na espoliação das lembranças? Essa juventude de hoje que pensa em sair do assentamento tem essa necessidade porque não conhecem a história do lugar em que vivem, não conhecem a história de luta dos seus pais? Ou é decorrente de novas conjunturas que se estabelecem na atualidade e criam novos anseios entre os assentados? Seria em virtude do fato de que nos dias atuais os camponeses sofrem no local em que habitam e onde estabelecem suas relações do cotidiano as influências do mundo exterior, que são de ordem cada vez mais global e fazem com que os anseios se transmutem em novas formas de pensar o mundo?

Será que o jovem do campo de hoje se contenta com as mesmas condições de vida enfrentadas por seus pais quando possuíam a sua idade? De viver sem renda fixa, do trabalho agropecuário, de constituir uma família, ficar no meio rural plantando, colhendo, estocando o alimento em garrafas PET com os quais terá que passar até a quadra chuvosa seguinte chegar, rezando para que não haja seca, já que pratica agricultura de sequeiro? Colocando as mãos em dinheiro praticamente somente quando a safra é boa o suficiente para gerar excedente a ser comercializado ou quando recebe algum auxílio financeiro proveniente de programas de ajuda governamental? Ainda existe espaço para isso na concepção do jovem camponês do século XXI? Se existe, por que será que quando aparece uma oportunidade de se assalariar, esses jovens se agarram a ela e acabam largando a agricultura mesmo que mantenham a vontade de não sair do seio da sua comunidade?

Roberto, jovem que não saiu para arrumar trabalho fora, mas tem isso em mente, entende as razões que os motivam a querer partir e depois voltar:

Eu acho que eles saem porque lá fora o rendimento é maior. Por exemplo, esse trabalho que a gente tem da horta comunitária é um meio de visar um lucro rápido, mas, em outros termos, esse lucro só dá mesmo pra você se manter. Não dá pra você manter alguma coisa mais adiante. Você não pode fazer uma compra em uma loja pra pagar daquela produção porque não dá. Praticamente dá só para o seu consumo em casa, não dá pra você ir comprando umas coisinha e ir se ajeitando por ali. [...]. Então, eu acho que a juventude não entra em um projeto desse nosso por causa do ganho. Porque dependendo do meio do trabalho, quem trabalha lá fora como eles, que não tem carteira assinada e ganha por produção, quanto mais rápido trabalha, mais ganha. Então, tem gente daqui que vai, trabalha três meses e chega a fazer uma renda mínima de R\$ 5.500,00 reais. E aqui na nossa produção, por mais que a pessoa queira, em três meses o máximo que você vai fazer são R\$ 1.500,00 reais. É

uma diferença grande. Então, é por isso que eles saem (ROBERTO, entrevistado em julho de 2010).

Carneiro (2007) aponta a necessidade de que se reflita sobre a juventude rural a partir do contexto das novas mentalidades presentes no campo na atualidade. Segundo a autora, essas novas maneiras de pensar ocorrem devido à crescente mobilidade dos indivíduos, sobretudo dos jovens, entre o campo e a cidade. Somado a isso, pode-se apontar uma acentuada troca de fluxos de informações, relações, materiais, entre outros, que configuram o espaço geográfico na atualidade.

Esse novo espaço geográfico rural é caracterizado por uma fusão cada vez mais intensa entre elementos que anteriormente eram característicos apenas do campo ou da cidade, mas que agora se podem perceber em um ou outro. Em decorrência dessa nova configuração, na atualidade, aspectos do modo de vida urbano e equipamentos anteriormente restritos às cidades estão cada vez mais presentes no campo. Isso nos leva a pensar se a histórica dualidade entre o rural e o urbano estaria sendo esfacelada pela modernidade ou, como alerta Carneiro (2007), ao invés de deixar de existir estaria apenas se tornando mais turva, se fazendo difícil de perceber e, com isso, mascarando as realidades diante dos nossos olhares.

O que, então, somos levados a pensar quando falamos em novas atividades e em novas mentalidades no cenário rural? Será que nesse contexto de mudanças recentes a noção de rural associada ao agrícola e a esse conjunto de idéias que o opõem ao urbano, à modernidade, à idéia de dinâmica, de mudança, de ‘novo’ estaria dando conta da realidade atual? Caberia então falarmos de um ‘novo rural’ ou de uma ‘nova ruralidade’? Estaríamos vivenciando a elaboração de novas culturas espacialmente referenciadas? Ou seria o caso de pensarmos essa dinâmica como parte de um processo de homogeneização entre culturas que acabaria com a distinção entre o que se acostumou definir como próprio a uma e a outra? Será que a industrialização da agricultura, a intensificação entre o campo e a cidade, o desenvolvimento tecnológico dos nossos meios de comunicação, sobretudo os virtuais, e a ampliação do acesso a esses meios, estariam colocando em xeque a especificidade do rural? Qual o lugar do rural num mundo globalizado, informatizado e televisado? Quais os conceitos e noções que devemos utilizar para compreender essa nova realidade? E, finalmente, como perceber o lugar da juventude nesse novo contexto? (CARNEIRO, 2007, p. 54).

No caso específico do assentamento 10 de Abril, penso que a melhor maneira de responder a esses questionamentos está na lucidez daquilo que foi expresso por Roberto, ao apontar que os jovens que “estão surgindo agora no assentamento e que é a nova juventude, [...] já fazem parte de uma nova sociedade e estão vivendo uma coisa diferente, bem sucedida, sem saber o que aconteceu”.

Essa “nova sociedade” da qual Roberto fala, onde estão inseridos os jovens do assentamento, é repleta de novos anseios, que se assemelham aos vivenciados pelos jovens da cidade. Tal situação é resultado de um processo de mudanças de valores que ocorre de modo cada vez mais rápido e intenso na atualidade, alterando profundamente as relações sociais do campo. A esse respeito, Carneiro afirma que:

Novas demandas, semelhante às dos jovens urbanos, mobilizam jovens de residência rural a buscarem atividades mais bem remuneradas e menos fatigantes que a agricultura. A compra de motos, que permite ampliar o espaço de sociabilidade para além dos limites de suas próprias localidades de origem, a aquisição de roupas e complementos, de aparelhos de som e outros bens materiais, que os tornam mais atraentes que podem facilitar o namoro um e casamentos futuro (CARNEIRO, 2007, p.60).

Dados obtidos a partir de entrevista com alguns membros do grupo de jovens do assentamento 10 de Abril a respeito do futuro, do lugar que gostariam de viver e qual a profissão que gostariam de seguir, ratificam a citação acima. De nove jovens ouvidos, apesar de muitos ajudarem os pais ou avós com os afazeres da roça, oito manifestaram o interesse de exercer atividades profissionais diferentes da agrícola.

No contexto brasileiro atual, a observação sobre a mobilidade dos jovens nos leva também a outra constatação. A valorização da aldeia não implica a negação dos bens materiais urbanos. A frequência escolar e a dedicação ao estudo, por exemplo, não podem ser encaradas apenas com um recurso para a migração através da busca de qualificação para concorrer a um emprego na cidade. Mesmo não relacionando seu futuro à agricultura, muito jovens preferem continuar morando na localidade rural, mas sem abrir mão do acesso à educação e a novos campos de conhecimento como informática, por exemplo, que permitiria abrir as janelas do mundo rural para um universo desconhecido e ilimitado (CARNEIRO, 2007, p.63).

Foram citadas as profissões de dançarina, astrônoma, policial, médico. Apenas uma das garotas ouvidas manifestou interesse de trabalhar com roça, apesar de também querer dançar. “Eu quero ser dançarina. Mas primeiro prefiro estudar logo e arrumar um trabalho para ajudar a mãe, depois é que eu penso nas outras coisas. Eu pretendo pegar uma parte pra mim da roça de mãe, dos orgânicos, pra eu ajudar ela e nas despesas lá de casa” (ÍRES, entrevistada em julho de 2010). Já o jovem Marcos, de 16 anos, afirma querer sair do assentamento, passar um tempo fora para ver se acha uma coisa melhor do que o trabalho de roça, no qual trabalhe menos e “o cara não precise se matar de trabalhar” (MARCOS, entrevistado em julho de 2010).

Já Cirlene manifesta a vontade de prestar uma nova seleção para o vestibular, cursar uma faculdade e se tornar uma professora no assentamento. Nesse caso nota-se que a jovem pensa em unir o lado positivo das duas realidades, a do “urbano” representado pela vontade de estudar em uma faculdade e a do “rural” representada pela vontade de permanecer no assentamento, onde se encontram seus vínculos de pertencimento e interação. Sobre esse aspecto, Carneiro diz que “nem sempre, ou mesmo raramente, o sonho de combinar ‘o melhor dos dois mundos’ é possível de ser concretizado na localidade de origem. Migrar para uma cidade pequena ou partir para deslocamentos frequência do campo para a cidade pode ser alternativa disponível” (2007, p. 61).

Não há como saber se os desejos profissionais que foram expostos se tratam realmente de projetos de vida ou se são ainda parte lúdica da adolescência. Afinal, quem nunca quis ser jogador de futebol, piloto de fórmula1, bombeiro, artista de televisão, etc? Mas preocupa o fato de que a juventude, mesmo tendo um contato diário com as atividades agropecuárias, não manifeste interesse pelo trabalho agrícola, mas, no máximo, a vontade de querer permanecer no assentamento.

Essa minha preocupação, no entanto, é feita dentro da seguinte reflexão: é importante que os jovens, mulheres e homens do campo permaneçam na área rural. Porém, essa permanência deve ocorrer por vontade própria e não em virtude da falta de opções, que leve a uma prisão invisível, que fixa a população rural no campo por não possuírem oportunidades capazes de fazer valer os seus objetivos ou uma situação melhor de vida. A permanência no campo deve ocorrer a partir do estímulo, possibilitado pela criação e disponibilização de estruturas e equipamentos sociais básicos como creches, escolas de nível básico e cursos superiores, postos de saúde, acessibilidade viária, água encanada, rede de esgoto, energia elétrica, telefone, internet, etc. Somado a isso deve existir a possibilidade de produção que seja viável, capaz de gerar renda satisfatória o suficiente para inserir as famílias camponesas no circuito de consumo. Não me refiro aqui a esse modelo de consumo desenfreado, desequilibrado e degradador da natureza, mas a um consumo sustentável, que possibilite a essas famílias adquirirem instrumentos de conforto, ter acesso aos estudos, à cultura popular e/ou erudita, ao lazer, enfim, a condições necessárias para uma vida cidadã, sem miséria.

No entanto, o que se vê é que essa juventude acaba permanecendo na zona rural, não por “cair em si” e perceber benefícios no campo. Mas sim em razão da precária formação escolar que possuem e pela falta de oportunidades que eles não têm em decorrência das condições econômicas familiares. São por essas razões que, muitas vezes, não conseguem

uma inserção diferente “no mundo lá fora”, sendo condicionados a permanecer na “comunidade”.

É lógico que a história não é estática e que os destinos dos sujeitos sociais estejam pré-determinados, impossíveis de serem alterados. Como dizia o grafite do maio francês, em 1968, “toma meus desejos por realidade, porque eu creio na realidade dos meus desejos”. Mas não se pode também assumir a faceta do discurso neoliberal que delega somente ao sujeito a condução do seu próprio destino e a responsabilidade pelo seu “êxito” ou seu “fracasso” na sociedade. É indispensável a participação do Estado como agente fornecedor dos serviços básicos necessários à vida e ao exercício da cidadania. Nesse aspecto, nem o campo nem a cidade oferecem à classe pobre essa condição. Milton Santos, em depoimento no filme de Silvio Tendler, é categórico ao afirmar que no Brasil nunca existiu cidadania, mas sim privilégios para aqueles possuidores de maiores recursos. No entanto, com a dualidade campo-cidade e o predomínio e opressão do urbano sobre o rural, essa situação tende a ser ainda mais precária no espaço geográfico agrário. Tal situação evidencia-se nos setores da saúde, lazer e educação, entre outros.

No caso específico da educação, é possível compreender que as políticas públicas voltadas para a área educacional no Estado do Ceará, que são aplicadas no rural e no urbano, são amplamente questionáveis. Exemplo disso é o projeto “Primeiro Aprender”, inserido de cima para baixo nas escolas públicas da rede estadual, oferecendo qualidade de ensino muito aquém daquilo que se espera para a formação dos alunos de nível médio. O que se dizer, então, da educação ofertada atualmente na área rural que tem como fator agravante condições ainda mais incipientes em termos de recursos físicos e humanos para realização do processo de ensino aprendizagem?

Assim, diante da situação conjuntural na qual estão imersos, caso não executem um esforço individual – às vezes sobre-humano – de estudar, trabalhar, sustentar um lar e, ainda sim, ter que remar contra a maré contrária que se coloca como barreira a ser superada para o seu desenvolvimento pessoal, é possível que aqueles jovens não consigam realizar o velho sonho do “que vai ser quando crescer”. Tudo impele para que aquele jovem jamais seja policial, por exemplo. Isso porque a formação escolar a qual tem acesso dificultará sobremaneira ao mesmo ser aprovado em um concurso público, que é pré-requisito para o exercício da profissão que deseja. E o que dizer da jovem que almeja ser médica, tendo, para isso, que passar em um dos vestibulares mais disputados de qualquer universidade pública brasileira?

Vale lembrar aqui que no caso da escola “Construindo o Caminho”, do assentamento 10 de Abril, que tem sua prática pedagógica embasada na proposta do MST e que conta com um quadro de professores da própria comunidade, comprometidos com o modelo de escola a qual propõem, só funciona até a 4º série. Depois disso os alunos são obrigados a se matricularem nas escolas dos distritos próximos ao assentamento ou irem para a cidade do Crato.

Se não for por mérito próprio, eles vão ficar no campo. Não por opção, mas por imposição social. Ou partirão para as cidades, para trabalhar em subempregos e morar nas periferias mais precárias. Portanto, é preciso pensar em políticas públicas mais eficazes para o campo, que o torne atrativo e ofereça oportunidades.

Pelo exposto, podemos entender que:

nesse contexto, permanecer no campo exige-se pensar em alternativas não-agrícolas tanto para moças quanto para rapazes ou, ao menos, em um modo de fazer agricultura diferente da realizada por seus pais. Observa-se, aí, uma mudança do valor atribuído à agricultura, compartilhado, em muitos casos, pelos próprios pais que querem poupar os filhos das dificuldades e sofrimentos por que eles passaram. Em decorrência dessa situação a reprodução social das unidades familiares agrícolas encontra-se ameaçada. A crise da sucessão, expressa pela recusa dos filhos em assumir o lugar dos pais na chefia do estabelecimento agrícola, provoca efeitos também nos valores internos à família com repercussão sobre a hierarquia interna e na ampliação do campo de possibilidades de realização dos projetos dos jovens. A abertura de um espaço de negociação intergeracional é o principal resultado que essa situação pode levar, sem, no entanto, excluir tensões e conflitos (CARNEIRO, 2007, p.61).

A ideia discutida acima por Carneiro pode ser ilustrada por trechos conflitantes nas falas de Porciano e Roberto. O primeiro, no final da entrevista, aponta o lamento de um dos seus colegas a respeito da não inserção do filho nos trabalhos da roça familiar e afirma que, talvez, a juventude de 16 anos mal saiba onde se localizam as roças de seus pais dentro do assentamento. Já o segundo, reclama da insegurança de alguns pais em relação aos seus filhos, impedindo-os de viajar para encontros da juventude do MST e não apoiando seus objetivos, fato que tiraria o foco da juventude e acabaria deixando uma espécie de “transtorno” que tira o “incentivo daquilo que os meninos iam fazer”.

Mas nem tudo está perdido, e como deve ser, a solução para essa situação vem de dentro, é orgânica, sentida, pensada e expressada no depoimento de uma camponesa do assentamento:

Essa noite passada nós estivemos reunidos com a coordenação para conversar sobre esse pessoal que tá indo para Juazeiro trabalhar [...]. A gente foi e eu discuti que o

que tá faltando nessa comunidade, pelo fracasso que a gente tá vendo, é chamar o Movimento Sem Terra aqui para dentro e fazer um encontro de dois ou três dias. Chamar todo mundo, para não ficar ninguém em casa, igual nós fazíamos antigamente. E esclarecer como é que as coisas podem andar: ‘Olhe gente, nós temos que lutar, nós temos que ficar aqui dentro. De que adiantou a gente ocupar a terra e agora todo mundo sair de dentro do assentamento? Que história é essa?’. Faz tempo que a gente fez uma mística [...]. Nunca mais reuniram todo mundo pra fazer uma coisa bonita, juntando todo mundo. Faz muito tempo. Então vamos chamar essas pessoas, o sindicato dos trabalhadores e vamos conversar juntos, discutir juntos e vamos se organizar em um bocado de núcleo (DONA ZEZÉ, entrevistada em julho de 2010).

O pensamento de Dona Zezé é importante, pois é necessário que a comunidade se sinta impulsionada a mudar o estado de marasmo no qual está imergindo. Só assim será possível que os projetos em curso continuem funcionando e que passem a gerar lucro satisfatório, como é o caso dos projetos de pecuária, apicultura e horta, recebidos no passado e mantidos até hoje. E que a comunidade se mobilize para a implantação de possíveis outros projetos de produção, que se adequem tanto ao perfil ambiental do assentamento quanto aos anseios da juventude e dos pioneiros, gerando trabalho não extenuante e renda suficientemente para que os assentados não se sintam impelidos a migrar sazonalmente. Somente a partir do momento em que os projetos lograrem êxito, a juventude passará a perceber a viabilidade de estarem articulados através da associação já existente ou, quem sabe, de cooperativas, dando uma repaginada, revitalizando a gestão do assentamento a partir de princípios solidários e coletivos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A realidade não é construída à luz de um só olhar, ou uma só ciência, mas a partir de um conjunto de reflexões, mas nem por isso um trabalho é espelho de uma verdade local. Ele pode apresentar uma das verdades ou uma perspectiva de ler a realidade” (LIMA, 2008, p.160)

Privilegiou-se nesse trabalho uma análise sobre o Assentamento 10 de Abril. No entanto, as análises partiram sempre do entendimento de que os fenômenos e os processos sociais que envolvem os camponeses estudados não se dão de forma isolada, sofrendo influência, mas também influenciando seu círculo de inserção e interação. Nesse sentido, pode-se afirmar que o referido assentamento é, ao mesmo tempo, produzido e também é produtor da configuração contraditória e combinada da estrutura fundiária do Cariri, que, por sua vez, é um recorte do campo brasileiro. Dessa forma, ao investigar o espaço social no qual a experiência do assentamento está inserida, a pesquisa apresenta contribuições teóricas que auxiliam na reflexão sobre alguns aspectos do agrário caririense.

Ao “revermos” o rural do Cariri foi possível apresentar as diferentes delimitações dadas a essa região, traçar os aspectos do processo de formação histórico-geográfico de sua estrutura agrária e a forma como as propriedades rurais estão organizadas na atualidade. Essa análise se baseou no número, tamanho das propriedades e dos estabelecimentos rurais da região. Para isso foi feito uso de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e dos Censos Agropecuários dos anos de 1995 e 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. A partir desses dados, foi possível compreender como se dá a distribuição da posse da terra na microrregião homogênea do Cariri, bem como os processos sociais decorrentes dessa configuração espacial.

O resultado apontado torna claro que a estrutura fundiária caririense necessita ser desconcentrada, através de um amplo processo de reforma agrária, possibilitando uma divisão economicamente viável e socialmente justa das terras caririenses. Nesse processo, é necessário também que se revejam, além do tamanho das propriedades, as bases técnicas na qual a produção agropecuária regional está assentada. Isso é fundamental para que se evitem, além de outros impactos, os graves problemas de degradação e desertificação ambiental pelo qual o sertão semiárido vem passando na atualidade.

Demonstra também a urgência de que maiores estudos sejam direcionados para o entendimento das condições de vida e do trabalho camponês praticado nos minifúndios. Com

isso, será possível compreender a realidade dessas pequenas unidades produtivas, propondo uma modernização da produção através do uso de tecnologias alternativas, que se adaptem melhor às características limitantes desses reduzidos espaços e sejam capazes de dinamizar e melhorar as condições de trabalho e seus resultados. Porém, não uma modernização conservadora que esteja voltada apenas para o aumento da produção e da produtividade, mas sim que respeite e leve em conta os anseios da população camponesa e das características ambientais locais. Concomitantemente é necessário realizar a desconcentração fundiária da Região do Cariri, pois sem isso será impossível melhorar qualidade de vida da população camponesa bem como possibilitar um desenvolvimento com crescimento econômico socialmente justo.

Privilegiando uma análise sobre a *geografia do campesinato* no Cariri, o trabalho enveredou-se para a análise da história e da memória, como elementos constituintes e formadores da identidade camponesa. Assim, foi possível percebê-las como importantes mecanismos capazes de serem apropriadas e utilizadas pelos movimentos sociais para a articulação de trabalhadores rurais. Isso foi o que ocorreu quando o MST, o sindicato dos trabalhadores rurais e setores da igreja católica fizeram um trabalho de militância nas bases, despertando a consciência coletiva que favoreceu a ocupação do Caldeirão e a conquista da terra.

Constata-se também o papel que história e memória desempenham na aquisição e na socialização de experiências sociopolíticas, que são espacializadas pelos camponeses engajados em movimentos de luta pela reforma agrária. Na região na qual o assentamento estudado está inserido, isso ocorreu de maneira mais acentuada no momento em que ele se tornou uma “base de apoio” para articular os sem terra que participaram da segunda ação do MST no Cariri, que resultou na conquista do assentamento Serra Verde, em Caririaçu, no ano de 1997. Nessa ocasião, alguns camponeses do assentamento 10 de Abril chegaram, inclusive, a participar efetivamente da ocupação da Fazenda Boris. Nota-se aí, a ocorrência dos processos de socialização de experiência, espacialização e territorialização da luta pela terra na região sul do Estado, mesmo que de maneira mais lenta e com resultados numericamente menores do que a ocorrida na parte norte do Ceará.

De forma específica, entrando diretamente nos territórios da memória, vê-se que esse elemento permeia o cotidiano no assentamento 10 de Abril, funcionando como uma espécie de “termômetro” capaz de mostrar que com o passar dos anos as relações estabelecidas entre os camponeses e o assentamento tem se dado em outro ritmo, de maneira diferente da que foi vivenciada por seus membros em seus primeiros anos de vida.

Ouvindo os assentados foi possível compreender o processo de mobilização social que orientou e os impeliu a se tornarem sujeitos sociais produtores de sua própria história: foi iniciado primeiramente pelas ações dos sindicatos rurais cariense, através da formação de uma escola de lideranças rurais criada na cidade do Crato. Somou-se a isso as experiências trazidas pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, Associação Cristã de Base, ONG local, e, de maneira decisiva, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.

A chegada do MST na região ajudou a nortear a construção de uma identidade social nova, reflexiva e questionadora por parte dos sem terra. A partir desse contato se tornou possível, para aqueles que se engajaram nas ações do Movimento, descortinar e elucidar situações, abrindo espaços para a crítica dos elementos constitutivos de sua condição de vida como parceiros, meeiros, trabalhadores explorados e mudos. Mudos porque não podiam sequer exigir os seus direitos, em virtude de temerem a opressão velada, causada em muitos casos, pelo medo de serem expulsos da terra na qual trabalhavam, além de serem denegridos por más referências prestadas pelos patrões, o que dificultaria o estabelecimento de novos vínculos de trabalho e/ou parcerias em outras propriedades, colocando em risco a sobrevivência familiar.

Essa nova identidade apontava também a possibilidade de poderem gerir o próprio futuro, por meio da conquista da terra e sua manutenção como espaço uno que, não poderia ser repartido em lotes individuais, além da organização e implantação de atividades e projetos envolvendo grupos familiares, firmando nos laços de solidariedade a edificação de uma comunidade camponesa de assentados. A partir dessa nova identidade várias conquistas foram obtidas pelos assentados, criando no 10 de Abril condições de vida melhores do que as que possuíam antes de se engajarem na luta pela terra através do MST e de conseguirem terra para viver e produzir, segundo relatam os assentados que foram ouvidos durante a pesquisa.

Com o passar dos anos, no entanto, vem ocorrendo uma readequação dessa identidade camponesa, resultado de uma conjugação de vários fatores que tem levado a esse novo paradigma no assentamento. Um deles refere-se ao afastamento dos mediadores do MST em relação à comunidade por um longo período de tempo, fato explicitado no quinto capítulo em depoimento de uma das assentadas ouvida durante a pesquisa. Tal situação tem resultado em consequências negativas para o 10 de Abril. Nos últimos anos, o próprio Movimento tem revisto essa ausência, buscando sempre enviar alguns membros do seu quadro estadual, para permanecerem na comunidade algumas temporadas.

Outro fator de relevante importância que pode ser apontado é o da ascensão de novos atores sociais na comunidade, dotados de novos anseios. Tratam-se dos jovens que nem

sempre comungam dos mesmos ideais ou possuem as mesmas perspectivas que os mais velhos do assentamento defendem. Essa situação tem levado a um processo de renegociação das identidades, que vem se manifestando na forma da organização da comunidade, na execução dos trabalhos do coletivo e no engajamento em atividades da associação dos moradores assentados. Isso é resultado dos anseios distintos das diferentes gerações, pioneiros e jovens, fazendo com que a juventude venha manifestando tendências de alheamento em relação à organização social proposta para o assentamento, tendendo também ao rompimento com a identidade de assentado do MST. Tal situação coloca em xeque a perpetuação de conquistas obtidas pelos pioneiros da comunidade. Esse enfraquecimento organizacional é marcado por uma aplacação, por parte da juventude, dos valores defendidos pelos assentados mais antigos como, por exemplo, a união, participação, solidariedade e o coletivismo.

Isso requer uma maior atenção, já que, caso tal situação que leva a um estado de desestímulo não seja revertida e chegue a se acentuar, a comunidade camponesa do assentamento tende a se aproximar cada vez mais do sistema tradicional de trabalho agropecuário e do modo de vida com valores exteriores ao assentamento. Se isso ocorrer, é possível que seja minada a forma de organização e gestão territorial que praticam, bem como do modo de vida camponês desenvolvido no assentamento.

Foi possível notar que a memória pode ser utilizada como fonte de informações e fornecer indicadores passíveis de serem analisados e interpretados, sendo capaz de auxiliar na reflexão sobre novas propostas de organização ou reformulação da existente. O conhecimento dos anseios da comunidade fornece base para que se possa pensar em medidas voltadas a suprir as aspirações dos jovens e dos veteranos. Fornece, também, subsídios para que os assentados, juntamente com entidades de assessoria a comunidades rurais ou articuladores do MST, pensem conjuntamente em práticas e em um modelo de gestão organizativa sintonizado com a pretensão da comunidade de desenvolver-se socialmente e crescer economicamente.

Em outro extremo, extrapolando as fronteiras do assentamento estudado que é uma fração do espaço geográfico rural caririense conquistado e transformado em território camponês, onde foi construído e se constrói um lugar com um modo de organização singular, a memória e a história podem ser utilizadas pelos movimentos sociais para articular novos sem terra na ocupação de propriedades improdutivas no sul do Estado. Gonçalves (2007) chama a atenção de que na disputa de poder pelo espaço econômico do Cariri a esperança de um reordenamento territorial e ambiental pautado na solidariedade tem nas forças protagonistas, ajustadas pela harmonia e coesão entre os habitantes caririenses, sua possibilidade de materialização. Nesse sentido, voltar à atenção para as experiências do

passado possibilita aprender com os exemplos e a práxis dos padres caboclos Ibiapina e Cícero, do beato José Lourenço e pelos grupos sociais que seguiam seus ensinamentos e se apresentam hoje como arquétipos, capazes de ensinar seus conhecimentos que demonstram meios racionais de convívio com o meio ambiente e com a vida em comunidade.

No caso do assentamento 10 de Abril, por ser o primeiro conquistado na Região sul do Ceará e, por essa razão, possuir um caráter emblemático, além de já possuir 19 anos de existência e ter adquirido uma estrutura já consolidada ao longo do tempo, seja na produção de sequeiro ou em alguns projetos produtivos e por possuir equipamentos diversos como casa digital, açudes, currais, escola de ensino infantil e fundamental I (apesar de possuir sede precária), a sua utilização se reforça como exemplo capaz de quebrar o medo e diminuir as incertezas dos sem terra em relação à possibilidade real de sucesso e recompensa na luta.

Somando-se a isso, tem-se o importantíssimo elemento simbólico proporcionado pelo fato de que os camponeses do assentamento 10 de Abril causaram um ponto de interseção na história agrária do Cariri, ao fundir a memória com o espaço, amarrando o Caldeirão do Beato José Lourenço (1926-1936) a uma ação do MST (1991), entrelaçando o passado e o presente da luta por terra ocorrida na região. Por mais esta razão o 10 de Abril pode ser utilizado como luta de referência e uma experiência a ser seguida por outros trabalhadores rurais sem terra do sul cearense, assim como o Caldeirão foi utilizado para articular os primeiros camponeses assentados do Cariri.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Ronald de Figueiredo e. **Uma história da terra**. Crato: mimeografado, 2000.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Segredos íntimos: a gestão nos assentamentos de reforma agrária**. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

_____. **Uma Geografia das Políticas Fundiárias no Estado do Ceará**. 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

ALVES, J., 1952. **O Vale do Cariri – Seu Povoamento e Desenvolvimento econômico**. *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia* (Rio de Janeiro, Brasil), p. 72-89.

ANDERSON, James Charnel. **The Caldeirão Movement: A Case Study In Brazilian Messianism, 1926 -1938**. A Dissertation submitted to the Faculty of The Graduate School of Arts and Sciences of The George Washington University in partial satisfaction of requirements for the degree of Doctor of Philosophy, 1970.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7º Ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

_____. **Modernização e Pobreza: A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

_____. **A Questão do Território no Brasil**. 2º Ed. São Paulo – Recife: HUCITEC / IPESPE, 2004.

ARAÚJO, Garcia de. **Assentamentos Rurais: Trajetórias dos trabalhadores rurais assentados e cultura política**. Natal: Editora da UFRN, 2005.

ARAÚJO, João Mauro. **Sopro de Liberdade: A tragédia de uma utopia de igualdade e auto-suficiência**. **Problemas Brasileiros, São Paulo**, n. 370, p. 38-43, jul/ago. 2005.

Assentamento 10 de Abril: **Plano de Ação**. Crato: SDR / IDACE, 2000.

ARAÚJO, Maria de Lourdes. **A Cidade do Padre Cícero: Trabalho e Fé.** 2005. 260 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Centro de Ciências Jurídicas e Aplicadas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BANCO DO NORDESTE – BNB. **Documento Referencial do Pólo de Desenvolvimento Integrado do Cariri Cearense.** Fortaleza, 2001. Disponível em:<http://www.bnb.gov.br/content/Aplicacao/ETENE/Rede_Irigacao/Docs/Documento%20Referencial%20do%20Polo%20de%20Desenvolvimento%20Integrado%20Cariri%20Cearens e.PDF>. Acesso: Setembro de 2009.

BARBOSA, João Alexandre. **Uma psicologia do Oprimido.** In: BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. 13ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BARROS, Haidine da Silva. O Cariri Cearense: Quadro Agrário e a Vida Urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 26, n. 4, p. 549-591, out/dez .1964. Disponível em:http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/RBG/RBG%201964%20v26_n4.pdf>. Acesso: Setembro 2009.

BONNEMAISON, Joel. **Viagem em torno do Território.** IN: Geografia Cultural: um século (3). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2002.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos.** 13ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRAGA, Antonio Mendes Costa. **Padre Cícero Sociologia de um Padre Antropologia de um Santo.** 2007. 419 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRÍGIDO, João. **Ceará (Homens e Fatos).** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2001.

BRITO, Anderson Camargo Rodrigues de. **Mandalla Assentamento 10 de Abril** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <judsonjorge@yahoo.com.br> em 6 set. 2010.

CAVA, Ralph Della. **Milagre em Joazeiro.** 2ªEd. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHAUÍ, Marilena de Sousa. **Os trabalhos da Memória.** In: BOSI, E. Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos. 13ªEd. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARIRY, Rosemberg & HOLANDA, Firmino. **O Caldeirão da Santa Cruz do Deserto: Apontamentos para a História.** Fortaleza: Interarte, 2007.

CARNEIRO, Maria José. **Juventude e novas mentalidades no cenário rural**. In: CASTRO, E.G; CARNEIRO, M.J. (Orgs). Juventude Rural em Perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CASTRO JUNIOR, José Lima. **Educação Popular, Educação do Campo e Multiterritorialidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: Estudo do Assentamento Unidos de Santa Bárbara – Sítio Novos – Caucaia – Ceará**. 2005. 354 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

COLASSANTE, T. & CALVENTE, M.C.M.H. **A memória viva como recurso didático no ensino de geografia: Prática pedagógica para o entendimento das modificações do espaço urbano londrinense**. In: Encontro de Geógrafos de América Latina – EGAL, 12., 2009, Montevideo. Anais... Uruguay, Montevideo. Disponível em: < http://egal2009.easyplanners.info/area03/3405_Colassante_Tatiana.pdf>. Acesso em: março de 2010.

CORDEIRO, Domingos Sávio de. **Um Beato Líder: Narrativas Memoráveis do Caldeirão**. Fortaleza: Editora da UFC, 2004.

DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral. 1996. **Projeto avaliação hidrogeológica da bacia sedimentar do Araripe**. Recife: DNPM.

ENCONTRO COM MILTON SANTOS OU O MUNDO GLOBAL VISTO DO LADO DE CÁ. Direção: Silvio Tendler. 2006. DVD (89 min).

ESTIMATIVA: R\$ 50 milhões em negócios na Expocrato. **O Povo online**, Fortaleza, 21 de jul. 2008. Disponível em: < <http://www.opovo.com.br/opovo/ceara/805640.html#>>. Acesso em: 28 abr. 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Formação e Territorialização em São Paulo**. 2º Ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Entrando nos Territórios do Território**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edimilson (orgs). Campepinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GEA - GRUPO DE ESTUDOS EM GEGRAFIA AGRÁRIA DA URCA. **Gráficos do Relatório do Diagnóstico Rápido Participativo – Assentamento 10 de Abril**. Crato, em elaboração. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <judsonjorge@yahoo.com.br> em 31 mar. 2010.

GONÇALVES, Ubiratan Gonçalves. A Geografia do Ethos Capitalista no Cariri Cearense. **Caderno do CEAS, Salvador**, n. 226, p. 93-106, julho-setembro de 2006.

_____. Ética e Trabalho na Construção do Cariri do Padre Cícero. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, XIII**, 2007, Recife. Anais. Recife: 2007, p. 1-14.

GÖRGEN, Frei Sérgio Antônio & STEDILLE, João Pedro. **Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária**. Petrópolis: Vozes, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em : <www.ibge.gov.br>. Acesso: outubro de 2009.

IDACE. **Plano de Ação do Assentamento 10 de Abril**. Fortaleza, 2000.

INCRA. **Distribuição do número de imóveis e área total, segundo a categoria de imóvel rural, em nível de unidade da federação por município**. In: Apuração Especial nº 00588 – SNCR, Dez, 2005.

LEITE, Francisco de Assis Bezerra. **Levantamento do potencial agrícola das terras dos imóveis Carnaúba Gerais e Gerais. Município de Crato – Ceará**. Fortaleza: FUNCEME, 1992.

LIMA, Ana Érika Ferreira. **Tocando em Frente: Cultura Camponesa e Apropriação dos Recursos no Assentamento Ingá/Facundo - Parambu – Ceará**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA , Universidade Federal do Ceará – UFC, Fortaleza, 2008.

LUCINE, Marizete. **Memória e História na Formação da Identidade Sem Terra no Assentamento Conquista da Fronteira**. 2007. 238 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UNICAMP, Campinas, 2007.

MAIA, Veralúcia Gomes. **Caldeirão: Uma comunidade cristã de camponeses**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1987.

MAIA, Veralúcia Gomes de Matos. **José Lourenço o beato camponês da comunidade do Caldeirão**. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4º Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MAZIVIERO, Maria Carolina. **Memória e Espaço: Vinculações acerca da formação da identidade urbana**. Disponível em: <<http://www.preac.unicamp.br/memoria/textos/Maria%20Carolina%20Maziviero%20-%20completo2.pdf>> Acesso em: Abril de 2008.

MENEZES, Edith. **O Cariri Cearense**. In: BORZACCHIELLO J; CAVALCANTE, T; DANTAS, E. (Orgs.). Ceará: Um Novo Olhar Geográfico. 2º Ed. Fortaleza: Demócrtio Rocha, 2007.

NETO, Lira. **Padre Cícero: Fé, Poder e Guerra no Sertão**. 1ºEd. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NETO, Otávio Cruz. **O trabalho de campo como descoberta e criação**. In: MINAYO, M. C. S. (Org). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. 22º Ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A Geografia das Lutas no Campo**. 6ºEd. São Paulo: Contexto, 1994.

_____. **Agricultura Brasileira: Transformações Recentes**. In: ROSS, J.L.S. (Org). Geografia do Brasil. 5ºEd. São Paulo: Edusp, 2005.

OLIVEIRA, João César Abreu de. **Meio Ambiente e Educação Ambiental no MST: Representações sociais no assentamento 10 de Abril no município do Crato – Ceará**. 2008. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PETRONE, Pasquale. Contribuição ao Estudo da Região do Cariri, no Ceará. **Boletim Paulista de Geografia, São Paulo**, n. 19, p.3-28, março de 1955.

PIANCÓ, Ana Roberta Duarte. **Ocupação da Fazenda Caldeirão, Assentamento 10 de Abril**. Monografia de especialização em Geografia. Fortaleza, Depto de Geografia da UECE, 1993.

PINHEIRO, João Adriano. **Levantamento do solo e da Vegetação do Assentamento 10 de Abril**. Crato: Fundação Universidade Regional do Cariri – URCA, 1996.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Revista Estudos Históricos, n. 3, p. 03-15, 1989.

_____. **Memória e Identidade Social**. Revista Estudos Históricos, Vol. 5, n. 10, p. 200-2012, 1992.

QUINTANA, Mario. **Antologia Poética**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1997.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Quem são os Sem-Terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil. **NERA, São Paulo**, n. 1, p. 59-72, julho de 1998.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, São Paulo**, vol. 21, n. 1, p. 189-195, maio de 1999. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/tempo-social/pdf/vol11n1/v11n1a10.pdf>>. Acesso: maio de 2009.

SAMPAIO, José Levi Furtado. Novas Estratégias de Combate à Seca e à Fome no Ceará: A Construção de um Poder. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 1, nº 2, p. 27-39, 2002.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. 2º Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4º Ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Auriela Nogueira. **Reforma Agrária no Cariri: estudo comparativo entre a fazenda Nova Mocós (INCRA) e o Assentamento 10 de Abril (MST)**. Monografia (Graduação em Ciência Econômicas) – Universidade Regional do Cariri, Crato, 2001.

SARAINÉ, Florival. **Introdução ao Atlas Lingüístico e Folclórico do Cariri**. Disponível em: < <http://www.institutoceara.org.br/Rev-apresentacao/RevPorAno/1972/1972-IntroducaoAtlasLinguisticoFolcloricoCariri.pdf> >. Acesso: setembro de 2009.

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO - SEPLAN. **A Regionalização do Estado do Ceará: Uma Proposta de Reformulação**. Fortaleza: IPECE, 2006 (texto para

discussão 25). Disponível em:<
http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/textos_discussao/TD_25.pdf >. Acesso: Setembro de 2009.

SEEMANN, Jörn. O Espaço da Memória e a Memória do Espaço: Algumas reflexões sobre a visão espacial nas pesquisas sociais e históricas. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral, v. 4/5, p. 43-53, 2002/2003

SILVA, Edna Lúcia da & MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A Luta Pela Terra: Experiência e Memória**. São Paulo: UNESP, 2004.

VESENTINI, José William. **Ensino da Geografia e Luta de Classes**. In: OLIVEIRA, A.U. (Org). Para Onde Vai o Ensino de Geografia. 5ºd. São Paulo: Contexto, 1994.

ZANGELMI, Arnaldo José. **História, Identidade e Memória no Assentamento Aruega – MG**. Dissertação (Magister Scientiae) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, 2007.

WALKER, Daniel. **Padre Cícero: Coletânea de textos**. Juazeiro do Norte, 2006. Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/_FRs28VYXBw8/R6pGzhacdCI/AAAAAAAAAeg/jVQDhecaHZo/s1600-h/livros+gratis.jpg>. Acesso em: Dezembro de 2009.